

Instituto Federal de
Educação, Ciência e
Tecnologia do Pará - IFPA

Relatório de Gestão *2013*

**Belém-
2014**

Pará

**Ministério da Educação - MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA**

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Relatório de Gestão do Exercício 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno contido na Portaria CGU nº 133/2013.

Élio de Almeida Cordeiro
Magnífico Reitor

Regina Glória Pinheiro de Oliveira Silveira
Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Cláudio Alex Jorge da Rocha
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN

Maria Neusa de Lima Pereira
Pró-Reitoria de Ensino - PROEN

José Alberto Alves de Souza
Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT

José Roberto Brito Pereira
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Cláudio Alex Jorge da Rocha

Presidente da Comissão

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional - PRODIN

MEMBROS DA COMISSÃO

Elza Olivia Souza da Silva	<i>Pró-Reitoria de Administração – PROAD</i>
Mauro Celso de Jesus Andrade	<i>Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN</i>
Fernanda Cristina C. Lima Coimbra	<i>Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRODIN</i>
Jucinaldo de Freitas Ferreira	<i>Pró-Reitoria de Ensino - PROEN</i>
José Alberto Alves de Souza	<i>Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT</i>
Jaime Henrique Barbosa da Costa	<i>Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG</i>
Márcio Zacarias Queiroz Freire	<i>Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP</i>
Antônio Flávio da Silva Lima	<i>Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação - DTI</i>
Marlon Carlos França	<i>Gabinete do Reitor</i>
Reginaldo Tavares Flexa	<i>Campus Abaetetuba</i>
Denilson Leite Gomes	<i>Campus Altamira</i>
Aldelice Dias Alves	<i>Campus Belém</i>
Delleon de Souza Silva	<i>Campus Bragança</i>
Nemer Vieira Zaire	<i>Campus Breves</i>
Carlos Alexandre Bastos Gonçalves	<i>Campus Castanhal</i>
Alcides Pontes Galvão	<i>Campus Conceição do Araguaia</i>
Jaqueline Portal da Silva	<i>Campus Itaituba</i>
Fábio Dias dos Santos	<i>Campus Marabá Industrial</i>
Joel Jefferson Ribeiro Simões	<i>Campus Marabá Rural</i>
Alessandro Pereira Abreu	<i>Campus Santarém</i>
Felipe Melo da Silva Miranda	<i>Campus Tucuruí</i>

LISTA DE SIGLAS

AGU – Auditoria Geral da União
APLs - Arranjos Produtivos Locais
AUDIN- Auditoria Interna
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD - Cargo de Direção
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CENSUP – Censo da Educação Superior
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificação Nacional de atividades Econômicas
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUP – Conselho Superior
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DBR – Demonstração de Bens e Renda
DDIN – Diretoria de Desenvolvimento Institucional
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DINF - Diretoria de Infra-Estrutura
DINTER – Doutorado interinstitucional
DIT – Diretoria de Inovação Tecnológica
DN – Decisão Normativa
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
DOU – Diário oficial da União
DPOR – Diretoria de Planejamento e Orçamento
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
EAD - Ensino à Distância
EDUCACENSO – Censo da Educação Básica
ENAD – Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM
EPT – Educação Profissional Tecnológica
E-TEC – Programa Escola Técnica Aberta do Brasil
ESR – Escola Superior de Redes
FDI – Fórum de Dirigentes
FIC – Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação
IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IN – Instrução Normativa
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
OCI – Órgão de Controle Interno
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PAC –Programa de Aceleração do Crescimento
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC – AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas ações afirmativas
PIBICTI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PIBITI - Programa de Iniciação de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PGF – Procuradoria Geral Federal
PLOA - Projeto da Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano PluriAnual
PPC - Projetos Pedagógicos de Cursos
PPCs- Projetos Políticos Pedagógicos de curso
PROAD - Pró-Reitorias de Administração
PRODIN - Pró-Reitorias de Desenvolvimento Institucional
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROEXT – Pró- Reitoria de Extensão
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SCA - Sistema de Controle Acadêmico
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPÉ - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAJ - Sistema de Cadastro de Ações Judiciais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SICTI - Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação das Instituições de Ensino Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará
SGA – Sistema de Gerenciamento Acadêmico
SIG – Sistema de Integrado de Gestão
SIGP - Sistema de Integrado de Gestão de Pessoal
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISAC - Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada SISU
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TAE – Técnico Administrativo Educacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UF – Unidade Federativa
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRA – Universidade Federal Rural do Pará
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UO – Unidade Orçamentária
UTFPR – Universidade Tecnológica do Paraná

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação da Unidade Jurisdicionada	12
Quadro 2: Descrição dos Principais Parceiros	32
Quadro 3: Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	48
Quadro 4: Resultado das ações planejadas e Observações Pertinentes da Pesquisa	50
Quadro 5: Resultado das ações planejadas e Observações Pertinentes da Pós-Graduação	51
Quadro 6: Resultado das ações planejadas e Observações Pertinentes da Inovação	52
Quadro 7: Resultado das ações Planejadas, Setores Envolvidos, Observações Pertinentes e Status da Ação.....	53
Quadro 8: Planejamento da Unidade: Ação/Obs Pertinentes/Status.....	56
Quadro 9: Ações/Subtítulos - OFSS.....	60
Quadro 10: Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS.....	76
Quadro 11: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UNIDADE	92
QUADRO 12: NÚMERO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA OFERTADAS NOS CAMPI.....	95
QUADRO 13: BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA CONCEDIDAS PELas agências de fomento.....	96
QUADRO 14: INDICADORES GERAIS DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS NO CNPq	96
QUADRO 15: TOTAL DE DOCENTES EFETIVOS DO IFPA POR NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO	96
QUADRO 16: Total de servidores do IFPA cursando pós-graduação (mestrado e doutorado) em programas gerenciados, através de convênios pela PROPPG.....	97
QUADRO 17: Número de bolsas para pós-graduação ofertadas pelo PIQ.....	97
QUADRO 18: Número de docentes com bolsas de pós-graduação (DOUTORADO) vigente pela capes/piqdttec	98
Quadro 19: Programação de Despesas	99
Quadro 21: Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa	109
Quadro 22: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total.....	111
Quadro 23: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ	115
Quadro 24: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total.....	118
Quadro 26: Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação	126
Quadro 27: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	129
Quadro 28: Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	131
Quadro 29: Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	137
Quadro 30: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	139
Quadro 31: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	140
Quadro 32: Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	140
Quadro 33: Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	140
Quadro 34: Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	141
Quadro 35: Força de Trabalho da UNIDADE – Situação apurada em 31/12	142
Quadro 36: Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	143
Quadro 37: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UNIDADE (Situação em 31 de dezembro)	144

Quadro 38: Quantidade de servidores da UNIDADE por faixa etária - Situação apurada em 31/12	145
Quadro 39: Quantidade de servidores da UNIDADE por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	146
Quadro 40: Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	147
Quadro 41: Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	148
Quadro 42: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	149
Quadro 43: Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	149
Quadro 44: Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	149
Quadro 45: Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	150
Quadro 46: Indicadores Gerenciais- Absenteísmo	151
Quadro 47: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	152
Quadro 49: Frota de veículos automotores de propriedade da UNIDADE.....	154
Quadro 50: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União....	159
Quadro 51: Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UNIDADE, exceto Imóvel Funcional	160
Quadro 53: Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade.....	161
Quesitos a serem avaliados	161
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:..	161
Quadro 54: Link de Internet fornecido pela RNP e PRODEPA (Navegapará)	163
Quadro 55: Escola Superior de Redes (ESR): Através do Plano Anual de Capacitação (PAC) de 2013 firmado com o Fórum dos Gestores de Tecnologia da Informação - FORTI, o IFPA capacitou 09 (nove) de seus Gestores, Analistas e Técnicos de TI conforme quadro exibido abaixo:.....	164
Quadro 56: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	165
Quadro 57: Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	167
Quadro 58: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	167
Quadro 59: Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	169
Quadro 60: Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	173
Quadro 61: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	177
Quadro 62 – Trabalhos mais Relevantes em 2013.....	183
Quadro 63 – Recomendações Expedidas e Implementadas em 2013.	184
Quadro 65: Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	187
Quadro 66: Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade.....	190
Quadro 67: Regulamentações de Rotinas e Procedimentos de Trabalho.....	191
QUADRO 68:Programação orçamentária da PROPPG.....	193
QUADRO 69:Execução orçamentária da PROPPG	193
QUADRO 70: Ações, resultados e observações pertinentes da PESQUISA.....	194
QUADRO 71: Ações, resultados e observações pertinentes da PÓS-GRADUAÇÃO.....	195
QUADRO 72: Ações, resultados e observações pertinentes da INOVAÇÃO	196
QUADRO 73: Ações, resultados e observações pertinentes da INOVAÇÃO	197
QUADRO 74: execução por Campus	198
QUADRO 75: Projetos aprovados no Edital 01/2013 – PROEXTENSÃO.....	199
QUADRO 76: Cursos Publicados em 2013	202
QUADRO 77: Cursos e Turmas Finalizados em 2013 (122 Turmas) por Campus/Unidades.....	208
QUADRO 78: Cursos Publicados em 2013_FIC	210

Quadro 80– INDICADOR POR MODALIDADE DE OFERTA: RELAÇÃO NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS / VAGAS OFERTADAS.....	219
Quadro 81– rELAÇÃO DO NÚMERO DE iNGRESSANTE / aLUNOS MATRICULADOS.....	220
Quadro 82– Indicador POR MODALIDADE DE OFERTA: Relação de Número de Concluintes / Alunos matriculados.....	220
Quadro 83 – IndicadorPOR MODALIDADE DE OFERTA: Índice de Eficiência Acadêmica.....	220
Quadro 84– IndicadorPOR MODALIDADE DE OFERTA: Índice de Retenção de Fluxo Escolar	221
Quadro 85- IndicadorPOR MODALIDADE DE OFERTA: Relação Alunos matriculados / Docente em Tempo Integral	221
Quadro 87 - Indicador: Relação Número de Candidatos Inscritos / Vagas Ofertadas - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU	223
Quadro 87 - Indicador: Relação de Ingressos / Alunos matriculados - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU	225
Quadro 88 - Indicador: Relação de Número de Concluintes / Alunos matriculados - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU	227
Quadro 89 - Indicador: Índice de Eficiência Acadêmica - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU	229
Quadro 90 - Indicador: Índice de Retenção de Fluxo Escolar - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU	231
Quadro 91 - Indicador: Relação Alunos matriculados / Docente em Tempo Integral - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU	233
Quadro 92 - Indicador: Gastos Correntes por Aluno - Acórdão 2.267/2005-TCU.....	234
Quadro 93 - Indicador: Percentual de Gastos com Pessoal - Acórdão 2.267/2005-TCU	236
Quadro 94 - Indicador: Percentual de Gastos com OUtros Custeios (exceto benefícios) - Acórdão 2.267/2005-TCU	237
Quadro 95 - Indicador: Percentual de Gastos com Investimentos - Acórdão 2.267/2005-TCU.....	239
Quadro 96 - Indicador: Índice de Titulação do Corpo Docente - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU – 2008/2009/2010.....	241
Quadro 97 - Indicador: Índice de Titulação do Corpo Docente - Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU – 2011/2012.....	242
Quadro 98 – Indicador: Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com Renda Per capita Familiar - Acórdão 2.267/2005.....	243

SUMÁRIO

1. Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	12
IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES.....	12
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	12
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	14
1.3 Organograma Funcional.....	24
1.4 Macroprocessos Finalístico.....	24
1.4.1 Macroprocessos de Ensino.....	25
1.4.2 Macroprocesso de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.....	28
1.4.3 Macroprocesso de Extensão.....	29
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	29
1.5.1 Área Administração Orçamentária e Financeira.....	29
1.5.2 Área de Desenvolvimento Institucional.....	30
1.5.3 Área da Gestão de Pessoas.....	31
1.5.4 Área da Tecnologia da Informação.....	32
1.6 Principais Parceiros.....	32
Introdução: ANEXO III DA DN TCU Nº 127, DE 15 de MAIO de 2013.....	36
2. Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013.....	38
PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	38
2.1 Planejamento da unidade.....	38
2.1.1 ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	39
2.1.2 ÁREA DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	40
2.1.3 ÁREA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA E SUPERIOR.....	46
2.1.4 ÁREA DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	47
2.1.5 ÁREA DA EXTENSÃO.....	53
2.1.6 ÁREA DA GESTÃO DE PESSOAS.....	56
2.1.7 ÁREA DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	57
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	60
2.2.1 Ações.....	60
3. Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	92
ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	92
3.1 Estrutura de Governança.....	92
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	92
3.3 Sistema de Correição.....	94
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	95
3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	95
4. Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	99
TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	99
4.1 Execução das despesas.....	99
4.1.1 Programação.....	99
4.1.2 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	103
4.1.3 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa.....	109
4.1.4 Realização da Despesa.....	111
4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	131
4.2.1 Análise Crítica.....	133
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	137

4.3.1	Análise Crítica.....	138
4.4	Transferências de Recursos	139
4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	139
4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	140
4.5	Suprimento de Fundos	140
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	140
4.5.2	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	140
4.5.3	Análise Crítica.....	141
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	141
4.5.5	Análise Crítica.....	141
5.	Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	142
GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....		142
5.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	142
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	142
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	144
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	147
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	148
5.1.5	Cadastramento no SISAC.....	149
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	150
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	150
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	151
5.1.9	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	152
5.1.10	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	153
5.1.11	Análise Crítica dos itens.....	153
6.	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	154
GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO		154
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	154
6.1.1	Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade	154
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	159
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	159
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	160
7.	Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	161
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....		161
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	161
7.1.1	Análise Crítica.....	163
8.	Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	165
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	165
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	167
8.2.1	Análise Crítica.....	167
9.	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	167
CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....		167
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	167

9.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	167
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	169
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI	173
9.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	173
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	177
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	183
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	186
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	186
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	186
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	186
9.6	Alimentação SIASG E SICONV.....	187
10.	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	187
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE		187
10.1	Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	187
10.2	Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.	187
10.3	Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade	187
11.	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	189
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS		189
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	189
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis....	190
11.2.1	Declaração com Ressalva.....	190
12.	Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	191
OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....		191
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	191
PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013– CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....		222
13.	Parte B, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013	223
13.1	Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005.....	223
INDICADORES INSTITUCIONAIS – Acadêmicos		223
INDICADORES INSTITUCIONAIS: Administrativos		234
INDICADORES INSTITUCIONAIS: Gestão de Pessoas.....		241
INDICADORES INSTITUCIONAIS: Socioeconômico		243
14.	CONCLUSÃO	246
ANEXOS.....		248

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 1: IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará		
Denominação Abreviada: IFPA		
Código SIORG: 100917	Código LOA: 26416	Código SIAFI: 158135
Natureza Jurídica: Autarquia Federal		CNPJ: 10.763.998/0001-30
Principal Atividade: Educação Profissional		Código CNAE: 85.42-2-00
Telefones/Fax de contato:	(91) 9102-7211	(91) 9136-1522
Endereço Eletrônico: gabinete.reitoria@ifpa.edu.br		
Página na Internet: http://www.ifpa.edu.br		
Endereço Postal: Av. João Paulo II, nº 514, CEP: 66.645-240. Bairro: Castanheira- Belém/PA		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
• Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004; • Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005; • Lei de Criação dos Institutos Federais. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Publicado no DOU de 30/12/2008. • Regimento Geral do IFPA • Estatuto.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
1. Resolução nº 219/2013-CONSUP, de 26/11/2013; 2. Instrução Normativa nº 01/2013-PROAD, aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP), através da Resolução nº 221/2013, de 26/11/2013; 3. Resolução nº 159/2013- Criação Permanente de Prestação Anual de Contas do IFPA; 4. Resolução de Indicadores de Gestão por áreas de Gestão (Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas); 5. Resolução CONSUP 038/2010 – Regulamenta o Funcionamento dos Cursos de Pós-graduação do IFPA; 6. Resolução CONSUP 033/2011 - Regulamenta a Atividade de Pesquisa do IFPA; 7. Resolução CONSUP 003/2013 - Regulamenta o Programa Institucional de Qualificação do IFPA; 8. Resolução CONSUP 006/2013 - Regulamenta a Política de Inovação Tecnológica do IFPA; 9. Resolução CONSUP 054/2013 - Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa; 10. Resolução CONSUP 096/2013 - Regulamenta a Política de Afastamento do Servidor do IFPA do País; 11. Resolução CONSUP 194/2013- Regulamenta o Afastamento dos Servidores do IFPA para Realização de Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu; 12. Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPA (2009-2014), publicado no DOU de 25 de Junho de 2009; 13. Plano Político Pedagógico do Campus Breves; 14. Instrução Normativa nº 02/2013-PROAD, aprovada pela Resolução nº 291/2013-CONSUP, de 23/12/2013; 15. Resolução CONSUP 016/2013 Regulamenta o PRONATEC no âmbito do IFPA; 16. Resolução CONSUP 029/2013 Regulamenta a Política de Estágio do IFPA; 17. Resolução CONSUP 071/2013 Regulamenta a Mobilidade Estudantil no âmbito do IFPA; 18. Resolução CONSUP 096/2013 Regulamenta a Política de Afastamento do Servidor do IFPA do País; 19. Resolução CONSUP 290/2013 Regulamenta o PRONATEC no âmbito do IFPA; 20. Resolução nº 013/2011/CONSUP. Regulamenta a Organização Didático-Pedagógica dos cursos técnicos e dos cursos superiores do IFPA; 21. Resolução nº 055/2010/CONSUP. Regulamenta a Organização Didático-Pedagógica dos cursos superiores do Sistema Universidade Aberta do Brasil; 22. Resolução nº 218/2013/CONSUP. Regulamenta a Normativa para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso; 23. Resolução nº 18/2013/CONSUP. Regulamenta a Colação de Grau dos Cursos Superiores; 24. Regulamento a Assistência Estudantil; 25. Regulamento da Concessão de Bolsa Permanência; 26. Regulamento a oferta de cursos em Educação à Distância;		

27. Regulamento do ensino na oferta de cursos por meio de Programas PARFOR/PROCAMPO/E-TEC;	
28. Regulamento a atividade docente no IFPA.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
• Boletim de Serviço; • Manual de Patrimônio (Bens Móveis), aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP), através da Resolução nº 220/2013, de 26/11/2013; • Guia Para elaboração do Relatório de Gestão das unidades administrativas do IFPA (Gabinete da Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Campi) para o exercício 2013; • Organização Didático-Pedagógica dos cursos Técnicos e dos cursos superiores do campus Belém; • Critérios para liberação de servidores docentes e técnicos administrativos para participação em programas de Pós-graduação (em aprovação no Colégio dos Dirigentes).	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
158508	Campus Abaetetuba
158507	Campos Altamira
158306	Campus Belém
158506	Campus Bragança
158162	Campus Breves
158308	Campus Castanhal
158509	Campus Conceição do Araguaia
158567	Campus Itaituba
158512	Campus Marabá Industrial
158307	Campus Marabá Rural
158518	Campus Santarém
158481	Campus Tucuruí
158135	Reitoria
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26416	Campus Abaetetuba
	Campos Altamira
	Campus Belém
	Campus Bragança
	Campus Breves
	Campus Castanhal
	Campus Conceição do Araguaia
	Campus Itaituba
	Campus Marabá Industrial
	Campus Marabá Rural
	Campus Santarém
	Campus Tucuruí
	Reitoria
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158508	26416
158507	
158306	
158506	
158162	
158308	
158509	
158567	
158512	
158307	
158518	
158481	
158135	

Fonte: IFPA/Campi

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

“Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes.”

Competências Institucionais	Capítulo II Art. 4
Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, a promoção do bem público e a melhoria da qualidade de vida particularmente do amazônida.	I
Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.	II
Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.	III
Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal do Pará.	IV
Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino crítico e ontocriativo das ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e aplicada.	V
Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.	VI
Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.	VII
Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, economia solidária e o desenvolvimento científico e tecnológico.	VIII
Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.	IX
Estender a sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	X

Fonte: IFPA - Estatuto

CONSELHO SUPERIOR

Art. 4º Compete ao Conselho Superior:

- I. Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta, designando comissão para escolha do Reitor do IFPA e dos Diretores-Gerais dos Campus, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008 e no Decreto nº 8.669, de 20 de outubro de 2009;
- III. Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação;
- IV. Aprovar a proposta orçamentária anual elaborada pela Pro Reitoria de Administração- PROAD, com base nas necessidades dos Campus e da Reitoria, previamente apreciado pelo Colégio de Dirigentes- CODIR;
- V. Apreciar e aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;

- VI. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- VII. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFPA, respeitando o caráter público e gratuito do ensino;
- VIII. Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos, bem como aprovar normas para o registro e emissão de diplomas;
- IX. Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal e dos órgãos que o compõem, após consulta a comunidade, respeitada a especificidade geográfica de cada Campus, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- X. Criar comissões especiais temporárias para tratar de matérias de interesse do Instituto;
- XI. Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.
- XII. Comunicar-se no canal do Site do IFPA, através de Portal dos Conselheiros, respeitados os princípios de liberdade de expressão assegurados constitucionalmente, para provimento de um canal de relacionamentos eficaz com a comunidade.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Art. 11º Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. Referendar os elementos que integrarão a matriz orçamentária do IFPA com vistas à distribuição dos recursos financeiros entre as suas unidades gestoras;
- II. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos a ser submetida ao CONSUP;
- III. Elaborar, apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- IV. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFPA.
- V. Apreciar e recomendar o calendário acadêmico de referência anual;
- VI. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VII. Apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal a ele submetidos.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD

A **Pró-Reitoria de Administração** é o órgão executivo responsável pela coordenação e execução dos processos relativos ao orçamento, atos financeiros, contábeis e patrimoniais, serviços de compras e estabelecimento de contratos e convênios, objetivando viabilizar a adequada consecução das atividades finalísticas da instituição.

Compete à Pró-Reitoria de Administração (PROAD):

- I. Assessorar a Reitoria em assuntos de sua área;
- II. Supervisionar e zelar pelo cumprimento das metas e objetivos estabelecidos na Lei Orçamentária Anual;
- III. Elaborar e consolidar, em conjunto com os demais órgãos da Reitoria e com os *Campi*, a proposta orçamentária do IFPA, em função dos planos, projetos e programas

- governamentais e institucionais, de acordo com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- IV. Consolidar, junto a SETEC, a proposta orçamentária anual do IFPA;
 - V. Orientar as atividades de gestão administrativa, orçamentária, financeira e contábil do IFPA;
 - VI. Supervisionar o uso dos recursos alocados na Reitoria, nos *Campi*, bem como acompanhar a execução das ações das áreas de orçamento, finanças, material e patrimônio na Reitoria e *Campi*;
 - VII. Orientar, acompanhar e supervisionar a execução orçamentária e financeira e a prestação de contas dos programas, projetos e convênios firmados pelo IFPA;
 - VIII. Planejar e coordenar, em articulação com os *Campi*, as ações administrativas relacionadas às áreas de serviço, materiais e patrimônio;
 - IX. Orientar, acompanhar e supervisionar a execução de contratos do IFPA;
 - X. Elaborar, junto à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, a prestação de contas anual do IFPA;
 - XI. Levantar, analisar e disseminar os preceitos legais aplicados à administração no âmbito do IFPA;
 - XII. Propor, organizar, padronizar e divulgar no Instituto procedimentos e normativas relacionadas à área administrativa, visando uniformizar e modernizar a atuação do IFPA;
 - XIII. Realizar a gestão das atividades e das ações relacionadas à logística de funcionamento e à manutenção das instalações da Reitoria;
 - XIV. Cuidar da adequação da estrutura e demais recursos organizacionais no âmbito da Pró-Reitoria e propor a implementação de ajustes necessários ao bom desempenho de suas atribuições;
 - XV. Elaboração as diretrizes e da política que devem nortear as ações da Pró-Reitoria;
 - XVI. Participar da formulação do plano estratégico e de programas institucionais;
 - XVII. garantir a execução dos planos estratégicos e operacionais
 - XVIII. Aprovar os planos de ação das Unidades subordinadas e acompanhar e controlar sua execução;
 - XIX. Levantar as necessidades de treinamento em sua área e propor plano para supri-las;
 - XX. Elaborar conjuntamente com a Diretoria de Planejamento e Orçamento o orçamento anual do IFPA;
 - XXI. Atualizar o sistema SIMEC, com todas as informações das ações executadas no IFPA;
 - XXII. Registrar no SIMEC, a proposta orçamentária do IFPA que será gerada na PLOA (MEC);
 - XXIII. Acompanhar o desenvolvimento das ações descentralizadas aos campi, através de deslocamentos de equipe de execução orçamentária, a fim de evitar devolução de recursos;
 - XXIV. Acompanhar Rotinas da Comissão de Licitação;
 - XXV. Propor e promover medidas para que seja assegurada a necessária infraestrutura a todos os órgãos do IFPA;
 - XXVI. Efetivar o planejamento, execução do orçamento e a aplicação de demais recursos financeiros, apresentando relatório anual, prestação de contas, balanços e balancetes;
 - XXVII. Definir créditos adicionais e aplicação do ativo financeiro líquido para atendimento de despesas;
 - XXVIII. Promover a descentralização dos recursos orçamentários e financeiros para os campi e Reitoria;
 - XXIX. Acompanhar a execução de Contratos;

- XXX. Treinamento nos campi das ações relacionadas à Administração, Planejamento, Orçamento e Patrimônio;
- XXXI. Atualizar informações no Fórum de Dirigentes e Diretores de Administração do IFPA;
- XXXII. Representar o IFPA no Fórum de Pró-Reitores de Administração (FORPLAN);
- XXXIII. Produzir alternativas para otimizar a utilização dos recursos, garantindo a manutenção da infraestrutura e o bom funcionamento logístico do IFPA;
- XXXIV. Estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa, no âmbito da Reitoria e dos Campi;
- XXXV. Outras atividades correlatas.

Fonte: PROAD - IFPA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PRODIN

A pró-reitoria de desenvolvimento institucional destina-se a promover, em consonância com a reitoria, o desenvolvimento institucional de forma articulada e integrada com as pró-reitorias, campus e com os diferentes segmentos das organizações acadêmicas e sociais, focada nos eixos ensino, pesquisa, extensão e administração, a fim de atingir os objetivos estratégicos do instituto.

Art. 26º Compete à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- I. Coordenar (Supervisionar) a elaboração, acompanhar e avaliar o planejamento estratégico e o plano de desenvolvimento institucional, como instrumentos de gestão do IFPA;
- II. Propor, executar e supervisionar as políticas de desenvolvimento institucional do IFPA, deliberada pelo conselho superior, após análise e apreciação da câmara de gestão;
- III. Garantir e supervisionar a elaboração anual do plano de gestão da instituição;
- IV. Coordenar as políticas de qualificação dos gestores para utilizar, de forma eficaz, o planejamento estratégico e demais instrumentos de gestão;
- V. Elaborar no âmbito de sua competência projetos destinados a obtenção de financiamento solicitando, sempre que necessário à colaboração de outros órgãos;
- VI. Gerenciar e disponibilizar informações para auxiliar os gestores na elaboração de políticas para o IFPA.
- VIII. Avaliar de forma articulada com as pró-reitorias e Campus, a estrutura organizacional do IFPA, visando atender o plano de desenvolvimento institucional;
- IX. Identificar, de forma articulada com as pró-reitorias e diretorias dos Campus, oportunidades para expansão do ensino, pesquisa e extensão;
- X. Coordenar articulada com a comissão permanente de avaliação as políticas de avaliação institucional dos serviços prestados a sociedade;
- XI. Coordenar de forma articulada com as pró-reitorias e os Campus, a elaboração e atualização dos instrumentos de gestão: estatuto, regimento geral, plano de desenvolvimento institucional, planejamento estratégico, plano plurianual, relatório de gestão e outros.
- XIII. Desenvolver, com participação dos demais órgãos da instituição, ações relativas à pesquisa institucional que fundamentem a gestão do IFPA;
- XIV. Representar o IFPA nos foros específicos da área, quando se fizer necessário.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE ENSINO - PROEN

A Pró-Reitoria de Ensino – PROEN tem por finalidade contribuir para a construção e/ou reformulação de políticas educacionais e práticas curriculares que busquem um saber situado e capaz de responder às exigências da sociedade atual em seu processo dinâmico de transformação. Fomentar propostas e projetos, contratos, convênios e outros instrumentos dessa natureza, voltados para a área de ensino. Estimular e propor acordos de cooperação mútua entre o Instituto e outras instituições, buscando a melhoria de ensino através da troca de experiências.

A PROEN tem o papel de coordenar, em articulação com os Campi e com os órgãos da Administração Central, as atividades didático-pedagógicas do Instituto, bem como avaliá-las. Promover estudos necessários à viabilização de mudanças na política educacional para o ensino de Educação Básica e Profissional e Graduação do IFPA, observando sempre a realidade local e cumprindo a legislação do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e Secretaria de Educação Superior – SESU, CAPES e Regimento Interno do Instituto. Além disso, propõe a criação de novos cursos do Instituto, a paralisação ou a extinção de cursos já existentes quando as avaliações/diagnósticos assim determinarem.

A Pró-reitoria tem, ainda, que trata de questões pertinentes ao currículo, avaliação e planejamento do Ensino Básico e Técnico e da Graduação, assim como questões referentes aos docentes e discentes, e a integração da Educação Básica e Profissional com a Educação Superior. Articula e supervisiona juntamente com os campi as ações necessárias para seleção de alunos e contratação de professor efetivo e/ou substituto do IFPA, a partir de estudos de demandas e entrega do diagnóstico da necessidade pelo setor requerente. Além disso, desempenha outras atividades inerentes à Pró-Reitoria de Ensino.

Compete à Pró-Reitoria de Ensino:

- I. Promover a integração com os câmpus, para a consolidação das políticas de ensino estabelecidas pelo Conselho Superior;
- II. Promover a articulação de suas ações com as demais Pró-Reitorias;
- III. Coordenar a elaboração e a execução do plano de trabalho da Pró-Reitoria;
- IV. Acompanhar as atividades dos câmpus, tendo em vista o desenvolvimento de suas competências e atribuições, assim como do plano de trabalho;
- V. Apresentar relatórios de atividades da Pró-Reitoria, quando solicitado por órgãos superiores;
- VI. Representar a área de ensino do IFPA em órgãos, instituições e comunidade externa, por delegação do Reitor ou no âmbito de sua competência;
- VII. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- VIII. Administrar os recursos financeiros e o patrimônio da Pró-Reitoria;
- IX. Executar as políticas e diretrizes definidas pelo Conselho Superior;
- X. Representar o IFPA nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- XI. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas;
- XII. Propor mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- XIII. Outras atividades correlatas.

Fonte: PROEN - IFPA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG

A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - PROPPG, órgão estratégico responsável pela definição de políticas e diretrizes referentes às dimensões da pesquisa, pós-graduação e inovação, têm como atribuições planejar, superintender, coordenar e acompanhar as políticas de pesquisa, integrada ao ensino e à extensão, bem como promover ações na área de fomento à pesquisa, ciência, inovação tecnológica e ao ensino de pós-graduação.

Atua também, como órgão responsável pela supervisão e fiscalização dos programas de Pós-graduação, oferecidos pelo IFPA, e pela qualificação de docentes e servidores técnico-administrativos, em nível de pós-graduação.

Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPG:

- I. Propor as políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFPA ao CONSUP;
- II. Supervisionar e executar através das diretorias ou unidades correlacionadas de pesquisa, pós-graduação e inovação dos campi, as políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFPA, deliberadas pelo CONSUP, após análise e apreciação pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- III. Aos campi, através das Diretorias ou unidades correlacionadas de Pesquisa e Pós-graduação e Inovação, compete definir os programas e linhas de pesquisa de cada área de conhecimento ou eixo tecnológico;
- IV. Incentivar a produção técnico-científica no IFPA;
- V. Viabilizar mecanismos de financiamento e divulgação da produção científica da comunidade acadêmica;
- VI. Acompanhar e subsidiar o desenvolvimento do Plano Institucional de Qualificação em nível de pós-graduação Docente e Técnico Administrativo, em articulação com os campi e DIGEP;
- VII. Participar do processo de distribuição de vagas para o quadro permanente de servidores docentes e técnicos administrativos;
- VIII. Avaliar propostas de criação e desativação de cursos e programas de pós-graduação;
- VIX. Estabelecer política de bolsas de pesquisa e inovação tecnológica, bem como, estímulos, prêmios a comunidade acadêmica do IFPA.
- X. Analisar e regulamentar, em âmbito institucional, a legislação do ensino de pós-graduação e reformulação de normas e procedimentos;
- XI. Analisar a adequação dos projetos dos cursos de pós-graduação, e suas atualizações, com base no Projeto Político-Pedagógico Institucional;
- XII. Promover interlocução com os órgãos governamentais relacionados à Pesquisa e à Pós-graduação;
- XIII. Acompanhar em conjunto com as Diretorias de Pesquisas dos Campi os processos de avaliação dos cursos de Pós-graduação;
- XIV. Promover a cooperação técnico-científica educacional nos campos da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica com outras instituições de ciência e tecnologia;
- XV. Propor o Calendário Acadêmico da Pós-graduação, em conjunto com os campi e demais Pró-reitorias;
- XVI. Propor normas de funcionamento dos Colegiados dos Cursos de Pós-graduação;
- XVII. Administrar os recursos financeiros e o patrimônio da Pró-reitoria; e
- XVIII. Participar da elaboração da política de gestão de pessoas e dos critérios para seleção de servidores, no âmbito da Pró-reitoria.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEXT

A Pró-Reitoria de Extensão- PROEXT, órgão estratégico do IFPA, é responsável pelas políticas de Extensão e Extensão Tecnológica do Instituto, estabelecendo diretrizes de planejamento, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e atividades de extensão e extensão tecnológica a serem implementados pelo IFPA, de forma integrada com as pró-reitorias, diretorias de Campi e diretorias sistêmicas, promovendo, fomentando e articulando o diálogo, a interação e a sinergia necessários à unidade, ao desenvolvimento integral e à verticalização da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Atua ainda na coordenação e supervisão do programas e projetos de extensão, Extensão Tecnológica, atividades de estágio curricular, Relações Internacionais, observatório do mundo do trabalho e Certificação Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e eventos socioculturais, em articulação com os Campi do IFPA, além de apoiar o desenvolvimento de ações de integração Instituto-comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas.

Compete à Pró-Reitoria de Extensão:

- I. Propor, executar e supervisionar as políticas de Extensão e Extensão Tecnológica do IFPA, deliberadas pelo Conselho superior, após análise e apreciação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. Estabelecer diretrizes de planejamento, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e atividades de extensão e extensão tecnológica a serem implementados pelo IFPA, de forma integrada com as pró-reitorias, diretorias de Campi e diretorias sistêmicas, promovendo, fomentando e articulando o diálogo, a interação e a sinergia para o melhor desenvolvimento das mesmas;
- III. Promover a interação e a sinergia dos programas, projetos e ações de extensão com o ensino e a pesquisa, necessários à unidade, ao desenvolvimento integral e à verticalização da tríade ensino-pesquisa-extensão;
- IV. Coordenar e supervisionar programas e projetos de extensão, Extensão Tecnológica, atividades de estágio curricular, Relações Internacionais, observatório do mundo do trabalho e Certificação Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e eventos socioculturais, em articulação com os Campi do IFPA;
- V. Apoiar o desenvolvimento de ações de integração Instituto comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas;
- VI. Manter banco de dados atualizado acerca do Observatório do Mundo do Trabalho, Acompanhamento de Egressos, Programas e Projetos de Extensão e Extensão Tecnológica, Certificação Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, Estágios e Visitas Técnicas;
- VII. Identificar, propor e incentivar a formação de parcerias institucionais estratégicas que permitam a execução e expansão do raio de ação da capacidade institucional, agregando valores e competências, viabilizando a consolidação e o incremento das linhas temáticas dos programas, projetos e ações de extensão do IFPA;
- VIII. Incentivar, organizar e apoiar as atividades extensionistas do IFPA, zelando pela integração das ações extensionistas às necessidades acadêmicas;
- IX. Estabelecer parcerias com a sociedade e instituições governamentais e não-governamentais, visando ao desenvolvimento das atividades de extensão;
- X. Fomentar relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais e internacionais;

- XI. Incentivar programas e ações desportivas e artístico-culturais do IFPA em articulação com os Câmpus e com organismos culturais da sociedade;
- XII. Estabelecer política de bolsas e estímulos aos docentes, técnicos administrativos e discentes do IFPA, com vistas a incentivar a participação em programas e ações de extensão;
- XIII. Manter acompanhamento e controle dos projetos e das atividades de extensão desenvolvidos no âmbito do Instituto;
- XIV. Promover e supervisionar a divulgação junto às comunidades interna e externa dos resultados obtidos através dos projetos e serviços de extensão;
- XV. Promover políticas de aproximação dos servidores e discentes da realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional;
- XVI. Publicar anualmente os editais para seleção de bolsistas e projetos a serem apoiados pelas políticas institucionais de incentivo ao desenvolvimento de extensão;
- XVII. Viabilizar e Fomentar mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pela instituição;
- XVIII. Presidir e coordenar o comitê de extensão;
- XIX. Representar o IFPA nos foros específicos da área, quando se fizer necessário; e
- XX. Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe sejam atribuídas.

Fonte: PROEXT - IFPA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - DGP

Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP:

- Planejar, coordenar, executar a política de Gestão de Pessoas do IFPA, de forma sistêmica e integrada, atuando por meio das Diretorias adjuntas e coordenações que compõem sua estrutura, observando a legislação vigente;
- Planejar, coordenar, orientar, monitorar e avaliar todas as ações de gestão e desenvolvimento de pessoas em suas competências e desempenho, vinculados à missão e objetivos estratégicos do IFPA;
- Supervisionar, no âmbito da reitoria e dos campi do IFPA a execução referente às atividades de pagamento de pessoal, concurso, benefícios, qualidade de vida dos servidores;

Atribuições

- Representar o IFPA interna e externamente, em questões relativas à política de gestão de pessoas;
- Prestar assistência na área de sua especialidade ao Conselho Superior, à Reitoria e aos campi do IFPA;
- Cumprir as metas e diretrizes institucionais referentes à área de gestão de pessoas;
- Orientar, visitar, interagir, conhecer as demandas e controlar a atuação dos Campi nas ações relativas ao pessoal;
- Participar das reuniões internas do órgão transmitindo ao grupo da DGP as informações e demandas pertinentes à função de cada coordenação Geral da DGP;
- Propor e implantar o desenvolvimento de sistemas de informação na área de gestão de pessoas;
- Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas;

- Subsidiar as ações das comissões estabelecidas para a elaboração de Concursos Públicos Institucionais;
- Atender e responder a todas as solicitações e determinações da Unidade de Auditoria Interna - AUDIN, da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU;
- Prestar atendimento e assistência aos servidores ativos, aposentados, pensionistas, beneficiários de pensão alimentícia, estagiários (SIAPE), professores substitutos, a outras coordenadorias, às diretorias, Pró-Reitorias e Reitoria em relação às consultas pertinentes à gestão de pessoas;
- Propor políticas que assegurem a melhoria do desempenho administrativo, funcional e institucional;
- Consolidar as informações da área de pessoal para elaboração do Relatório de Gestão.
- Administrar o controle do banco de servidores: professor equivalente e administrativo equivalente, atualizados;
- Atender às solicitações formais das entidades representativas dos Servidores Públicos Federais da Educação, quando estas representarem o repasse de dados não confidenciais do servidor ou quando forem ordens judiciais.

Fonte: DGP - IFPA

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DTI

Compete a Diretoria de Tecnologia da Informação prestar assessoramento técnico à Reitoria, Pró-Reitorias e Campus em questões diretamente relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão, de uma determinada área de interesse do IFPA, que requeira o domínio e ação especial do Instituto, responsabilizando-se pelo estabelecimento de princípios, diretrizes, planejamento e avaliação de projetos implementados de forma integrada pelos Campus.

Competências Institucionais

- Propor, gerenciar e orientar a aplicação e uso de softwares na Instituição;
- Elaborar, desenvolver e orientar a operação dos sistemas de informação do Instituto Federal;
- Elaborar projetos e relatórios necessários ao bom funcionamento das tecnologias da informação no Instituto Federal;
- Propor o acompanhamento e implantação de projetos de melhoria de infraestrutura e relativos à área de informatização da Instituição;
- Coordenar a manutenção e a atualização dos sítios da Instituição;
- Supervisionar a execução das Políticas da Informação da Reitoria e dos Campus;
- Auxiliar as comissões de concursos e processos seletivos, disponibilizando tecnologias de informação para o processamento de inscrições, relatórios, correção de provas e outros procedimentos que se fizerem necessários;
- Realizar outras atividades afins.

Atribuições Específicas:

- Definir o plano estratégico de TIC;
- Coordenar a realização do planejamento estratégico de Tecnologia da Informação;
- Identificar as necessidades estratégicas do IFPA quanto às demandas de Tecnologia da Informação;

- Definir políticas de Tecnologia da Informação para todo o Instituto Federal;
- Compatibilizar projetos, da área de TIC, com o Planejamento Institucional;
- Assegurar o alinhamento de TIC com os requerimentos externos;
- Especificar e solicitar serviços de TIC no âmbito do Instituto Federal;
- Propor a atualização tecnológica, de equipamentos e sistemas para todo o Instituto Federal, visando garantir o uso do estado da arte em TIC;
- Definir a arquitetura da informação;
- Determinar a orientação tecnológica;
- Definir a organização de TIC e seus relacionamentos;
- Gerenciar os investimentos de TIC;
- Gerenciar os recursos humanos e tecnológicos de TIC;
- Avaliar os riscos nos projetos de TIC;
- Gerenciar os projetos de TIC;
- Gerenciar a qualidade de serviços de TIC;
- Gerenciar os incidentes de segurança da informação;
- Manter intercâmbio com os demais IF.

Fonte: DTI - IFPA

CAMPUS

DIRETORIA GERAL

Art. 59º O Diretor Geral exercerá também as seguintes atribuições:

I - propor ao Conselho Diretor do Campus a estrutura e as competências dos órgãos que compõem a Direção Geral;

II - presidir os atos de colação de grau em todos os cursos e a entrega de diplomas, títulos honoríficos e prêmios, sempre que designado por portaria específica do Reitor do IFPA;

III - convocar as eleições para designação dos representantes discentes, docentes e servidores técnico-administrativos nos órgãos integrantes da administração da Instituição;

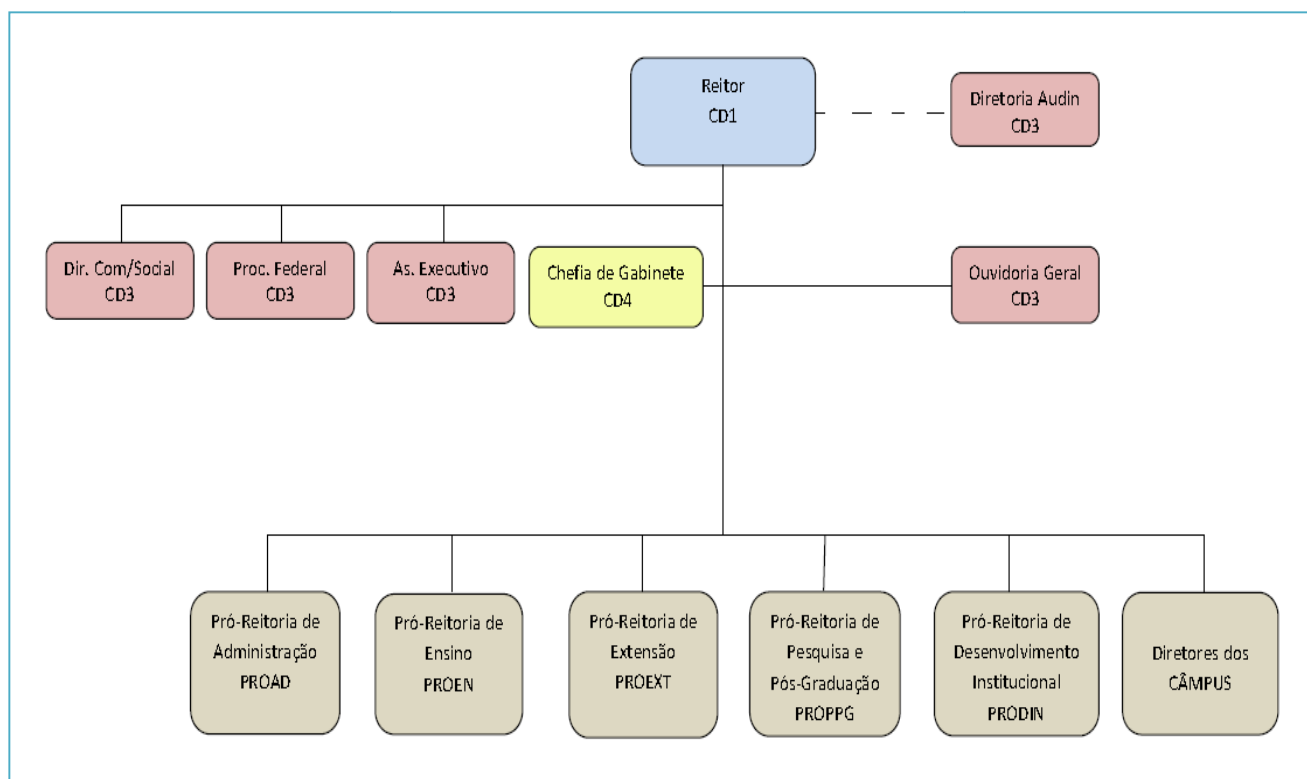
IV - aplicar a pena de desligamento a integrantes do corpo discente;

V - conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos e títulos honoríficos;

VI - exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Diretor Geral.

Fonte: Regimento Geral - IFPA

1.3 Organograma Funcional



Fonte: IFPA

1.4 Macroprocessos Finalístico

Os macroprocessos do IFPA alinham-se aos grandes áreas de gestão que são:

- Macroprocesso de Ensino;
- Macroprocesso de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
- Macroprocesso de Extensão;
- Macroprocesso de Gestão Financeira e Administrativa;
- Macroprocesso de Desenvolvimento Institucional;
- Macroprocesso de Gestão de Pessoas;
- Macroprocesso de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os três primeiros enquadram-se como sendo de caráter finalísticos e os quatro últimos de Apoio. Vale frisar que, considerando o atual contexto em que se estabeleceu o processo de intervenção na gestão global da instituição desde meados do exercício de 2012. Assim, e embora estejam em fase de regulamentação interna já encaminhada ao CONSUP ainda em 2013, os referidos macroprocessos vem sofrendo adequações de tal modo que possam atender as prerrogativas legais, originárias da criação do IFs em todo o país e dos documentos institucionais formulados a partir de então. Todos objetivam, de forma articulada entre si, a promoção da educação profissional, foco da missão do IFPA.

1.4.1 Macroprocessos de Ensino

O macroprocesso finalístico do Ensino é o de maior abrangência do IFPA e compreende a promoção da Educação Profissional e Tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, integrando e verticalizando, de forma programática, a Educação Profissional com a Educação Básica e com a Superior. Neste sentido, os macroprocessos do Ensino, referentes às políticas educacionais de ensino, atuam na promoção de políticas de Educação Básica Profissionalizante que visam ações de implementação, regulamentação e acompanhamento das ofertas regulares de cursos técnicos nas formas de ensino integrado ou subsequente, seja na modalidade de ensino presencial ou a distância, com articulação a programas como PROEJA, PROEJA FIC e e-TEC Brasil. Da mesma forma, os macroprocessos atuam na verticalização do ensino profissionalizante na oferta de cursos regulares de graduação de Engenharia e Tecnologia; na coordenação e articulação com a administração e órgãos complementares, na formulação e implementação de políticas que possibilitem promover o ensino superior de graduação em licenciatura, por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão.

As políticas educacionais voltadas para a Educação Básica e a Superior e suas articulações, são implementadas e realizadas levando-se em conta o arranjo regional e o cumprimento da legislação vigente do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, da Secretaria de Educação Superior – SESu, da Secretaria de Regulação da Educação Superior – SERES, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Conselho Nacional de Educação – CNE, e o Regimento Interno desse Instituto.

No âmbito geral, o referido macroprocesso em 2013 foi concentrado nas seguintes ações:

- Acompanhar os Projetos Pedagógicos dos cursos superiores junto aos campi;
- Participar e assessorar o processo de preenchimento do formulário eletrônico no sistema e-MEC dos cursos superiores do IFPA, para fins de reconhecimento ministerial;
- Acompanhamento das atividades do ensino ligadas a formação de professores nos projetos e programas PROCAMPO, UAB, PARFOR, e-TEC Brasil, etc.;
- Orientações e aplicações das diretrizes das políticas educacionais do Ministério da Educação (SESU, SETEC, INEP, CAPES) nos cursos de licenciatura do IFPA;
- Acompanhamento e assessoramento da equipe de avaliação *in loco* do Ministério da Educação quando da avaliação institucional para fins de reconhecimento de cursos superiores;
- Promoção de capacitação de servidores dos campi para atuarem no ENADE 2013 em parceria com a PRODIN;
- Enquadramentos dos cursos superiores e inscrição dos estudantes regulares para realização do ENADE 2013, bem como estudantes irregulares de anos anteriores, em parceria com PRODIN/PI;
- Acompanhamento das diligências do Ministério da Educação/SERES do curso superior de Tecnologia e Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFPA/Campus Itaituba;
- Acompanhamento e regularização do Censo da Educação Superior 2012;
- Acompanhamento da renovação de reconhecimento dos cursos superiores IFPA/Campus Belém;
- Acompanhamento e assessoramento de protocolo de compromisso do IFPA com o Ministério da Educação para fins de ajuste em projetos pedagógicos de cursos superiores;
- Acompanhamento e assessoramento da regulação dos cursos ofertados pelo Programa PARFOR junto ao Conselho Superior – CONSUP, e no sistema e-MEC;

- Regulação dos cursos regulares técnicos integrados e subsequentes e de formação inicial e continuada ofertados nos campi do IFPA;
- Apreciação e aprovação junto ao CONSUP dos Projetos Pedagógicos dos cursos de formação inicial e continuada – FIC, fomentados pelo programa Bolsa Formação – PRONATEC, ofertados nos campi do IFPA;
- Orientação e assessoramento, sistemático, quanto à correta elaboração de PPC, bem como quanto à devida instrução de abertura de processos para análise e aprovação pelo Conselho Superior;
- Emissão de pareceres técnico-pedagógicos pela Equipe Pedagógica da PROEN, que visem à adequada à interpretação da legislação educacional vigente e sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem;
- Acompanhamento das condições de oferta dos cursos técnicos ofertados nos campi do IFPA, bem como avaliações in loco do funcionamento dos mesmos;
- Assessoramento aos campi quanto a alimentação do Censo da Educação Básica 2013.
- Implantação da Coordenação de Educação do Campo;
- Acompanhar os processos de regulação e registros acadêmicos dos cursos superiores de Licenciatura em Educação do Campo ofertados no IFPA;
- Orientação e assessoramento técnico-pedagógico às coordenações dos cursos superiores de Licenciatura em Educação do Campo ofertados no IFPA;
- Elaboração de minutas de regulamentos e normas de procedimentos voltados para as ações da área do ensino, para apreciação e aprovação pelo CONSUP;
- Visitas de coordenadores de cursos dos cursos do programa e-TEC Brasil aos pólos de apoio presencial para regularizar e finalizar dos cursos iniciados em 2011/2, e abertura de um canal de comunicação com os estudantes e colaboradores para informações sobre o andamento dos cursos.
- Controle e lançamento mensal de bolsistas
- Encaminhamento de caminhão-laboratório para o campus Abaetetuba para realizações de aulas práticas do momento presencial dos cursos de EAD ofertados na área de abrangência no campus;
- Aquisição e transporte de “kits antena” do IFPR ao IFPA para melhoria do sinal e comunicação nos polos de EAD do programa e-Tec Brasil;
- Implementação de inovações pedagógicas/tecnológicas
- Regularização do cadastro dos cursos técnicos do IFPA, ofertados na modalidade de ensino EAD, junto ao CREA-PA para fins de registro profissional dos egressos.

Área Administrativa

Nesta área o macroprocesso de apoio subsidia os atos administrativos e a tomada de decisão da PROEN.

Este macroprocesso em 2013 teve seguintes ações:

- Elaboração do plano de ação da Pró-reitoria de Ensino para o exercício 2013;
- Avaliação técnico-pedagógica de PPC's;
- Avaliação técnica para concessão de bolsas permanência;
- Regularização da oferta educacional em todos os câmpus do IFPA (aprovação expedição pelo CONSUP de atos autorizativos de cursos em 2013);
- Elaboração calendário unificado do IFPA, a partir dos calendários dos câmpus;
- Monitoramento do preenchimento do Censo Superior e do Censo da Educação Básica – Educacenso;

- Capacitação em serviço dos gestores de ensino sobre a regulação dos cursos superiores;
- Monitoramento dos Protocolos de Compromisso dos 04 cursos de licenciatura do Câmpus Belém e do Termo de Saneamento de Deficiência do IFPA;
- Implantação de políticas de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância;
- Reinício das Atividades Presenciais dos Cursos Técnicos EAD - e-TEC Brasil;
- Continuidade das ações dos Convênios (VALE/Prefeitura de Moju-PA/Prefeitura de Rondon do Pará-PA/Prefeitura de São João de Pirabas-PA);
- Monitoramento do Calendário Acadêmico pós-greve e Consolidação do Calendário Acadêmico 2013;
- Preparação/normatização para receber estudantes estrangeiros e regularizar a situação interna de estudantes do IFPA que estão no exterior (Programa Ciência Sem Fronteiras);
- Acompanhamento e apresentação de relatórios a CAPES das ações de implantação do LIFE nos Câmpus Belém e Abaetetuba e do PIBID;
- Elaboração e Implantação dos procedimentos de supervisão do ensino pela AUDIN com o apoio da PROEN;
- Desenvolvimento das ações de conclusão dos cursos da UAB e realização de outorga de grau para os concluintes dos cursos.

Área de Tecnologia da Informação

Nesta área o macroprocesso de apoio subsidia a PROEN na gestão do ensino por meio do gerenciamento das informações acadêmicas registradas em ambientes sistêmicos e informatizados.

Em 2013 este macroprocesso foi conduzido através das seguintes ações:

- Alimentação, atualização do sistema de controle acadêmico interno;
- Suporte aos campi na alimentação do sistema Sisvec;
- Suporte aos campi na alimentação dos sistemas Educacenso e Censo Superior;
- Suporte aos campi na alimentação do sistema Enade;
- Alimentação do sistema Sisu e suporte aos campi na efetivação de matrículas;
- Alimentação da página do IFPA na internet com notícias sobre o ensino.
- Desenvolvimento, em conjunto com Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, do sistema SIGAA nos módulos de graduação e técnico, para fins de mudança de sistema de controle acadêmica;
- Gerenciamento da plataforma de EAD no ambiente moodle aplicada aos cursos técnicos de educação à distância, fomentados pelo Programa e-Tec Brasil.

Área de Gestão de Pessoas

Nesta área o macroprocesso de apoio visa capacitar e/ou qualificar o corpo técnico-administrativo da PROEN para o exercício de suas funções, corroborando a equipe para o alcance dos objetivos com qualidade.

Em 2013 este macroprocesso foi conduzido através das seguintes ações:

- Capacitação dos servidores da unidade para atuarem no Sistema de Seleção Unificada – Sisu;
- Capacitação dos servidores da unidade para atuarem nas atividades inerentes ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

1.4.2 Macroprocesso de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Os macroprocessos finalísticos da PROPPG são aqueles definidos no regimento e estatuto do IFPA, os quais são: Pesquisa; Pós-graduação e Inovação Tecnológica;

■ Pesquisa

O referido macroprocesso visa à promoção de pesquisas científicas e tecnológicas que resultem em soluções inovadoras.

As ações de Pesquisa constituem um processo educativo para investigação e a produção de conhecimento, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social.

Para o atingimento do objetivo estratégico, em 2013 este macroprocesso foi conduzido através das seguintes ações:

- Submissão de propostas para aquisição de quotas de bolsas de iniciação científica e tecnológica financiadas por agências de fomento à pesquisa;
- Lançamento de editais para concessão de bolsas de iniciação científica à comunidade discente do IFPA;
- Lançamento de edital para apoio a projetos de pesquisa (compra de equipamentos e material de consumo);
- Lançamento de edital para apoio a publicação de artigos em periódicos;
- Lançamento de edital para apoio a participação em eventos científicos;
- Submissão de propostas de financiamento de projetos de pesquisa para agências de fomento;
- Realização do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFPA.

■ Pós-graduação

Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação dos servidores do IFPA. As atividades de pós-graduação têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com a pesquisa e a extensão, ao longo de toda a formação profissional.

Para o atingimento do objetivo estratégico, em 2013 este macroprocesso foi conduzido através das seguintes ações:

- Promoção de associações entre instituições de ensino, pesquisa e inovação na forma de convênios e cooperação técnico-científica e educacional, para o desenvolvimento de pesquisa em rede e pós-graduação.
- Incentivo à criação de cursos de pós-graduação.

■ Inovação Tecnológica

Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.

Para o atingimento do objetivo estratégico, em 2013 este macroprocesso foi conduzido através das seguintes ações:

- Criação da Política de Inovação do IFPA;
- Manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento,

- inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- Participação junto a Rede NIT Norte das ações referentes ao projeto NAMOR – Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental, aprovado pela FINEP como encomenda transversal de infraestrutura para sua implantação e consolidação;
 - Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA no Campus Castanhal para estreitar parceria com a Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC, sediada naquele Campus;
 - Celebração de Acordo de Cooperação Técnico- científico entre o IFPA e o MPEG, para a execução do curso de especialização em Gestão da Inovação com o intuito de capacitar profissionais dos NITS da Amazônia Oriental na área de Inovação Tecnológica;
 - Participação junto a SECTI de ações que popularizem a produção científica e de Inovação que são desenvolvidas no IFPA;
 - Capacitação EAD de servidores em Inovação Tecnológica (IFPR/ UTFPR);
 - Incentivo à Inovação Tecnológica.

1.4.3 Macroprocesso de Extensão

- Os macroprocessos finalísticos da PROEXT são aqueles definidos no regimento e estatuto do IFPA

1.5 Macroprocessos de Apoio

1.5.1 Área Administração Orçamentária e Financeira

A PROAD atua de forma indireta nos macroprocessos finalísticos, fomentando e complementando a implementação de políticas que possibilitem a promoção do tripé ensino-pesquisa-extensão, por meio da gestão de recursos destinados à Instituição.

Os macroprocessos de apoio desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD), são aqueles que se tornam primordiais para promover condições para o desenvolvimento das atividades finalísticas da Instituição. Esses macroprocessos estão inter-relacionados com as seguintes dimensões da gestão:

- ORÇAMENTO: A PROAD em articulação com todas as demais Pró-Reitorias e Campi, discute e elabora a proposta orçamentária anual do IFPA, que posteriormente é submetida à SETEC, que orienta todos os procedimentos relativos à aplicação e gastos do orçamento.
- FINANÇAS: Através da Diretoria Financeira executa o orçamento.
- ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO: São áreas responsáveis pelo recebimento, guarda, distribuição e cadastro de todos os bens adquiridos pelo IFPA, tanto bens de consumo como bens permanentes.
- Compras, Licitações e Contratos: De maneira articulada são áreas responsáveis pela coordenação de procedimentos de suprimentos de materiais e contratação de serviço do IFPA.

Os macroprocessos de apoio se relacionam de modo sistêmico no âmbito do IFPA, com os seguintes objetivos e finalidades:

OBJETIVOS

- Aprimorar, por meio do Planejamento Participativo, a eficiência e eficácia dos gastos e aquisições, relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento dos processos da Instituição, visando viabilizar o seu funcionamento, garantindo o suporte adequado aos macroprocessos finalístico;
- Executar as atividades relacionadas às áreas de orçamento, finanças e contabilidade;
- Executar as atividades relativas à gestão dos bens de consumo, bens móveis e imóveis, transporte, protocolo, recepção, limpeza e conservação, segurança e demais atividades de apoio administrativo;
- Realizar os procedimentos para a aquisição de bens, contratação de obras e serviços com acompanhamento da execução e gestão.

FINALIDADES

- Executar os gastos do IFPA, de acordo com os objetivos institucionais, para o cumprimento da sua missão, subsidiando os atos orçamentários, financeiro e administrativo, controlando e supervisionando a promoção e execução da política de planejamento orçamentário e financeiro da Administração da Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, seja de recursos de fonte centralizada quanto das descentralizadas em relação à Matriz Orçamentária da Instituição, além de outras fontes próprias;
- Racionalizar e otimizar a aplicação dos recursos visando a execução de projetos e ações que favoreçam o desenvolvimento institucional;
- Assegurar o funcionamento e a manutenção da instituição, por meio do fornecimento de bens e prestação de serviços de apoio administrativo;
- Assegurar a adequada sistemática de aquisição de bens e contratação de obras e serviços, garantindo a satisfação dos usuários e o atendimento às necessidades institucionais.

1.5.2 Área de Desenvolvimento Institucional

Como os macroprocessos finalísticos do IFPA está compreendido por três grandes áreas: Ensino; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Extensão. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) tem procurado desenvolver políticas para ampliar a abrangência do instituto no estado por meio da criação de novos cursos e serviços educacionais levando em consideração a região de atuação dos campi; investindo na melhoria da qualidade da educação ofertada; utilizando racionalmente os recursos; investindo em programas de excelência na gestão pública; provendo o desenvolvimento institucional por meio da gestão do conhecimento (Pesquisa e Diagnóstico Institucional) e gestão de Infraestrutura, de forma a alcançar os objetivos estratégicos voltados à instituição.

Embora recente, o macroprocesso de Desenvolvimento Institucional apresenta um caráter inovador à gestão dos IFs, não apenas no IFPA, como também em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. É o macroprocesso de apoio que no IFPA tem por competência a promoção da integração intrainstitucional, o que significa dizer, entre os setores vinculados a Reitoria e entre ela e os campi de modo articulado/integrado por meio da promoção e coordenação dos processos de pesquisa institucional (coleta, sistematização de dados e informações inerente a

produção e gestão do conhecimento institucional), planejamento estratégico, bem como de procedimentos institucionais necessários para o conhecimento estratégico e a tomada de decisão orientada.

Este macroprocesso, em 2013, foi conduzido por intermédio do(a):

- Realização de estudos e pesquisas institucionais;
- Coordenação, acompanhamento e planejamento institucional;
- Realização de estudos bibliográficos e documental para identificar e caracterizar os APL's na área de influência dos campi novos;
- Realização de audiência pública com vistas a diagnosticar tendências, preferências e opções que possam conduzir o IFPA, na oferta de cursos regulares por parte dos campi novos.
- Participação em comissões e grupos de trabalhos institucionais: elaboração dos Indicadores de Gestão, PDI e Prestação de Contas como as respectivas elaborações de propostas de normatização;
- Elaboração de proposição reestruturação das estruturas organizacionais, com o devido encaminhamento para regulamentação das funções gratificadas e suas respectivas atribuições, no âmbito do IFPA;
- Apoio a criação e implantação da Comissão de Ética e da Ouvidoria;
- Aquisição de equipamentos para a implantação de Sistema de Vídeo Conferência e Ponto Eletrônico;
- Fomento a conformidade das informações institucionais exigidas nos processos censitários da Educação Básica e Educação Superior;
- Encaminhamento para fins de solicitação de atos regulatórios da IES e dos cursos referente à Educação Superior;
- Acompanhamento, assessoramento e monitoramento das avaliações de cursos superiores;
- Regularização de dominialidade de terrenos utilizados pelos Campi e Reitoria;
- Regularização/Atualização dos processos das obras e reformas do IFPA no SIMEC;
- Articulação, em conjunto com a DGP, com entidades de capacitação e qualificação, com vista à oferta de cursos aos servidores do IFPA;
- Normatização dos processos de fiscalização das obras em curso no âmbito do IFPA;
- Elaboração de projetos de engenharia para atendimento às demandas de infraestrutura da Reitoria e dos campi em construção ou em reforma.

1.5.3 Área da Gestão de Pessoas

A Gestão de Pessoas, enquanto macroprocesso de apoio, está relacionada à Gestão do Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas, a exemplo do Programa Anual de Capacitação 2013, estabelecido com o CAPACIT/UFPA, gestão de lotação de servidores (dimensionamento de demandas/concurso público) para provimento do quadro efetivo de servidores, assim como a contratação de docentes substitutos para o quadro temporário, administração do quadro de pessoal, remuneração e benefícios, gestão da saúde, segurança e qualidade de vida do trabalhador, a exemplo do Acordo de Cooperação Técnica estabelecido com a UFPA e UFRA para uma frente de atuação na Unidade SIASS.

1.5.4 Área da Tecnologia da Informação

A DTI do IFPA atua especificamente em processos que são responsáveis por criar um ambiente propício para o desenvolvimento dos trabalhos dos outros setores, também conhecidos como processos meios. Por esta razão não possui processos finalísticos sobre sua responsabilidade direta, mas está sempre buscando alinhamento, mesmo que informalmente, com as ações do Instituto em suas atividades fins, a saber, Ensino, Pesquisa e Extensão.

A DTI do IFPA desenvolveu, no último ano, diversos projetos para atender as demandas levantadas pela área de negócio da Instituição e, para isto, atuou nos seguintes processos de apoio:

- **Gestão e Governança de TI:** processo responsável pelo alinhamento das ações da DTI com as ações definidas pela Instituição;
- **Desenvolvimento e Implantação de Sistemas e Aplicações:** processo responsável pelo desenvolvimento e implantação de sistemas na instituição;
- **Manutenção da Infraestrutura necessária para a Instituição:** processo responsável por manter em funcionamento toda a estrutura de Rede e Internet possibilitando ao usuário, através do uso de um login e uma senha, utilizar todos os recursos de Tecnologia da Informação para o desempenho de sua atividade na Instituição;
- **Suporte Técnico aos processos de negócio da Instituição:** processo responsável por prestar o suporte técnico a todos os usuários da Instituição através de auxílio técnico em suas atividades diárias;
- **Gerenciamento do processo de aquisição de bens e serviços de TI:** processo responsável por gerenciar todas as aquisições de bens e serviços de TI de modo que as mesmas estejam alinhadas com as demandas da Instituição, com o planejamento definidos e dentro das normas exigidas pelos órgãos reguladores.

1.6 Principais Parceiros

QUADRO 2: DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PARCEIROS

Principais Parceiros	Descrição	Macroprocessos (Finalísticos e/ou Apoio) de Vinculação	Unidade
Gabinete Reitoria	Apoio orçamentário e financeiro, dando suporte à execução das ações planejadas.	Matriz Orçamentária/LOA	PROAD
PROEN			
PROPPG			
PROEXT			
PRODIN			
DTI			
DGP			
DCOM			
CAMPI			
UFPA	Suporte para descentralização de recursos referentes à Convênios de qualificação de servidores do IFPA	Pós-graduação	
	Suporte para viabilizar ações, através de Termo de Cooperação, que trata da qualificação de servidores TAE's, pelo corpo docente do IFPA.	Graduação em Gestão Pública	
UFRA	Suporte para viabilizar ações, através de Termo de Cooperação, que trata da qualificação de servidores TAE's, pelo corpo docente do IFPA.	Graduação em Gestão Pública	
FORPLAN	Participação semestral, no Fórum de Planejamento.	Planejamento e Execução das Ações e Metas da Rede Federal	

DTIC	- Participação na Comissão de Implantação do SIG IFPA; - Acompanhamento do processo de registro e homologação dos Tablets a serem entregues aos professores do IFPA	Desenvolvimento e Integração	PRODIN
FDI (CONIF)	Participação nos grupos de trabalho de Diagnóstico e de Planejamento do Fórum.		
PROAD	- Participação no Programa de Gestão Ambiental; - Elaboração de boletins informativos sobre programas e ações no SIMEC.	Gestão do Conhecimento e Informação	
PROEN	- Participação em processos de autorização, reconhecimento e avaliações de curso superiores; - Participação em processos de registro dos Censos da Educação Básica e da Educação Superior.	- Desenvolvimento - Excelência e - integração	
	Realização de capacitação para multiplicadores de operacionalização dos sistemas de informação: SISTEC, EDUCACENSO e CenSup para representantes dos 12 campus do IFPA.		
PROEXT	Participação em projetos de aquisição de equipamentos para utilização em Programas como o PRONATEC e de educação a distância (e-TEC);	Desenvolvimento e Institucional	
CAMPUS	- Elaboração do Relatório de Gestão 2013; - Participação em processos de autorização, reconhecimento e avaliações de curso superiores; - Participação em processos de registro dos Censos da Educação Básica e da Educação Superior. - Coletar informações dos campi para formulação de propostas de melhoria da qualidade da educação ofertada; - Orientar os dirigentes do IFPA para a elaboração dos planos de gestão das unidades gestoras.	Excelência na Gestão	PROPPG
DGP	Participação em processos de capacitação de servidores, fundamentalmente relacionada à mediação com instituições como CENTRESAF e CAPACIT/UFPA.		
UFPA	Convênio para qualificação de servidores (mestrado / doutorado).	Pós-Graduação	
UNICAMP	Contrato de Ajuste de PI – Depósito de patente compartilhada	Inovação Tecnológica	
CNPQ	Programas de bolsas de iniciação científica (PIBIC, PIBIC-AF, PIBIC – EM e PIBITI).	Pesquisa	
CAPES	Programa Jovens Talentos para Ciência;	Pesquisa e Pós-graduação	

	• PIQDTEC; • DINTER UFERSA; • V SICTI.		
MPEG	Acordo de Cooperação Técnico-Científico para execução do Curso de especialização em Gestão da Inovação.	Inovação Tecnológica	
Diretorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação dos Campi do IFPA	• Seminário SICTI; • Curso de Especialização em Gestão Pública; • Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares; • Programas de Iniciação Científica de cada campus.	Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica	
IFPR/ UTFPR	Parceria para Capacitação EAD de servidores em Inovação Tecnológica;	Inovação Tecnológica	
FAPESPA	• V SICTI; • Bolsas de Iniciação Científica; • Acordo de Cooperação Técnico Científico para execução do Curso de especialização em Gestão da Inovação.	Pesquisa e Inovação Tecnológica	
SECTI	• Feira Estadual de Ciência e Tecnologia.	Inovação Tecnológica	
Secretaria do Estado de Educação	Cooperação para o desenvolvimento do Programa de Plano Nacional de Formação de Professores	• Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão; • Fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social; • Ampliar a abrangência do IFPA	PROEN
Secretarias Municipais de Educação	Termo de Cooperação para o desenvolvimento do Programa de Plano Nacional de Formação de Professores	• Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão; • Fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social; • Ampliar a abrangência do IFPA.	
Secretarias Municipais de Educação	Cooperação para o desenvolvimento dos cursos do programa e-TEC Brasil	• Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão; • Fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social; • Ampliar a abrangência do IFPA	
Prefeitura de Rondon do Pará	Termo de Cooperação Técnico Científico junto às prefeituras	• Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão; • Fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social; • Ampliar a abrangência do IFPA	
Prefeitura de São João de Pirabas.	Termo de Cooperação Técnico Científico junto às prefeituras	• Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão; • Fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social;	

Companhia Vale do Rio Doce	Termo de Cooperação Técnico Científico junto às prefeituras	• Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão; • Fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social;	
Prefeitura de Ipixuna do Pará	Termo de Cooperação Técnico Científico junto às prefeituras	• Consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão; • Fortalecer e garantir as políticas públicas de acesso, permanência e inclusão social; • Ampliar a abrangência do IFPA	
Univirr		• Consolidar ações dos cursos Superiores UAB nos polos de Roraima	
Rede Nacional de Pesquisas (RNP)	Fornecimento de serviço de Internet	Não informado pela área	DTI
Escola Superior de Redes (ESR)/Rede Nacional de Pesquisas (RNP)	Capacitação de Servidores de TI do IFPA		
Companhia de Processamento de Dados do Pará - PRODEPA	Fornecimento de serviço de Internet		
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Capacitação de Servidores de TI do IFPA e implantação do Sistema Integrado de Gestão		
PROAD – Pró-reitoria de Administração do IFPA	Aquisição de bens e serviços.		
PROEN	Planejamento de concurso de docentes	Não informado pela área	DGP
PROAD	Suporte financeiro e fornecimento de equipamentos e materiais		
CPPD	Análise de procedimentos referentes a direitos dos docentes		
CENTRESAF	Termo de cooperação técnica para capacitação		
CAPACIT/UFPA	Acordo de cooperação técnica para capacitação		
UFPA e UFRA	Parceria na unidade SIASS		
Assessoria do Gabinete	Apoio relacionado à gestão de lotação de servidores (concurso público)		
Contabilidade Central	Apoio relacionado à gestão da capacitação referente ao início da execução do termo de cooperação com o CENTRESAF .		

Fonte: Pró-Reitoria/IFPA

INTRODUÇÃO: ANEXO III DA DN TCU Nº 127, DE 15 DE MAIO DE 2013

O presente Relatório de Gestão consolidado do IFPA, organizado em 14 capítulos, foi elaborado em consonância com o art. 70 da Constituição Federal e encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas pelo Tribunal de Contas da União/TCU (IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013), as orientações do órgão de controle interno contido na Portaria CGU nº 133/2013 e as orientações suplementares emitidas pela SPO/SE/MEC, contemplando as exigências nelas contidas, com exceção dos itens não aplicáveis ao IFPA, de acordo com o apresentado a seguir:

OS ITENS DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127/2013 QUE NÃO SE APLICAM A REALIDADE DA UJ TENDO EM VISTA A COMPETÊNCIA SER DE OUTRA UJ:

Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013:

■ PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

- Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados
 - i. Programa Temático
 - ii. Objetivo
- Ações
 - i. Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS;
 - ii. Ações – Orçamento de Investimento - OI

Parte A, item 4, do anexo II da DN TCU nº127/2013:

■ TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- Transferências de Recursos
 - i. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse
 - ii. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
- Suprimento de Fundos
 - i. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B”
 - ii. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
- Renúncias sob a Gestão da UJ

Parte A, item 11, do anexo II da DN TCU nº127/2013:

■ Informações Contábeis

- Relatório de Auditoria Independente

ITENS DA NORMA DN TCU Nº 127/2013 QUE APESAR DE SE APLICAREM A NATUREZA DA UNIDADE, NÃO HOUE OCORRÊNCIA

■ PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

- Informações sobre outros resultados gerados pela gestão

Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

■ GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

- Estrutura de pessoal da Unidade;
 - a. Cadastramento SISAC;
 - i. Atos Sujeito à Remessa ao TCU em meio físico.
- Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão;
- Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados;
- Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários
 - i. Composição do Quadro de Estagiários

Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

■ GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

- Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros
 - i. Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros
- Gestão do Patrimônio Imobiliário
 - i. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ
 - ii. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Parte A, item 11, do anexo II da DN TCU nº127/2013.

■ Informações Contábeis

- Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
 - i. Declaração Plena

Parte B, item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

■ Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Com a convicção dos esforços empenhados para o alcance contínuo dos melhores resultados, submetemos à apreciação do Tribunal de Contas da União, a Prestação de Contas Ordinária Anual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, relativa ao exercício de 2013.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

A Lei n.º 11.892/2008, em seu artigo 2.º, define que os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Assim sendo, a missão foi elaborada em um processo coletivo resultante de uma metodologia que privilegiou a gestão participativa, tanto por meio de consultas à comunidade acadêmica e externa, à sociedade, como por meio de audiências públicas e oficinas. A resultante desse processo foi a composição da missão, da visão, dos objetivos estratégicos e dos valores compartilhados pelo IFPA.

Segundo do PDI 2009-2013, a instituição define que:

Missão

Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes.

Visão de Futuro

Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho.

Valores

Para a consecução da missão e visão do IFPA foram traçados objetivos que por sua vez estão pautados em valores, estes obtidos pela análise de conteúdo dos depoimentos e manifestações na consulta pública e em cada um dos grupos de trabalhos das oficinas para a elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional

O Processo de elaboração dos objetivos estratégicos do IFPA foi realizado de forma setorial, contemplando dimensões que geraram macro-objetivos, e estas foram desdobradas em micro-objetivos, cada uma com suas respectivas metas, considerando o quadriênio 2009-2013, que para fins de atendimento do relatório de gestão do exercício 2013, foram alinhados aos macroprocessos finalístico e de apoio, conforme exigido pela atual legislação do TCU.

Considerando a necessidade de melhorar a apresentação das informações constantes neste item, organizamos, a seguir, o item “objetivo estratégico” e seus subtópicos por área de atuação, referente aos macrossetores estratégicos existentes na administração superior do IFPA, sendo elas: Administração orçamento e finanças; Desenvolvimento institucional; Ensino; Extensão; Pesquisa, pós-graduação e Inovação tecnológica, Gestão de pessoas e Gestão de Tecnologia da informação.

2.1.1 ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O planejamento estratégico da PROAD foi baseado no PDI e nos objetivos institucionais estabelecidos no Estatuto e no Regimento Geral do IFPA, para o atingimento das metas e de acordo com as diretrizes do Termo de Acordo de Compromissos e Metas, em cumprimento aos ditames da Lei nº 11.892/2008, que dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

O Plano de Gestão Orçamentária 2013 do IFPA foi elaborado com base nos princípios da gestão democrática e do planejamento participativo, envolvendo a Reitoria e os *Campi*, dentro das competências da PROAD; buscando gerir e otimizar com responsabilidade, os recursos públicos investidos no IFPA; fomentando a formação continuada; apoiando a valorização do servidor; promovendo a execução orçamentária, financeira e logística das ações demandadas por órgãos colegiados institucionais e de Programas vinculados à Rede Federal.

Diante disso, buscamos executar os principais objetivos estratégicos traçados pelo IFPA, que repercutiram acentuadamente na qualidade de suas ações no exercício de 2013, e nos serviços educacionais prestados à sociedade, melhorando a qualidade de vida dos atores internos e externos que se relacionam com o Instituto, com atuações visando atender as ações necessárias à execução dos Programas de Trabalho definidos pelo Ministério da Educação, com a participação de todo o corpo gestor e representantes dos segmentos da sociedade que constitui o elemento balizador, para alcançar o cumprimento da responsabilidade social da Instituição, sendo possível identificar a relação entre os objetivos estratégicos priorizados e desenvolvidos no IFPA no ano de 2013 e o planejamento apresentado no PPA 2012/2015, principalmente no que concerne às diretrizes estabelecidas.

Ações planejadas:

- Promoção do desenvolvimento das atividades de gestão/administração do Instituto por meio da viabilização das condições materiais de funcionamento (estrutura física, equipamentos, materiais de consumo e serviços);
- Promoção da gestão dos recursos humanos do Instituto, dando suporte para a realização de ações, projetos e programas que possibilitem o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores;
- Acompanhamento e execução dos recursos oriundos da LOA/Matriz CONIF, destinados à expansão e reestruturação;
- Suporte técnico orçamentário e financeiro à construção dos 05(cinco) novos campi;
- Modernização e reforma dos 12(doze) campi;
- Promoção à formação inicial e continuada de professores e servidores, em articulação com os sistemas de ensino estadual e municipal, nas modalidades EAD, semipresencial e presencial;
- Descentralização e monitoramento da execução de recursos junto às Unidades do IFPA, no sentido de garantir a gestão administrativa, financeira e técnica para o desenvolvimento das ações planejadas;
- Manutenção dos serviços terceirizados; da infraestrutura física de obras de pequeno vulto;
- Aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico;
- Descentralização de recursos aos campi, no sentido de suprir as necessidades básicas do educando, por meio da ação Assistência ao Educando;
- Execução e acompanhamento dos recursos destinados aos Programas de Governo: PARFOR, PROCAMPO, E-tec, UAB e PRONATEC;
- Contribuição financeira anual ao Conselho Nacional das Instituições da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o intercâmbio de informações e

- políticas voltadas para a educação;
- Fornecimento de dados de gestão aos órgãos de controle interno e unidades do IFPA, quando solicitados;
- Fornecimento de dados de execução orçamentária e financeira à Diretoria de TI para implantação do Módulo Orçamento, com migração de informações do SIAFI.

Algumas ações planejadas da Pró-Reitoria de Administração, ainda não são executadas à contento e de forma sistematizadas, por que dependem da implantação de módulos do Sistema Integrado de Gestão (Orçamento, Contratos, Compras, Almoxarifado, Patrimônio, Transporte/Veículos, Licitação, Infraestrutura, Protocolo). Em fase de teste, o módulo de Orçamento, com previsão para implantação do restante até o 2º semestre de 2014.

2.1.2 ÁREA DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) tem como objetivo estratégico ampliar a abrangência do instituto no estado por meio da criação de novos cursos e serviços educacionais levando em consideração a região de atuação dos campi; investir na melhoria da qualidade da educação ofertada; utilizar racionalmente os recursos do IFPA; investir em programas de excelência na gestão pública, bem como o desenvolvimento institucional por meio da gestão do conhecimento (Pesquisa e Diagnóstico Institucional) e gestão de Infraestrutura.

O planejamento estratégico da PRODIN foi norteado pelos objetivos estratégicos definidos no PDI 2009-2013, a saber: Desenvolvimento e Integração Institucional, contemplando a Gestão de Infraestrutura, Gestão da Informação e Conhecimento, além da Excelência na Gestão Pública. Desse modo, e considerando que as ações e metas estão em consonância com as competências da PRODIN, estabelecidas no Regimento Geral do IFPA, foram adotadas as seguintes estratégias para realização, tratamento de riscos e eventuais ajustes e revisões desses macroprocessos.

2.1.2.1 Objetivos Estratégicos Setoriais

- O desenvolvimento e a integração institucional devem ser realizados através da articulação entre as Pró-Reitorias e Campi e dos eixos administração, ensino, pesquisa e extensão;
- As atividades de planejamento e avaliação institucional devem ser integradas;
- Os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação devem subsidiar a integração entre os campi e reitoria;
- O desenvolvimento institucional deverá ser fomentado pelo atendimento às Políticas Públicas da educação profissional, destacando-se as políticas de expansão;
- Os parâmetros de avaliação devem ser pautados em indicadores de desenvolvimento;
- Desenvolver a pesquisa institucional atendendo aos princípios da impessoalidade, publicidade e moralidade;
- Promover a decisão da alta gestão baseada em informações institucionais de forma fidedigna e que considere o mundo produtivo, utilizando sistemas de informações gerenciais e indicadores de gestão como instrumentos indispensáveis;
- Promover junto aos Campi a importância da contínua atualização do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC) como ferramenta para gestão das obras e serviços de engenharia e fator contribuinte nas decisões orçamentárias tomadas pela Administração.

- Promover a gestão da informação e do conhecimento como produtos indicadores de desenvolvimento institucional;
- Coordenar o planejamento institucional em suas três dimensões: o estratégico, tático e operacional; tendo como principais instrumentos o PDI, Plano de Gestão e o Plano de Trabalho que devem ser utilizados pelos gestores institucionais como instrumento de gestão, comunicação e aprendizado;
- Acompanhar o planejamento institucional para garantir a excelência da gestão pública na instituição;
- Promover a fluência da estrutura organizacional, de modo a garantir a desburocratização e excelência na gestão pública de forma contínua.

2.1.2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

2.1.2.2.1 Estratégias Adotadas

As seguintes estratégias foram adotadas para o alcance dos objetivos:

- Realização do Acompanhamento e planejamento institucional, de acordo com o que preconiza o PDI 2009-2013, por meio da execução da Oficina de Planejamento ocorrida nos 12 campi em funcionamento do IFPA;
- Participação em comissões e grupos de trabalhos, notadamente a Comissão Permanente de Prestação de Contas – CPCA e Comissão Central de Coordenação Geral dos Trabalhos de Elaboração do PDI 2014-2018;
- Coordenação da elaboração do Relatório de Gestão 2013;
- Implantação, em articulação com a DTI, do Sistema de Vídeo Conferência que interliga os Campi;
- Regularização do Terreno e das obras da Reitoria;
- Realização de análise e parecer técnicos em processos de dominialidade dos terrenos dos Campi e da Reitoria;
- Constituição das Comissões de Fiscalização das obras de infraestrutura em curso, em 2013, no âmbito do IFPA;
- Elaboração de projetos básicos e acompanhamento da execução de obras e serviços de engenharia e infraestrutura para atendimento às demandas de reforma e ampliação dos Campi e da Reitoria, bem como dos Campi Novos.
- Realização de visitas técnicas e de fiscalização nas obras e serviços de engenharia em andamento nos Campi.
- Elaboração e normatização para composição de orçamentos para obras e serviços de engenharia e das novas tabelas de percentuais de BDI – Bonificação e Despesas Indiretas – utilizando como base o Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União, a Lei 12.844/2013 e o Decreto Presidencial 7.983/2013;
- Fomento a conformidade das informações institucionais exigidas nos processos censitários da Educação Básica e Educação Superior;
- Encaminhamento para fins de solicitação de atos regulatórios da IES e dos cursos referente à Educação Superior;
- Acompanhamento, assessoramento e monitoramento das avaliações de cursos superiores;
- Cadastramento, capacitação e acompanhamento dos servidores, quanto à utilização do sistema para os processos censitários da Educação Básica e Superior;

- Dar provimento, em parceria com a PROEN, dos registros junto ao sistema de informação do ENADE 2013.
- Realização de estudos e pesquisa para implantação dos campi novos de Ananindeua, Cametá, Óbidos, Paragominas e Parauapebas para a identificação e caracterização dos arranjos produtivos locais na área de influência dos novos campi;
- Realização de audiência pública com vistas a diagnosticar tendências, preferências e opções que possam conduzir o IFPA, na oferta de cursos regulares por parte dos campi novos de Óbidos e Parauapebas;
- Contribuir, em articulação com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), na regulamentação do fluxograma dos novos processos de Gestão a partir da implantação do Software de Gestão Integrada;
- Participação em comissões e grupos de trabalhos, notadamente a Comissão de Elaboração de Indicadores e Quadro de Informações Gerais para atender as demandas internas, assim como do MEC, SETEC e TCU;
- Regularizar, atualizar e incluir informações das obras e serviços de engenharia novos e em andamento no SIMEC/MEC;
- Elaboração da proposta de reestruturação do Organograma da Reitoria e elaboração do organograma dos Campi Novos, e de regulamentação das atribuições com as respectivas funções gratificadas, no âmbito da Reitoria;
- Elaboração da proposta de criação de setores como: a Ouvidoria e Comissão de Ética Pública;
- Participação em comissões e grupos de trabalhos, notadamente a Comissão de Programa de Gestão Ambiental, Comissão de Ética Pública, Comissão do PDI(2014-2018), Comissão Permanente de Prestação de Contas;
- Implantação do Ponto Eletrônico;
- Articulação, em conjunto com a DGP, com entidades de capacitação e qualificação (CENTRESAF e CAPACIT/UFPA), com vista à oferta de cursos aos servidores do IFPA;
- Capacitação dos servidores da PRODIN para o desempenho dos cargos e funções, promovendo o desenvolvimento dos servidores e a melhoria do clima organizacional, com vistas a atingir os objetivos estratégicos desta Unidade.

2.1.2.2.2 Avaliação de Risco

Os riscos avaliados por esta diretoria foram os seguintes:

- Incipiência do planejamento integrado e participativo em virtude do modelo de gestão vigente;
- Imediatismo na implantação de programas do governo sem tempo hábil para um planejamento adequado;
- Distâncias territoriais/geográficas entre os campi do IFPA;
- Baixa participação e envolvimento dos Campi nas ações de Elaboração do Relatório de Gestão;
- Condições precárias de disponibilidade de acesso à internet, nos municípios onde estão instalados alguns campi, dificultando a comunicação eletrônica e, por conseguinte, a implantação do sistema de vídeo conferência;
- Entraves junto aos poderes públicos quanto à regularização da dominialidade dos terrenos dos Campi do IFPA;

- Não cumprimento dos prazos, por partes das empresas de engenharia contratadas, para reformas, ampliações e construções das unidades do IFPA (Campi e Reitoria);
- Quadro reduzido de engenheiros e ausência de arquiteto na Reitoria para fiscalização e elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia para os Campi;
- Reduzido número de servidores para execução das ações de desenvolvimento e integração institucional;
- Desconformidade de informações institucionais IFPA, disponíveis em seus sistemas internos, e as bases de dados externas, principalmente as censitárias e de regulação;
- Prazos exíguos, definidos pelo MEC, para efetuar os registros nos sistemas de informações computacionais do MEC;
- Baixo envolvimento e tempo de resposta elevado para os registros dos dados institucionais nos sistemas de informações computacionais do MEC;
- Baixo envolvimento dos Campi no fornecimento e atualização das informações no SIMEC.
- Dificuldades de monitoramento das políticas públicas considerando o número reduzido de servidores;
- Dificuldades na sistematização dos indicadores e aspectos sócios econômicos do Estado do Pará e seus arranjos produtivos locais;
- Pouca participação da sociedade local nas audiências públicas;
- Baixa capacitação em gestão;
- Sistemas incipientes de informações gerenciais.

2.1.2.3 Revisão de Macroprocessos Internos

- Proposta de mudança da estrutura organizacional da PRODIN buscando atender o planejamento mais estratégico para a execução das ações de desenvolvimento e integração institucional;
- Ampla divulgação nas mídias locais, além do trabalho de convencimento dos diversos setores (educação, comércio, indústria, etc.) e atores sociais visando o aumento da participação e a consequente legitimidade das audiências públicas realizadas;
- Proposição de reformulação das atribuições das funções da PRODIN (Coordenações da DDIN e DINP), face à mudança da estrutura organizacional da Reitoria e suas respectivas áreas de atuação com perspectivas de ampliação a fim de atender a todos os macroprocessos inerente da PRODIN, como a criação do setor de avaliação institucional, criação das coordenações na Diretoria de Engenharia e Infraestrutura e adequação do caráter sistêmico das coordenações e devida compatibilização de provisão de gratificação.

2.1.2.4 Adequação nas Estruturas

- Inclusão de mais dois servidores (engenheiro e arquiteto) nos quadros da PRODIN;
- Proposição e apoio à elaboração de proposta para a aquisição de novos serviços de link (Rede Nacional de Pesquisa – RNP) para prover a infraestrutura necessária à criação da Rede de Videoconferência;
- Capacitação dos servidores na utilização dos sistemas informatizados do MEC realizados de modo descentralizado (nos campi).
- Alteração da estrutura organizacional da PRODIN;

- A mudança do organograma funcional e suas atribuições, o que foi demandado pela necessidade de definição de área prioritária sendo substituída a Coordenação de Normas e Procedimentos pela Coordenação de Planejamento Institucional que considere as práticas já previstas nas atribuições gerais da PRODIN.

2.1.2.5 Execução do Plano de Metas ou de Ações

2.1.2.5.1 Resultado das ações planejadas

Os resultados das ações planejadas no exercício 2013 foram os seguintes:

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional teve como prioridade em 2013 promover ações que resultassem na utilização do Planejamento Estratégico e PDI do IFPA, onde através do seu plano de gestão, para o período de 2010 a 2014, procurou traçar metas e alinhar as diretrizes pela busca de bons resultados. No qual, refletiram-se em desafios como: implantar em todos os níveis a gestão estratégica, promover a cultura do planejamento no IFPA, implantar programa de desburocratização e excelência na gestão pública, desenvolver a cultura permanente em pesquisa, diagnóstico e avaliação institucional, promover e implantar o sistema integrado de pesquisa e avaliação institucional, redimensionar a estrutura e organização da diretoria de pesquisa, promover ações da diretoria de engenharia nos campi e envolver os campi nos processos de acompanhamento das obras e serviços de engenharia. E ainda, estimular a prestação de informações institucionais de forma fidedigna, normatizar as ações de prestação de informações institucionais, atualização contínua dos procedimentos em atendimento a legislação; todos estes vinculados aos objetivos estratégicos de ampliar a abrangência do Instituto no Estado por meio da criação de novos campi, cursos e serviços educacionais, levando sempre em consideração a região de atuação dos campi, investir na melhoria da qualidade da educação ofertada, utilizar racionalmente os recursos disponíveis e investir em programas de excelência na gestão pública.

As supracitadas estratégias adotadas pela PRODIN, descritas sob a forma de Projetos no Plano de Gestão da PRODIN (2010-2014), estão centradas, basicamente, nos pontos:

- Capacitação dos gestores em Gestão Estratégica, com o escopo de prepará-los para o desenvolvimento de seus princípios, estabelecimento de uma estrutura organizacional e processual do planejamento institucional, captação estratégica de recursos extraorçamentário de acordo com as necessidades sociais e institucionais e desburocratização e excelência na gestão pública.
- Quanto à avaliação de risco, em relação às estratégias adotadas, relaciona-se com as ameaças e fraquezas diagnosticadas no âmbito do ambiente interno e externo na qual a DDIN encontra-se inserida. Pois, devido a algumas mudanças ocorridas no âmbito institucional, os objetivos estratégicos delineados por esta diretoria foi afetado de forma bastante significativa. Ocasionalmente muitas vezes pela falta de tradição de planejamento integrado e participativo ou mesmo pela imposição do governo na implantação de programas, ou até mesmo devido às distâncias territoriais/geográficas dos campi;
- Além das limitações orçamentárias e financeiras, entre outros. A única alteração que ocorreu nos macroprocessos foi, em Captação de recursos e financiamentos ao atendimento das demandas sociais e institucionais, visto que se deu como forma de proporcionar maior clareza à sociedade interna e externa do IFPA;
- Capacitação dos engenheiros a fim de fornecer conhecimentos sobre os processos licitatórios, contratos e elaboração de orçamentos de obras de engenharia.
- Gestão junto aos Campi para regularização e atualização do SIMEC.

- Elaboração de um cronograma de visitas técnicas nos Campi em funcionamento para acompanhamento e análise das obras executadas e em execução.

Das ações planejadas no âmbito da DDIN, foram desenvolvidos estudos e pesquisas dentro de sua atuação programática, na busca de construir um cenário ideal para implementação de determinadas ações para implantação dos novos campi. Das ações planejadas podemos destacar:

- A realização das oficinas aos campi e respectivas comunidades circunscritas sobre a elaboração de Planos de Desenvolvimento de cada campus (PDCs) que teve como resultado o levantamento diagnóstico inicial que, por sua vez, subsidiou os trabalhos preliminares para a elaboração do PDI (2014-2018);
- A elaboração de propostas de normatização de Comissão Permanente de Prestação Anual de Contas, os indicadores de gestão no âmbito do IFPA;
- Proposição de criação de unidades organizacionais, denominadas de Auxiliar Institucional (AIs), em cada campus, para interagir junto ao setor de Pesquisador Institucional, tendo como atribuição principal atuar com a interlocução, entre o campus e Reitoria, das informações a serem respondidas em diversos processos censitários e de regulação da educação superior.

Das ações planejadas no âmbito da DINP, foi realizado um planejamento para acompanhamento *in loco* das ações, dentro da sua atuação, em todos os campi, buscando mapear a realidade das unidades do IFPA e diagnosticar as suas deficiências em infraestrutura, a fim de saná-las por meio dos projetos para as obras de engenharia.

- Constituição das Comissões de Fiscalizações para os contratos de obras e serviços de engenharia, novos e em andamento.
- Realização de visitas técnicas periódicas aos Campi em funcionamento e aos locais de implantação dos novos Campi.
- Diagnóstico das infraestruturas dos Campi, culminando na elaboração de relatórios técnicos e fotográficos, disponibilizados aos gestores para avaliação.
- Elaboração de projetos básicos e executivos para obras de construção e reforma nos Campi. Destacam-se os projetos básicos para licitação nos seguintes Campi:
 - ✚ Construção do Campus Óbidos – 2ª etapa, atualmente em progresso.
 - ✚ Construção do Bloco Pedagógico e Muro do Campus Ananindeua, atualmente em progresso.
 - ✚ Reforma do Bloco Pedagógico do Campus Abaetetuba, em andamento.
 - ✚ Construção do Bloco Pedagógico, Pórtico e Muro do Campus Avançado Vigia de Nazaré, em andamento.
 - ✚ Reforma da Cobertura dos Prédios do Campus Altamira, em fase de conclusão.
- Padronização da composição de orçamentos para obras e serviços de engenharia e das novas tabelas de percentuais de BDI – Bonificação e Despesas Indiretas – utilizando como base o Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União, a Lei 12.844/2013 e o Decreto Presidencial 7.983/2013.
- Confecção de análise e pareceres técnicos em processos de dominialidade dos terrenos dos Campi e da Reitoria;
- Realização de palestra no Programa Planejamento de Implantação e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica direcionada aos diretores dos campi em implantação sobre análise situacional da dominialidade dos terrenos.

- Ações junto à Prefeitura de Belém, Secretaria Municipal de Urbanismo e Superintendência de Patrimônio da União com vistas à regularização do terreno e das obras da Reitoria;
- Implantação do site da DINF, contendo os relatórios e demais documentos pertinentes às obras e serviços de engenharia executados, disponibilizando-os aos gestores dos campi por meio da intranet.
- Capacitação dos engenheiros em cursos de licitação e contratos, Regime Diferenciado de Contratações, Elaboração de Orçamentos de Engenharia e Luminotécnica Aplicada.
- Resgate e compilação da memória dos contratos de obras executadas e concluídas.
- Análise e aprovação de projetos arquitetônicos e complementares, assim como planilhas orçamentárias, elaborados por empresas especializadas em projetos contratadas para este fim.

2.1.3 ÁREA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA E SUPERIOR

A Pró-Reitoria de Ensino tem como objetivo estratégico regular os cursos ofertados no âmbito do IFPA; descentralizar a gestão acadêmica dos cursos técnicos oferecidos na modalidade de ensino a distância, fomentados pelo Programa e-Tec Brasil; auxiliar os campi na alimentação do sistema Sistec, Educacenso, Censo Superior, Enade; prestar suporte à Pesquisadora Institucional na alimentação do sistema e-MEC; implementar o plano de melhorias dos cursos superiores a partir da reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC, garantindo um desenvolvimento dos cursos com qualidade, desde sua concepção; construir uma gestão acadêmica compartilhada de curso, incluindo a auditoria do ensino nos campi; mobilizar e sensibilizar os gestores nos campi quanto à importância do trabalho coletivo (reitoria/campus) no alcance de uma formação acadêmica de qualidade, discutindo a importância da função social do IFPA no Estado do Pará para o atendimento às demandas regionais; e assessorar os campi na execução das ações de que seus desempenhos propicie indicadores que apontem o nível qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Dentre as ações planejadas pela PROEN para o exercício 2013, tem-se:

- Submeter para aprovação pelo Conselho Superior – CONSUP, projetos pedagógicos de cursos FIC no âmbito do Programa Bolsa Formação – PRONATEC, bem como a autorização de funcionamento dos cursos nos campi;
- Submeter para aprovação pelo Conselho Superior – CONSUP, projetos pedagógicos de cursos FIC na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA/FIC, bem como a autorização de funcionamento dos cursos nos campi;
- Submeter para aprovação pelo Conselho Superior – CONSUP, projetos pedagógicos de cursos regulares de Educação Básica Profissionalizante, reformulados conforme a legislação vigente os planos institucionais, bem como a autorização de funcionamento dos cursos nos campi;
- Submeter para aprovação pelo Conselho Superior – CONSUP, projetos pedagógicos de cursos regulares de Educação Superior, reformulados conforme a legislação vigente os planos institucionais, bem como a autorização de funcionamento dos cursos nos campi;
- Encaminhar a Pesquisadora Institucional a demanda institucional para protocolizar junto ao Ministério da Educação, Secretaria de Avaliação e Regulação da Educação Superior

- SERES, por meio do sistema e-MEC, pedido de reconhecimento e novação de reconhecimento de cursos superiores do IFPA.
- Consolidação do calendário acadêmico institucional para aprovação pelo CONSUP para o ano subsequente;
- Capacitação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento das atividades nos sistemas Sistec, Educacenso, Censo Superior, ENAD e Sisú;
- Orientações e acompanhamento, em conjunto com a Pesquisadora Institucional, das ações realizadas pelos campi no preenchimento dos sistemas Sistec, Educacenso, e Censo Superior;
- Orientação quanto à legislação vigente e as diretrizes curriculares necessárias para o bom funcionamento dos cursos no IFPA;
- Orientação quanto os trâmites necessários ao atendimento das exigências da regulação dos cursos superiores junto ao MEC e suporte quando da avaliação, in loco, dos cursos por avaliadores do MEC/SERES.
- Realização de visitas a instituições de renomado desenvolvimento em EAD, em especial à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, para o aprimoramento e consolidação da proposta de ensino a distância no IFPA;
- Viabilização de construção do Projeto do Prédio do Núcleo de EAD;
- Implementação dos núcleos de educação à distância nos campi do IFPA
- Participação em eventos que proporcionam o fortalecimento da tríade ensino-pesquisa-extensão.

2.1.4 ÁREA DA PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

O planejamento estratégico da PROPPG foi norteado pelos macroprocessos finalísticos de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Para cada processo finalístico foram definidos objetivos setoriais com ações e metas. Todas as ações planejadas estão relacionadas com as competências da PROPPG estabelecidas no Estatuto e no Regimento.

Os cenários diagnosticados quando da realização do planejamento foram:

- Falta de corpo docente qualificado para desenvolver projetos de pesquisa e criação de cursos de pós-graduação;
- Falta de um sistema informatizado que integre as ações de ensino, pesquisa e extensão;
- Cultura exclusivista ao ensino profissionalizante de nível médio e de graduação;
- Falta de definição das linhas de pesquisa prioritárias;
- Falta de incentivo ao desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- Falta de um diagnóstico dos projetos de pesquisa em andamento no IFPA;
- Falta de uma avaliação da produção dos grupos de pesquisa do IFPA;
- Falta de normatização da distribuição de carga horária de trabalho docente nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Falta de um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.

A seguir pode-se observar o planejamento estratégico da PROPPG dividido pelos macroprocessos finalísticos:

- **Pesquisa:** Promover pesquisas científicas e tecnológicas que resultem em soluções inovadoras.
- **Pós-graduação:** Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação dos servidores do IFPA.
- **Inovação Tecnológica:** Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.

2.1.4.2 Objetivos Estratégicos Setoriais

- Submissão de propostas para aquisição de quotas de bolsas de iniciação científica e tecnológica Financiadas por agências de fomento à pesquisa;
- Lançamento de editais para concessão de bolsas de iniciação científica à comunidade discente do IFPA;
- Lançamento de edital para apoio a projetos de pesquisa (compra de equipamentos e material de consumo);
- Lançamento de edital para apoio a publicação de artigos em periódicos;
- Lançamento de edital para apoio a participação em eventos científicos;
- Submissão de propostas de financiamento de projetos de pesquisa para agências de fomento;
- Realização do Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFPA.
- Promover oficinas, seminários, congressos e outros eventos;
- Promover associações entre instituições de ensino, pesquisa, pós-graduação e inovação na forma de convênios e cooperação técnico-científica-educacional, para o desenvolvimento de pesquisa em rede e pós-graduação;
- Incentivar a criação de cursos de pós-graduação
- Zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- Participação junto a Rede NIT Norte das ações referentes ao projeto NAMOR – Núcleo de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental, aprovado pela FINEP como encomenda transversal de infraestrutura para sua implantação e consolidação;
- Celebração de Acordo de Cooperação Técnico- científico entre o IFPA e o MPEG, para a execução do curso de especialização em Gestão da Inovação com o intuito de capacitar profissionais dos NITS da Amazônia Oriental na área de Inovação Tecnológica;
- Incentivo à Inovação Tecnológica.

2.1.4.3 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

2.1.4.3.1 Estratégias Adotadas

2.1.4.3.2 Avaliação de Risco

2.1.4.4 Revisão de Macroprocessos Internos

2.1.4.5 Adequação nas Estruturas

QUADRO 3: ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

ESTRATÉGIAS ADOTADAS	AValiação DE RISCO	REVISÃO DE MACROPROCESSOS INTERNOS	ADEQUAÇÕES NAS ESTRUTURAS
1. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC, PIBIC-AF, PIBITI, PIBIC-EM	Não lançamento de editais e/ou não aprovação da proposta	Melhoria do Acompanhamento dos editais das agências de fomento.	-----

(CNPq e FAPESPA)	da instituição pelas agências de fomento.		
2. Edital para concessão de bolsas do PIBIC, PIBIC-AF, PIBITI, PIBIC-EM (CNPq e FAPESPA)	Não concessão de todas as bolsas disponíveis.	Lançamento de outras chamadas até a concessão de todas as bolsas.	-----
3. Programa de Pesquisa Institucional - Edital para apoio dos projetos de pesquisa	Não execução financeira dos projetos aprovados pelos campi	Antecipação dos resultados e centralização dos recursos	-----
4. Edital de auxílio à publicação de periódicos	Falta de propostas para o Edital	Intensificação do processo de divulgação do Edital	-----
5. Edital para apoio aos servidores na participação em eventos científicos	Falta de propostas para o Edital	Intensificação do processo de divulgação do Edital	-----
6. Realizar o V SICTI	Problemas com o orçamento disponível; Não comprometimento dos docentes na avaliação dos trabalhos científicos; Falta de comprometimento da equipe do campus sede; Problemas com a logística do evento.	Seguir o planejamento orçamentário previamente definido; Ampliação do quadro de avaliadores; Mudar o local do evento; Planejamento antecipado das ações de logística.	Mudança do local do evento de Abaetetuba para Belém
7. Manter e ampliar até 2013 os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (Minter/Dinter) com universidades públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA	Problemas com o orçamento disponível. Problemas com convênios em andamento.	Seguir o planejamento orçamentário previamente definido. Solução das pendências dos convênios.	-----
8. Aprovação do PIQ IFPA	Reprovação pelo CONSUP	Modificação do Programa	-----
9. Edital do Plano de Institucional de Qualificação - PIQ-IFPA	Falta de propostas para o Edital	Intensificação do processo de divulgação do Edital	-----
10. Resolução sobre afastamentos dos servidores do IFPA para qualificação	Reprovação pelo CONSUP	Modificação das normas	-----
11. Colaborar na submissão de propostas de programas de pós-graduação em nível stricto sensu	Falta de docentes suficientes com doutorado; Falta de infraestrutura nos campi.	Retorno de docentes da qualificação com o título de doutor; Lançamento de edital para compra de equipamentos	-----
12. Aprovação da Política de Inovação	Reprovação pelo CONSUP	Modificação da Política	-----
13. Capacitação dos servidores. Viagens para palestras sobre Propriedade Intelectual	Problemas com o orçamento disponível e logística	Seguir o planejamento orçamentário previamente definido. Planejamento antecipado das ações de logística.	-----
14. Depósito de patentes	Ausência de criações	Intensificação das atividades de estímulo á inovação	-----
15. Participação do IFPA na Feira estadual de C, T e I.	Falta de projetos dos campi	Intensificação do processo de divulgação do Edital	-----

16. Coordenação do curso de especialização em gestão da inovação (Namor)	Problemas com o orçamento e a infra-estrutura	Seguir o planejamento orçamentário previamente definido e intensificar parceria com DPPI do campus Belém	O 1º módulo foi realizado na UFPA
--	---	--	-----------------------------------

Fonte: PROPPG/IFPA

2.1.4.6 Execução do Plano de Metas ou de Ações

2.1.4.6.1 Resultado das ações planejadas

Nos Quadros abaixo pode-se observar as descrições das ações da PROPPG, os resultados e as observações pertinentes. As ações estão separadas por macroprocessos finalísticos (Pesquisa, Pós-graduação e Inovação).

QUADRO 4: RESULTADO DAS AÇÕES PLANEJADAS E OBSERVAÇÕES PERTINENTES DA PESQUISA

Ação / Descrição	Observações Pertinentes	STATUS
1. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC CNPq	Proposta aprovada (05 bolsas).	Concluído
2. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC-Af CNPq	Proposta aprovada (02 bolsas).	Concluído
3. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBITI CNPq	Proposta aprovada (10 bolsas).	Concluído
4. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC FAPESPA	Proposta aprovada (20 bolsa).	Concluído
5. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC-EM CNPq	O prazo das bolsas foi prorrogado para jul/2014 e a submissão será realizada em 2014	Não iniciado
6. Edital para concessão de bolsas do PIBIC-EM CNPq	Edital lançado e 20 bolsas implementadas	Em andamento
7. Edital para concessão de bolsas do PIBIC CNPq	Edital lançado e 05 bolsas implementadas	Em andamento
8. Edital para concessão de bolsas do PIBITI CNPq	Edital lançado e 10 bolsas implementadas	Em andamento
9. Edital para concessão de bolsas do PIBIC-Af CNPq	Edital lançado e 02 bolsas implementadas	Em andamento
10. Edital para concessão de bolsas do PIBIC FAPESPA	Edital lançado. 20 bolsas implementadas.	Em andamento
11. Programa Jovens Talentos da CAPES	Seleção realizada. Foram implementadas 16 bolsas.	Em andamento
12. Programa de Pesquisa Institucional - Edital para apoio dos projetos de pesquisa	Programa aprovado no CONSUP e edital lançado. Oito (08) propostas aprovadas. Valor disponibilizado: R\$ 300.000,00 Valor Aprovado: R\$ 134.282,75; Valor Executado: R\$0,00.	Em andamento
13. Enviar proposta para o Edital do CT-INFRA	Proposta reprovada.	Concluído
14. Encaminhar proposta de Castanhal para o Edital do Pró-Equipamentos da CAPES	Projeto aprovado no valor de R\$ 180.000,00.	Concluído
15. Edital de auxílio à publicação de periódicos.	Edital lançado, porém não foram encaminhadas propostas. Valor disponibilizado: R\$ 20.000,00; Valor Aprovado: R\$0,00; Valor Executado: R\$0,00.	Concluído

16. Edital para apoio aos servidores na participação em eventos científicos	Edital encerrado com 19 propostas aprovadas. Valor disponibilizado: R\$ 80.000,00; Valor Aprovado: R\$ 54.826,33; Valor Executado: R\$ 54.826,33.	Concluído
17. Realizar o V SICTI no Campus Belém	Evento realizado com êxito. 111 trabalhos apresentados. 257 inscritos. Recursos captados: R\$ 11.000,00 da CAPES e R\$ 15.612,00 da FAPESPA. Recursos gastos pela PROPPG: R\$ 4.463,00.	Concluído
18. Implantação do SIGAA: Cadastro dos projetos de pesquisa, Grupos de pesquisa, pesquisadores, bolsistas, Editais	Parte dos grupos de pesquisa já estão cadastrados, os projetos do PIBIC estão cadastrados e iniciaremos e através dos próximos Editais daremos andamento ao cadastramento de pesquisadores e projetos	Em andamento

Fonte: PROPPG/IFPA

QUADRO 5: RESULTADO DAS AÇÕES PLANEJADAS E OBSERVAÇÕES PERTINENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO

Ação / Descrição	Observações Pertinentes	STATUS
1. Levantamento de demandas e prioridades para a formação dos servidores (formulários e base de dados)	Alguns campi não forneceram as informações. Falta fazer um relatório e divulgar na página PROPPG	Em andamento
2. Identificação dos grupos que tenham potencial para Coordenar programas de PG (formulários e base de dados)	Engenharia de materiais e Educação do campus Belém	Concluído
3. Levantamento e cadastramento dos cursos existentes de PG	Levantamento realizado. Relatório publicado na internet. Falta também cadastrar no sistema.	Concluído
4. Manter e ampliar até 2013 os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (Minter/Dinter) com universidades públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA	-	-
4.1. Mestrado em Gestão Pública	NAEA/UFPA não pode ofertar turma extra de mestrado em gestão pública	Não iniciado
4.2. Ofertar mestrado de Castanhal em outros campi	Reunião realizada no dia 26/11. A PROPPG irá realizar um levantamento de demanda	Em andamento
4.3. MINTER com a UFRRJ	Negociação com a Educação no Campo da UFRRJ em andamento. 1º turma para Marabá.	Em andamento
4.4. Enviar proposta de MINTER e Dinter para a CAPES	O Edital da CAPES para MINTER e DINTER foi paralisado em 2013	Não iniciado
4.5. Minter do PPGEDAM em Santarém	Proposta de Santarém (NUMA) retornou para a PROPPG e está sendo avaliada.	Em andamento

4.6. Convênios com a UFPA	Os convênios com a UFPA foram mantidos, porém não foram realizadas novas parcerias (PRODENA e Educação). As propostas não atendem aos critérios da PROPPG. Valor investido pela PROPPG nos convênios com a UFPA: R\$ 130.000,00.	Em andamento
5. Aprovação do PIQ IFPA	Programa aprovado no CONSUP Resolução nº 03/2013	Concluído
6. Edital do Plano de Institucional de Qualificação - PIQ-IFPA	Edital com 06 propostas aprovadas (5 DO; 1 ME). Valor investido: R\$ 25.800,00.	Concluído
7. Resolução sobre afastamentos dos servidores do IFPA para qualificação	Aprovado pelo CONSUP no dia 22/11/2013	Concluído
8. Estabelecer convênios de cooperação técnico-científico internacional para a qualificação do corpo dos servidores	Foram realizadas reuniões com Instituições do Canadá. Ainda não foi fechado nenhum convênio.	Em andamento
9. Colaborar na submissão de propostas de programas de pós-graduação em nível stricto sensu	-	-
9.1. Colaborar na submissão da proposta do Mestrado em Ciências e Engenharia de Materiais (Acadêmico)	A proposta do mestrado em Ciências e Engenharia de Materiais foi aprovada pelo CONSUP e a equipe do curso encaminhou a proposta para a CAPES. A proposta foi recusada, porém o IFPA encaminhou um pedido de reconsideração.	Concluído
9.2. Colaborar na submissão da proposta do Mestrado em Tecnologias Educacionais para as Relações Etnicorraciais (Profissional)	A proposta do mestrado foi aprovada pelo CONSUP e será encaminhada em 2014 para a CAPES	Em andamento
10. Contribuir em parceria com a PROEN e a PROEXT para a aprovação, até 08/2013, de uma resolução que norteie as atividades docentes no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, além daquelas atividades relacionadas com interesses da instituição	A PROPPG apreciou a resolução de carga horária e fez as suas considerações	Concluído

Fonte: PROPPG/IFPA

QUADRO 6: RESULTADO DAS AÇÕES PLANEJADAS E OBSERVAÇÕES PERTINENTES DA INOVAÇÃO

Ação / Descrição	Observações Pertinentes	STATUS
1. Aprovação da Política de Inovação	Resolução aprovada no CONSUP Nº 06/2013	Concluído
2. Estruturação do NIT	A sede do NIT será provisoriamente em Castanhal	Concluído
3. Portaria de criação do NIT	A solicitação foi encaminhada para a DPPI, porém voltou para reformulações.	Em andamento
4. Viagens para palestras sobre Propriedade Intelectual: 4 campi (1 Castanhal; 1 Belém; 2 em campi afastados, podendo ser Santarém e Itaituba)	O material de divulgação está pronto, porém as viagens estão ainda não foram realizadas	Em andamento
5. Servidor com formação em direito a ser lotado no NIT para atuação em Propriedade Intelectual	A equipe de Castanhal possui um servidor com formação na área de direito. Solicitaremos duas vagas para o NIT no próximo concurso.	Concluído

6. Curso de especialização em inovação. Buscar, no Paraná, os equipamentos de ensino a distância	Os equipamentos não foram enviados por pendências com IFPR	Não iniciado
7. Depósito de patentes	Depósito da patente da Profa. Sabina Cardoso. Bionanocompósitos poli(álcool vinílico)-poliuretano/hidroxiapatita para enxerto ósseo.	Concluído
8. Participação do IFPA na Feira estadual de C, T e I.	O IFPA participou com êxito através do stand e das palestras	Concluído
9. Coordenação do curso de especialização em gestão da inovação (Namor)	O curso já teve dois módulos. Pendências com a FAPESPA foram resolvidas.	Em andamento

Fonte: PROPPG/IFPA

2.1.5 ÁREA DA EXTENSÃO

2.1.5.1 Resultados das Ações Planejadas e Status da Ação

QUADRO 7: RESULTADO DAS AÇÕES PLANEJADAS, SETORES ENVOLVIDOS, OBSERVAÇÕES PERTINENTES E STATUS DA AÇÃO.

Ação / descrição	Setor envolvido	Observações pertinentes	Status - Concluído - Em andamento - Não iniciado
Ação 1 - Normatização/Regulamentação de políticas institucionais vinculadas às competências/atribuições da PROEXT, no âmbito do IFPA.			
1.1. Normatização da Política e atividades de Extensão do IFPA.		Tendo em vista a reestruturação do organograma e das ações da PROEXT, esta atividade ainda não foi concluída, devendo-o ser até Março/2014.	Em andamento
1.2. Normatização do Programa MULHERES MIL.		O Programa MM agora faz parte do PRONATEC e segue normatização do mesmo.	Concluído
1.3. Normatização da política de Estágio, em parceria com a PROEN e DGP.	PROEN & DGP	Resolução 29/2013 aprovada no CONSUP	Concluído
1.4. Normatização da Cooperação Nacional e Internacional.	PROEN & PROPPG		Em andamento
1.5. Regulamentação do sistema de Acreditação dos alunos do IFPA, em parceria com a PROEN.	PROEN	Aguardando Encaminhamento da PROEN. De acordo com informações da SETEC a legislação em nível Nacional sairá em Abril, ficando as instituições responsáveis pela regulamentação interna a partir disso. Essa ação é conhecida como CERTIFIQUE, sendo a parte relacionada à PROEXT o que está vinculado ao PRONATEC.	Em andamento
1.6. Regulamentação do Programa Ciência Sem Fronteiras, em parceria com a PROEN e PROPPG.	PROEN & PROPPG		Em andamento
1.7. Regulamentação da Mobilidade Estudantil em parceria com a PROEN.	PROEN	Resolução 71/2013 aprovada no CONSUP	Concluído
1.8. Regulamentação do afastamento de servidor para fins de capacitação no exterior.	PROPPG E DGP	Resolução 96/2013 aprovada no CONSUP	Concluído

1.9. Normatização da política de EAD, em parceria com a PROEN, das ações pertinentes à PROEXT.	PROEN	Aguardando posicionamento da PROEN	Em andamento
1.10. Normatização do Programa PRONATEC;		Resolução 16/2013 foi aprovada em Abril de 2013 e substituída pela Resolução 290/2013, aprovada <i>ad referendum</i> , em dezembro/2013.	Concluído
1.11. Normatização do Núcleo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia do IFPA;	PROPPG	Aguardando posicionamento da PROPPG em relação à Política Geral do NIT e portaria de oficialização do Núcleo.	Em andamento
Ação 2 - Implementar o Programa PROEXTENSÃO, em parceria com os Campi, selecionando Projetos via Edital por faixa de financiamento, incentivando a produção de artigos para publicação dos resultados alcançados e ampliação do número de Campi beneficiados.	Campi	Foi lançado Edital 01/2013, com 14 projetos aprovados em 8 Campi. Os recursos foram descentralizados e projetos em execução	Em andamento
Ação 3 - Realizar evento e implantar mecanismo/media de divulgação dos resultados alcançados com os Projetos selecionados no Programa PROEXTENSÃO.	DCOM	Algumas estratégias e mecanismos já foram definidas e implementadas em parceria com a DCOM, faltando apenas a realização do evento que pelo planejamento deverá ser anual, por ocasião da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, passando a compor o calendário Institucional.	Em andamento
Ação 4 - Implementar o Módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos do IFPA, em parceria com a DTL.	DTIC	O Módulo já está em uso, de forma experimental em modo Beta, com os 14 projetos de Extensão aprovados no Edital 2013. Espera-se efetivar o uso plenamente, em versão final, já com o Edital de 2014.	Em andamento
Ação 5 - Implantar o Banco de Projetos da PROEXT para fins de definição de parcerias e fontes de financiamento em potencial, em consonância com a política institucional.	DTIC	A solução já está em fase de teste, através do aproveitamento do Módulo Extensão do SIG IFPA, afim de maximizar a potencialidade oferecida pelo mesmo, e que já representa um considerável investimento da Instituição.	Em andamento
Ação 6 - Estabelecer as bases da política institucional para implantação do Banco de Dados do Observatório do Mundo do Trabalho e acompanhamento de Egressos, em parceria com a PRODIN, PROEN e DTIC.	PRODIN, PROEN & DTIC	Espera-se a partir da reestruturação e realinhamento das competências das Pró-Reitorias definir-se o grau de competência/responsabilidade de cada setor envolvido nessa ação, para assim definir a política institucional. Em Dezembro encerra o processo de definição que está sendo feito pela PRODIN.	Em andamento
Ação 7 - Implementar e coordenar o Núcleo de Tecnologias Assistivas do IFPA, parte integrante da Rede Nacional de Núcleos de Tecnologias Assistivas vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia.	PROPPG	Esta ação é contínua, faltando finalizar o processo de normatização do Núcleo, de acordo com as competências da PROEXT.	Em andamento
Ação 8 - Implantar e implementar o Centro de Custos dos Programas e projetos vinculados à PROEXT, em parceria com a PROAD e DTIC.	PROAD & DTIC	Esta ação está sendo implementada em fase de teste com os 14 projetos aprovados no Edital PROEXTENSÃO 2013	Em andamento

Ação 9 - Coordenar e acompanhar as ações do Programa Mulheres Mil, viabilizando a execução dos Projetos nos 8 Campi pactuados.	CAMPI	O Programa MM já atinge 10 dos 12 campi, com 1800 vagas ofertadas em 2013, sendo em 2014 estendido para todos os Campi do IFPA com uma pactuação prevista de 1900 mulheres a serem atendidas.	Concluído
Ação 10 - Supervisionar e acompanhar a execução das ações do PRONATEC nos vários Campi envolvidos, viabilizando a descentralização financeira para os Campi e garantindo o cumprimento dos cursos e vagas pactuados;	CAMPI	São feitas visitas periódicas a todos os campi, pela equipe gestora da Reitoria, para avaliação da execução e correção de rumos, quando necessário.	Em andamento
Ação 11 - Implantar e implementar o Programa Caravana da Ciência & Tecnologia através dos Laboratórios Móveis de Informática, com execução de 50 cursos FIC em 10 municípios do estado;	CAMPI	Foram efetivados 5 (cinco) Laboratórios Móveis de Informática, em estilo Baú-Carreta, distribuídos nos Campi de Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Óbidos e Tucuruí que servem/servirão de base de apoio para as ações do PRONATEC nos municípios de abrangência de cada Campus. Com a mobilidade do laboratório, pretende-se ampliar a ação dos Campi em até no mínimo 8 municípios por campus em 2014. Os Laboratórios têm capacidade para atendimento de 30 alunos por turma, com infraestrutura instalada inclusive para propiciar ações de EAD nos municípios mais distantes das sedes dos Campi.	Em andamento
Ação 12 - Realizar parcerias institucionais visando o incremento e atualização dos laboratórios técnico-científicos dos Campi do IFPA, considerando os resultados das avaliações realizados pelo MEC, em parceria com a PROEN e PROPPG.	PROEN	Através da implementação do PRONATEC, ampliamos as parcerias institucionais com setores da Indústria, Comércio, Mineração entre outros que vislumbram a ampliação do parque tecnológico institucional, visando o incremento de laboratórios nas áreas de expertise do IFPA e seus Campi. Em 2014 essas parcerias deverão ser fortalecidas e efetivadas formalmente.	Em andamento
Ação 13 - Criação, normatização e implantação da Câmara/Comitê de Extensão do IFPA, com representação dos vários campi;	CAMPI	Reuniões já foram realizadas com a PROEN e PROPPG, visando criar a câmara de ensino, pesquisa e extensão do IFPA, visando dar suporte aos processos que devem ser submetidos à apreciação do CONSUP. Tendo em vista a existência do Comitê de Pesquisa do IFPA, estuda-se a viabilidade de designação de competência para que este comitê, já formalmente constituído, possa estabelecer as bases regimentais dessa Câmara, que deverá ser submetido à aprovação do CONSUP.	Em andamento
Ação 14 - Definir e implementar as competências e atribuições da PROEXT e suas unidades, em parceria com a PRODIN, para fins de atualização do Regimento do IFPA.	PRODIN	Foi reestruturado o organograma da PROEXT, bem como foram revisadas e incrementadas suas competências e áreas de ação, estando em fase de conclusão todo o Processo pela PRODIN, que deverá submeter à	Concluído

		apreciação do CONSUP em 18/12/2013.	
Ação 15 - Implementação do CentrAlCiência nos diversos municípios pactuados com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.	CAMPI	Tendo em vista o processo judicial envolvendo a FUNCEFET, que era a administradora dos recursos financeiros do Projeto, não foi possível até o momento cumprir em sua totalidade o Plano de Trabalho no que concerne à estruturação das bases físicas dos Núcleos de formação nos 20 municípios previstos. Todavia, reestruturamos as ações propostas no Projeto de forma que o IFPA está cumprindo com o pactuado com o MCTI, através de outros mecanismos e estratégias, tais como: a implementação dos Laboratórios Móveis, a realização dos cursos FIC nos municípios abrangidos pelo projeto através do Pronatec, entre outros.	Em andamento

Fonte: PROEXT/IFPA

2.1.6 ÁREA DA GESTÃO DE PESSOAS

2.1.6.1 Planejamento da Unidade, Ação e Status da Ação

QUADRO 8: PLANEJAMENTO DA UNIDADE: AÇÃO/OBS PERTINENTES/STATUS

Ação / Descrição	Observações Pertinentes	Status em 31/12/2013
Capacitação de todos os servidores que atuam na área de recursos humanos nos cursos: SIAPE cadastro, SIAPE folha, Lei 8.112/90, Legislação de Benefícios e Seguridade Social, Pensão e Aposentadoria, Extrator de dados e SICAJ	- Quantitativo de servidores que participaram dos cursos de capacitação relacionados: - Curso SIAPE CADASTRO: Reitoria 4, Campus Tucuruí 1, Campus Abaetetuba 1, Campus Castanhal 2, Campus Marabá Rural 1, Campus Santarém 1, Campus Itaituba 1, Campus Breves 1, Campus Marabá Industrial 1, Campus Bragança 1, Campus Altamira 2, Campus Conceição do Araguaia 1. - Curso SIAPE FOLHA: Reitoria 4, Campus Tucuruí 1, Campus Abaetetuba 1, Campus Castanhal 2, Campus Marabá Rural 1, Campus Santarém 1, Campus Itaituba 1, Campus Breves 1, Campus Marabá Industrial 1, Campus Bragança 1, Campus Altamira 2, Campus Conceição do Araguaia 1. - Curso Aposentadoria: Reitoria 4, Campus Abaetetuba 1, Campus Castanhal 2, Campus Belém 2, Campus Bragança 1.	Em andamento
Regularização do Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - SISAC/TCU	Foi regularizado, porém ocorreram inconsistências no cadastro de alguns servidores no referido sistema, os quais estão sendo corrigidos.	Em andamento
Preparação e apresentação do Plano Anual de Capacitação do IFPA 2013	Conclusão do Plano Anual de Capacitação 2013. Processo: 23051.006604/2013-92	Concluído
Orçamento e execução do Plano Anual de Capacitação do IFPA 2013	O Acordo de Cooperação Técnica com o CAPACIT/UFPA foi estabelecido em novembro/2013 com orçamento de R\$ 494.587,50 e	Concluído

	início imediato da execução. Também foi estabelecido Termo de Cooperação com o CENTRESAF em outubro/2013, com os cursos sendo realizados no período de novembro a dezembro de 2013 e orçamento de R\$ 56.361,88.	
Elaboração do Laudo Ambiental (Insalubridade e periculosidade)	A Diretoria de Gestão de Pessoas não possui até o momento em seu quadro de pessoal um Engenheiro em Segurança do Trabalho, cargo fundamental para o direcionamento técnico necessário para elaboração do referido laudo.	Não Iniciado
Elaboração, organização e execução do edital de Remoção Interna Docente	1º fase foi concluída no mês de abril/2013 com 12 remoções concluídas. 2º fase está em andamento com previsão de conclusão para 15/01/2014.	Em andamento
Concurso Público Técnico-administrativo	Em andamento na fase de interposição de recursos, Recebimento de recurso administrativo contra resultado preliminar da prova objetiva.	Em andamento
Concurso Público Docente	Em conclusão, com varias etapas realizadas faltando apenas resultado final, com homologação prevista para janeiro/2014.	Em andamento
Elaboração de formulários e aprovação de Resoluções que regulamentam matérias da área de gestão de pessoas (resoluções de avaliação de desempenho, estágio probatório, Normas de Afastamento para ações de capacitação e para licença Capacitação dos servidores do IFPA)	Já foram aprovadas duas Resoluções em Janeiro/2013 (regulamentação de movimentações - redistribuição, remoção, exercício provisório e a regulamentação de pagamento em encargo de cursos e concursos).	Em andamento
Execução de 9 Acórdãos TCU, 15 Recomendações de auditorias com prazos expirados	Os Acórdãos e recomendações de auditorias referem-se aos anos de 2001 a 2011.	Em andamento
Centralização das atividades de Pessoal do IFPA, conforme prevê o artigo 8º da Lei 11.892/2008	Não há espaço físico e nem pessoal suficiente que comporte esta centralização até o momento atual.	Não Iniciado

Fonte: DGP/IFPA

2.1.7 ÁREA DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Lei n.º 11.892/2008, em seu artigo 2.º, define que os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Assim sendo, a missão foi elaborada em um processo coletivo resultante de uma metodologia que privilegiou a gestão participativa, tanto por meio de consultas à comunidade acadêmica e externa, à sociedade, como por meio de audiências públicas e oficinas. A resultante desse processo foi a composição da missão, da visão, dos objetivos estratégicos e dos valores compartilhados pelo IFPA.

Missão

- Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes;
- Promover a gestão dos recursos de Tecnologia da Informação no IFPA visando apoiar o desenvolvimento social do País.

Visão de Futuro

- Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho;
- Ser gestor estratégico e indispensável de informações e de recursos de Tecnologia da Informação para o êxito das políticas públicas do IFPA.

Valores

- **Integração:** Promover um ambiente propício à construção coletiva de soluções e do conhecimento.
- **Confiança:** Assegurar comportamento que gere confiança nos serviços prestados à sociedade.
- **Efetividade:** Atuar orientado para os resultados que assegurem o cumprimento da missão.

Foco em resultados

Buscar sempre a geração de valor para o IFPA e para a sociedade brasileira, com credibilidade e efetividade.

- **Inovação:** Buscar soluções inovadoras para melhor prover as informações e os recursos de TI.
- **Sustentabilidade:** Assegurar que a informação e os recursos de TI sejam economicamente viáveis, socialmente justos e culturalmente aceitos.

Para a consecução da missão e visão do IFPA foram traçados objetivos que por sua vez estão pautados em valores, estes obtidos pela análise de conteúdo dos depoimentos e manifestações na consulta pública e em cada um dos grupos de trabalhos das oficinas para a elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Processo de elaboração dos objetivos estratégicos do IFPA foi realizado de forma setorial, contemplando dimensões que geraram macro-objetivos, e estas foram desdobradas em micro-objetivos, cada uma com suas respectivas metas, considerando o quadriênio 2009-2013, que para fins de atendimento do relatório de gestão do exercício 2013, foram alinhados aos macroprocessos finalístico e de apoio, conforme exigido pela atual legislação do TCU.

2.1.7.1 Objetivos Estratégicos Setoriais

A Diretoria de Tecnologia da Informação tem como objetivo estratégico subsidiar no âmbito institucional, por meio de ferramentas e logística tecnológicas necessárias ao atendimento dos objetivos estratégicos das demais áreas de atuação do IFPA prestando assessoramento técnico à Reitoria, Pró-Reitorias e Campus em questões diretamente relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão, de uma determinada área de interesse institucional, responsabilizando-se pelo estabelecimento de princípios, diretrizes, planejamento e avaliação de projetos implementados de forma integrada pelos Campi no que tange ao uso e aos desenvolvimentos do ferramental tecnológico a gestão macro e micro.

Ações planejadas:

- Expandir o EAD nas regiões do Pará que não têm cobertura para atender as necessidades locais;
- Diminuir os índices de evasão;
- Criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do IFPA;
- Implantar sistemas de acompanhamento e avaliação da gestão pública;
- Implantar melhorias nos setores ligados e de apoio ao ensino;

- Construir uma rede sólida para a realização de pesquisas organizacionais;
- Reduzir custos;
- Investir na valorização do servidor;
- Fortalecer a segurança digital nos sistemas gerenciais e redes (dados e voz);
- Disponibilizar sistemas de informação gerenciais para subsidiar a gestão;
- Disponibilizar recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação para subsidiar a integração entre os *campi* e reitoria;
- Fornecer dados de gestão aos Órgãos de Controle Interno e Setores do IFPA.

2.1.7.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

2.1.7.2.1 Estratégias Adotadas

- Contratação de links de Internet pelo próprio Campus;
- Solicitação de contratação de links através da RNP;
- Manter atualizado o sistema de controle acadêmico SCA;
- Garantir duas vagas por Campus para capacitação na Escola Superior de Redes – RNP;
- Implantar pelo menos 2(dois) links de Internet por Campus;
- Implantação dos módulos do SIG;
- Implantação do sistema de videoconferência entre os Campi.

2.1.7.2.2 Avaliação de Risco

- Quadro de pessoal reduzido;
- Distâncias territoriais/geográficas dos campi do IFPA.

2.1.7.3 Revisão de Macroprocessos Internos

Foi desenvolvido através da aplicação de uma metodologia para implantação do modelo de Gestão Integrada nos cenários internos e externos a DTI/Reitoria, visando à melhoria sistemática dos resultados globais da TI como atividade meio dentro das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPA.

2.1.7.4 Adequação nas Estruturas

Foi elaborado o novo organograma da DTI, com a criação das Coordenações de Sistemas de Informação (CSI) e a Coordenação de Redes e Infraestrutura (CRI), aguardando aprovação do CONSUP. Internamente a DTI passou por mudanças na estrutura física para garantir à restrição na sala dos analistas e mudanças de coordenações internas visando dar continuidade as ações do setor.

2.1.7.5 Execução do Plano de Metas ou de Ações

2.1.7.5.1 Resultado das ações planejadas

- A RNP somente realiza a contratação e links depois que a unidade de ensino encontra-se no status “ativa” no SISTEC, cabendo a unidade em fase de implantação a contratação com recursos próprios;
- Está se fazendo um esforço concentrado para garantir a atualização do SCA, na Reitoria e nos Campus, com cobranças sistemáticas sobre os responsáveis pelas informações;
- O Plano de Capacitação de TI em convênio com a RNP/ESR e FORTI se consolidou e foram preenchidas 12 (doze vagas) das 15 (quinze vagas) disponibilizadas para servidores entre Gestores, Analistas e Técnicos de TI no IFPA.

- Implantado os módulos ORÇAMENTO, PÓS-GRADUAÇÃO, GESTÃO ACADÊMICA, OUVIDORIA, BOLETIM DE SERVIÇOS e EXTENSÃO DO SIGAA do Sistema Integrado de Gestão;
- Implantação do sistema de videoconferência entre os Campi;
- Disponibilizar informações do SIG na Internet: Os módulos implantados foram disponibilizados na Internet.

2.1.7.5.2 Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas

- Não foi possível a contratação de links de Internet em todos os Campus, alguns por falta de serviços disponíveis na cidade não atender aos requisitos de contratação.
- Quadro de pessoal reduzido;

2.1.7.5.3 Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da área.

- Melhoramento na administração das informações e procedimentos de diferentes áreas funcionais, como recursos humanos, patrimônio, administrativo e acadêmico, dentre outros, propiciando integração dessas informações, de forma que os mesmos possam ser manipuladas e gerenciadas de maneira eficiente e segura;
- Com a videoconferência houve uma redução dos gastos com passagens, economia de tempo.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Ações

2.2.1.1 Ações/Subtítulos – OFSS

QUADRO 9: AÇÕES/SUBTÍTULOS - OFSS

Identificação da Ação							
Código	0181			Tipo: Operação especial			
Descrição	Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores Cíveis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0089			
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	25.766.000,00	30.078.564,00	29.657.702,29	29.657.702,29	29.657.702,29	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0015 - Pará	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis - No Estado do Pará		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Pará	-	-	-	-	-	-	

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 0181: Corresponde ao Pagamento de Aposentadorias e Pensões relativos a servidores Civis, esta ação pertencente ao programa 0089 (Previdência de Inativos e Pensionistas da União), foi executada durante o exercício de 2013 dentro da normalidade, ou seja, os pagamentos de servidores aposentados e de pensionistas, foram realizados em dia e de acordo com a legislação vigente.

Os recursos orçamentários alocados nesta ação em 2013, não foram suficientes, para pagamento deste benefício aos servidores, fazendo-se necessário, a solicitação de créditos suplementares, fato deu-se em decorrência do aporte orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício, ocasionado principalmente pela concessão de aumento salarial aos servidores Públicos Federal.

Identificação da Ação							
Código	00G5			Tipo: Operação especial			
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901						
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001-Nacional	4.094,00	4.094,00	4.094,00	4.094,00	4.094,00	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0001-Nacional	Pagamento de Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - Nacional			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0001-Nacional	0,01	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 0005: Corresponde a Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Esta ação pertencente ao programa 0901 (Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais).

Neste exercício foram executados dentro da normalidade, essas contribuições são impostos patronais incidentes sobre os pagamentos de precatórios realizados a servidores do IFPA.

Nesta ação receberam recursos **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), estes repasses serviram para pagar a contribuição patronal sobre precatórios pagos a servidores do IFPA.

Identificação da Ação							
Código	0005			Tipo: Operação especial			
Descrição	Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios)						
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901						
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	37.214,00	34.426,00	34.425,59	34.425,59	34.425,59	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Pagamento de Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) no Estado do Pará			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 0005: Corresponde ao Cumprimento de Sentença Judicial Transita em Julgado (Pecatórios), devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.

Esta ação pertence ao programa 0901 (Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais-).

Neste exercício foram executados dentro da normalidade, ou seja, os pagamentos de precatórios estabelecidos na Lei Orçamentária Anual, foram realizados de acordo com a legislação vigente.

Nesta ação receberam recursos **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), estes repasses serviram para pagar precatórios a servidores do IFPA.

Identificação da Ação							
Código	20RJ		Tipo: Atividade				
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.						
Programa	Educação Básica		Código: 2030				
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

Localizador							
0015 - Pará	3.292.200,00	3.292.200,00	398.902,16	249.598,39	223.198,39	26.400,00	149.303,77
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0015 - Pará	Programa PROCAMPO	Pessoa beneficiada	609	878	576		
0015 - Pará	Educação em Direitos Humanos	Pessoa beneficiada	150		0		
0015 - Pará	Educação de Jovens e Adultos	Pessoa beneficiada	120		0		
0015 - Pará	História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Pessoa beneficiada	70		0		
0015 - Pará	Educação Integral do Campo, Sustentabilidade e Território	Pessoa beneficiada	60		0		
0015 - Pará	Especialização em Educação do Campo	Pessoa beneficiada	60		0		
0015 - Pará	Proeja	Pessoa beneficiada	400		0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Pará	52.969,91	46.682,83	2,00	-	-	-	

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 20RJ : Corresponde ao Apoio a capacitação e formação inicial e continuada de profissionais, funcionários e gestores para a Educação Básica.

Esta ação pertencente ao programa 2030 (Educação Básica).

Neste exercício foram executados dentro da normalidade, ou seja, os recursos foram suficientes para atendimento das metas.

Dentro desta ação destacamos a execução das seguintes metas:

a) PROCAMPO:

i. Fatores que contribuíram a execução da ação:

- Organização do calendário acadêmico;
- Atuação do Núcleo Estruturante;
- Facilitação de deslocamento de docentes para as comunidades rurais;
- Auxílio estudantil;
- Entendimento do Tempo Comunidade (TC) onde os alunos residem;
- Flexibilidade do Calendário Acadêmico;
- Adoção do regime de interdisciplinaridade;
- Adoção de metodologia aplicada por meio de portfólios.

ii. Fatores que dificultaram a execução da ação:

- Não haver docente no Quadro Permanente para atuação;
- Não há disponibilidade de recurso para pagamento para pessoas físicas e para docente externo.

iii. Principais Resultados obtidos:

- Produção do material didático das disciplinas;
- Distribuição do material didático aos alunos;
- Socialização aproximando Coordenadores locais com os Coordenadores das licenciaturas;

- Reorganização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Melhoria da participação docente;
- Garantia de aulas nos meses de janeiro e fevereiro de 2013;
- Socialização dos Conhecimentos Adquiridos associados à vivência e à experiência de vida profissional do aluno (superação de dificuldades socioeconômicas);
- Participação dos alunos em eventos acadêmicos;
- Inclusão dos alunos em Programas de Incentivo à Docência – PIBID;
- Baixa evasão escolar;
- Acompanhamento permanente dos alunos nos movimentos sociais rurais.

b) Educação em Direitos Humanos:

i. Fatores que contribuíram a execução da ação:

- Cursos Aprovados pelo CONSUP.

ii. Fatores que dificultaram a execução da ação:

- Cursos não ofertados em 2013;
- Editais lançados com previsão de início de atividades de ensino: Fevereiro/2014, na modalidade semipresencial.

c) Educação de Jovens e Adultos:

i. Fatores que contribuíram a execução da ação:

- Cursos Aprovados pelo CONSUP.

ii. Fatores que dificultaram a execução da ação:

- Cursos não ofertados em 2013;
- Editais lançados com previsão de início de atividades de ensino: Fevereiro/2014, na modalidade semipresencial.

d) História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

i. Fatores que contribuíram a execução da ação:

- Cursos Aprovados pelo CONSUP;

ii. Fatores que dificultaram a execução da ação:

- Cursos não ofertados em 2013;
- Editais lançados com previsão de início de atividades de ensino: Fevereiro/2014, na modalidade semipresencial.

e) Educação Integral do Campo, Sustentabilidade e Território: Esta meta não foi realizada, pois não foi ofertado curso em 2013 e Sem previsão de oferta para 2014.

f) Especialização em Educação do Campo: Esta meta não foi realizada, pois não foi ofertado curso em 2013 e Sem previsão de oferta para 2014.

g) PROEJA: Esta meta não foi realizada, pois não foi ofertado curso em 2013 e Sem previsão de oferta para 2014.

i. Fatores que dificultaram a execução da ação:

- Há restrição de oferta do Curso pelo IFPA na modalidade “Educação à distância”.

Identificação da Ação							
Código	20RG		Tipo: Atividade				
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	20.668.471,00	20.668.471,00	20.560.566,44	529.130,06	524.376,58	4.753,48	20.031.436,38
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Expansão e Reestruturação da rede federal de educação profissional e tecnológica, no Estado do Pará.			Vaga disponibi lizada	9.500		695
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Pará	15.751.290,62	3.125.887,65	2.635.851,71	-	-	-	

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 20RG: Correspondeu a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Esta ação pertence ao programa 2031 (Educação Profissional e Tecnológica).

Esta ação foi executada em 99,48% no exercício de 2013.

Os gastos relativos a esta ação, foram oriundos de obras, destacando assim: a construção da 1ª etapa do campus Ananindeua, construção da 2ª etapa do campus de Óbidos, a contratação de empresa para fornecimento de geradores de energia com fornecimento de serviços de engenharia para seis unidades e a Reitoria, as construções no campus Marabá Rural do alojamento feminino, a construção de quatro UNIPES, além da construção do auditório e da estrada do campus, o restante do recurso foi gasto na aquisição de equipamentos para atender todo o IFPA.

Com relação à meta estabelecida temos a informar que ficou assim evidenciada:

- a) **Campus Ananindeua:** Neste campus a meta Esta meta não foi realizada, pois não foi ofertado curso em 2013, tendo em vista que o campus esta em Implantação e a Previsão de início de atividades de ensino: 2º semestre 2014.
- i. **Fatores que dificultaram a execução da ação:**
 - Instalações em condição inadequada para atendimento aos alunos e desenvolvimento das atividades docentes e técnico-administrativas.

- b) **Campus Cametá:** Neste campus a meta Esta meta não foi realizada, pois não foi ofertado curso em 2013, tendo em vista que o campus esta em Implantação e a Previsão de início de atividades de ensino: 2º semestre 2015.
- i. **Fatores que dificultaram a execução da ação:**
- Obras em andamento
- c) **Campus Parauapebas:** Neste campus a meta Esta meta não foi realizada, pois não foi ofertado curso em 2013, tendo em vista que o campus esta em Implantação e a Previsão de início de atividades de ensino: 1º semestre 2014.
- i. **Fatores que dificultaram a execução da ação:**
- Obras em fase finalização, com apoio da Prefeitura local para o início das atividades.
- d) **Campus Paragominas:** Neste campus a meta Esta meta não foi realizada, pois não foi ofertado curso em 2013, tendo em vista que o campus esta em Implantação e a Previsão de início de atividades de ensino: 2º semestre 2015.
- i. **Fatores que dificultaram a execução da ação:**
- Obras em andamento

Identificação da Ação							
Código	20RL		Tipo: Atividade				
Descrição	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	65.020.255,00	70.976.952,00	66.248.436,28	31.064.732,85	27.664.802,20	3.585.104,58	35.183.703,43
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Funcionamento das instituições federais de educação profissional e tecnológica em todo estado.			Aluno matriculado	26.000		21.520
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Pará	18.817.683,45	11.982.607,59	398.548,05	-	-	-	

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 20RL: Correspondeu ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Esta ação pertence ao programa 2031 (Educação Profissional e Tecnológica).

Esta ação foi executada durante todo o exercício de 2013 dentro da normalidade.

Os recursos orçamentários alocados nesta ação no exercício, foram de maior expressividade, com propósito de oferecer todas as condições financeiras para que a atividade fim da Instituição aconteça da melhor forma possível.

O IFPA ao longo do exercício de 2013 atendeu a 21.520 alunos matriculados, dos 26.000 previstos, cumprindo a sua função social que é ofertar o ensino público gratuito e de qualidade para os jovens e adolescentes dentro e fora do Estado do Pará.

Identificação da Ação							
Código	2994		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência ao Educando da educação profissional						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	11.643.947,00	11.643.947,00	11.440.502,62	6.499.815,18	6.262.929,68	239.558,95	4.940.687,44
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Assistência ao Educando da educação profissional			Aluno assistido	13.000		5.638
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Pará	2.917.524,18	2.373.914,51	110.341,71	-	-	-	

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 2994: Correspondeu a Assistência ao Educando da Educação Profissional.

Esta ação é pertencente ao Programa 2031(Educação Profissional e Tecnológica).

Há execução desta ação aconteceu por todos os campi do Instituto Federal de Educação Tecnologia do Pará, na sua grande maioria, foi utilizada para aquisição de merenda escolar, pagamento de bolsa de estudo e auxílio moradia, Transporte e Alimentação, além de outras ações. Vale destacar que foram atendidos 5.638 alunos dos 13.000 previstos.

i. Fatores que contribuíram a execução da ação:

- Estruturação da Coordenação Estudantil;
- Levantamento estatístico de alunos atendidos por Campus;
- Execução dos Programas de Atendimento nos Campi;
- Apoio à participação em eventos didáticos e científicos.

ii. Fatores que dificultaram a execução da ação:

- Liberação do Orçamento a partir dos meses de maio e junho 2013;
- Falta de servidores para formação de equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, pedagogo etc.).

iii. Principais Resultados obtidos:

- Crescimento na concessão de Bolsas de Assistência;
- Incentivo à inserção a políticas de Inclusão Digital;

- Melhora de condições de moradia, convívio familiar, alimentação, transporte, aquisição e utilização de material pedagógico, de utilização de uniforme;
- Melhoria de expectativa de vida social e produtiva;
- Inserção no mercado de trabalho.

Identificação da Ação							
Código	6358		Tipo: Atividade				
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica.						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031				
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	10.080,00	10.080,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Pará			Pessoa capacitada	15		0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Pará	-	-	-	-	-	-	

Fonte: PROAD/IFPA.

Analise Crítica:

Ação 6358: Correspondeu a Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica.

Esta ação é pertencente ao Programa 2031(Educação Profissional e Tecnológica).

Neste exercício não houve execução, pelo motivo que não foi ofertado nenhum curso de capacitação voltada para esta ação.

i. Fatores que dificultaram a execução da ação:

Foi feita a programação para capacitar Coordenadores de cursos “In Company”: O Parecer do Procurador Federal não foi favorável pela necessidade de se providenciar licitação envolvendo mais de uma empresa do ramo (falta de comprovação de inexorabilidade) O prazo para efetuar a licitação havia expirado e por esses motivos não foi executado.

Identificação da Ação			
Código	6380		Tipo: Atividade
Descrição	Fomento ao desenvolvimento da educação profissional		
Programa	Educação Profissional e Tecnológica	Código:	2031
Unidade Orçamentária	26416		
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	1.849.954,00	1.849.954,00	1.154.875,96	467.738,18	429.210,18	38.528,00	687.137,78
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Programa Mulheres Mil			Instituição Apoiada	4		4
0015 - Pará	Programa Proext MEC			Projeto Apoiado	7		7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Pará	-	-	-	-	-	-	

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 6380: Correspondeu ao Fomento ao desenvolvimento da educação profissional, pertencente ao Programa 2031 (Educação Profissional e Tecnológica).

Esta ação foi executada dentro da normalidade e foi dividida em dois programas da seguinte forma:

- a) **Programa Mulheres Mil:** Foram pactuados 8 Campi (Abaetetuba, Altamira, Breves, Conceição do Araguaia, Itaituba, Rural Marabá, Santarém e Tucuruí), com orçamento de R\$100.000,00 para cada um, com atendimento de 100 mulheres por Campus. Conforme orientação do MEC/SETEC, os Institutos deveriam optar pelo tipo de pactuação que seria feita, uma vez que o Programa Mulheres Mil a partir de Agosto de 2013 passa a ser inserido no PRONATEC. Fizemos opção de fazer a migração para pactuação das alunas via PRONATEC, o que ocorrerá somente agora em agosto, devendo finalizar a execução no segundo semestre de 2013.
- b) **Programa PROEXT-MEC:** Foram aprovados 7 Programas/Projetos no Edital do PROEXT MEC-2013, sendo 6 propostas do Campus Castanhal e 1 proposta do Campus Conceição do Araguaia, totalizando um montante de R\$1.049.954,00, estando todos sendo executados conforme o cronograma aprovado. Segue abaixo a lista das propostas aprovadas e que tiveram os recursos descentralizados aos Campi, para atender aos projetos:
 - i. Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do IFPA - Campus Conceição do Araguaia / Conceição do Araguaia, Coordenador: José M^a Cardoso Sacramento;
 - ii. Programa de extensão para o fortalecimento da cadeia produtiva da Piscicultura em APLs da região metropolitana de Belém e Nordeste Paraense / Castanhal, coordenador: Lian Valente Brandão;
 - iii. Transferência de Tecnologia por meio de capacitação, assistência técnica e extensão rural para a produção de base ecológica sustentável na Região Nordeste Paraense / Castanhal, coordenador: Maria Grings Batista;

- iv. Formação continuada de educadores e educadoras em educação do campo das escolas de comunidades tradicionais da Região Nordeste Paraense / Castanhal, coordenador: Cícero Paulo Ferreira;
- v. Fortalecimento da cadeia produtiva da atividade de quelonicultura no Estado do Pará através da prática integrada do ensino, pesquisa e extensão / Castanhal, coordenador: Tiago Pereira Brito;
- vi. Incubadora tecnológica de desenvolvimento e inovação de cooperativas e empreendimentos solidários / Castanhal, coordenador: Adebaro Alves dos Reis;
- vii. Programa de extensão tecnológica em aquicultura do IFPA - Campus Castanhal / Campus Castanhal, coordenador: Marcelo Ferreira Torres.

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo: Atividade				
Descrição	Pagamento de pessoal ativo da União						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						Código: 2109
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	80.301.510,00	95.858.482,00	95.849.018,49	95.672.161,48	95.672.161,48	-	176.857,01
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Pagamento de Pessoal Ativo da União - No Estado do Pará			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 20TP: Correspondeu ao Pagamento de pessoal ativo da União, esta ação pertence ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Esta ação foi executada durante todo o exercício, dentro da normalidade. Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação em 2013, não foram suficientes para atender todas as despesas com o pagamento de salários aos servidores, fazendo-se necessária, solicitação de aporte de recursos suplementares.

Este fato foi em decorrência do montante orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício,

em virtude do aumento salários aos servidores Públicos da Educação Profissional. Os pagamentos realizados aos servidores foram realizados conforme legislação vigente.

Identificação da Ação							
Código	2004			Tipo: Atividade			
Descrição	Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109						
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	2.058.000,00	2.458.000,00	2.062.659,27	2.062.659,27	2.062.659,27	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.			Pessoa Beneficiada	1.632		1.203
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 2004: Correspondeu a Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, esta ação pertence o programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Há ação foi executada no exercício, de acordo com proposta aprovada pelos servidores através de reembolso com valores estabelecidos pelo MEC.

Os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação, não foram suficientes para pagamento desse auxílio aos servidores, fazendo se necessário, a solicitação de créditos suplementares, este fato deu-se em decorrência do aporte orçamentária previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício. Considerando os valores percebidos pelos servidores foram reembolsados no mínimo 1.203 servidores.

Identificação da Ação			
Código	2010		Tipo: Atividade
Descrição	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores empregados		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		Código: 2109
Unidade Orçamentária	26416		
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013			
Execução Orçamentária e Financeira			
Nº do	Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013

subtítulo/ Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	198.000,00	300.000,00	197.669,95	197.669,95	197.669,95	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores empregados			Criança Atendida	250	287	287
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 2010: Correspondeu a Assistência Pré - Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados. Esta ação pertencente ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Esta ação foi executada dentro da normalidade, sendo que os recursos alocados inicialmente para o exercício foram insuficientes para atender as despesas com pagamento desse benefício. Por esse motivo o IFPA, solicitou créditos suplementares, este fato deu-se em decorrência do aporte orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual, não ser suficiente para pagamento desta ação até o encerramento do exercício. Foram atendidas no mínimo 287 crianças.

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxilio transporte aos servidores empregados						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						Código: 2109
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	359.352,00	549.652,00	528.674,45	528.674,45	528.674,45	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0015 - Pará	Auxilio transporte aos servidores empregados		Pessoa Beneficiada	166	227	227	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0015 - Pará	-	-	-	-	-	-	

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 2011: Correspondeu a Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados. Esta ação pertence ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Esta ação foi executada durante todo o exercício, dentro da normalidade.

Sendo que os recursos orçamentários alocados inicialmente nesta ação, não foram suficientes para atender a todas as despesas com o pagamento desse benefício aos servidores, que tornou necessária, a solicitação de recursos suplementares.

Este fato foi em decorrência do montante orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual, não ser suficiente para pagamento deste benefício até o encerramento do exercício.

Os pagamentos deste benefício aos servidores foram realizados conforme legislação vigente, beneficiando no mínimo 227 servidores.

Identificação da Ação							
Código	2012		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxilio alimentação aos servidores e empregados						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código:	2109
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	5.016.000,00	6.375.800,00	6.148.274,11	6.148.274,11	6.148.274,11	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Auxilio alimentação aos servidores e empregados			Pessoa Beneficiada	1.375		1.266
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 2012: Correspondeu a Auxílio Alimentação aos servidores e empregados. Esta ação pertencente ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Esta ação foi executada durante todo o exercício, dentro da normalidade.

Os recursos orçamentários alocados nesta ação inicialmente em 2013, não foram suficientes para atender a todas as despesas com o pagamento desse benefício aos servidores, fazendo-se necessária, a solicitação de aporte de recursos suplementares.

Este fato foi em decorrência do montante orçamentário previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual, não ser suficiente para pagamento deste benefício até o encerramento do exercício.

Os pagamentos deste benefício aos servidores foram realizados conforme legislação vigente, beneficiando no mínimo 1.266 servidores.

Identificação da Ação							
Código	4572		Tipo: Atividade				
Descrição	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código:	2109
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	1.237.167,00	1.643.192,00	690.012,17	182.114,67	182.114,67	-	507.897,50
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0015 - Pará	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação		Pessoa Beneficiada	200			156
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	5.498.00	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 4572: Correspondeu a Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. Esta ação pertencente ao programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação), no ano de 2013, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento do IFPA, dentre seus objetivos constava a capacitação dos servidores do IFPA.

Mediante ao plano de capacitação foi realizado diversos treinamentos individualizados pelos servidores do Instituto.

Merece destaque na execução desta ação os termos de cooperação pactuados com a Escola de Administração Fazendária Esaf e com a Universidade Federal do Pará, estes Órgãos realizaram algumas capacitações, sendo que a grande maioria irá acontecer em 2014, por este motivo a meta não foi inicial não foi alcançada.

Identificação da Ação							
Código	00M0		Tipo: Operações Especiais				
Descrição	Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					Código:	2109
Unidade Orçamentária	26416						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0015 - Pará	91.251,00	91.251,00	91.251,00	91.251,00	91.251,00	-	-
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0015 - Pará	Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino			-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0015 - Pará	-	-	-	-		-	-

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Ação 00M0: Correspondeu a Contribuição a Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino. Esta ação pertence ao Programa 2109 (Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação).

Esta ação foi executada na sua totalidade, esta execução foi relativa ao pagamento da anuidade do CONIF que o IFPA paga em todo exercício financeiro, sendo que a despesa transcorreu normalmente, obedecendo às legislações em vigor.

Identificação da Ação							
Código		09HB		Tipo: Operações Especiais			
Descrição		Contribuição da união de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos					
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109					
Unidade Orçamentária		26416					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001-Nacional	15.333.295,00	18.312.364,00	18.012.364,00	17.989.655,25	17.989.655,25	-	22.708,75
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0001-Nacional	Contribuição da união de suas autarquias e			-	-	-	-

Ano de 2010:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10326327000101	CONEXAO SERVICOS LTDA - ME	68.027,32

-  Este saldo é referente à construção da estação de piscicultura do campus Conceição do Araguaia, sendo a obra abandonada. Portanto este saldo deve ser cancelado.
-  Nos exercícios anteriores foram implantadas as 11 unidades de ensino.

UG: 158308 (Campus Castanhal):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
07176435000130	P G D COMERCIAL, EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PA	7.595,00
08875919000130	CODETECH COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATOR	7.140,00
11122093000143	LLM MONTEIRO - ME	2.998,00

-  Este saldo é referente à aquisição de equipamentos para atendimento do campus, mas até o momento não foram entregues.

UG: 158481 (Campus Tucuruí):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
04027440000193	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	364,39
05312757000134	MILARE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	1.020,00
09372101000168	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	1.328,01
10810728000132	BOOKS ONLINE DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	813,49

-  Estes saldos são referentes à aquisição de livros, que até o momento não foram entregues.

Ano de 2011:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
09578690000135	L P ENGENHARIA LTDA - EPP	178.811,95

-  Este saldo é referente à construção do campus de Breves, sendo que o contrato foi reincidindo, devendo este saldo ser anulado.

Identificação da Ação					
Código	20CW		Tipo: Atividade		
Título	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Programa	Apoio Administrativo		Código:	0750	
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
79.088,55	-	-	Realização de exames médicos periódicos dos servidores.	Servidor Beneficiado	505

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação 20CW (Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos), tiveram a seguinte execução:

Ano de 2011:

 O montante foi de R\$ 79.088,55. Este saldo é proveniente da inscrição de restos a pagar referente aos serviços prestados com exames periódicos, pelas empresas:

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
05481868000174	R.V. BRAZAO LTDA	38.708,73
07320965000100	LABORATORIO R F VASCONCELOS LTDA	40.379,82

 Neste exercício de 2013 o contrato acabou ficando estes saldos, para quitar as faturas pendentes de exames periódicos, assim que for quitado o saldo devido o restante será anulado.

 A meta inicial era de 1.027 exames, mas só foram realizados 505.

Identificação da Ação					
Código	2992		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento da Educação Profissional				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código:	1062	
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.206.179,41	4.287,83	-	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica.	Aluno matriculado	25.174

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação 2992 (Funcionamento da Educação Profissional), tiveram a seguinte execução:

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00552405183	ANANDA KRISHNA DE MORAES RAMOS	3.600,00
00673445000132	FEDERACAO DE AMOR-EXIGENTE - FEAE	550,00
00961747000106	SIMONE CARDOSO BARBOZA - ME	200,00
00992657000182	EMBRAMEDICA PRODUTOS DE LABORATORIOS LTDA - EPP	35,00
01435768000150	COMERCIAL FACIS LTDA.	633,50
01704513000146	SUL AMERICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDENCIA S.A.	1.029,60
02176635000170	PLANET GRAF COMERCIO E IMPRESSAO DE PAPEL LTDA - ME	196,25

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00552405183	ANANDA KRISHNA DE MORAES RAMOS	3.600,00
00673445000132	FEDERACAO DE AMOR-EXIGENTE - FEAE	550,00
00961747000106	SIMONE CARDOSO BARBOZA - ME	200,00
02261854000157	CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOL	155,00
02580059000121	ECM TECNOLOGIA EM IMPRESSAO DIGITAL LTDA - ME	4.000,00
02650833000123	POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA	1.180,18
03230915000181	GGs INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	1.868,00
03262568000179	NETSTAT COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	604,08
03353629000103	CAZIDA COMERCIAL LTDA - ME	1.052,49
03472471000190	HEINRIKUS COMERCIAL LTDA - ME	0,47
03534450000152	SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQ. EMPRESAS DO ESTADO DE	140,00
03698743000175	TAMBURELLO COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA - ME	5,99
03941870000153	WAGNER A. APOLINARIO - EPP	1.293,14
04164616000159	TNL PCS S/A	5.481,92
04295280000163	PARA SUPRIMENTOS E INFORMATICA EIRELI	262,76
04303895000194	M. K. TRANJAN ETIQUETAS - EPP	379,11
04377707000172	NORFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	6.600,70
04418934000107	CENTER SPONCHIADO LTDA - EPP	517,00
04510069000116	COMATEL COMERCIO DE MATERIAL LTDA	368,53
04630524000117	A. M. I. COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	41.993,02
04895728000180	CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA	6.186,63
04945341000190	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA	8.379,90
05030601000160	SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA EM MATERIAIS SBPMAT	60,00
05065511000105	CONSELHO REG DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA	278,00
05075962000123	MAXIM QUALITTA COMERCIO LTDA - ME	596,60
05338912000191	SOCIEDADE BRASILEIRA DE AQUICULTURA E BIOLOGIA AQUATICA	470,00
05352726000107	COPYSYSTEMS COPIADORAS LTDA - ME	732,96
05476948000131	L. C. PIRES MENEZES DA SILVA & CIA. LTDA - EPP	7.019,45
05537577000150	SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS - SBSAF	1.680,00
05569970000126	UNIEDUCAR INTELIGENCIA EDUCACIONAL	160,00
05600863000113	MM COMERCIO DE TONER LTDA - ME	1.000,00
05884237000104	POTENCIAL COM. E SERV. LTDA	4.436,00
06035543000120	FRIBEL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	1.080,00
06074162000150	MARCOS ROBERTO MEINTS - ME	1.021,18
06272413000705	NORSERTEL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S.A.	4.703,43
06532296000178	J.LAB DISTRIBUIDORA PRODUTOS P/LABORATORIOS LTDA - ME	391,34
07017885000180	R2 ARQUITETURA & URBANISMO LTDA - EPP	54.693,75
07199928000196	R. C. MASSIAS COMERCIAL - ME	5.016,00
07489338000106	M. M. M. SANTOS & CIA LTDA - ME	5.979,25
07707757000169	LABIMPEX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORAT	472,95
07712095000115	BELEM COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - ME	108,00
07753110000173	STATUS COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA - ME	638,40
07845261000151	M. M. COMERCIO DE MATERIAIS PARA PESCA, CAMPING, NAUTIC	44.986,25
08064978000129	TOPP SERVICOS DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA - ME	1.173,92
08088541000125	WORLD TURISMO, TRANSPORTE E LOCACAO LTDA ME - ME	37.581,74
08193119000130	S M RAMALHEIRO & CIA LTDA - ME	2.120,00
08395467000190	L & A CARVALHO COMERCIO DE INFORMATICA E PAPELARIA LTDA	3.103,19
08644629000186	SANTOS & MALTA LTDA - ME	3.350,00
08672139000193	C2A SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMATICA EIRELI	886,10
08772301000145	WZ UNIAO MONTAGEM E INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA - EPP	81,93
08884688000121	MACRO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	88,00
09269420000142	SILVA PINHEIRO & PINHEIRO LTDA - ME	1.859,64

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00552405183	ANANDA KRISHNA DE MORAES RAMOS	3.600,00
00673445000132	FEDERACAO DE AMOR-EXIGENTE - FEAE	550,00
00961747000106	SIMONE CARDOSO BARBOZA - ME	200,00
09518029000134	M C DE L MACHADO - ME	1.200,00
10295964000168	SEITON SERVICOS PROFISSIONAIS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	7.147,96
10384544000158	L. C. DE ALMEIDA - INFORMATICA - ME	1.014,74
10433143000140	AUGUSTU'S INFORMATICA LTDA - ME	3.916,05
10461204000183	MACON COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - ME	360,00
10612555000148	DIMINAS - DISTRIBUIDORA MINEIRA DE PRODUTOS PARA LABORA	1.898,39
10780347000158	TOIGO & RIBEIRO LTDA - ME	2.000,00
10828391000190	G8 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	3.711,00
11024500001	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC./TESOURO	6.219,78
11301724000191	QUALY COMERCIAL EIRELI	30,00
11332856000180	MOURA & VASCONCELOS LTDA - ME	1.000,00
11540620415	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A/EBC	15.269,45
11759140000164	MARLISE PINTO 18422689880	10.352,00
11908573000134	CLEDISON DE SOUSA COSTA 42433908272	933,00
12051059000198	BIOSIGMA - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E LABORATO	269,96
12388704000162	SCIENCE COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO LTDA - EPP	7.941,00
12477916000116	STARGLASS COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA -	623,88
12941636000117	SOLUCTION LOGISTICA E EVENTOS LTDA - ME	1.738,00
13050630000112	LUCIANA ROSSETO VANDERLEI - ME	3.700,00
13100382000177	MORAES COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME	445,00
13277601000198	MEGA REDE CONECTIVIDADES LTDA - ME	400,00
13585992000108	A.C.M. DE SOUZA JUNIOR - EPP	0,05
13970625000128	PAPELARIA DIMENSIONAL LTDA - ME	332,78
14605207000102	R. DOS SANTOS PEREIRA - ME	749,00
14644934000170	SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOFISICA	330,00
17000900001	ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA/TESOURO	600,00
19759554000103	INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO IBRAM	2.350,00
19764075000177	SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA	2.000,00
22919047000196	BERTILLON SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	39.512,20
22973408000182	HIDRO ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL LTDA	900,00
23217154215	PAULO HENRIQUE LOBO NEVES	1.200,00
26383535315	GENIVAR GOMES FERREIRA	3.000,00
28254225000193	SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOLOGIA	1.210,00
29387016000180	MULTITEC COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - ME	360,00
33000118000179	TELEMAR NORTE LESTE S/A	32.259,40
3300118000926	TELEMAR NORTE LESTE S/A	15.516,07
33911835000152	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE QUIMICA	290,00
34028316001851	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	8.906,16
42137836000182	SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIENCIA DO SOLO	1.400,00
47866934000174	TICKET SERVICOS SA	3.385,77
51000157202	COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB./INSS	490,00
51045826200	MAURICIO CAMARGO ZORRO	3.000,00
60304448834	AMAURI GARCIA	4.800,00
61615977000108	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE CERAMICA	640,00
71443667000107	ORBITAL PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA	689,95
75133369204	LUCIANA GUIMARAES BARBOSA	3.144,44
75523914215	ELLEN CRISTINA DO MONTE SILVA	2.569,78
80314479000170	ROSE MERIE JAQUES - ME	8.202,90
83344267000123	S R S PIMENTEL - ME	210,00
83834762000110	M. R. S. PEREIRA MAGALHAES - ME	4.854,00

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00552405183	ANANDA KRISHNA DE MORAES RAMOS	3.600,00
00673445000132	FEDERACAO DE AMOR-EXIGENTE - FEAE	550,00
00961747000106	SIMONE CARDOSO BARBOZA - ME	200,00
83931485000164	PALMAS COMERCIAL LTDA - ME	1.083,00
83933739000183	NORTESEG COMERCIO LTDA - ME	746,00
88844943204	NELSON DUARTE FARO JUNIOR	3.144,44
89878284000127	SINDICATO DOS SERVIDORES FEDERAIS EM EDUCACAO DE PELOTA	1.200,00

- Estes saldos são referentes à aquisição de material de consumo e equipamentos, além de serviços contratados, que não foram entregues ou prestados a todas as unidades do IFPA.
- Esta ação foi alterada e corresponde na LOA 2013 à ação 20RL. A meta inicial era de 26.000 alunos, mas só foram 25.174.

Identificação da Ação					
Código	6301		Tipo: Atividade		
Título	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código:	1062	
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
83.135,22	-	-	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.	Volume Disponibiliza do	7.550

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação **6301** (Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional), tiveram a seguinte execução:

Ano de 2010:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
11116850000176	BASTOS COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	1.238,68

- Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.

UG: 158306 (Campus Belém):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00301082000104	LIVRARIA E PAPELARIA MATTOS LTDA - EPP	207,00
04027440000193	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	295,90
09372101000168	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	5.995,92
11116850000176	BASTOS COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	267,61

- Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.

UG: 158308 (Campus Castanhal):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02221221000115	CVM LIVRARIA E PAPELARIA LTDA - ME	10.383,52
05312757000134	MILARE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	1.932,86
11116850000176	BASTOS COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	6.261,60

 Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.

UG: 158507 (Campus Altamira):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10359558000111	J S BRITO COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS LTDA - ME	1.555,15
07151477000117	EMPORIO VERTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LT	239,67
08065700000176	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	28,05
09372101000168	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	65,98
11968648000172	46 LIVROS EIRELI	2.983,23
12416309000146	DEOCLECIO GONCALVES DA FONSECA - ME	256,89

 Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.

Ano de 2011:

UG: 158306 (Campus Belém):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10761374000183	EPOCA EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAS LTDA - EPP	2.893,50
12747361000185	B.P. COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	110,87

 Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.

UG: 158481 (Campus Tucuruí):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01544986000123	RAMALIVROS DISTRIBUIDORA LTDA	2.642,01
01795809000110	A PAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	3.292,70
04027440000193	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	130,00
07151477000117	EMPORIO VERTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LT	3.715,05
09372101000168	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	6.363,78
11968648000172	46 LIVROS EIRELI	1.209,46
12416309000146	DEOCLECIO GONCALVES DA FONSECA - ME	199,98
54394630000117	SBS - SPECIAL BOOK SERVICES LIVRARIA E EDITORA LTDA	1.229,98

 Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.

UG: 158508 (Campus Abaetetuba):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01544986000123	RAMALIVROS DISTRIBUIDORA LTDA	146,02
04027440000193	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	107,25
07151477000117	EMPORIO VERTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LT	463,32
07341940000193	DIAS DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	1.935,27
08065700000176	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	441,02
09372101000168	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	2.044,10
11012260000101	V.M.A.V. COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE LIVROS E U	623,67
11834702000197	J L GOMES COMERCIO DE LIVROS LTDA - EPP	3.374,92
11968648000172	46 LIVROS EIRELI	2.378,78
79065181000194	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	1.474,81

Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.

UG: 158509 (Campus Conceição do Araguaia):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
04027440000193	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	505,03
07151477000117	EMPORIO VERTICE - EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LT	1.609,97
08065700000176	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	1.465,43
09372101000168	DE OLHO NO LIVRO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	2.729,58
10753851000169	LEB- LIVRARIA & CAFE LTDA - ME	1.460,57

Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.

UG: 158512 (Campus Marabá Industrial):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
11968648000172	46 LIVROS EIRELI	179,89
54394630000117	SBS - SPECIAL BOOK SERVICES LIVRARIA E EDITORA LTDA	2.208,34
79065181000194	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A	495,44

Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues.

UG: 158518 (Campus Santarém):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02755013000104	GD DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA	980,08
04027440000193	TAVARES COMERCIO DE LIVROS LTDA	373,34
07259925000109	INSTITUTO NACIONAL VALER DE CULTURA LTDA	3.322,73
11468116000176	RL COMPACTA COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	107,12
11968648000172	46 LIVROS EIRELI	1.209,15

Este saldo é remanescente da aquisição de livros, sendo que até o momento não foram entregues. A meta inicial era aquisição de 10.000 livros, no entanto, só foram adquiridos 7.550.

Identificação da Ação					
Código	6333		Tipo: Atividade		
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica				
Programa	Qualidade na Escola		Código: 1448		
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
600,00	-	-	Ampliar a oferta de meios de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de professores e profissionais da educação básica	Profissional Beneficiado	1.843

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação 6333 (Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica), tiveram a seguinte execução:

Ano de 2010:

O montante foi de R\$ 600,00. Este saldo é proveniente da inscrição de restos a pagar referente ao empenho 2010NE900470, em favor do colaborado eventual: Edivan de Souza Santos, CPF: 45896810130.

Este colaborador foi contratado para prestar serviço para coordenação do programa PARFOR, no município de Uruará, sendo que este saldo remanescente não é devido. Portanto a UG: 158135 (Reitoria) deverá anular este restos a pagar. A meta inicial desta ação era atender 3.200 capacitações, mas só foram realizadas 1.843.

Identificação da Ação					
Código	8429			Tipo: Atividade	
Título	Formação Inicial e Continuada a Distância				
Programa	Brasil Escolarizado			Código: 1061	
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
18.158,76	1.687,48	-	Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial	Aluno Matriculado	1.834

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação 8429 (Formação Inicial e Continuada a Distância), tiveram a seguinte execução:

Ano de 2011:

O montante foi de R\$ 18.158,76. Este saldo é proveniente da inscrição de restos a pagar referente aos serviços prestados com reprografia para o programa Universidade Aberta do Brasil, pelas empresas:

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
08672139000193	C2A SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMATICA EIRELI	18.158,76

-  Neste exercício de 2013 o contrato acabou ficando estes saldos, para quitar as faturas pendentes de reprografia, assim que for quitado o saldo devido o restante será anulado.
-  A meta inicial era ter 2.000 alunos matriculados, mas só teve 1.834.

Identificação da Ação					
Código	8650			Tipo: Atividade	
Título	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica			Código:	1062
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.004.451,59	-	-	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Unidade Reestruturada	10

Fonte: PROAD/IFPA.

Análise Crítica:

Com relação aos restos a pagar não processados da ação 8650 (Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica), tiveram a seguinte execução:

Ano de 2010:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
09578690000135	L P ENGENHARIA LTDA - EPP	399.671,75

-  Este saldo é referente à construção do muro do Campus de Bragança, sendo que o contrato foi sub-rogado em 2010 para campus Bragança. Portanto este saldo deverá ser anulado.

UG: 158306 (Campus Belém):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
15263411000147	WAB ENGENHARIA LTDA - EPP	346.057,47

 Este saldo é referente à ampliação do Bloco "M", sendo que a mesma esta em andamento.

UG: 158481 (Campus Tucuruí):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
02930607000104	FM & F TECNOLOGIA LTDA - EPP	199,00
08875919000130	CODETECH COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA LABORATOR	3.082,99
11295099000112	MADRIA INFORMATICA LTDA - ME	3.750,00
11920848000155	INFOBENTO COMPUTADORES LTDA - ME	1.050,00

 Estes saldos são referentes à aquisição de equipamentos, que até o momento não foram entregues.

Ano de 2011:

UG: 158135 (Reitoria):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
10326327000101	CONEXAO SERVICOS LTDA - ME	125.173,19

 Este saldo é referente à construção da quadra poli esportiva do campus Marabá Rural, sendo que a mesma foi abandonada. Portanto este saldo deverá ser anulado.

UG: 158506 (Campus Bragança):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
03472471000190	HEINRIKUS COMERCIAL LTDA - ME	2.182,55
05557261000120	TOME MANUEL TRIGO - ME	420,00
13352012000127	R. PEREIRA DE SOUZA COMERCIAL DE UTILIDADES - ME	0,33
03564152000105	DAVID MOREIRA & CIA LTDA - ME	1.978,98
04802521000113	ZITECH - TECNOLOGIA INTELIGENTE LTDA - ME	13.333,33
05198240000247	ENERGY SAVER DO BRASIL LTDA - ME	2.399,96
07830786000113	J. E. PINTO & CIA. LTDA - ME - ME	1.300,00
10495488000129	OLIVEIRA E SILVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	5.679,67
10596399000179	ATLANTIS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	0,03
11909143000137	DIPLOMATA COMERCIO & SERVICOS LTDA - ME	0,26
13981565000149	GILCELE VARGAS SANCEDO FRANCISCO 05392854710	19.010,00

 Estes saldos são referente à aquisição de material de consumo e equipamentos, sendo que até o momento os mesmos não foram entregues.

UG: 158506 (Campus Altamira):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
00814436000114	ATSL - COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA - ME	291,60
01808192000120	UNITY INSTRUMENTOS DE TESTE E MEDICAO LTDA - ME	1.040,00
02449992036436	VIVO S.A.	2.306,00
05018002000121	ESCANDINAVIA COMERCIO E SERVICOS DE REFRIGERACAO LTDA -	1.737,97
06272413000705	NORSERGER VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES S.A.	22.656,67
07972280000149	MERIDIAN COMERCIO DE PRODUTOS ELETRICOS LTDA	1.305,70
08084695000149	ELLEN MOALLEM - ME	926,08
08772301000145	WZ UNIAO MONTAGEM E INSTALACOES INDUSTRIAIS LTDA - EPP	189,90
10190265000153	JVS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME	60,00
10780347000158	TOIGO & RIBEIRO LTDA - ME	1.067,00
11759140000164	MARLISE PINTO 18422689880	316,00
13626227000199	LICITAR PRODUTOS E SERVICOS LTDA - ME	899,00
38064085000144	BRASIMPEX EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E SEGURANCA LTDA - E	26,70
55741110000104	EXOM ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA - EPP	433,85
01808192000120	UNITY INSTRUMENTOS DE TESTE E MEDICAO LTDA - ME	200,00
05488204000137	COMERCIAL BRASIL DE PRODUTOS VAREJISTA LTDA - ME	599,00
05634834000334	WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA	600,00
06049630000137	SANTO ANTONIO COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	160,00
07586061000121	CRISTIANE DE SOUZA LENDENGUE - ME	1.337,88
10242569000117	MCX MERCANTIL & DISTRIBUICAO LTDA - ME	23.270,00
11104598000185	JAMBO COMERCIAL LTDA - ME	5.283,50
11122093000143	LLM MONTEIRO - ME	539,00
14686034000196	FGALS EMPREENDEIMENTOS LTDA - EPP	2.640,00

Estes saldos são referentes à aquisição de materiais de consumo, equipamentos e serviços que não foram prestados ou entregues até o momento.

UG: 158307 (Marabá Rural):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
07383072000104	OHIO CONSULTORIA LTDA - ME	4.866,67
10197893000160	AF-MED COMERCIO DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - ME	570,00
11122093000143	LLM MONTEIRO - ME	7.130,58

Estes saldos são referente à aquisição de equipamentos, que não foram entregues até o momento.

UG: 158481(Campus Tucuruí):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
01927184000100	USE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA	3.114,80
04377707000172	NORFIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	2.075,00
05198240000247	ENERGY SAVER DO BRASIL LTDA - ME	1.349,99
09133170000119	VILA NOVA CONSTRUCOES E COMERCIO ATACADISTA DE ESTRUTUR	1.428,19
10495488000129	OLIVEIRA E SILVA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	1.000,00
13678338000149	WAAP SISTEMAS LTDA - ME	964,00
13981565000149	GILCELE VARGAS SANCEDO FRANCISCO 05392854710	790,00

Estes saldos são referentes à aquisição de equipamentos e serviços que não foram prestados ou entregues até o momento.

UG: 158509 (Campus Conceição do Araguaia):

CNPJ	Empresa	Restos a Pagar Não processados
22955306000134	MARTENGE CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	554,25

 Estes saldos são referentes à obra de construção do almoxarifado do campus, sendo que a obra esta em andamento.

2.2.1.3 Análise Situacional

- **Ação 20 RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** ocorreu dentro da normalidade. Os valores empenhados foram suficientes para atender a demanda do órgão e de suas unidades, tendo em destaque a realização de obras e equipamentos assim como os gastos com diárias e passagens, e com os contratos. A grande dificuldade encontrada foi em relação à realização de obras em campus que não possuem a dominialidade, inviabilizando as licitações. Entre os principais objetivos alcançados, foram à realização de obras nos campi que tem dominialidade e suas estruturas, através da aquisição de equipamento, permitindo oferecer um ensino de qualidade.
- **Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares**, beneficiando todos os servidores que tinham direito, no ano de 2013. A liberação de créditos suplementares possibilitou a execução da ação. **Meta alcançada.**
- De acordo com a demanda pretendida, não foi alcançada a meta da **Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes**. Tendo em vista não haver um convênio com plano de saúde/odontológico para os servidores. Pelo não atendimento à obrigatoriedade da solicitação pelos servidores, muitos não solicitaram. Em relação aos exames periódicos, não houve realização de exames periódicos no exercício de 2013, resultando em **Meta não alcançada.**
- **Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares:** A meta estabelecida para a execução da ação foi superada em decorrência de uma Ação Judicial formulada pelos servidores lotados no Campus Castanhal, que por meio de liminar, conseguiram a concessão de auxílio transporte sem a necessidade de apresentar os comprovantes de bilhete de passagem. O principal objetivo foi poder proporcionar o pagamento integral desta ação no exercício de 2013 a todos os servidores que tem direito. **Meta alcançada.**
- **Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares:** Considera-se um grande avanço para a Instituição em termos proporcionais, atendendo o principal objetivo que era de efetuar o pagamento de todos os benefícios solicitados no exercício 2013. **Meta Alcançada**
- **Ação 6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica:** **Meta Não alcançada.**
- **Ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica:**

- ✓ Meta/LOA= 9.500 alunos.
- ✓ Meta alcançada = 695 alunos.

Campus Ananindeua:

Campus em Implantação; - Cursos não ofertados em 2013; - Previsão de início de atividades de ensino: 2º semestre 2014. A obra da 1ª fase foi abandonada, sendo que o IFPA, já licitou a contratação de uma nova empresa para continuar a obra a qual inicia em janeiro de 2014.

- **Fatores que dificultaram a execução da ação:** Instalações em condição inadequada para atendimento aos alunos e desenvolvimento das atividades docentes e técnico-administrativas.

Campus Cametá:

Campus em Implantação; - Não ofertados cursos em 2013; Previsão de início de atividades de ensino em 2015.

- Fatores que dificultaram a execução da ação: Obras em andamento.

Campus Parauapebas:

Campus em Implantação; - Não ofertados cursos em 2013; - Previsão de início de atividades de ensino no 1º semestre 2014. O campus está em fase de conclusão da obra.

Campus Paragominas:

Campus em Implantação; - Não ofertados cursos em 2013; Previsão de início de atividades de ensino em 2015.

- Fatores que dificultaram a execução da ação: Obras em andamento.

Campus Óbidos:

Possui 220 alunos, sendo 150 alunos de Cursos FIC, e 70 de Cursos Técnicos.

- **Fatores contribuíram na execução da ação:** - Apoio do Poder Público Municipal (Secretarias envolvidas: SEMDES, SEMCUT e SEMAB) e da imprensa local (rádio, sites etc.); - Apoio dado pela Reitoria e Pró-Reitorias, pelo Campus Santarém (DG, DE e Coord. Adjunta do PRONATEC); - Comprometimento dos alunos e dos profissionais selecionados através dos Editais 04 e 05, os quais souberam ter paciência e disposição para superar as dificuldades de um Campus ainda sem as devidas condições de funcionamento;
- **Fatores que dificultaram a execução da ação:** - Falta de transporte público no município; - Inexistência de infraestrutura no entorno do Campus, o que faz com que os alunos tivessem que se deslocar à pé, por volta de 500m somente para tomar um lanche no horário do intervalo; - Atraso no pagamento das bolsas ; - Atraso na entrega dos materiais necessários para a execução desses cursos.

Infraestrutura física do Campus ainda em fase de aquisição de mobiliário, de equipamentos (necessários para acessar Internet ou de funcionamento da biblioteca); - Veículo para o deslocamento dos alunos para a realização de visitas técnicas; - Necessidade de adequação elétrica no laboratório de informática.

Campus Avançado de Vigia de Nazaré: Possui 475 alunos.

- **Fatores que contribuíram na execução desta ação:**- Elaboração do planejamento pedagógico; - Convênios firmados com o ente municipal; - Envolvimento efetivo das comunidades da cidade, através das associações de produtores/ trabalhadores e da colônia de pescadores; - apoio institucional de vários campi; - contratação de servidores; - Acesso à internet. Fatores que dificultaram a execução desta ação UNIEPE: Falta de servidores,

encerramento dos contratados dos professores substitutos, interrupção de assessoramento pedagógico em 2012. Falta de infraestrutura;

- **Principais resultados obtidos na execução desta ação na UNIEPE:** Formação de 115 alunos, qualificação de 22 mulheres em atendimento em lanchonete, Formação em especialização do campo de 33 educadores e prestação de serviços diversos a comunidade. UNIEPE de Vigia de Nazaré.

- **Ação 2994 – Assistência ao Educando da EPT:**
 - ✓ Meta/LOA= 13.000 alunos assistidos;
 - ✓ Meta alcançada = 5.658. Obs: 01 aluno pode ser atendido por meio de várias ações.
- **Fatores que contribuíram para a execução desta ação:-** Estruturação da Coordenação Estudantil; - Levantamento estatístico de alunos atendidos por *Campus*; - Execução dos Programas de Atendimento nos *Campi*; - Apoio à participação em eventos didáticos e científicos;
- **Fatores que dificultaram a execução da ação:** - A Liberação do Orçamento a partir dos meses de maio e junho 2013 e a carência de servidores para formação de equipe multidisciplinar(assistente social, psicólogo, pedagogo, etc..);
- **Principais resultados obtidos:** -Crescimento na concessão de Bolsas de Assistência;- Incentivo à inserção a políticas de Inclusão Digital;- Melhoria de condições de moradia, convívio familiar, alimentação, transporte, aquisição e utilização de material pedagógico e de uniforme;- Melhoria de expectativa de vida social e produtiva;- Inserção no mercado de trabalho.

- **Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica PROCAMPO:**
 - ✓ Meta da LOA= 609 pessoas beneficiadas;
 - ✓ Meta alcançada = 576 pessoas beneficiadas.
- **Fatores que contribuíram para a execução da ação:-** Organização do calendário acadêmico; - Atuação do Núcleo Estruturante; - Facilitação de deslocamento de docentes para as comunidades rurais; - Auxílio estudantil; - Entendimento do Tempo Comunidade (TC) onde os alunos residem; - Flexibilidade do Calendário Acadêmico; - Adoção do regime de interdisciplinaridade; - Adoção de metodologia aplicada por meio de portfólios.
- **Fatores que dificultaram para a execução da ação:** - Falta de docente no Quadro Permanente para atuação; - Falta de disponibilidade de recurso para pagamento destinado à pessoas físicas e docente externo.
- **Principais resultados obtidos:-** Produção do material didático das disciplinas; - Distribuição do material didático aos alunos;- Socialização aproximando Coordenadores locais com os Coordenadores das licenciaturas;- Reorganização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos; Melhoria na participação docente;- Garantia de aulas nos meses de janeiro e fevereiro-2013; Socialização dos Conhecimentos Adquiridos associados à vivência e à experiência de vida profissional do aluno(superação de dificuldades socioeconômicas);- Participação dos alunos em eventos acadêmicos; Inclusão dos alunos em Programas de Incentivo à Docência(PIBID);- Baixa evasão escolar;- Acompanhamento permanente dos alunos nos movimentos sociais rurais.

- **Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:**
 - ✓ Meta da LOA= 150 pessoas beneficiadas;

- ✓ Meta alcançada = Zero.
- **Fatores que contribuíram para a execução da ação:** - Cursos Aprovados pelo CONSUP.
- **Fatores que dificultaram a execução da ação:**- Cursos não ofertados em 2013; - Editais lançados com previsão de início de atividades de ensino em Fevereiro/2014, na modalidade semipresencial.

- **Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Profº, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:**
- ✓ Meta da LOA= 120 pessoas beneficiadas; Meta alcançada = Zero.
- **Fatores que contribuíram para a execução da ação:** - Cursos Aprovados pelo CONSUP.
- **Fatores que dificultaram a execução da ação:**- Cursos não ofertados em 2013; - Editais lançados com previsão de início de atividades de ensino em Fevereiro/2014, na modalidade semipresencial.

- **Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA:**
- ✓ Meta da LOA= 70 pessoas beneficiadas;
- ✓ Meta alcançada = Zero
- **Fatores que contribuíram para a execução da ação:** - Cursos Aprovados pelo CONSUP.
- **Fatores que dificultaram a execução da ação:**- Cursos não ofertados em 2013; - Editais lançados com previsão de início de atividades de ensino em Fevereiro/2014, na modalidade semipresencial.

- **Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica EDUCAÇÃO INTEGRAL DO CAMPO, SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIO:**
- ✓ Meta da LOA= 60 pessoas beneficiadas;
- ✓ Meta alcançada = Zero.
- Curso não ofertado em 2013. Sem previsão de oferta para 2014

- **Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO:**
- ✓ Meta da LOA= 60 pessoas beneficiadas;
- ✓ Meta alcançada = Zero.
- Curso não ofertado em 2013. Sem previsão de oferta para 2014

- **Ação 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Profº, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica PROEJA**
- ✓ Meta da LOA= 400 pessoas beneficiadas;
- ✓ Meta alcançada = Zero.
- Curso não ofertado em 2013. Sem previsão de oferta para 2014
- **Fatores que dificultaram a execução da ação:** - Restrição de oferta do Curso pelo IFPA, na modalidade “Educação à distância”.

- **Ação 2358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica:**

- Cursos não ofertados em 2013.
- Fatores **que contribuíram para a execução da ação:** - Elaborada a programação para capacitar Coordenadores de cursos “In Company”: o parecer do Procurador Federal não foi favorável pela necessidade de se providenciar licitação envolvendo mais de uma empresa do ramo(falta de comprovação de inexigibilidade). Na fase de tramitação do processo, o prazo para efetuar a licitação havia expirado.

Mulheres Mil: Foram pactuados 8 Campi (Abaetetuba, Altamira, Breves, Conceição do Araguaia, Itaituba, Rural Marabá, Santarém e Tucuruí), com orçamento de R\$100.000,00 para cada um, com atendimento de 100 mulheres por Campus. Conforme orientação do MEC/SETEC, os Institutos deveriam optar pelo tipo de pactuação que seria feita, uma vez que o Programa Mulheres Mil a partir de Agosto de 2013 passa a ser inserido no PRONATEC. Fizemos opção de fazer a migração para pactuação das alunas via PRONATEC, o que ocorreu somente em agosto de 2013.

PROEXT-MEC: Foram aprovados 7(sete) Programas/Projetos no Edital do PROEXT MEC-2013, sendo 6 propostas do Campus Castanhal e 1(uma) proposta do Campus Conceição do Araguaia, totalizando um montante de R\$1.049.954,00, estando todos sendo executados conforme o cronograma aprovado.

PROEXTENSÃO (PESQUISA APLICADA – MATRIZ CONIF): O primeiro semestre foi utilizado para a formatação e implementação do Edital 01/2013, para seleção das propostas a serem executadas em 2013. Foram contemplados 8(oito) Campi: Abaetetuba, Belém, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Santarém e Tucuruí, com um total de 15(quinze) projetos aprovados em Junho/2013, com execução prevista para o período de 22/06 a 22/11 de 2013.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

Tendo em vista a necessidade de explicitar os mecanismos e controles internos adotados para garantir o alcance dos objetivos planejados, a estrutura orgânica de governança e a forma de remuneração dos integrantes dessa estrutura, bem como as ações relacionadas ao sistema de correção, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará dispõe de uma unidade de auditoria interna, a qual executa as atividades de controle interno, além de contar com o apoio das Pró-Reitorias, para cumprir com os procedimentos administrativos e instruções normativas. Adicionalmente a Instituição possui também o Conselho Superior (CONSUP) com a função deliberativa, o Conselho Diretor (CODIR) e a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO 11: AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UNIDADE são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			

3. A comunicação dentro da UNIDADE é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UNIDADE na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UNIDADE.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UNIDADE.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da Unidade estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UNIDADE ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UNIDADE, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UNIDADE são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UNIDADE possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UNIDADE são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UNIDADE é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UNIDADE são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UNIDADE é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da				X	

UNIDADE, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UNIDADE, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UNIDADE é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UNIDADE tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UNIDADE tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
1. Conforme marcado no item 1 do presente quadro, a alta administração da Instituição tem clareza de que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da unidade e para dar suporte adequado ao seu funcionamento, porém durante o exercício de 2013 não houve grande evolução no que se refere à controles internos na unidade.					
2. Dentre os avanços, pode-se citar a implantação de manuais nas áreas administrativas, criação da Comissão de Ética e criação da Ouvidoria do IFPA..					
3. No final do exercício ocorreram ações visando à elaboração do Regimento Geral da Instituição.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UNIDADE.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UNIDADE, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UNIDADE.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UNIDADE, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UNIDADE.					

Fonte: GABINETE/IFPA

3.3 Sistema de Correição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará dispõe da unidade de auditoria no organograma da UJ. A Auditoria Interna está vinculada ao Gabinete da Reitoria, conforme apresentado no organograma funcional do IFPA. Os trabalhos mais relevantes foram realizados nas áreas de Licitação e compras, Recursos Humanos e levantamento de processos e dados para Tomada de Contas Especiais. Dentre as principais constatações se deram os repasses de convênio, realizado em gestões dos anos 2008 e 2009, as quais estão sendo processadas na atual gestão. Além disso, foram elaborados procedimentos de auditoria em áreas específicas, conforme orientação da Controladoria Geral da União-PA.

O acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle do Governo é feito através de reuniões com a equipe de gestão, durante o período de implementação. Para cada recomendação efetuada, é disponibilizado um período de implementação, conforme o grau de dificuldade para sanar as irregularidades. Consta dos relatórios de auditoria a solicitação de que as implementações efetuadas sejam encaminhadas formalmente, por meio de memorando à Auditoria Interna e, também, por meio eletrônico para o e-mail da AUDIN. Além disso são realizadas também visitas “in loco”.

São realizados acompanhamentos dos sistemas SIAPE, SIAFI, SIASG, SPIUNET e SIMEC.

A certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações é executada através de encaminhamento de relatórios de auditoria e memorandos encaminhados formalmente.

Além disso, são realizadas ações de controle dos Processos Administrativos Disciplinares (PAD), por meio do sistema CGU/PAD.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará está parcialmente em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria Geral da União – CGU. Justifica-se o fato do atendimento parcial devido aos processos serem presididos pela Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo da Universidade Federal de Santa Maria - COPSIA – UFSM, que disponibiliza os processos para registro no CGU-PAD apenas após seu término. Além da não existência da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinas do IFPA, havendo apenas um servidor responsável, conforme Portaria 179/2014, a qual designou servidor para gerenciar as informações no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD, no âmbito deste Instituto.

3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

INDICADORES INSTITUCIONAIS DA PROPPG

INDICADORES INSTITUCIONAIS: ÁREA PESQUISA

QUADRO 12: NÚMERO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA OFERTADAS NOS CAMPUS

Nº	CAMPUS	BOLSAS OFERTADAS EM 2012		BOLSAS OFERTADAS EM 2013	
		ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ENSINO MÉDIO/TÉCNICO	GRADUAÇÃO
1	ABAETETUBA	---	----	----	----
2	ALTAMIRA	22	---	----	----
3	BELEM	67	67	41	65
4	BRAGANÇA	---	---	----	----
5	BREVES	---	---	----	----
6	CASTANHAL	122	10	135	20
7	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	2	14	54	---
8	ITAITUBA	10	10	20	20
9	MARABÁ INDUSTRIAL	60	---	10	---
10	MARABÁ RURAL	25	---	---	---
11	TUCURUÍ	20	25	15	20
12	SANTARÉM	40	---	---	---
TOTAL		368	126	275	125

Fonte: Diretorias e Coordenações de Pesquisa dos Campi do IFPA

Análise Crítica:

O Quadro apresenta o quantitativo de bolsas de iniciação científica e tecnológica ofertadas pelos campi. Tivemos uma redução no quantitativo de bolsas de iniciação científica ofertadas pelos campi em função do não oferecimento de bolsas pelos campi Altamira, Marabá Rural, Santarém, Abaetetuba, Bragança e Breves.

QUADRO 13: BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA CONCEDIDAS PELAS AGÊNCIAS DE FOMENTO

Modalidade /Agência	Quantidade de bolsas concedidas pelas agências de fomento			
	2010-2011	2011-2012	2012 -2013	2013 - 2014
PIBIC/CNPQ	0	3	3	5
PIBIC – Ações Afirmativas/CNPQ	0	5	2	2
PIBITI/CNPQ	38	28	10	10
PIBIC EM/CNPQ	0	0	20	20
PIBIC/FAPESPA	0	0	0	20
Programa Jovens Talentos/CAPES	0	0	3	20
Total	38	36	38	77

Fonte: Plataforma Carlos Chagas – CNPq, FAPESPA e CAPES.

Análise Crítica:

O Quadro apresenta a evolução do número de bolsas de iniciação científica e tecnológica concedidas pelas agências de fomento nos diversos programas institucionais durante o período de 2010 a 2014.

Em 2103 tivemos um aumento no número de bolsas ofertadas pelas agências de fomento ao IFPA. Em especial as bolsas concedidas pela FAPESPA e CAPES.

QUADRO 14: INDICADORES GERAIS DOS GRUPOS DE PESQUISA CERTIFICADOS NO CNPQ

Grupos de Pesquisa – Indicadores gerais					
Ano	Grupos	Pesquisadores	Estudantes	Técnicos	Campi
2011	31	239	146	7	6
2012	41	385	270	18	8
2013	44	445	295	16	10

Fonte: Plataforma Lattes – Diretório de Grupos de Pesquisa - CNPq

Análise Crítica:

Os dados foram extraídos do sistema do diretório de grupos de pesquisa do CNPq, a qual representa o quantitativo de servidores e alunos no âmbito do IFPA cadastrados em grupos de pesquisa certificados. Conforme observa-se no Quadro, houve um crescimento dos indicadores relacionados com os grupos de Pesquisa.

QUADRO 15: TOTAL DE DOCENTES EFETIVOS DO IFPA POR NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO

Qualificação	2011		2012		2013	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Graduação	134	18,6	127	17,3	100	14,0
Especialização e Aperfeiçoamento	250	34,6	249	34,0	238	33,3
Mestrado	284	39,3	287	39,2	287	40,1
Doutorado	54	7,5	70	9,5	90	12,6
Total	722	100	733	100	715	100

Fonte:DGP/DEZEMBRO

Análise Crítica

Através do Quadro anterior podemos observar que tivemos um crescimento do número de doutores em 2013. Isso se deu em parte devido à política de qualificação institucional que incentivou e apoiou os servidores a se qualificarem. Espera-se que com um maior número de servidores doutores possamos desenvolver mais projetos de pesquisa e criar mais cursos de pós-graduação.

INDICADORES INSTITUCIONAIS: ÁREA PÓS-GRADUAÇÃO

O quadro abaixo apresenta o total de servidores (docentes e técnicos) do IFPA que estão cursando pós-graduação (mestrado e doutorado) em programas gerenciados, através de convênios, pela PROPPG.

QUADRO 16: TOTAL DE SERVIDORES DO IFPA CURSANDO PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO E DOUTORADO) EM PROGRAMAS GERENCIADOS, ATRAVÉS DE CONVÊNIOS PELA PROPPG

PROGRAMA	2012		2013	
	MESTRADO	DOUTORADO	MESTRADO	DOUTORADO
PPGCC – Programa de Pós-graduação em Ciência de Computação / UFPA	03		03	-
NUMA – Núcleo de Meio Ambiente / UFPA	05	-	05	-
PPGEE - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica / UFPA	02	05	-	-
PPGED - Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSA/UFRN	-	01	-	-
Dinter UFRSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido	-	-	-	12
TOTAL	10	06	08	12

Fonte:PROPPG/Reitoria

Análise Crítica

Os convênios para qualificação de servidores (docentes e técnicos) a nível de pós-graduação mostram-se diversificados em relação à área de conhecimento. Tivemos um aumento no quantitativo de servidores cursando pós-graduação em função da oferta do Doutorado Interinstitucional no Campus Castanhal. Há uma perspectiva de crescimento ainda maior no número de servidores para 2014, uma vez que o cronograma para submissão de propostas em MINTER e DINTER através da CAPES está definida.

QUADRO 17: NÚMERO DE BOLSAS PARA PÓS-GRADUAÇÃO OFERTADAS PELO PIQ

MODALIDADE – PIQ	QUANTITATIVO DE BOLSAS – 2013	
	OFERTADA	PREENCHIDA
MESTRADO	10	01
DOUTORADO	05	05
TOTAL	15	06

Fonte:PROPPG/Reitoria

Análise Crítica

O Plano Institucional de Qualificação foi lançado em julho de 2013 a fim de promover a qualificação de servidores (docentes e técnicos) a nível de pós-graduação. O quantitativo de servidores que participam do PIQ ainda é insuficiente em relação à demanda total do IFPA. Entretanto, há uma perspectiva de crescimento no número de servidores que participarão do PIQ em 2014, isto porque, o Edital do PIQ foi lançado desde o começo no ano de 2014 a fim de atender essa demanda.

QUADRO 18: NÚMERO DE DOCENTES COM BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO (DOUTORADO) VIGENTE PELA CAPES/PIQDTEC

MODALIDADE	QUANTITATIVO DE DOCENTES COM BOLSAS			
	2010	2011	2012	2013
PIQDTEC	5	5	3	2
TOTAL	5	5	3	2

Fonte: SAC/CAPES EM 31/DEZEMBRO

Análise Crítica

A quantidade de bolsas do PIQDtec/CAPES diminuiu em virtude da conclusão do doutorado de uma servidora no ano de 2013. Vale lembrar, que a CAPES não deu continuidade na oferta de bolsas para este programa.

INDICADORES INSTITUCIONAIS: ÁREA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

1. Números de instrumentos jurídicos assinados (convênios, termos aditivos e licenciamento): - 1 (um) convênio de cooperação técnico-científico para a execução do curso de especialização em gestão da inovação em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.
2. Número de contratos de licenciamento e de tecnologia vigente (número de contratos e licenciamento e de participação em resultados vigentes);
3. Ganhos econômicos (valor total de ganhos econômicos recebidos);
4. Pedidos de patentes e patentes concedidas (número de pedidos de patentes depositados no INPI e números de patentes concedidas): 1 (um);
5. Comunicação de invenções (números de comunicação de invenções): 1 (uma);
6. Programas de computador registrados;
7. Valor total dos instrumentos jurídicos assinados (volume financeiro total de instrumentos jurídico- convênios, termos aditivos, contratos e licenciamento);
8. Empresas incubadas: 10 (dez);
9. Pré-incubação de projetos: 6 (seis).

Análise Crítica:

- A Política de Inovação do IFPA foi criada em 06 de fevereiro de 2013 e este Regulamento institui a Política de Inovação do IFPA, que dispõe sobre as normas de proteção dos resultados das pesquisas, gestão e transferência dos direitos sobre a Criação Intelectual de titularidade do Instituto e estabelece os princípios e regras gerais relativos à ação da Coordenação de Inovação Tecnológica, nos termos do art. 1º da Lei 10.973/04;

- Como a cultura de proteção intelectual ainda é nova em nosso Instituto, não há uma demanda de segurança às inovações produzidas por nossos pesquisadores. Dessa forma, os indicadores como, número de contratos de licenciamento e de tecnologia vigente (número de contratos e licenciamento e de participação em resultados vigentes); Ganhos econômicos (valor total de ganhos econômicos recebidos) e Valor total dos instrumentos jurídicos assinados (volume financeiro total de instrumentos jurídico-convênios, termos aditivos, contratos e licenciamento) ainda não foram quantificados.
- A Participação junto a Rede NIT Norte das ações referentes ao projeto NAMOR e a Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA no Campus Castanhal para estreitar parceria com a Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – INCUBITEC, sediada naquele Campus são ações que tem como perspectiva, a mudança do nosso atual cenário. Espera-se que as pesquisas desenvolvidas no Instituto, ou em parceria com Empresas e outras Instituições de pesquisa, possam trazer visibilidade e transferência de tecnologia à comunidade.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

QUADRO 19: PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária:			Código UO: 26416		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			121.442.113,00		66.321.761,00	
CRÉDITOS	Suplementares		22.848.605,00		8.365.131,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		2.788,00			
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			144.287.930,00		74.686.892,00	
Dotação final 2012(B)			128.699.111,00		58.289.640,00	
Variação (A/B-1)*100			12,11		28,13	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			45.122.916,00			
CRÉDITOS	Suplementares		49.691,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos	15.040.973,00			
	Créditos Cancelados		15.040.973,00			
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			45.172.607,00			
Dotação final 2012(B)			56.486.843,00			
Variação (A/B-1)*100			20,03			

Fonte: PROAD/IFPA

4.1.1.1 Análise Crítica

Com base nos dados apresentados nos quadros de programação de despesas e reserva de contingência, observa-se que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013, consignou para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Unidade Orçamentária (UO) 26416, composta pela Reitoria e doze campus: (Abaetetuba, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Castanhal, Conceição do Araguaia, Industrial Marabá, Itaituba, Rural Marabá, Santarém, e Tucuruí), além dos cinco campi novos (Ananindeua, Cametá, Paragominas, Parauapebas e Óbidos), o valor total de R\$ 264.147.429,00. Comparando este valor ao montante constante na Lei Orçamentária Anual de 2012 de R\$ 243.475.597,00, constata-se um acréscimo de R\$ 20.671.835,00, assim descrito:

- ✚ Na categoria Despesas correntes, o montante foi de R\$ 31.986.071,00, sendo R\$ 15.588.819,00 de despesas com pessoal e encargos sociais e de R\$ 16.397.252,00 para outras despesas correntes.
- ✚ Na categoria Despesas de Capital, houve um decréscimo no montante R\$ 11.314.236,00, sendo este montante de investimento.

Ficou evidenciado que a variação total na Programação de Despesas constante na Lei Orçamentária Anual do ano de 2012 em relação a 2013 correspondeu a 8,49%, situação justificada pelo pleno funcionamento da Reitoria e 12 campi do Instituto, refletindo assim à necessidade de manter a qualidade da estrutura, a fim de proporcionar cada vez mais melhorias no ensino. Além disso, destaca-se a construção em andamento de 05 unidades: Campus de Ananindeua 1ª etapa, Obidos 2ª etapa, construção total do Campus de Parauapebas, campus de Cametá e Campus de Paragominas, além do início da construção do Campus Avançado de Vigia de Nazaré.

A evolução da programação da despesa por grupo de despesa, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, ficou evidenciada da seguinte maneira:

- **Outras Despesas Correntes:** foi a que apresentou maior crescimento orçamentário de um exercício para outro, visto que no exercício de 2012, a Lei Orçamentária Anual, consignava o montante de R\$ 58.289.640,00, já no exercício de 2013 foi de R\$ 74.686.892,00, demonstrando uma variação de 28,13%. Esta variação foi resultante do crescimento do gasto para manter a Reitoria e 17 unidades, além de 01 campus avançado, pois o Instituto passa no momento por expansão, como por exemplo, a construção de cinco campi, e um campus avançado, o que refletiu o aumento das despesas principalmente com locação de mão de obra (Limpeza e conservação, Vigilância e Apoio Administrativos etc.) e com outros serviços de terceiros, pessoa jurídica (Água e Esgoto, Energia Elétrica, Manutenção de Ar condicionados etc.), além de Aquisição de Passagens e gastos com Diárias.
- **Pessoal e Encargos Sociais:** foi o que apresentou o segundo maior crescimento de um exercício para outro, visto que no exercício de 2012 a Lei Orçamentária Anual, consignava o montante de R\$ 128.699.111,00, já no exercício de 2013 foi de R\$ 144.287.930,00, demonstrando uma variação de 12,11%. Esta variação foi resultante do aumento salarial programado para este exercício pelo Governo Federal aos servidores Públicos Federais da Educação Profissional.
- **Investimentos:** foi o que apresentou o menor crescimento de um exercício para outro, visto que no exercício de 2012 a Lei Orçamentária Anual, consignava o montante de R\$

56.486.843,00, já no exercício de 2013 foi de R\$ 45.172.607,00, demonstrando uma variação de 20,03%, apesar das ações de investimento individualmente ter crescido de um ano para outro, o que ocasionou uma falsa perspectiva de decréscimo foi que no exercício de 2012 teve a abertura de créditos extraordinários, mas os mesmos não foram liberados e neste exercício de 2013 também houve liberação destes créditos, mas os mesmos foram cancelados, ocasionando um grande desequilíbrio de um exercício para outro. Este gasto foi com: Aquisição de Equipamentos e Obras, para atendimento da Reitoria e 17 campi e 01 campi Avançado.

É importante destacar ainda, que durante o exercício de 2013, houve a abertura de créditos adicionais suplementares para atendimento dos grupos de despesas correntes e despesas de capital, sendo discriminados da seguinte maneira:

a) Despesas Correntes:

- i. **Despesas com Pessoal e Encargos Sociais:** Neste exercício foi disponibilizado o montante de R\$ 22.848.605,00.

Esta necessidade de abertura de crédito suplementar, foi pela previsão inicial na Lei Orçamentária Anual, ter sido insuficiente, no atendimento das despesas com pessoal até o encerramento do exercício e pelo fato do aumento no salário dos servidores Públicos Federais da Educação Profissional.

✚ As liberações de créditos suplementares de pessoal e Encargos Sociais ficaram assim distribuídas:

- **Ação 20TP** (Pagamento de Servidores Ativos), montante liberado de R\$ 15.556.972,00;
- **Ação 0181** (Pagamento de Aposentadorias e Pensões), montante liberado de R\$ 4.312.564,00;
- **Ação 09HB** (Contribuição da União e suas Autarquias), montante liberado de R\$ 2.979.069,00.

- ii. **Outras Despesas Correntes:** Neste exercício foi disponibilizado, o montante de R\$ 8.365.131,00.

Esta necessidade de abertura de crédito suplementar, foi para atender os auxílios pagos em folha de pagamento do IFPA, sendo os mesmos (Auxílio Creche, Alimentação, Saúde e Transporte), estes créditos suplementares foram em virtude da previsão inicial da Lei Orçamentária Anual, ter sido insuficiente, para atender as despesas até o encerramento do exercício, tendo em vista o aumento salarial dos servidores Públicos Federais da Educação Profissional, que ocorreu no exercício.

✚ Outro destaque foi à liberação de crédito suplementar para atender despesa de custeio de créditos não utilizados no exercício anterior das ações:

- **Ação: 4572** (Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de Qualificação e Requalificação).
- **Ação: 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica).

Estes créditos suplementares destas ações foram lançados como créditos suplementares, mas neste caso houve liberação parcial de cota para empenho, apenas da ação 20RL (Funcionamento de Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica).

✚ As liberações de créditos suplementares de Outras Despesas Correntes ficaram assim distribuídas:

- **Ação: 2012** (auxílio alimentação), montante liberado de R\$ 1.359.800,00;
- **Ação: 2011** (auxílio transporte), montante liberado de montante de R\$ 190.300,00;
- **Ação: 2004** (assistência médica e odontológica), montante liberado de R\$ 400.000,00;
- **Ação: 2010** (assistência pré-escolar), montante liberado de R\$ 102.000,00;
- **Ação: 4572** (Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de Qualificação e Requalificação), montante liberado de R\$ 406.025,00;
- **Ação: 20RL**(Funcionamento de Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica), montante liberado de R\$ 5.907.006,00.

b) Despesas de Capital:

- Investimento:** Neste exercício foi disponibilizado, o montante de R\$ 49.691,00, esta necessidade de abertura de crédito suplementar, foi para atender a inscrição de saldos não utilizados no exercício anterior, da ação 20RL ((Funcionamento de Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica), sendo que esta despesa foi liberada na totalidade para utilização).

✚ Outro ponto importante na programação de despesas e reserva de contingência, foi à reabertura de créditos extraordinários durante o exercício de 2013, os quais corresponderam ao total de R\$ 15.040.973,00.

✚ Esses créditos foram provenientes da inscrição de investimento por antecipação da Lei Orçamentária Anual 2013, a qual foi realizada para atendimento de despesas de capital (Investimentos), tendo em vista a não aprovação da LOA, até meados de 2013, sendo que os mesmos foram cancelados no exercício de 2013, tendo em vista a aprovação e liberação da Lei Orçamentária Anual.

Já os créditos **cancelados** de programação de despesas e reserva de contingência, tiveram as seguintes movimentações:

■ Despesas Correntes:

- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais:** totalizaram o montante de R\$ 2.788,00, esses créditos foram oriundos de despesas com pessoal referente a precatórios, que não foram utilizados pelos Tribunais Federais, que são responsáveis por tais pagamentos.

■ Despesas de Capital:

- Investimentos:** totalizaram o montante de R\$ 15.040.973,00, esses créditos foram oriundos de despesas com investimento, para atender aquisição de Equipamentos e Obras, tendo em vista que a Lei Orçamentária Anual de 2013, ainda não tinha sido aprovada, necessitando assim de liberação de dotação, mas as mesmas não foram utilizadas, pois não teve necessidade e com a Liberação da Lei Orçamentária Anual, as mesmas foram canceladas.

4.1.2 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Quadro 20: Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158135	158306	26101-12363203163800001			194.540,00
	158135	158481	26291 - 12368203020RJ0001			7.700,00
	158135	158506	26291 - 12368203020RJ0001			4.400,00
	158135	158509	26291 - 12368203020RJ0001			21.617,84
	158135	158518	26291 - 12368203020RJ0001			9.500,00
	158135	158306	26298-12306203087440001			123.463,00
	158135	158307	26298-12306203087440001			49.440,00
	158135	158308	26298-12306203087440001			51.353,49
	158135	158162	26298-12363203120RW0001			407.637,25
	158135	158306	26298-12363203120RW0001			2.362.713,36
	158135	158307	26298-12363203120RW0001			233.848,58
	158135	158308	26298-12363203120RW0001			697.543,95
	158135	158481	26298-12363203120RW0001			547.359,87
	158135	158506	26298-12363203120RW0001			648.616,09
	158135	158508	26298-12363203120RW0001			732.367,26
	158135	158509	26298-12363203120RW0001			452.671,83
	158135	158512	26298-12363203120RW0001			673.165,89
	158135	158518	26298-12363203120RW0001			852.821,84
	158135	158567	26298-12363203120RW0001			622.712,51
Recebidos	373001	158307	49201-213632066210T0001			62.973,78
	153173	158135	26298-12306203087440001			224.256,49
	153173	158135	26298-12363203120RW0001			13.618.911,18
	153173	158135	26298-12363203182520001			105.966,78
	152734	158135	26101-12363203163800001			194.540,00
	154003	158135	26291-12368203020RJ0001			1.696.528,97
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	158135	158308	26291-12364203220GK0001	181.350,00		
Recebidos	154003	158135	26291-12364203220GK0001	181.350,00		
	153173	158135	26298-12363203182520001	31.308,00		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158135	158162	26416-12363203120RL0015			695.064,68
	158135	158306	26416-12363203120RL0015			11.278.422,43
	158135	158307	26416-12363203120RL0015			2.431.419,83
	158135	158308	26416-12363203120RL0015			7.166.951,41
	158135	158481	26416-12363203120RL0015			3.161.423,40
	158135	158506	26416-12363203120RL0015			1.767.564,22
	158135	158507	26416-12363203120RL0015			1.444.208,68
	158135	158508	26416-12363203120RL0015			2.276.766,93
	158135	158509	26416-12363203120RL0015			2.291.279,67
	158135	158512	26416-12363203120RL0015			1.273.635,25
	158135	158518	26416-12363203120RL0015			2.250.816,11
	158135	158567	26416-12363203120RL0015			1.400.089,69
	158135	158162	26416-12363203129940015			52680,47

	158135	158306	26416-12363203129940015			4439750,79
	158135	158307	26416-12363203129940015			573.939,93
	158135	158308	26416-12363203129940015			1346907,63
	158135	158481	26416-12363203129940015			459.498,00
	158135	158506	26416-12363203129940015			357.517,24
	158135	158507	26416-12363203129940015			131.198,75
	158135	158508	26416-12363203129940015			582.903,76
	158135	158509	26416-12363203129940015			425.214,88
	158135	158512	26416-12363203129940015			213.703,50
	158135	158518	26416-12363203129940015			522.597,33
	158135	158567	26416-12363203129940015			417.567,00
	158135	158162	26416-12363203163800015			60.000,00
	158135	158306	26416-12363203163800015			60.000,00
	158135	158307	26416-12363203163800015			70.000,00
	158135	158308	26416-12363203163800015			484.690,20
	158135	158481	26416-12363203163800015			40.000,00
	158135	158508	26416-12363203163800015			62.666,00
	158135	158509	26416-12363203163800015			103.200,00
	158135	158518	26416-12363203163800015			63.500,00
	158135	158567	26416-12363203163800015			64.995,62
	158135	158306	26416-12368203020RJ0015			124.390,02
	158135	158307	26416-12368203020RJ0015			97.880,81
	158135	158308	26416-12368203020RJ0015			84.553,29
	158135	158506	26416-12368203020RJ0015			83.379,28
	158135	158507	26416-12368203020RJ0015			14.407,76
	158135	158509	26416-12368203020RJ0015			50.799,31
	158135	158518	26416-12368203020RJ0015			36.986,37
	158135	158307	26416-12128210945720015			3.470,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	158135	158162	26416-12363203120RL0015	439.567,60		
	158135	158306	26416-12363203120RL0015	9.723.704,97		
	158135	158307	26416-12363203120RL0015	107.169,51		
	158135	158306	26416-12363203120RL0015	6.369.861,72		
	158135	158481	26416-12363203120RL0015	1.196.682,14		
	158135	158506	26416-12363203120RL0015	518.848,51		
	158135	158508	26416-12363203120RL0015	8.898,78		
	158135	158509	26416-12363203120RL0015	174.660,56		
	158135	158512	26416-12363203120RL0015	640.684,93		
	158135	158518	26416-12363203120RL0015	617.920,98		
	158135	158567	26416-12363203120RL0015	1.339.270,14		
	158135	158307	26416-12363203120RG0015	7.548.190,86		
	158135	158308	26416-12363203163800015	138.050,24		
	158135	158508	26416-12363203129940015	7.773,90		
	158135	158308	26416-12363203129940015	2.000.000,00		
Recebidos						

Fonte: PROAD/IFPA

4.1.2.1 Análise Crítica

No que diz respeito aos Créditos por movimentação dentro da mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas, temos a destacar que tiveram relevância na execução orçamentária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, à medida que serviram para custear as Despesas Correntes (Outras despesas correntes) e Despesas de Capital (Investimentos).

Estes recursos foram recebidos para custear a atividades relacionadas à manutenção das Ações e programas como:

- **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica - PARFOR);
- **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica -PRONATEC);
- **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica);
- **Ação: 8252** (Educação Profissional e Tecnológica a Distância E-TEC BRASIL);
- **Ação: 6380** (Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica);
- **Ação: 210T** (Promoção da Educação no Campo - PRONERA);
- **Ação: 20GK** (Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação).

A procedência de tais créditos Orçamentários são das Unidades Gestoras:

- ✚ **152734** (Coordenação Geral de Sup. A Gestão Orçamentária da SPO MEC), esta unidade gestora, repassou credito para realização do VIII jogos dos Institutos Federais da Região Norte;
- ✚ **153173** (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE), esta unidade gestora, repassou credito para Alimentação Escolar, para o programa PRONATEC e para o programa ETEC-BRASIL;
- ✚ **154003** (Fund. Coord.de Aperf. de Pessoal Nível Superior - CAPES), esta unidade gestora, repassou credito para atendimento do programa PARFOR e para o programa Pro equipamentos;
- ✚ **373001** (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA), esta unidade gestora, repassou credito para atendimento do programa PRONERA.

Estes creditos orçamentários, foram recebidos através de descentralizações e foram repassados as Unidades Gestoras do IFPA, os quais foram executados pelas 12 Unidades Gestoras, através de provisões internas concedidas pela Reitoria, os créditos descentralizados recebidos tiveram o mesmo direcionamento, conforme se observa no quadro de movimentação dentro da mesma Unidade Orçamentária, cuja distribuição foi a seguinte:

- **UG: 158135 (Reitoria):** recebeu créditos para Outras despesas Correntes e investimento para manutenção das ações e programas:
 - **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica - PARFOR);
 - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC);
 - **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica);
 - **Ação: 8252** (Educação Profissional e Tecnológica a Distância, E-TEC BRASIL);

- **Ação: 6380** (Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica);
- **Ação: 20GK** (Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação).
- **UG: 158306** (Campus Belém), recebeu créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear as ações e programas:
 - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC;
 - **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica), este recurso foi utilizado para aquisição de merenda escolar;
 - **Ação: 6380** (Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica), este recurso foi utilizado para realização dos Jogos dos Institutos Federais do norte (JIFEN).
- **UG: 158307**(Campus Marabá Rural) recebeu créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
 - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC;
 - **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica), este recurso foi utilizado para aquisição de merenda escolar;
 - **Ação: 210T** (Promoção da Educação no Campo - PRONERA), este recurso foi utilizado para custear o programa PRONERA, em parceria com o INCRA
- **UG: 158308** (Campus Castanhal), recebeu créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) e Despesas de Capital (Investimentos) para custear as ações e programas:
 - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC;
 - **Ação: 8744** (Apoio a Alimentação Escolar na Educação Básica), este recurso foi utilizado para aquisição de merenda escolar;
 - **Ação: 20GK** (Fomento as Ações de Graduação, Pós-Graduação), este recurso foi para equipar o Laboratório integrado de produção vegetal em parceria com a CAPES.
- **UG: 158506** (Campus Bragança), recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
 - **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR), este recurso foi para custear o programa PARFOR;
 - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.
- **UG: 158508** (Campus Abaetetuba), recebeu créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
 - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.
- **UG: 158509** (Campus Conceição do Araguaia), recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:

- **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR), este recurso foi para custear o programa PARFOR;
 - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.
- **UG: 158512** (Campus Industrial de Marabá), recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
- **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.
- **UG: 158518** (Campus Santarém), recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
- **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR), este recurso foi para custear o programa PARFOR;
 - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.
- **UG 158481** (Campus Tucuruí), recebeu créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
- **Ação: 20RJ** (Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica – PARFOR), este recurso foi para custear o programa PARFOR;
 - **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.
- **UG: 158567** (Campus Itaituba), recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
- **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.
- **UG: 158162** (Campus Breves), recebeu créditos de créditos de Despesas Correntes (Outras Despesas Correntes) para custear ações e programas:
- **Ação: 20RW** (Apoio à Formação Profissional e Tecnológica – PRONATEC), este recurso foi para manutenção do programa PRONATEC.

Merece destaque ainda os créditos recebidos e não utilizados sendo devolvidos dentro do exercício de 2013 das Unidades Gestoras:

- **UG: 200016** (Secretaria de Direitos Humanos), montante recebido R\$ 249.997,00.

Este recurso foi recebido para manutenção do projeto: Centro de Referência em Direitos Humanos no Município de Altamira, sendo pactuado pelo termo de cooperação nº 01/2012, neste

exercício não houve execução deste projeto a qual é desenvolvido pelo campus de Altamira UG: 158507, por este motivo foi devolvido todo o recurso.

- **UG: 533013** (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM), montante recebido R\$ 400.000,00.

Este recurso foi para atender ao curso de qualificação profissional, para 430 mulheres voltado a construção civil, neste exercício não houve execução do referido curso o qual é desenvolvido pelo Pro reitoria de Extensão, por este motivo foi devolvido todo o recurso.

No que diz respeito aos Créditos por movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo órgão, temos a informar que tiveram a maior relevância na execução orçamentária do Instituto, à medida que serviram para custear Despesas Correntes (Outras despesas correntes) e Despesas de Capital (Investimentos).

Estes recursos foram recebidos para custear atividades relacionadas à manutenção do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, estes créditos são oriundos da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013 e estão descritas através das ações:

- **Ação: 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica);
- **Ação: 2994** (Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica);
- **Ação 6380** (Fomento ao Desenvolvimento da Educação profissional e Tecnológica);
- **Ação 20RJ** (Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica);
- **Ação: 4572** (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação);
- **Ação: 20RG** (Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica).

A procedência destes créditos orçamentários foi a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013, sendo que cada unidade recebeu os valores já previstos para cada uma, sendo repassado conforme o montante devido, conforme quadro de movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo órgão.

Nestes Créditos teve destaque os gastos com Despesas Correntes e Despesas de Capital evidenciadas da seguinte maneira:

✚ **Despesas Correntes:**

- **Outras Despesas Correntes:** Esta despesa serviu para manutenção da Instituição com:
 - i) Locação de mão de obra (Limpeza e Conservação, Vigilância, Apoio Administrativo etc.);
 - ii) Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (água e Esgoto, Energia Elétrica, Manutenção de Ar-condicionado, Correios, Manutenção de Veículos etc.);
 - iii) Diárias tanto a servidores como a colaboradores eventuais;
 - iv) Passagens;
 - v) Auxílio Financeiro a Estudantes;
 - vi) Auxílio a Pesquisadores;
 - vii) Material de Consumo;
 - viii) Ajuda de custo;
 - ix) Auxílio Moradia.

✚ **Despesas de Capital:**

- **Investimentos:** Esta despesa serviu para aquisição de equipamentos e para realização de Obras ou reformas da Instituição com:
 - i) Aquisição de Softwares e equipamentos tanto para área administrativa, como de ensino, além da aquisição de equipamentos para os laboratórios das unidades do Instituto;
 - ii) Realização de obras e reformas no âmbito do IFPA, como podemos citar alguns exemplos como: Construção da 1ª etapa do campus Ananindeua, Construção da 2ª etapa do Campus de Óbidos, Reforma do Campus de Abaetetuba, Instalação e fornecimento de Geradores em seis campi e a Reitoria, Construção dos Blocos “j” e “L” do campus Belém, Construção de diversas UNIEPES e a estrada do campus Marabá Rural, construção do campus avançado de Vigia de Nazaré, construção do Restaurante Estudantil, de Blocos de Laboratórios e de pós-graduação do campus Castanhal.

4.1.3 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

QUADRO 21: MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158135	153037	26416-12128210945720015			2.793,60
	158135	153046	26416-12128210945720015			2.793,60
	158135	153063	26416-12128210945720015			494.587,50
	158135	154050	26416-12128210945720015			2.793,60
	158135	158131	26416-12128210945720015			2.793,60
	158135	170009	26416-12128210945720015			37.616,87
	158135	153063	26416-12363203120RL0015			2.793,60
	158135	153103	26416-12363203120RL0015			2.793,60
	158135	090049	26416- 28846090100050015	34.425,59		
	151835	090049	26416-28846090100G50001	4.094,00		
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: PROAD/IFPA

4.1.3.1 Análise Crítica

No que diz respeito aos Créditos por movimentação Orçamentária externa por grupo de despesas, temos a informar que tiveram pouca relevância na execução orçamentária do Instituto, à medida que serviram para custear Despesas Correntes (Outras despesas corrente e Pessoal e Encargos Sociais), estes recursos foram descentralizados através de provisões concedidas a outras unidades orçamentárias com destaque as ações:

- **Ação: 4572** (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação);
- **Ação: 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica);

- **Ação: 0005** (Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios);
- **Ação: 00G5** (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor).

Estas ações foram utilizadas para que o IFPA descentraliza-se dotação orçamentária de Outras Despesas Correntes, para atendimento do programa Multiplicadores do Ministério do Planejamento.

Este programa foi para capacitar diversos servidores do IFPA, sendo repassado aos Órgãos aonde os Instrutores eram lotados.

Outro destaque foi o programa de capacitação que gerou o termo de cooperação para capacitar servidores do Instituto, que foram realizados com a Universidade Federal do Pará e com o Centro Regional de Treinamento ESAF.

Destacamos ainda os repasse de crédito de Pessoa e Encargos Sociais, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para pagamento de precatórios.

Os repasses estão demonstrados pelas ações:

- **Ação 4572** (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação): Nesta ação receberam recursos as unidades gestoras: **UG: 153037** (Universidade Federal de Alagoas), **UG: 153046** (Universidade Federal do Espírito Santo), **UG: 154050** (Fundação Universidade Federal de Sergipe), **UG: 158131** (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins), **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará).

Estes repasses serviram para custear pagamentos dos instrutores que são servidores Públicos Federais, através da rubrica cursos e concursos nos respectivos Órgãos de lotações.

Outro destaque foi o repasse para **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará), para realização de treinamento de servidores das diversas unidades do IFPA, esta parceria foi realizada por Termo de Cooperação, além de repasse realizado a **UG: 170009** (Escola de Administração Fazendária), para realização de cursos de capacitação a servidores do IFPA, esta parceria esta parceria foi realizada por Termo de Cooperação.

- **Ação: 20RL** (Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica):

Nesta ação receberam recursos as unidades gestoras: **UG: 153103** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) e **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará) estes repasses serviram para pagamentos dos instrutores do programa multiplicadores do Ministério do Planejamento, através da rubrica cursos e concursos nos respectivos Órgãos de lotações.

- **Ação: 0005** (Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios): Nesta ação receberam recursos **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), estes repasses serviram para pagar precatórios a servidores do IFPA).
- **Ação: 00G5** (Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor): Nesta ação receberam recursos **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), estes repasses serviram para pagar a contribuição patronal sobre precatórios pagos a servidores do IFPA.

4.1.4 Realização da Despesa

4.1.4.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO 22: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	19.760.143,95	29.848.162,28	18.572.581,57	4.441.824,26
a) Convite	107.232,22	149.229,96	107.232,22	149.229,96
b) Tomada de Preços	51.228,72	1.559.918,41	51.228,72	1.559.918,41
c) Concorrência	631.015,59	2.732.675,89	626.262,11	2.732.675,89
d) Pregão	18.970.667,42	25.406.338,02	17.895.090,74	24.879.504,07
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	6.914.063,72	5.853.140,48	5.607.368,70	5.677.389,56
h) Dispensa	5.334.001,04	5.297.026,11	4.885.463,87	5.123.611,68
i) Inexigibilidade	1.580.062,68	556.114,37	721.904,83	553.777,88
3. Regime de Execução Especial	5.527,00	140.501,01	5.527,00	140.501,01
j) Suprimento de Fundos	5.527,00	140.501,01	5.527,00	140.501,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	154.236.229,03	135.604.222,05	1.910.415,31	135.604.222,05
k) Pagamento em Folha	152.316.608,22	135.604.222,05	152.316.608,22	135.604.222,05
l) Diárias	1.919.620,81	1.723.032,80	1.910.415,31	1.718.739,20
5. Outros	10.463.733,02	9.753.938,73	9.153.466,07	9.745.133,73
6. Total (1+2+3+4+5)	191.379.696,72	181.199.964,55	35.249.358,65	155.609.070,61

Fonte: PROAD/IFPA

4.1.4.2 Análise Crítica

Conforme demonstrativo apresentado depreende-se que nos exercícios 2012 e 2013 a modalidade de contratação adotada no IFPA foi o Pregão Eletrônico, que consiste na modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquirem bens comuns, nos termos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Dentro desta modalidade houve execução por parte de todas as unidades gestoras que compõe a estrutura do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará e da **UG: 170009** (Escola de Administração Fazendária), a qual recebeu recursos para realização de cursos de capacitação a servidores do IFPA e provisionou recurso a **UG: 170214** (Superintendência de Administração do MF/PA), a mesma utilizou e liquidou despesa nesta modalidade de licitação no montante de R\$ 3.728,87.

Essas aquisições são em grande parte com material de consumo, contratação de serviços de pessoa jurídica, locação de mãos de obra, aquisição de Passagens e aquisição de material permanente para atender as demandas dos 17 campi e a Reitoria, além de contratação de serviços de pessoas jurídicas, para ministrar cursos de capacitações aos servidores do IFPA, sendo gerenciado pela Universidade Federal do Pará - UFPA e pela Escola de Administração Fazendária - ESAF.

O percentual de variação nas despesas liquidadas, nessa modalidade teve um decréscimo foi de 33,92% de um ano para outro.

Verificou-se também um decréscimo nas despesas liquidadas na modalidade Convite, no percentual de 39,16%. Esta modalidade de licitação foi utilizada para atendimento de despesas, assim discriminadas:

- **UG: 158135** (Reitoria), foi utilizada para contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia com objeto a construção do Centro de Educação a Distância;
- **UG: 158306** (Campus Belém), foi utilizado para contratação de empresa para perfuração de poço artesiano;
- **UG: 158506** (Campus Bragança), foi utilizado para contratação de empresa para ampliação da rede elétrica do campus;
- **UG: 158481** (Campus Tucuruí), foi utilizado para contratação de empresa para reforma de cozinha e refeitório do campus.

Com relação à modalidade de licitação Tomada de Preços, teve um decréscimo nas despesas liquidadas de 2.945,01% em relação ao ano de 2012 e serviu sobremaneira na contratação de empresas para realização de obras de construções e manutenção físicas das unidades e sua execução aconteceu nas seguintes unidades gestoras:

- **UG: 158135** (Reitoria), realizou a contratação de empresa na realização de reforma no campus de Abaetetuba;
- **UG: 158507** (Campus Altamira), realizou a contratação de empresa de engenharia para reforma dos telhados do campus;
- **UG: 158509** (Campus Conceição do Araguaia), realizou a contratação de empresa de engenharia para realização de adaptações no campus;
- **UG: 158567** (Campus Itaituba), realizou a contratação de empresa de engenharia para Construção da cobertura do telhado do Ginásio e ampliação do estacionamento.

Em relação à modalidade de licitação concorrência, teve um decréscimo nas despesas liquidadas de 333,06% em relação ao ano de 2012 e foi utilizada também na realização de obras de manutenção das unidades, sendo a execução assim discriminado por unidade gestora:

- **UG: 158135** (Reitoria), realizou obras de construção da 1ª etapa do campus Ananindeua, a 2ª etapa do campus de Obtidos, adaptações e aquisição de geradores para 06 campi e a Reitoria, além da realização de termos aditivos da 1ª fase de construção do campus de Obtidos e termo aditivo da construção do campus Camisa;
- **UG: 158307** (Campus Marabá Rural), realizou obras de construção do Alojamento Feminino, Auditório, Departamento de Assistência a Saúde, Estrada de acesso ao campus e a construção da UNIEPES de Caprinos e Ovinos, Suinocultura, Avicultura e Galinhas Caipiras;
- **UG: 158308** (Campus Castanhal), realizou obras e construção do bloco pedagógico do campus;
- **UG: 158481** (Campus Tucuruí), realizou o termo aditivo para reforma dos blocos de alojamento do campus;
- **UG: 158509** (Campus Conceição do Araguaia), realizou a contratação de empresa para reprografia de documentos, com a sessão de uso de espaço no campus.

No que tange a modalidade de **contratação Direta**: dispensa de Licitação, constatou-se um crescimento nesta modalidade, nas despesas liquidadas a qual foi de 0,70% demonstrando assim que os 17 campi e a Reitoria estão em pleno funcionamento.

O crescimento nestas contratações se deu em virtude dos elevados gastos com Energia Elétrica, Água potável, assim como os valores gastos de contratações emergenciais de Apoio Administrativo para Reitoria e Limpeza e conservação, vigilância para o Campus Ananindeua, Belém e Óbidos, além dos gastos com aquisição de material de consumo e material equipamentos, sendo estes dois últimos na grande maioria por cotação eletrônica, que é a modalidade de licitação do inciso II da Lei 8.666/93, que evidencia um grau de transparência maior em relação às aquisições realizadas por dispensa normal.

Outros destaques na execução por **Dispensa de Licitação** foi os gastos com alugueis de espaço físico, como a do Central Ciência pela Reitoria e Imóvel alugado pelo campus de Breves, tendo em vista que o campus esta em construção, outro ponto importante foi à contratação da Fundação de Amparo e Desenvolvimento - FADESP, para realização de processo seletivo e contratação de transporte de cargas para o campus Belém e por último destaca-se a aquisição de equipamentos voltados à pesquisa, para implementação do Laboratório integrado de produção vegetal do campus Castanhal.

Já em relação à modalidade de **contratação Direta**: inexigibilidade de licitação, as mesmas cresceram em 184,12% nas despesas liquidadas de um ano para outro e estão relacionadas aos serviços de:

- i) Publicação da Imprensa Nacional e na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC;
- ii) Pagamento do Conselho Nacional das Instituições de Ensino (CONIF);
- iii) Pagamento de ART'S ao Conselho Regional de Engenharia CREA;
- iv) Pagamento de correspondências aos Correios;
- v) Pagamento de licenciamento da frota de veículos ao Departamento de Transito do Estado do Pará;
- vi) Contratação de empresas para realização de treinamentos;
- vii) Contratação de pessoa jurídica e pagamento de tributos para realização do desembargo aduaneiro da pista de atletismo do Campus Belém.

Em se tratando de **Suprimento de Fundos** nota-se que sua utilização é realizada pelo Campus Belém UG: 158306. Houve um decréscimo considerável na utilização do Cartão Corporativo do Governo Federal nas despesas liquidadas de 2.442,08 %. Este decréscimo é justificado pela diminuição de viagens de micro estágio, além de optar por outros tipos de licitação em detrimento ao suprimento de fundos e os mesmos foram utilizadas para pagamento de hospedagem e alimentação.

O expressivo valor da **folha de pagamento**, o qual teve um crescimento nas despesas liquidadas de 12,32 %. É resultado do aumento salarial dos servidores Públicos Federais da Educação profissional. que ocorreu em 2013 e fato de pagamentos de precatórios, os quais foram realizados pela **UG: 090049** (Tribunal Regional Federal da 1ª Reg.), no montante de R\$ 38.519,59.

As diárias tiveram um crescimento nas despesas liquidadas de 11,41% de 2012 em relação a 2013, o que é explicado pelo aumento de viagens.

A maioria da execução foi com recursos oriundos da **ação 20RL** (Funcionamento da Educação Profissional), sendo executada preponderantemente pela Reitoria do IFPA, devido em grande parte à necessidade de constante deslocamento dos servidores docentes que ministraram aulas nos polos tanto fora, quanto dentro do Estado, além de viagens para congressos e conferenciais.

Ressalta-se também o envio de servidores da área administrativa da Reitoria para o campi de Breves, tendo em vista a descentralização da execução orçamentária e financeira do mesmo e destaca se também as viagens dos servidores Técnicos administrativos das unidades que compõe o Instituto, para participarem de capacitações e participação em congressos.

Outro ponto importante para o crescimento deste tipo de despesa foi o desenvolvimento da pesquisa e extensão no âmbito do Instituto, assim como o desenvolvimento do programa PROCAMPO, que necessitou de incremento de diárias para deslocamento dos professores aos polos nos diversos municípios do Estado.

A modalidade de contratação outros, que nada mais é que os empenhos emitidos como não se aplica, por não se enquadrarem em nenhuma das modalidades de licitação teve um acréscimo 7,28%, nas despesas liquidadas em relação a 2012, decorrente em grande parte pelas despesas com Auxílios a Estudantes e auxílio a pesquisa que teve um gasto de R\$ 7.286.393,58, assim como os gastos com auxílios aos servidores do IFPA no programa PRONATEC, o qual totalizaram R\$ 8.958.569,61, além dos gastos pagos com ajuda de custo e indenização de moradia, decorrentes de transferências de servidores totalizando de R\$ 574.043,03.

Outro destaque nesta modalidade ,foi o serviço de seleção e treinamento, para ministrar cursos de capacitação a servidores do Instituto, sendo realizada a liquidação pelos órgãos de origem dos instrutores, na rubrica curso e concursos, tendo a seguinte distribuição:

- **UG: 153046** (Universidade Federal do Espírito Santo);
- **UG: 154050** (Fundação Universidade Federal de Sergipe);
- **UG: 158131** (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia.do Tocantins);
- **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará);
- **UG: 153103** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

✚ Esses gastos totalizando o montante de R\$ 13.968,00.

Outro ponto que merece atenção, foi à utilização de **despesas liquidadas** no montante de R\$ 25.728,00 que foi repassado a **UG: 170009** (Escola de Administração Fazendária), a qual recebeu recursos para realização de cursos de capacitação a servidores do IFPA e provisionou recurso a **UG:170216** (Centro Regional de Treinamento da ESAF/PA) a mesma utilizou e liquidou despesa nesta modalidade no montante de **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará), a qual recebeu recurso para realização de capacitação de servidores do Instituto, tendo a mesma empenhado o montante de R\$ 494.587,50.

4.1.4.3 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

QUADRO 23: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	19.756.415,08	29.848.162,28	17.891.361,87	29.321.328,33
a) Convite	107.232,22	149.229,96	107.232,22	149.229,96
b) Tomada de Preços	51.228,72	1.559.918,41	51.228,72	1.559.918,41
c) Concorrência	631.015,59	2.732.675,89	626.262,11	2.732.675,89
d) Pregão	18.966.938,55	25.406.338,02	17.891.361,87	24.879.504,07
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	6.914.063,72	5.853.140,48	5.607.368,70	5.677.389,56
h) Dispensa	5.334.001,04	5.297.026,11	4.885.463,87	5.123.611,68
i) Inexigibilidade	1.580.062,68	556.114,37	721.904,83	553.777,88
3. Regime de Execução Especial	5.527,00	140.501,01	5.527,00	140.501,01
j) Suprimento de Fundos	5.527,00	140.501,01	5.527,00	140.501,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	154.197.709,44	135.604.222,05	154.188.503,94	137.292.961,25
k) Pagamento em Folha	152.278.088,63	135.604.222,05	152.278.088,63	135.604.222,05
l) Diárias	1.919.620,81	1.693.032,80	1.910.415,31	1.688.739,20
5. Outros	10.424.037,02	9.676.524,94	9.113.770,07	9.667.719,94
6. Total (1+2+3+4+5)	191.297.752,26	181.122.550,76	186.806.531,58	182.099.900,09

Fonte: PROAD/IFPA

4.1.4.3.1 Análise Crítica

Conforme demonstrativo apresentado depreende-se que nos exercícios 2012 e 2013 a modalidade de contratação adotada no IFPA foi o Pregão Eletrônico, que consiste na modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquirem bens comuns, nos termos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, dentro desta modalidade houve execução por parte de todas as unidades gestoras que compõe a estrutura do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará.

Essas aquisições são em grande parte com material de consumo, contratação de serviços de pessoa jurídica, locação de mãos de obra, aquisição de Passagens e aquisição de material permanente para atender as demandas dos 17 campi e a Reitoria.

O percentual de variação nas despesas liquidadas, nessa modalidade teve um decréscimo de 33,95% de um ano para outro.

Verificou-se também um decréscimo nas despesas liquidadas na modalidade Convite, no percentual de 39,16%, esta modalidade de licitação foi utilizada para atendimento de despesas, assim discriminada:

- UG: 158135 (Reitoria) foi utilizada para contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia com objeto a construção do Centro de Educação a Distância;
- UG: 158306 (Campus Belém) foi utilizado para contratação de empresa para perfuração de poço artesiano;
- **UG: 158506** (Campus Bragança) foi utilizado para contratação de empresa para ampliação da rede elétrica do campus;

- **UG: 158481** (Campus Tucuruí) foi utilizado para contratação de empresa para reforma de cozinha e refeitório do campus.

Com relação à modalidade de licitação Tomada de Preço, teve um decréscimo nas despesas liquidadas de 2.945,01% em relação ao ano de 2012 e serviu sobremaneira na contratação de empresas para realização de obras de construções e manutenção físicas das unidades distribuídas da seguinte forma:

- **UG: 158135** (Reitoria), realizou a contratação de empresa na realização de reforma no campus de Abaetetuba;
- **UG: 158507** (Campus Altamira), realizou a contratação de empresa de engenharia para reforma dos telhados do campus;
- **UG: 158509** (Campus Conceição do Araguaia), realizou a contratação de empresa de engenharia para realização de adaptações no campus;
- **UG: 158567** (Campus Itaituba), realizou a contratação de empresa de engenharia para Construção da cobertura do telhado do Ginásio e ampliação do estacionamento.

Em relação à modalidade de licitação concorrência, teve um decréscimo nas despesas liquidadas de 333.06% em relação ao ano de 2012 e foi utilizada também na realização de obras de manutenção das unidades, assim discriminado:

- **UG: 158135** (Reitoria), realizou obras de construção da 1ª etapa do campus Ananindeua, a 2ª etapa do campus de Obtidos, adaptações e aquisição de geradores para 06 campi e a Reitoria, além da realização de termos aditivos da 1ª fase de construção do campus de Obtidos e termo aditivo da construção do campus Camisa;
- **UG: 158307** (Campus Marabá Rural), realizou obras de construção do Alojamento Feminino, Auditório, Departamento de Assistência à Saúde, Estrada de acesso ao campus e a construção da UNIEPES de Caprinos e Ovinos, Suinocultura, Avicultura e Galinhas Caipiras;
- **UG: 158308** (Campus Castanhal), realizou obras e construção do bloco pedagógico do campus;
- **UG: 158481** (Campus Tucuruí), realizou o termo aditivo para reforma dos blocos de alojamento do campus;
- **UG: 158509** (Campus Conceição do Araguaia), realizou a contratação de empresa para reprografia de documentos, com a sessão de uso de espaço no campus.

No que tange a modalidade de contratação Direta: dispensa de Licitação constatou-se um crescimento nesta modalidade, nas despesas liquidadas a qual foi de 0,70% demonstrando assim que os 17 campi e a Reitoria estão em pleno funcionamento.

O crescimento nestas contratações se deu em virtude dos elevados gastos com Energia Elétrica, Água potável, assim como os valores gastos de contratações emergenciais de Apoio Administrativo para Reitoria e Limpeza e conservação, vigilância para o Campus Ananindeua, Belém e Óbidos, além dos gastos com aquisição de material de consumo e material equipamentos, sendo estes dois últimos na grande maioria por cotação eletrônica, que é a modalidade de licitação do inciso II da Lei 8.666/93, que evidencia um grau de transparência maior em relação às aquisições realizadas por dispensa normal.

Outros destaques na execução por Dispensa de Licitação foi os gastos com alugueis de espaço físico, como a do Central Ciência pela Reitoria e Imóvel alugado pelo campus de Breves, tendo em vista que o campus esta em construção, outro ponto importante foi à contratação da

Fundação de Amparo e Desenvolvimento - FADESP, para realização de processo seletivo e contratação de transporte de cargas para o campus Belém e por último destaca-se a aquisição de equipamentos voltados à pesquisa, para implementação do Laboratório integrado de produção vegetal do campus Castanhal.

Já em relação à modalidade de contratação Direta: inexigibilidade de licitação, as mesmas cresceram em 184,12% nas despesas liquidadas de um ano para outro e estão relacionadas aos serviços de:

- i) Publicação da Imprensa Nacional e na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC;
- ii) Pagamento do Conselho Nacional das Instituições de Ensino (CONIF);
- iii) Pagamento de ART'S ao Conselho Regional de Engenharia CREA;
- iv) Pagamento de correspondências aos Correios;
- v) Pagamento de licenciamento da frota de veículos ao Departamento de Transito do Estado do Pará;
- vi) Contratação de empresas para realização de treinamentos;
- vii) Contratação de pessoa jurídica e pagamento de tributos para realização do desembargo aduaneiro da pista de atletismo do Campus Belém.

Em se tratando de Suprimento de Fundos nota-se que sua utilização é realizada pelo Campus Belém UG: 158306. Houve um decréscimo considerável na utilização do Cartão Corporativo do Governo Federal nas despesas liquidadas de 389,44 %. Este decréscimo é justificado pela diminuição de viagens de micro estágio, além de optar por outros tipos de licitação em detrimento ao suprimento de fundos e os mesmos foram utilizadas para pagamento de hospedagem e alimentação.

O expressivo valor da folha de pagamento, o qual teve um crescimento nas despesas liquidadas de 12,29 %. É resultado do aumento salarial dos servidores Públicos Federais da Educação profissional. que ocorreu em 2013.

As diárias tiveram um crescimento nas despesas liquidadas de 13,38% de 2012 em relação a 2013, o que é explicado pelo aumento de viagens.

A maioria da execução foi com recursos oriundos da **ação 20RL** (Funcionamento da Educação Profissional), sendo executada preponderantemente pela Reitoria do IFPA, devido em grande parte à necessidade de constante deslocamento dos servidores docentes que ministraram aulas nos polos tanto fora, quanto dentro do Estado, além de viagens para congressos e conferenciais.

Ressalta-se também o envio de servidores da área administrativa da Reitoria para o campi de Breves, tendo em vista a descentralização da execução orçamentária e financeira do mesmo e destaca se também as viagens dos servidores Técnicos administrativos das unidades que compõe o Instituto, para participarem de capacitações e participação em congressos.

Outro ponto importante para o crescimento deste tipo de despesa foi o desenvolvimento da pesquisa e extensão no âmbito do Instituto, assim como o desenvolvimento do programa PROCAMPO, que necessitou de incremento de diárias para deslocamento dos professores aos polos nos diversos municípios do Estado.

A modalidade de contratação, outros que nada mais é que os empenhos emitidos como não se aplica, por não se enquadrarem em nenhuma das modalidades de licitação teve um acréscimo 7,25%, nas despesas liquidadas em relação a 2012. Este crescimento decorre das despesas com Auxílio a Estudantes e auxílio a pesquisa que teve um gasto de R\$ 7.286.393,58, assim como os gastos com auxílios aos servidores do IFPA, relacionados ao programa PRONATEC, o qual totalizaram R\$ 8.958.569,61, além dos gastos com ajuda de custo e indenização de moradia, decorrentes de transferências de servidores totalizando de R\$ 574.043,03.

4.1.4.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO 24: DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária:					Código UO:		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3319011	93.279.020,93	80.956.138,88	93.279.020,93	80.956.138,88			93.279.020,93	80.956.138,88
3319001	23.026.461,98	20.618.132,20	23.026.461,98	20.618.132,20			23.026.461,98	20.618.132,20
3319113	18.507.902,76	16.308.151,45	18.308.337,00	16.308.151,45	199.565,76		18.308.337,00	16.308.151,45
Demais elementos do grupo	8.744.218,70	9.683.093,21	8.744.218,70	9.683.093,20		0,01	8.744.218,70	9.683.093,20
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
3339037	16.745.389,69	12.361.045,30	12.314.907,48	10.589.302,77	4.430.482,21	1.771.742,53	12.026.803,54	10.589.302,77
3339039	16.018.495,11	13.489.016,16	7.802.600,49	9.946.078,90	8.215.894,62	3.542.937,26	6.226.296,62	9.728.317,60
3339018	9.761.224,87	7.751.986,48	7.286.393,58	7.146.544,11	2.474.831,29	605.442,37	7.055.459,58	7.137.739,11
Demais elementos do grupo	22.186.973,77	18.622.176,69	18.780.606,22	15.886.930,18	3.406.367,55	2.735.246,51	17.253.658,48	15.842.292,75
Total	186.082.714,04	161.167.563,68	170.761.940,16	155.247.441,51	15.320.773,88	5.920.122,17	168.666.598,35	155.020.875,21
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3449051	28.708.133,56	24.578.063,73	539.502,02	4.193.076,58	28.168.631,54	20.384.987,15	534.748,54	4.193.076,58
3449052	15.817.960,85	15.928.081,42	1.196.101,76	7.423.471,08	14.621.859,09	8.504.610,34	1.116.647,16	7.008.291,34
3449039	245.500,00	172.078,00	63.400,00	172.078,00	182.100,00		63.400,00	142.778,00
Demais elementos do grupo	38.146,56		38.146,56				38.146,56	
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
Total	44.809.740,97	40.678.223,15	1.837.150,34	11.788.625,66	42.972.590,63	28.889.597,49	1.752.942,26	11.344.145,92

Fonte: PROAD/IFPA

4.1.4.4.1 Análise Crítica

Na execução da despesa corrente e das despesas de Capital por grupo e elemento dos créditos totais, temos a observa-se que:

Nas Despesas Correntes de 2012 para 2013, destacaram-se as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, a qual teve relevância na execução orçamentária no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, esta despesa ficou em primeiro lugar em relação aos gastos nos dois exercícios financeiros.

Estas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, tiveram a seguinte execução nos exercícios de 2012 e 2013:

Em primeiro lugar ficou as despesas com vencimentos e vantagens fixas a servidores ativos, classificação contábil (3319011), em segundo lugar ficou a despesa aposentadorias de servidores inativos, classificação contábil (3319001), em terceiro lugar ficou a despesas obrigações patronais de servidores ativos, classificação contábil (3319113).

Tal situação evidencia a prevalência dessas despesas no orçamento do órgão, tanto no exercício de 2012, quanto no exercício 2013, o que é explicado pela expansão da Instituição, tendo em vista que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, possui atualmente a Reitoria e 12 campi (Abaetetuba, Altamira, Belém, Breves, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Rural, Marabá Industrial, Santarém e Tucuruí), assim como à criação de 05 campi que estão em obras (Ananindeua, Camisa, Paragominas, Parauapebas e Óbidos) e a criação de 01 campus avançado (Vigia de Nazaré), além de diversos polos de ensino tanto dentro como fora do Estado.

Em virtude do surgimento de novas unidades, criou-se a necessidade de novas contratações tanto de Professores, quanto de Técnicos administrativos.

Outro fator de alavancagem deste tipo de despesa foi o aumento salarial, cedido pelo Governo Federal, aos servidores públicos da educação Profissional.

Além dos três elementos de despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Pessoal e Encargo Social, dentro destes elementos, destacaram-se os elementos de despesas: Sentenças Judiciais, classificação contábil (3319091), que teve créditos pagos em folha de pagamento da Instituição, no montante de R\$ 5.738.373,25 e teve ainda créditos repassados a UG: 090049 Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual recebeu o montante de R\$ 38.519,59. Este recurso foi utilizado para pagamento de sentenças judiciais (precatórios), para servidores pertencentes ao quadro do IFPA.

Outro destaque dentre os demais elementos de despesa destaca-se o pagamento de Pensões, classificação contábil (3319003), com um montante de R\$ 5.776.892,84.

Em segundo lugar na execução das despesas correntes ficou as Outras Despesas Correntes, que tiveram a seguinte execução nos exercícios de 2012 e 2013:

Em primeiro lugar neste grupo ficou as despesas com Locação de Mão de Obra, classificação Contábil (3339037), no montante de R\$ 16.745.389,69 de despesas empenhadas, neste gasto destaca-se a terceirização de mão de obra para atender os serviços de vigilância ostensiva, limpeza e conservação, contratação de cozinheiros, coperiragem, tele-atendentes, apoio administrativos e motoristas para atender as 17 unidades e 01 campus avançado, além da Reitoria do Instituto.

Em segundo lugar neste grupo ficou as despesas com Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, classificação contábil (3339039), com um montante de R\$ 16.014.766,24 de despesas empenhadas, neste gasto destaca-se as despesas com: energia elétrica, água e esgoto,

manutenção dos bens imóveis, despesas com Correios, Manutenção de Veículos e Ar condicionados e demais serviços.

Outro destaque nesta despesa foi o repasse de créditos orçamentários a **UG: 170009** (Escola de Administração Fazendária), a qual recebeu recursos para realização de cursos de capacitação a servidores do IFPA e provisionou recurso a **UG:170214** (Superintendência de Administração do MF/PA) a mesma empenhou e liquidou despesa nesta modalidade de licitação no montante de R\$ 3.728,87.

Destacamos ainda que nesta classificação foi a realizado termo de cooperação com a **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará), para realização de capacitação de servidores do Instituto, fomos repassados e empenhados o montante de R\$ 494.587,50.

Em terceiro lugar neste grupo ficou as despesas com Auxílio Financeiro a estudantes, classificação contábil (3339018), nesta despesa destaca-se o fornecimento de bolsas de estudo aos estudantes do IFPA, além de pagamento de auxílio a desenvolvimento de estudos e pesquisas, estas despesas serviram para custear aos estudantes diversos auxílios, como por exemplo: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio moradia, toda a distribuição foi procedida por edital lançado por cada campus do Instituto, outro destaque foi o fornecimento de auxílio para estudantes participarem de Congressos e Conferências, outro ponto foi o pagamento de auxílio a alunos para pagarem alimentação e hospedagem na participação de microestágios nas diversas empresas do Estado do Pará.

Além dos três elementos de despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Outras Despesas Correntes, dentro destes elementos, destacamos os elementos de despesas: Material de Consumo, classificação contábil (3339030), que teve o montante empenhado de R\$ 3.480.619,10 e suas aquisições servirão para fornecer matérias para andamento da Instituição, outro elemento dentro deste grupo foi à despesa com Passagens classificação contábil (3339033), que teve o montante empenhado de R\$ 2.136.543,45, e que serviu para aquisição de passagens aos servidores do Instituto e os gastos com Diárias, classificação contábil (3339014), que serviu para custear deslocamentos aos servidores tanto dentro como fora do Estado.

Dentro deste grupo de demais elementos de Outras despesas Correntes destaca-se ainda os repasses efetuados a outros órgãos, que são discriminados nas seguintes despesas:

- **Outros Serviços Pessoa Física**, classificação contábil (3339036), esta despesa ocorreu em virtude do programa de capacitação de servidores públicos do Ministério do Planejamento, sendo que os repasses ocorreram aos órgãos de origem dos Instrutores os quais foram empenhados e pagos na Rubrica curso e concursos destes órgãos, no montante individual de R\$ 2.793,60. Estes repasses estão consignados aos unidades gestoras:

- **UG: 153046** (Universidade Federal do Espírito Santo);
- **UG: 154050** (Fundação Universidade Federal de Sergipe);
- **UG: 158131** (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins);
- **UG: 153063** (Universidade Federal do Pará);
- **UG: 153103** (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Dentro desta classificação destaca-se ainda o termo de cooperação realizado com a **UG:170009** (Escola de Administração Fazendária), a qual recebeu recursos para realização de cursos de capacitação os servidores do IFPA e provisionou recurso a **UG:170216** (Centro Regional de Treinamento da ESAF/PA) a mesma utilizou e liquidou despesa nesta modalidade no montante de R\$ 21.440,00, com contratação de Instrutores.

- **Obrigação Tributaria e Contributiva**, classificação contábil (3339147), esta despesa ocorreu em virtude do termo de cooperação realizado com a **UG:170009** (Escola de Administração Fazendária), a qual recebeu recursos para realização de cursos de capacitação a servidores do IFPA e provisionou recurso a **UG:170216** (Centro Regional de Treinamento da ESAF/PA) a mesma utilizou e liquidou despesa nesta modalidade no montante de R\$ 4.288,00, com o pagamento de imposto na contratação de Instrutores.

Na execução da despesa de capital, observamos que nos exercícios de 2012 e 2013, apenas o grupo Investimentos, houve um crescimento pouco significativo, estes gastos foram para aquisição de equipamentos, realização de Obras e Reformas, além da aquisição de Softwares e pagamento de despesas de Exercícios Anteriores, a execução neste grupo ficou evidenciado da seguinte maneira:

Em primeiro lugar na execução de Investimento, foram às despesas com Obras e Instalações, classificação contábil (3449051), nesta despesa destaca-se a realização de obras nas unidades que compõe o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, sendo as obras mais relevantes às realizadas nas unidades:

- **UG: 158135** (Reitoria): utilizou recursos para Construção da 1º etapa do campus Ananindeua, a 2º etapa da obra do campus Óbidos, Contratação de serviços de adaptações e fornecimento de geradores de energia para atender 06 campus e a Reitoria;
- **UG: 158306** (Campus Belém): utilizou recursos para Construção dos blocos “J” e “L”;
- **UG: 158307** (Campus Marabá Rural): utilizou recursos para construção do Alojamento Feminino, construção do Auditório, construção do Departamento de Assistência a Saúde, construção das UNIEPES : Caprinos e Ovinos, Suinocultura, Avicultura e Galinha Caipira, além da construção da estrada de acesso ao campus;
- **UG: 158308** (Castanhal): utilizou recursos para construção dos laboratórios de Agroindústria, Produção Vegetal, Organismos Aquáticos, Geotecnologias, além da construção dos blocos de Pós-graduação e Refeitório e destacamos ainda a construção do Campus Avançado de Vigia de Nazaré;
- **UG: 158506** (Campus Bragança): utilizou recursos para contratação de empresa especializada em projetos elétricos.

Em segundo lugar na execução de investimento, ficaram as despesas com aquisição de equipamentos de uso comum, como computadores, equipamentos de informática e mobiliário em geral, além da aquisição de equipamentos de laboratório, estas aquisições foram para estruturação das unidades do Instituto, possibilitando assim a melhoria no desenvolvimento do ensino e da área administrativa tanto da Reitoria quanto dos campi que compõe o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará.

Em terceiro lugar estão às aquisições de licença de uso de softwares e acervo bibliográfico para os servidores e computadores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, sendo esta despesa realizada pelas unidades gestoras:

- **UG: 158135** (Reitoria): utilizou recursos para aquisição de renovação de licença para o firewall;
- **UG: 158518** (Campus Santarém): utilizou recursos para aquisição de materiais informacionais para Biblioteca do campus;

- **UG: 158567** (Campus Itaituba): utilizou recursos para aquisição de licenças de Softwares, para uso na área de ensino.

Além dos três elementos de despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Investimentos, dentro deste elemento, destacamos os elementos de despesas:

- **Despesas de Exercícios Anteriores**, classificação contábil (3449092), que teve o montante empenhado de R\$ 38.146,56 e suas contratações servirão para reconhecimento de dívidas com a construção de estação de efluentes do Centro do Couro do campus Conceição do Araguaia.

4.1.4.5 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados *Diretamente* pela UJ

Quadro 25: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:					Código UO:		UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3319011	93.279.020,93	80.956.138,88	93.279.020,93	80.956.138,88			93.279.020,93	80.956.138,88
3319001	23.026.461,98	20.618.132,20	23.026.461,98	20.618.132,20	199.565,76		23.026.461,98	20.618.132,20
3319118	18.507.902,76	16.308.151,45	18.308.337,00	16.308.151,45			18.308.337,00	16.308.151,45
Demais elementos do grupo	8.705.699,11	9.650.679,41	8.705.699,11	9.650.679,41			8.705.699,11	9.650.679,41
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
3339037	16.745.389,69	12.361.045,30	12.314.907,48	10.589.302,77	4.430.482,21	1.771.742,53	12.026.803,54	10.589.302,77
3339039	15.520.178,74	13.224.016,16	7.798.871,62	9.931.078,90	7.721.307,12	3.292.937,26	6.222.567,75	9.713.317,60
3339018	9.761.224,87	7.751.986,48	7.286.393,58	7.146.544,11	2.474.831,29	605.442,37	7.055.459,58	7.137.739,11
Demais elementos do grupo	22.147.277,77	18.562.176,69	15.826.930,18	15.826.930,18	3.406.367,55	2.735.246,51	17.213.962,48	15.782.292,75
Total	160.264.474,47	139.894.147,24	155.634.426,50	138.122.404,71	4.630.047,97	1.771.742,53	31.732.161,09	138.122.404,71
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3449051	28.708.133,56	24.578.063,73	539.502,02	4.193.076,58	28.168.631,54	20.384.987,15	534.748,54	4.193.076,58
3449052	15.817.960,85	15.928.081,42	1.196.101,76	7.423.471,08	14.621.859,09	8.504.610,34	1.116.647,16	7.008.291,34
3449039	245.500,00	172.078,00	63.400,00	172.078,00	182.100,00		63.400,00	142.778,00
Demais elementos do grupo	38.146,56		38.146,56				38.146,56	
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
Total	44.771.594,41	40.678.223,15	1.799.003,78	11.788.625,66	42.790.490,63	28.889.597,49	1.651.395,70	11.344.145,92

Fonte:PROAD/IFPA

4.1.4.5.1 Análise Crítica

Na **execução da despesa corrente e das despesas de Capital** por grupo e elemento dos valores executados diretamente pelas unidades, temos a observa-se que:

Nas **Despesas Correntes de 2012 para 2013**, teve as despesas de Pessoal e Encargos que tiveram grande relevância na execução orçamentária no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará e foi à despesa que ficou em primeiro lugar em relação aos gastos nos dois exercícios financeiros.

Estas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, tiveram a seguinte execução nos exercícios de 2012 e 2013:

Em primeiro lugar ficou as despesas com vencimentos e vantagens fixas a servidores ativos, classificação contábil (3319011), em segundo lugar ficou a despesa aposentadorias de servidores inativos, classificação contábil (3319001), em terceiro lugar ficou a despesas obrigações patronais de servidores ativos, classificação contábil (3319113).

Tal situação evidencia a prevalência dessas despesas no orçamento do órgão, tanto no exercício de 2012, quanto no de 2013, o que é explicado pela expansão da Instituição, tendo em vista que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, possui atualmente a Reitoria e 12 campi (Abaetetuba, Altamira, Belém, Breves, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Rural, Marabá Industrial, Santarém e Tucuruí), assim como à criação de 05 campi que estão em obras (Ananindeua, Camisa, Paragominas, Parauapebas e Óbidos) e a criação de 01 campus avançado (Vigia de Nazaré), além de diversos polos de ensino tanto dentro como fora do Estado.

Em virtude do surgimento de novas unidades, criou-se a necessidade de novas contratações tanto de Professores, quanto de Técnicos administrativos. Outro fator de alavancagem deste tipo de despesa foi o aumento salarial, concedido pelo Governo Federal, aos servidores da educação Profissional.

Além dos três elementos de despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Pessoal e Encargo Social, dentro destes elementos, destacam-se os elementos de despesas:

- **Sentenças Judicial**, classificação contábil (3319091), que teve créditos pagos em folha de pagamento da Instituição, no montante de R\$ 5.738.373,25;
- **Pensões**, classificação contábil (3319003), com um montante de R\$ 5.776.892,84.

Em segundo lugar na **execução das despesas correntes** ficou as Outras Despesas Correntes, que tiveram a seguinte execução nos exercícios de 2012 e 2013:

Em **primeiro lugar** neste grupo ficou as despesa com Locação de Mão de Obra, classificação Contábil (3339037), no montante de R\$ 16.745.389,69 de despesas empenhadas, neste gasto destaca-se a terceirização de mão de obra para atender os serviços de vigilância ostensiva, limpeza e conservação, contratação de cozinheiros, coperiragem, tele-atendentes, apoio administrativos e motoristas para atender as 17 unidades e 01 campus avançado, além da Reitoria do Instituto.

Em **segundo lugar** neste grupo ficou as despesas com Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, classificação contábil (3339039), com um montante de R\$ 15.520.178,74 de despesas empenhadas, neste gasto destaca-se as despesas com energia elétrica, água e esgoto,

manutenção dos bens imóveis, despesas com Correios, Manutenção de Veículos e Ar condenados e demais serviços.

Em **terceiro lugar** neste grupo ficou as despesas com Auxílio Financeiro a estudantes, classificação contábil (3339018), nesta despesa destaca-se o fornecimento de bolsas de estudo aos estudantes do IFPA, além de pagamento de auxílio a desenvolvimento de estudos e pesquisas, estas despesas serviram para custear aos estudantes diversos auxílios, como por exemplo: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio moradia, toda a distribuição foi procedida por edital lançado por cada campus do Instituto, outro destaque foi o fornecimento de auxílio para estudantes participarem de Congressos e Conferências, outro ponto foi o pagamento de auxílio a alunos para pagarem alimentação e hospedagem na participação de microestágios nas diversas empresas do Estado do Pará.

Além dos três elementos de despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Outras Despesas Correntes, dentro destes elementos, destacamos os elementos de despesas:

- **Material de Consumo**, classificação contábil (3339030), que teve o montante empenhado de R\$ 3.480.619,10 e suas aquisições servirão para fornecer matérias para andamento da Instituição;
- **Passagens**, classificação contábil (3339033), que teve o montante empenhado de R\$ 2.136.543,45, e que serviu para aquisição de passagens aos servidores do Instituto;
- **Diárias**, classificação contábil (3339014), que serviu para custear deslocamentos aos servidores tanto dentro como fora do Estado.

Na **execução da despesa de capital**, observamos que nos exercícios de 2012 e 2013, apenas o grupo Investimentos, houve um crescimento pouco significativo, estes gastos foram para aquisição de equipamentos, realização de Obras e Reformas, além da aquisição de Softwares e pagamento de despesas de exercícios anteriores, a execução neste grupo ficou evidenciado da seguinte maneira:

Em **primeiro lugar** na execução de Investimento, foram às despesas com Obras e Instalações, classificação contábil (3449051), nesta despesa destaca-se a realização de obras nas unidades que compõe o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, sendo as obras mais relevantes às realizadas nas unidades:

- **UG: 158135** (Reitoria): utilizou recursos para Construção da 1º etapa do campus Ananindeua, a 2º etapa da obra do campus Óbidos, Contratação de serviços de adaptações e fornecimento de geradores de energia para atender 06 campus e a Reitoria;
- **UG: 158306** (Campus Belém): utilizou recursos para Construção dos blocos “J” e “L”;
- **UG: 158307** (Campus Marabá Rural): utilizou recursos para construção do Alojamento Feminino, construção do Auditório, construção do Departamento de Assistência a Saúde, construção das UNIEPES : Caprinos e Ovinos, Suinocultura, Avicultura e Galinha Caipira, além da construção da estrada de acesso ao campus;
- **UG: 158308** (Castanhal): utilizou recursos para construção dos laboratórios de Agroindústria, Produção Vegetal, Organismos Aquáticos, Geotecnologias, além da construção dos blocos de Pós-graduação e Refeitório e destacamos ainda a construção do Campus Avançado de Vigia de Nazaré;
- **UG: 158506** (Campus Bragança): utilizou recursos para contratação de empresa especializada em projetos elétricos;

Em **segundo lugar** na execução de investimento, ficaram as despesas com aquisição de equipamentos de uso comum, como computadores, equipamentos de informática e mobiliário em geral, além da aquisição de equipamentos de laboratório, estas aquisições foram para estruturação das unidades do Instituto, possibilitando assim a melhoria no desenvolvimento do ensino e da área administrativa tanto da Reitoria quanto dos campi que compõe o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

Em **terceiro lugar** estão às aquisições de licença de uso de softwares e acervo bibliográfico para os servidores e computadores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, sendo esta despesa realizada pelas unidades gestoras:

- **UG: 158135** (Reitoria): utilizou recursos para aquisição de renovação de licença para o firewall;
- **UG: 158518** (Campus Santarém): utilizou recursos para aquisição de materiais informacionais para Biblioteca do campus;
- **UG: 158567** (Campus Itaituba): utilizou recursos para aquisição de licenças de Softwares, para uso na aérea de ensino.

Além dos três elementos de despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Investimentos, dentro deste elemento, destacamos os elementos de despesas:

- **Despesas de Exercícios Anteriores**, classificação contábil (3449092), que teve o montante empenhado de R\$ 38.146,56 e suas contratações servirão para reconhecimento de dívidas com a construção de estação de efluentes do Centro do Couro do campus Conceição do Araguaia.

4.1.4.6 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 26: DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.673.227,47	1.040.520,90	1.121.041,23	744.123,71
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.673.227,47	1.040.520,90	1.121.041,23	744.123,71
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	59.465,26	33.504,89	53.465,26	33.504,89
h) Dispensa	49.065,26	33.504,89	43.065,26	33.504,89
i) Inexigibilidade	10.400,00		10.400,00	
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.247.062,91	1.497.227,94	1.234.391,03	1.343.834,50
k) Pagamento em Folha		40.141,92		40.141,92
l) Diárias	1.247.062,91	1.497.227,94	1.234.391,03	1.343.834,50
5. Outros	835.050,96	228.612,00	770.052,80	201.798,00
6. Total (1+2+3+4+5)	3.814.806,60	2.799.865,73	1.78.950,32	2.323.261,10

Fonte: PROAD/IFPA

4.1.4.6.1 Análise Crítica

Conforme demonstrativo apresentado constata-se que nos exercícios 2012 e 2013, a modalidade de contratação adotada no IFPA para os créditos recebidos por movimentação foi o Pregão Eletrônico, que consiste na modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquirem bens comuns, nos exatos termos do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005. Tais aquisições foram em grande parte de material de consumo, serviços de pessoa jurídica e aquisição de materiais permanentes assim distribuídos:

- **UG 158135** (Reitoria), utilizou com aquisição de material de consumo e serviço de reprografia para o programa PARFOR, realizou a aquisição de material de consumo para o programa PRONATEC, realizou aquisição de material de consumo e equipamento para o programa ETC-BRASIL.
- **UG 158306** (Campus Belém), utilizou recursos para aquisição de merenda escolar, aquisição de material de consumo e contratação de serviço de pessoa jurídica para atendimento do programa PRONATEC e contratação de pessoa jurídica para realização dos jogos dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia do Norte do País;
- **UG 158307** (Campus Marabá Rural), utilizou na aquisição de material de consumo para atendimento do programa PRONATEC e recebeu recursos para aquisição de passagens para atendimento do programa PRONERA em parceria com o INCRA.
- **UG 158308** (Campus Castanhal), utilizou recursos para aquisição de merenda escolar e na aquisição de material de consumo para atendimento do programa PRONATEC.
- **UG 158509** (Campus Conceição do Araguaia), utilizou recursos na contratação de pessoa jurídica para realização do I seminário de formação de professores do programa PARFOR e realizou aquisição de material de consumo para atendimento do programa PRONATEC.
- **UG 158506** (Campus Bragança), utilizou recursos para aquisição de material de consumo para atendimento do programa PRONATEC.

Verificou-se também que a modalidade Convite, Tomada de Preços e concorrência não foi liquidada e paga despesas dos créditos recebidos por movimentação neste exercício de 2013

Constatou-se ainda crescimento nas contratações diretas, no percentual de 46,44%, as quais foram utilizadas pelos seguintes campi: Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Marabá Rural, Santarém e Tucuruí.

Esta modalidade foi utilizada para aquisição de equipamentos de pesquisa, para atender ao termo de cooperação realizado com a CAPES, além da contratação de serviços de pessoa jurídica para atendimento dos programas: PARFOR, PRONERA. Outro destaque foi aquisição de material de consumo para o programa PRONATEC e a aquisição de merenda escolar.

Constatou-se ainda o crescimento na modalidade Inexigibilidade, no percentual de 100%, as quais foram utilizadas pelo campus de Marabá Rural, que realizou a contratação de colaboradores externos para assessorar a formação dos professores do IFPA no programa PRONERA, em parceria com o INCRA.

Em relação às despesas com pagamento em folha, apresentou um decréscimo de 100%. Em virtude do exercício de 2013 não ter havido recebimento e pagamentos desta natureza, pois só aconteceu este tipo de despesa no exercício de 2012, no qual o Instituto, realizou pagamentos do termo de cooperação do curso de Gestão Pública, realizado com a Universidade Federal Rural da Amazônia UFRA.

Em relação às diárias relativas aos créditos recebidos por movimentação, apresentaram um decréscimo de 20,06 %, em relação ao exercício de 2012, em razão da redução no número de programas executados pelo Instituto neste exercício.

Neste tipo de crédito, destacam-se os programas: PARFOR, ETEC-BRASIL, PRONERA o qual é executado pelo campus Marabá Rural em parceria com o INCRA.

A modalidade outros consolida os saldos de empenho emitidos na condição de não se aplica, em decorrência do não enquadramento nas demais modalidades de licitação. Apresentou um crescimento de 265,27%, em relação ao ano anterior e decorreu, em exclusividade das despesas com auxílio a estudantes, auxílio a pessoas físicas e serviço de pessoa física, para atendimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

4.1.4.7 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 27: DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
339036	4.604.392,56	1.311.345,49	82.135,77	300.914,23	3.622.256,79	1.010.431,26	973.053,77	21.537,90
339030	4.512.925,69	1.018.799,30	1.050.915,98	967.789,30	3.462.009,71	51.010,00	681.066,53	877.411,00
339018	2.505.862,29	558.038,64	272.964,00	558.038,64	2.232.898,29		253.672,00	493.109,50
Demais elementos do grupo	4.279.883,82	1.627.707,40	1.487.790,85	901.208,27	2.792.092,97	726.499,13	1.250.158,02	859.287,41
Total	16.903.064,36	4.515.890,83	82.135,77	2.727.950,44	12.109.257,76	1.787.940,39	3.157.950,32	2.251.345,81
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
449052	212.658,00	3.572.790,36	21.000,00	71.915,29	191.658,00	3.500.875,07	21.000,00	71.915,29
449051		3.446.205,69				3.446.205,69		
449039		7.000,00				7.000,00		
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
Total	212.658,00	7.025.996,05	21.000,00	71.915,29	191.658,00	6.954.080,76	21.000,00	71.915,29

Fonte: PROAD/IFPA

4.1.4.7.1 Análise crítica da realização da despesa

Na execução da despesa corrente e das despesas de Capital por grupo e elemento dos créditos em movimentação executados, temos a observar-se que:

Nas Despesas Correntes de 2012 para 2013, não ocorreram às despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Só houveram movimentação nas Outras Despesas Correntes, a qual representaram grande relevância na execução orçamentária, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará. Esta despesa ficou em primeiro lugar em relação aos gastos nos dois exercícios financeiros.

Estas Outras Despesas Correntes, tiveram a seguinte execução nos exercícios de 2012 e 2013:

Em **primeiro lugar** neste grupo ficou as despesas com Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, classificação Contábil (3339036), no montante de R\$ 4.604.392,56 de despesas empenhadas, neste gasto destaca-se as despesas com: diárias a colaboradores eventuais dos programas: PARFOR, ETEC-BRASIL, que foram utilizadas exclusivamente pela Reitoria, assim como a contratação de serviço de pessoas físicas para o programa PRONATEC, além do mais também foi utilizado pela grande maioria dos campi e destacamos ainda o programa PRONERA, que contratou serviços de Terceiros Pessoa Física, este último é executado pelo campus Marabá Rural em parceria com o INCRA.

Em **segundo lugar** neste grupo ficou as despesas com Material de Consumo, classificação contábil (3339030), com um montante de R\$ 4.512.925,69 de despesas empenhadas, neste gasto destaca-se as aquisições para atender aos programas: PARFOR, esta aquisição foi exclusivamente pela Reitoria e para atender ao programa PRONATEC, esta aquisição foi realizada pela grande maioria do campus.

Em **terceiro lugar** neste grupo ficou as despesas com Auxílio Financeiro a estudantes, classificação contábil (3339018), com um montante de R\$ 2.505.862,29 de despesas empenhadas, neste gasto foi exclusivamente para atender a despesa com fornecimento de bolsas de estudo aos estudantes do programa PRONATEC e foi utilizada pela grande maioria dos campi do Instituto.

Além dos três elementos de despesas mais relevantes, teve ainda o grupo dos demais elementos de despesas com Outras Despesas Correntes, dentro destes elementos, destacamos os elementos de despesas:

- **Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física**, classificação contábil (3339048), que teve o montante empenhado de R\$ 1.549.563,00 e sua execução foi para pagamento de servidores do Instituto que trabalharam no programa PRONATEC, sendo esta despesa executada tanto pela Reitoria, quanto pela maioria dos campi;
- **Obrigações Tributárias e Contributivas**, classificação contábil (3339147), que teve o montante empenhado de R\$ 903.023,61, e que serviu para pagamento de imposto patronal sobre os serviços prestados por pessoas físicas nos programas: PRONATEC e PRONERA;
- **Outros Serviços de Pessoas Jurídicas**, classificação contábil (3339039), que serviu para contratação de Pessoa Jurídica para atender demandas dos programas: PARFOR, PRONATEC e PRONERA.

No que diz respeito à execução dos créditos recebidos por grupo e elemento de despesa por movimentação em Despesas de Capital merecem destaque:

Neste exercício financeiro de 2013 o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará só recebeu recurso exclusivamente para aquisição de equipamentos, classificação contábil (3449052), sendo a utilização da mesma, assim discriminadas:

- **UG: 158135** (Reitoria), realizou aquisição de equipamentos no montante de R\$ 31.308,00 de despesas empenhadas, para atendimento do programa ETEC BRASIL;
- **UG: 158308** (Campus castanhal), realizou aquisição de equipamentos no montante de R\$ 181.350,00 de despesas empenhadas, este recurso foi utilizado, para montagem do laboratório de produção vegetal, este recurso foi proveniente de termo de cooperação com a CAPES.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO 28: RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Valores em R\$ 1,00

CREDITO OU RECURSO

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
33190.92.01		APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158135	FOLHA DE PAGAMENTO	-	14.433.09	14.433,09	-
Código SIAFI		Denominação			
33190.92.11		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158135	FOLHA DE PAGAMENTO	-	199.500,77	199.500,77	-
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.14		DIÁRIAS CIVIL			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158135	332.826.332-20	-	789,54	789,54	-
158135	184.240.662-00	-	1.019,13	1.019,13	-
158135	708.255.482-68	-	568,86	568,86	-
158135	073.074.537-62	-	520,80	520,80	-
158306	049.283.002-97	-	684,98	684,98	-
158509	635.061.062-87	-	638,25	638,25	-
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.18		AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158306	002.411.962-80	--	800,00	800,00	--
158306	012.525.252-81	--	260,00	260,00	--
158306	012.510.142-24	--	260,00	260,00	--
158306	008.769.292-93	--	260,00	260,00	--
158306	025.629.717-79	--	260,00	260,00	--
158306	886.221.262-34	--	260,00	260,00	--
158306	019.260.192-02	--	260,00	260,00	--
158306	007.694.032-20	--	260,00	260,00	--
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.20		AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES			

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158567	205.975.502-63	--	800,00	800,00	--
158567	673.298.024-68	--	800,00	800,00	--
158567	522.549.172-34	--	800,00	800,00	--
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.33		PESSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158135	06.064.175/0001-49	--	222.456,08	222.456,08	--
158306	06.064.175/0001-49	--	1.558,12	1.558,12	--
158567	06.064.175/0001-49	--	4.024,82	4.024,82	--
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.36		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FISICA			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158135	215.687.823-49	--	33.396,60	33.396,60	--
158135	536.885.972-49	--	1.100,00	1.100,00	--
158135	057.630.102-72	--	1.100,00	1.100,00	--
158135	877.429.342-72	--	1.100,00	1.100,00	--
158135	884.540.102-20	--	1.100,00	1.100,00	--
158306	593.895.242-53	--	126,00	126,00	--
158306	392.840.002-97	-	2.400,00	2.400,00	-
158509	692.767.812-34	-	5.000,00	5.000,00	-
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.37		LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158308	02.650.833/0001-23	--	88.808,64	88.808,64	--
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.39		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS – PESSOA JURIDICA			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158135	04.945.341/0001-90	--	292,60	292,60	--
158306	33.530.486/0001-29	--	447,37	447,37	--
158306	04.387.843/0001-43	--	20.019,11	20.019,11	--
158306	08.602.745/0001-32	-	288,60	288,60	-
158306	12.941.636/0001-17	-	60,00	60,00	-
158306	34.028.316/00018-51	-	830,78	830,78	-
158306	08.672.139/0001-93	-	2.333,35	2.333,35	-
158306	02.449.992/0364-36	-	5.965,58	5.965,58	-
158308	03.506.307/0001-57	-	28.658,11	28.658,11	-
158308	04.164.616/0001-59	-	28.704,07	28.704,07	-
158508	03.128.654/0001-93	-	4.479,50	4.479,50	-
158518	33.530.486/0001-29	-	1.203,70	1.203,70	-
158518	04.803.682/0001-21	-	1.702,00	1.702,00	-
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.92		MATERIAL DE CONSUMO			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158308	03.745.420/0001-95	--	539,15	539,15	--
158508	47.866.934/0001-74	--	123,55	123,55	--
Código SIAFI		Denominação			
33390.92.93		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			

Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158135	184.240.662-00	--	2.053,50	2.053,50	--
158135	428.320.202-91	--	644,00	644,00	--
158135	649.117.052-72	-	1.930,00	1.930,00	-
158135	584.879.992-04	-	1.080,00	1.080,00	-
158135	576.831.402-44	-	1.080,00	1.080,00	-
158135	844.494.972-87	-	1.056,00	1.056,00	-
158135	805.441.002-63	-	184,00	184,00	-
158135	205.489.662-49	-	483,00	483,00	-
158135	950.379.261-49	-	212,00	212,00	-
158135	659.018.862-91	-	468,00	468,00	-
158135	120.455.002-68	-	4.680,00	4.680,00	-
158135	127.667.802-97	-	2.371,00	2.371,00	-
158135	234.794.932-20	-	167,00	167,00	-
158135	686.761.152-49	-	606,00	606,00	-
Código SIAFI		Denominação			
33391.92.39		SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158508	110245		2.237,72	911,10	1.326,62
158567	110245		4.525,13	4.525,13	--
Código SIAFI		Denominação			
33391.92.47		OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
158135	536.885.972-49		220,00	220,00	--
158135	057.630.102-72		220,00	220,00	--
158135	877.429.342-72		220,00	220,00	--
158135	884.540.102-20		220,00	220,00	--

Fonte: PROAD/IFPA.

4.2.1 Análise Crítica

As despesas de exercícios anteriores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, reconhecidas e pagas ao longo do exercício 2013, apresentaram um acréscimo considerável, em relação ao exercício de 2012.

Neste exercício financeiro de 2013, o valor total foi de R\$ 705.650,50.

Grande parte destas despesas ocorreu pelo reconhecimento de passivos com Pessoal e Encargos Sociais que representaram o montante de R\$ 212.933,86, este montante foi pago na folha de pagamento do IFPA.

O restante foi o reconhecimento com passivos financeiros de Outras Despesas Correntes no montante de R\$ 491.716,64, essas despesas decorreram preponderantemente da insuficiência de dotação orçamentária para pagamento das diversas despesas da Reitoria e de seus 17 campi no exercício 2012, haja vista que o planejamento orçamentário desse exercício ficou aquém das reais necessidades da Instituição, fato que fica evidenciado na comparação da Lei Orçamentária Anual de ambos os exercícios.

Em 2012, os recursos destinados às despesas Correntes somaram R\$ 52.184.073,00, ao passo que as de 2013 totalizaram R\$ 66.321.761,00, ou seja uma diferença de R\$ 14.137.688,00 de um ano para outro.

Dentro do reconhecimento destas despesas tiveram destaque os gastos com: Passagens, Locação de Mão de Obra, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Outros Serviços de Pessoa Física, Diárias, Auxílio Financeiro a Estudantes, Material de Consumo, Indenizações e Restituições

e Obrigações Tributárias e Contributivas.

A distribuição do reconhecimento dessas despesas ficou demonstrada da seguinte forma:

■ **UG 158135 (Reitoria):**

- **Rubrica: 33190.92.01** (Aposentadorias Reserva Remunerada), foram pagos um montante de R\$ 14.433,09. Essa despesa foi oriunda do reconhecimento em folha de pagamento de parcelas devidas no exercício de 2012 a servidores aposentados e que foram incluídas neste exercício de 2013.
- **Rubrica: 33190.92.11** (Vencimento e Vantagens Fixas), foram pagos um montante de R\$ 199.500,77. Essa despesa foi oriunda do reconhecimento em folha de pagamento de parcelas devidas no exercício de 2012 a servidores ativos e que foram incluídas neste exercício de 2013.
- **Rubrica: 33390.92.14** (Diárias Civil), foram pagos um montante de R\$ 2.898,33. Essa despesa foi pelo não pagamento de diárias a servidores dentro do exercício de 2012, em virtude de encerramento do exercício os empenhos foram cancelados faltando pagar as diárias, em favor dos servidores: Paulo Pereira Tavares, Kleber Roberto Matos da Silva, Davi Guimarães da Silva e Archimedes Alves Detoni, sendo que neste exercício foi reconhecido a despesa e paga.
- **Rubrica: 33390.92.33** (Passagens e Despesas com Locomoção), foi pago um montante de R\$ 222.456,08. Essa despesa foi referente a passagens não cobradas no exercício de 2012 e solicitadas apenas em 2013, pela empresa Aires Turismo LTDA, sendo que neste exercício foi reconhecido a despesa e paga.
- **Rubrica: 33390.92.36** (Outros Serviços de Pessoa Física), foi pago um montante de R\$ 37.796,00. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesa com aluguel do Imóvel do Central Ciência, pois o contrato era gerido pela FUNCEFET e não foi pago na época, sendo que o IFPA, reconheceu a dívida e pagou o montante de R\$ 33.396,00. Outro ponto foi o reconhecimento de exercício anterior de serviços prestados por colaborador externo ao programa Universidade Aberta do Brasil, sendo a despesa reconhecida e paga no montante de R\$ 4.400,00, em favor dos colaboradores externos: Adil Daou, Oneide Pereira de Lima Sena, Edylan de Aviz Ferreira e Ângela Cecília da Rocha Ferreira.
- **Rubrica: 33390.92.39** (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), foi pago um montante de R\$ 292,60.
 - Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesas com água e esgoto do Imóvel do Central Ciência, pois o contrato era gerido pela FUNCEFET e não foi pago na época, sendo que o IFPA, reconheceu a dívida e pagou, para evitar corte no fornecimento.
- **Rubrica: 33390.92.93** (Indenizações e Restituições), foi pago um montante de R\$ 17.014,50.
 - Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesas com reembolso de passagens pago pelo servidor: Kleber Roberto Matos da Silva no exercício de 2012, no montante de R\$ 2.053,50, sendo que a despesa foi reconhecida e paga neste exercício.

Outro destaque foi o pagamento de reconhecimento de auxílio saúde de servidores do IFPA que pagaram a despesa de saúde em 2012, mas só solicitaram do órgão em 2013, o montante reconhecido e pago foi de R\$ 14.961,00, os servidores pagos foram: Rubens Chaves Rodrigues, Fernanda Suely Barata, Adria Maria Neves Monteiro de Araujo, Fanny Santos de Miranda, Gyselle

Maciel de Almeida, Pedro Paulo Peixoto Ramos Junior, Verônica Silimar dos Santos, Claudiany Cipriano de Carvalho e Silva, Welbert Jose e Silva de Souza, José Reginaldo Pinto de Abreu, Lauro Sergio Rodrigues da Silva, Rosilândia Ferreira de Aguiar e Cemyra Diniz Nascimento.

- **Rubrica: 33391.92.47** (Obrigações Tributárias e Contributivas), foi pago um montante de R\$ 880,00. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de imposto patronal sobre serviços de Terceiros de pessoa física, o qual foi prestado por colaboradores externos do programa Universidade Aberto do Brasil, sendo a despesa reconhecida e paga ao INSS.

■ **UG 158306** (Campus Belém):

- **Rubrica: 33390.92.14** (Diárias Civil), foram pagos um montante de R\$ 684,98. Essa despesa foi pelo não pagamento de diárias a servidores dentro do exercício de 2012, em virtude de encerramento do exercício os empenhos foram cancelados faltando pagar as diárias, em favor do servidor: Claudio Cezar Cunha de Vasconcelos Chaves, sendo que neste exercício foi reconhecida a despesa e paga.
- **Rubrica 333909218** (Auxílio Financeiro a Estudante), foram pagos um montante de R\$ 2.620,00.
 - Essa despesa foi pelo não pagamento de auxílio a estudantes do campus no exercício de 2012, sendo a despesa reconhecida e paga neste exercício em favor dos estudantes: Fernando Ferreira Costa, Jully Gabrielle Ferreira Baia, Larianny Rodrigues Gonçalves Cardoso, Brenda Soele Souza Matos, Caryda Janaina de Paiva Costa, Gilmara Pegado Ferreira, Suziellen Christiny Salazar da Silva, Glauciele da Silva Ferreira, Julia Tamires Feitosa Saba.
- **Rubrica: 33390.92.33** (Passagens e Despesas com Locomoção), foi pago um montante de R\$ 1.558,12. Essa despesa foi referente a passagens não cobradas no exercício de 2012 e solicitadas apenas em 2013, pela empresa Aires Turismo LTDA, sendo que neste exercício foi reconhecido a despesa e paga.
- **Rubrica: 33390.92.36** (Outros Serviços de Pessoa Física), foi pago um montante de R\$ 2.526,00. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesa com o colaborador externo: Eder Raimundo Almeida da Silva, que trabalhou no processo seletivo do campus em 2012, mais o mesmo estava com irregularidade fiscal na Receita Federal, sendo que a situação foi regularizada no exercício de 2013, procedendo assim o reconhecimento e pagamento da despesa no montante de R\$ 126,00. Outro ponto foi o reconhecimento de despesa com o colaborador eventual: Paulo Roberto Sousa David, que ministrou aulas da disciplina de matemática para o curso de gestão pública para servidores da Universidade Federal do Pará, o montante pago foi de R\$ 2.400,00.
- **Rubrica: 33390.92.39** (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), foi pago um montante de R\$ 29.944,79. Essas despesas foram referentes ao reconhecimento de despesas com:
 - Empresa Brasileira de Telecomunicações, sendo conta de telefones de outro exercício sendo a despesa reconhecida e paga no montante de R\$ 447,37;
 - Empresa Brasileira de Correios, por faturas não pagas de outros exercícios, sendo a despesa reconhecida e paga no montante de R\$ 830,78;
 - MA Resende da Costa, houve ainda o reconhecimento e pagamento do montante R\$ 20.019,11, referente à despesa com cozinheiras do mês de dezembro de 2012;
 - Capemisa Seguradora de Vida, montante R\$ 288,50, referente a seguro de alunos;
 - Soluction Logistica e Eventos, montante R\$ 4.660,00, pagamento de realização de colação de grau de alunos em 2012;

- o Empresa C2A Serviços em Tecnologia, montante R\$ 2.333,35, referente à despesa com reprografia, não pagas em 2012;
- o Vivo, montante R\$ 5.965,58, referente à despesa telefonia móvel do exercício de 2012, que foi cobrada em 2013, sendo a despesa reconhecida e paga;

■ **UG 158308 (Campus Castanhal):**

- **Rubrica: 33390.92.37** (Locação de Mão de Obra), foi pago um montante de R\$ 88.808,64. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesa com vigilância armada, coma empresa Polo Segurança e foi oriunda de repactuação contratual de 2012, sendo que a despesa só esteve liberada para pagamento neste exercício de 2013, sendo a despesa reconhecida e paga.
- **Rubrica: 33390.92.39** (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), foi pago um montante de R\$ 57.362,18. Essas despesas foram referentes ao reconhecimento de despesas com:
 - o Empresa Brasileira de Tecnologia, o montante pago foi de R\$ 28.658,11 e é oriundo reconhecimento de despesa com manutenção veicular realizadas em 2012, sendo a despesa reconhecida e paga neste exercício.
 - o TNL PCS S/A, o montante pago foi de R\$ 28.704,07 e é oriunda de despesas com telefonia móvel dos exercícios de 2010 e 2011, sendo a despesa foi reconhecida e paga neste exercício de 2013.
- **Rubrica: 33390.92.92** (Material de Consumo), foi pago um montante de R\$ 539,15. Essa despesa é referente ao reconhecimento de despesa com água mineral fornecida pela empresa C. P. Daibes Eireli e foi do não pagamento no exercício de 2012 de notas fiscais, sendo a despesa reconhecida e paga em 2013.

■ **UG 158508 (Campus Abaetetuba):**

- **Rubrica: 33390.92.39** (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), foi pago um montante de R\$ 4.479,50. Essas despesas foram referentes ao reconhecimento de despesas com a empresa: Nery & Neves e foi oriunda do não pagamento de serviços prestados em 2012, sendo a despesa reconhecida e paga em 2013.
- **Rubrica: 33390.92.92** (Material de Consumo), foi pago um montante de R\$ 123,55. Essa despesa é referente ao reconhecimento de despesa com fornecimento de combustíveis pela empresa Ticket Serviços e foi oriunda do não pagamento no exercício de 2012 de notas fiscais, sendo a despesa reconhecida e paga em 2013.
- **Rubrica: 33391.92.39** (Obrigações Tributárias e Contributivas), foi pago um montante de R\$ 911,10. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de faturas da empresa Fundo de Imprensa Nacional, esta despesa foi oriunda de faturas não emitidas no exercício de 2012, sendo a despesa solicitada em 2013 e a mesma foi reconhecida e paga.

■ **UG 158509 (Campus Conceição do Araguaia):**

- **Rubrica: 33390.92.14** (Diárias Civil), foram pagos um montante de R\$ 638,25. Essa despesa foi pelo não pagamento de diárias a servidores dentro do exercício de 2012, em virtude de encerramento do exercício os empenhos foram cancelados faltando pagar as diárias, em favor do servidor: Ricardo Alexandre Moraes da Silva, sendo que neste exercício foi reconhecida a despesa e paga.
- **Rubrica: 33390.92.36** (Outros Serviços de Pessoa Física), foi pago um montante de

R\$ 5.000,00. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de despesa com a colaboradora externa: Rosirene Souza Gomes, que trabalhou como secretária no programa PROCAMPO, mas não foi paga em 2012, sendo a despesa reconhecida e paga em 2013.

■ **UG 158518 (Campus Santarém):**

- **Rubrica: 33390.92.39** (Outros Serviços de Pessoa Jurídica), foi pago um montante de R\$ 2.905,70. Essas despesas foram referentes ao reconhecimento de despesas com a Empresa Brasileira de Telecomunicações, sendo procedente de conta de telefones de outro exercício sendo a despesa reconhecida e paga. Outra despesa dentro desta classificação, foi o reconhecimento e pagamento de serviço de banner que foi realizado em 2012, mas só foi solicitada e paga neste exercício no montante de R\$ 1.702,00.

■ **UG 158567 (Campus Itaituba):**

- **Rubrica: 33390.92.20** (Auxílio Financeiro a Pesquisadores), foram pagos um montante de R\$ 2.400,00. Essa despesa foi pelo não pagamento no exercício de 2012 dos orientadores de pesquisas: Julio Nonato Silva Nascimento, Liz Carmem Silva Pereira e Corina Fernandes de Sousa, sendo a despesa reconhecida e paga em 2013.
- **Rubrica: 33390.92.33** (Passagens e Despesas com Locomoção), foi pago um montante de R\$ 4.024,82. Essa despesa foi referente a passagens não cobradas no exercício de 2012 e solicitadas apenas em 2013, pela empresa Aires Turismo LTDA, sendo que neste exercício foi reconhecido a despesa e paga.
- **Rubrica: 33391.92.39** (Obrigações Tributárias e Contributivas), foi pago um montante de R\$ 4.523,13. Essa despesa foi referente ao reconhecimento de faturas do Fundo de Imprensa Nacional, esta despesa foi oriunda de faturas não emitidas no exercício de 2012, sendo a despesa, reconhecida e paga em 2013.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO 29: RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2010	2.050.016,51	366.574,62	97,71	1.683.344,18
2011	10.306.374,03	2.961.696,83	1.730.560,10	5.614.117,10
2012	46.036.987,31	22.787.357,79	3.156.803,94	20.092.825,58
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2005	12.096,72		12.096,72	
2006	10.384,21		10.384,21	
2007	3.640,59	2.734,85	905,74	
2009	950,91		950,91	
2010	783,80		783,80	
2011	293.125,08	206.441,59	84.602,75	2.080,74
2012	1.192.288,10	1.178.615,59	9.670,51	4.002,00

Fonte: PROAD/IFPA

4.3.1 Análise Crítica

Os valores concernentes aos Restos a Pagar processados, inscritos em exercícios anteriores tiveram a seguinte execução:

- **Ano de 2005:** o montante foi de R\$ 12.096,72. Este saldo é proveniente do não pagamento no exercício de 2005 do empenho 2005NE800001, da empresa M.M Distribuidora, fornecedora de livros, pois a empresa não existe mais, sendo cancelado o empenho.
- **Ano de 2006:** o montante foi de R\$10.384,21. Este saldo é proveniente do não pagamento no exercício de 2006 do empenho 2006NE800005, da empresa Telemar Norte Leste prestadora de serviços de telecomunicações, sendo que o serviço não era devido, sendo o empenho cancelado.
- **Ano de 2007:** o montante foi de R\$ 3.640,59. Este saldo é proveniente do não pagamento no exercício de 2007 do empenho 2007NE800046 da empresa Irmãos Teixeira, sendo que não foi pago na época em virtude do SICAF estar irregular, sendo procedido o pagamento de R\$ 2.734,85, após a regularização e cancelado o saldo restante de R\$ 905,74 pois não era devido.
- **Ano de 2009:** o montante foi de R\$950,91. Este saldo é proveniente do não pagamento no exercício de 2009 do empenho 2009NE800030, da empresa AES Comercial LTDA, o serviço não era devido, sendo o empenho cancelado.
- **Ano de 2010:** o montante foi de R\$ 783,80. Este saldo é proveniente do não pagamento no exercício de 2010 do empenho 2010NE900462 da empresa Paragás Distribuidora, referente à aquisição de gás de cozinha o material não era devido, sendo o empenho cancelado.
- **Ano de 2011:** o montante foi de R\$ 293.125,08. Este saldo é proveniente do não pagamento em exercícios anteriores de restos a pagar processados das unidades gestoras do Instituto, neste exercício de 2013 foram realizados pagamentos no montante de R\$ 206.441,59, sendo que o IFPA realizou o cancelamento de restos a pagar liquidados no montante de R\$ 84.602,75, este cancelamentos foram em virtude destes saldos não ser devido, no entanto ainda resta o saldo de R\$ 2.080,74 de despesas liquidadas de 2011 e são referentes às empresas: Empresa Brasileira de Correios no montante de R\$ 1.412,74 e são oriundas de despesas liquidadas de correspondências a qual esta pendente de pagamento pelo campus Castanhal, a outra despesa é com a empresa Multi Quadros e Vidros no montante de R\$ 668,00 e oriunda de aquisição de quadros que foram liquidados e não foram pagos por pendências na entrega.
- **Ano de 2012:** o montante foi de R\$ 1.192.288,10, Este saldo é proveniente do não pagamento em exercícios anteriores de restos a pagar processados das unidades gestoras do Instituto, neste exercício de 2013 foram realizados pagamentos no montante de R\$ 1.178.615,59, sendo que o IFPA realizou o cancelamento de restos a pagar liquidados no montante de R\$ 9.670,51, em virtude deste saldos não ser devido, no entanto ainda resta o saldo de R\$ 4.002,00 de despesas liquidadas de 2012 e são referentes às pagamentos realizados para a colaboradora externa Raphaela Correa de Oliveira, que trabalhou como secretaria no programa Universidade Aberta do Brasil, a Reitoria realizou o pagamento em 2012, mas a conta informada estava errada e a ordem bancaria foi cancelada já em 2013 e até o encerramento do exercício a colaboradora não foi encontrada para receber o montante de R\$ 957,00. Outro ponto foi o pagamento de assistência estudantil nos montantes de R\$ 2.673,45 e 371,55 que foram

liquidados no exercício de 2012 pelo campus Industrial de Marabá, mas até o encerramento do exercício de 2013 a despesa não tinha sido paga, iremos solicitar ao campus que cancele esta liquidação.

Os valores concernentes aos Restos a Pagar não processados, inscritos em exercícios anteriores tiveram a seguinte execução:

Em relação aos Restos a pagar Não Processados, verifica-se que nos anos de 2010 a 2011, os saldos destes exercícios foram em grande parte pagos ainda no exercício 2013.

Relativamente aqueles inscritos em 2010 que são decorrentes de créditos orçamentários empenhados praticamente no último mês do fechamento do exercício por não existe tempo hábil para processamento das despesas que tendem a ocorrer no início do ano seguinte. São despesas relativas à contratação de serviços, obras e aquisição de equipamentos.

Já com relação aos restos a pagar do exercício de 2011, na maioria foram pagos no exercício de 2013 e são oriundos de obras da expansão da rede e aquisição de equipamentos para atendimentos dos 17 campi e a Reitoria.

Em relação aos Restos a pagar Não Processados de 2012, verifica-se que foram realizados pagamentos de R\$ 22.787.357,79.

Observamos que a despesa cancelada foi expressiva e teve o montante de R\$ 3.156.803,94.

O saldo remanescente de restos a pagar não processados no exercício de 2013 foi de R\$ 20.092.825,58. Este saldo na grande maioria esta representada pelo andamento de obras e reformas contratadas em 2012, como podemos citar as construções dos campi de Cametá, Paragominas e Breves que são montantes vultosos, destaca-se ainda a aquisição de equipamento e contratações de serviços que foram adquiridos e não foram entregues ou prestados em todas as unidades que compõe o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO 30: CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará									
CNPJ: 10.763.998/0001-30					UG/GESTÃO: 158135/26416				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/2013	170009/00001	122.009,40		122.009,40	122.009,40	24/10/2013	31/12/2013	1
3	02/2013	153063/15230	494.587,50		494.587,50	494.587,50	19/11/2013	30/04/2014	1
3		153103/15234	750.000,00			500.000,00	03/08/2011	31/12/2013	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: ROAD/IFPA

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO 31: RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará					
CNPJ:	10.763.998/0001-30					
UG/GESTÃO:	158135/26416					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso	2		1	616.596,90		500.000,00
Totais	2		1	616.596,90		500.000,00

Fonte: PROAD/IFPA

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO 32: DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							1,00
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013					02	5.527,00	5.527,00
2012					24	140.501,01	140.501,01
2011					26	142.839,94	142.839,94

Fonte: PROAD/IFPA

4.5.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 33: DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1			Limite de Utilização da UG		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
TAYLOR ARAUJO COLLYER	049.654.422-53	8.000,00		3.000,00	3.000,00
GABRIEL DE JESUS LAVAREDA AMARO	069.190.652-15	8.000,00		2.527,00	2.527,00
Total Utilizado pela UG				5.527,00	5.527,00
Total Utilizado pela UJ				5.527,00	5.527,00

Fonte: PROAD/IFPA

4.5.3 Análise Crítica

Neste exercício de 2013, as despesas com suprimento de fundos, através de Cartão de Crédito Corporativo totalizaram o montante de R\$ 5.527,00 e foram concedidos apenas dois suprimentos e a única unidade que realizou este tipo de despesas foi o Campus Belém.

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 34: PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							02	5.527,00	24	159.835,12	22	131.333,08

Fonte: PROAD/IFPA

4.5.5 Análise Crítica

Com relação a suprimento de fundos, temos a informar que em 2013, houve a emissão de dois suprimentos de fundos, sendo que os mesmos apresentaram a prestação de contas e foram aprovadas.

Em relação ao exercício de 2012, houveram 24 emissões de suprimento de fundos, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, sendo 22 da UG: 158306 (Campus Belém) e 02 da UG: 158307 (Campus Marabá Rural), sendo que todos prestaram contas e as mesmas foram aprovadas.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO 35: FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1297	1297	31	54
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.1.1. Docente	0	0	0	0
1.1.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1297	1297	31	54
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1276	1276	19	50
1.2.1.1. Docente	714	714	3	14
1.2.1.2. Técnico Administrativo	562	562	16	36
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	1	0
1.2.2.1. Docente	0	0	0	0
1.2.2.2. Técnico Administrativo	2	2	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	3	3	1	0
1.2.3.1. Docente	1	1	0	0
1.2.3.2. Técnico Administrativo	2	2	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	16	16	10	4
1.2.3.1. Docente	9	9	6	4
1.2.3.2. Técnico Administrativo	7	7	4	0
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	9	9	0	34
2.1. Docente	9	9	0	34
2.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0
3. Servidor sem Vínculo com a Administração Pública (3.1+3.2)	4	4	2	1
3.1. Docente	3	3	2	0
3.2. Técnico Administrativo	1	1	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	1310	1310	33	89

Fonte: SIAPE-DGP/IFPA

Análise Crítica:

As admissões de servidores são decorrentes do plano de expansão da rede tecnológica, assim como reposição das vacâncias de cargos não extintos ocorridas no exercício de referência.

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 36: SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	13
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.2.1. Docente	0
1.2.2. Técnico Administrativo	6
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1
1.3.1. Docente	5
1.3.2. Técnico Administrativo	7
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	6
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	38
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	4
2.4.1. Docente	3
2.4.2. Técnico Administrativo	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.1.1. Docente	0
3.1.2. Técnico Administrativo	34
3.2. A pedido, a critério da Administração	28
3.2.1. Docente	6
3.2.2. Técnico Administrativo	52
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	41
3.3.1. Docente	19
3.3.2. Técnico Administrativo	22
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	02
3.4.1. Docente	1
3.4.2. Técnico Administrativo	1
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	1
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	

Fonte: DGP/IFPA

Análise Crítica:

Observa-se um considerável aumento no número de remoções, decorrente da necessidade de adequação da força de trabalho nos Campi e Reitoria, visando redimensionar a força de trabalho no Instituto. Em relação aos afastamentos para Pós-Graduação Stricto Sensu, evidenciamos um aumento significativo comparativamente ao exercício de 2012, indicando um incentivo institucional à qualificação dos servidores.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO 37: DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	89	89	51	34
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	89	89	51	34
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	68	68	38	29
1.2.1.1. Docente	30	30	19	16
1.2.1.2. Técnico Administrativo	38	38	19	13
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	1	0
1.2.2.1. Docente	0	0	0	0
1.2.2.2. Técnico Administrativo	1	1	1	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	16	16	10	4
1.2.3.1. Docente	9	9	6	4
1.2.3.2. Técnico Administrativo	7	7	4	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	1
1.2.4.1. Docente	0	0	0	0
1.2.4.2. Técnico Administrativo	0	0	0	1
1.2.5. Aposentados	4	4	2	0
1.2.5.1. Docente	4	4	2	0
1.2.5.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	269	269	159	101
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	269	269	159	101
2.1.1. Docente	99	99	57	46
2.1.2. Técnico Administrativo	170	170	102	55
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	358	358	210	135

Fonte: SIAPE-DGP/IFPA

Análise Crítica:

A movimentação significativa observada no exercício de 2013 ocorreu em virtude da necessidade de renovar o quadro que compunha os cargos de direção e funções gratificadas, como consequência da reestruturação das unidades organizacionais.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 38: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UNIDADE POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidor por Faixa Etária				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	197	487	311	213	75
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	198	481	310	213	74
1.2.1. Docente	83	280	185	114	52
1.2.2. Técnico Administrativo	115	201	125	99	22
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	6	1	0	1
1.3.1. Docente	1	6	1	0	1
1.3.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	2	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	2	2
2.2.1. Docente	0	0	0	2	2
2.2.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	197	487	311	215	77

Fonte: SIAPE-DGP/IFPA

Análise Crítica:

Observa-se que o quadro de pessoal do IFPA é predominantemente classificado nas faixas etárias de 31 a 40 anos e 41 a 50 anos, apresentando relativa experiência em função da idade. É notório também o quantitativo de servidores relativamente jovens que compõem o quadro funcional, especialmente na categoria de técnicos administrativos, quando comparado ao quantitativo de servidores em faixa etária acima de 60 anos.

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 39: QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UNIDADE POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	0	5	12	20	141	317	394	296	91	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	5	12	20	141	317	394	296	91	0
1.2.1. Docente	0	0	0	0	0	105	237	283	89	0
1.2.2. Técnico Administrativo	0	5	12	20	141	212	157	13	2	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	3	6	0	0
1.3.1. Docente	0	0	0	0	0	0	3	6	0	0
1.3.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
2.2.1. Docente	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
2.2.2. Técnico Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	5	12	20	141	321	394	296	91	0

LEGENDA: Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE-DGP/IFPA

Análise Crítica:

Observa-se um aumento tênue no nível de escolaridade, especificamente nas categorias de Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação e Doutorado, em relação ao exercício de 2012, sendo predominante a qualificação no nível de Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação.

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 40: QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	94.270.345,65	0	26.935.453,81	794.006,19	82.570,10	26.400.815,81	329.576,99	213.933,86	1.210.433,50	150.732.674,67
	2012	117.882.422,53	0	0	0	0	5.236.468,50	331.155,79	0	0	125.699.242,74
	2011	369.748.650,11	0	174.473.087,28	3.379.270,62	31.673.312,65	9.958.571,62	8.999.181,54	0	0	598.232.073,82
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	1.174.861,92	0	0	0	0	87.095,85	0	0	0	1.261.957,77
	2012	1.866.272,99	0	0	0	0	0	0	0	0	1.866.272,99
	2011	14.749.433,44	0	0	0	0	0	0	0	0	14.749.433,44
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	24.488.325,08	0	0	0	0	0	0	24.488.325,08

Fonte: SIAFI-DFIN/PROAD-DGP/IFPA

Obs.: Os valores informados foram obtidos através de relatórios gerenciais do SIAFI, onde são apresentados os valores totais da folha de pagamento anual, não sendo possível o detalhamento em nível do quadro solicitado conforme a instrução normativa que orienta este relatório de gestão. No SIAPE não foi possível também esse nível de detalhamento.

Análise Crítica:

A Fase de expansão da Rede de Educação Profissional é Tecnológica possibilitou o aumento de Unidades Organizacionais no âmbito do IFPA, para tanto viabilizou o ingresso de novos servidores públicos no quadro de pessoal do IFPA. Neste contexto, houve o acréscimo dos encargos trabalhista em relação aos anos anteriores, consolidando a tendência outrora demonstrada.

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 41: COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1 Integral	261	9
1.1 Voluntária	240	6
1.1.1. Docente	159	2
1.1.2. Técnico Administrativo	81	4
1.2 Compulsório	2	0
1.2.1. Docente	0	0
1.2.2. Técnico Administrativo	2	0
1.3 Invalidez Permanente	19	3
1.3.1. Docente	10	2
1.3.2. Técnico Administrativo	9	1
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	32	1
2.1 Voluntária	19	0
2.1.1. Docente	4	0
2.1.2. Técnico Administrativo	15	0
2.2 Compulsório	7	0
2.2.1. Docente	4	0
2.2.2. Técnico Administrativo	3	0
2.3 Invalidez Permanente	6	1
2.3.1. Docente	2	0
2.3.2. Técnico Administrativo	4	1
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	293	10

Fonte: SIAPE-DGP/IFPA

Análise Crítica:

Foram registradas 10 (dez) aposentadorias no exercício de 2013, sendo as vacâncias oriundas de aposentadoria de cargo não extinto providas por concurso público em andamento.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 42: INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciadas no exercício de referência
1. Aposentado	49	3
1.1 Integral	47	3
1.1.1. Docente	21	2
1.1.2. Técnico Administrativo	26	1
1.2 Proporcional	2	0
1.2.1. Docente	2	0
1.2.2. Técnico Administrativo	0	0
2. Em Atividade	84	3
2.1. Docente	34	2
2.2. Técnico Administrativo	50	1
3. Total (1+2)	133	6

Fonte: SIAPE-DGP/IFPA

Análise Crítica:

No exercício de 2013, observou-se a efetivação de 6 (seis) novas pensões civis, sendo 3 provenientes de servidores em atividade.

5.1.5 Cadastramento no SISAC

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO 43: ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	19	67	11	8
Concessão de aposentadoria	10	8	2	4
Concessão de pensão civil	6	5	0	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	0	1	0
Totais	36	80	14	14

Fonte: SIAPE-DGP/IFPA

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO 44: ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	74	74	15	7
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	74	74	15	07

Fonte: SISAC-DGP/IFPA

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

QUADRO 45: REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	2	4	0	5
Concessão de aposentadoria	1	0	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	1	0	0
Total	3	5	1	5
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	3	4	8
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	3	4	8

Fonte: SISAC-DGP/IFPA

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quando do ingresso do servidor no IFPA é solicitado o preenchimento de uma declaração de acumulação ou não de cargos públicos. Ressaltamos que o próprio SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal) no âmbito da Administração Pública Federal é programado para acusar a duplicidade de registros de um servidor já cadastrado em outro órgão federal. E em se tratando da classe docente deste IFPA, quando os mesmos passam a exercer suas atividades em dedicação exclusiva é exigida uma declaração que não exercem outra atividade remunerada.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade máxima do IFPA notifica o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção de escolha de qual cargo permanecerá em efetivo exercício, porém, dentro prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adota procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolve como previsto em lei.

Em 2013 a Diretoria de Gestão de Pessoas foi notificada através da Auditoria Interna via Solicitação de Auditoria SA nº 201313419 de 22/10/2013 para proceder uma análise preliminar de ocorrências acerca de possíveis indícios de exercício de outra atividade remunerada por professores com dedicação exclusiva, pertencerem em dezembro de 2011, ao quadro societário de Sociedade Privada, realizando assim 51 notificações, das quais 14 não foram respondidas.

Em análise preliminar constatou-se algumas acumulações ilícitas, ainda em processo de conclusão. Alguns dos servidores notificados encaminharam documentações comprovando a regularização da situação de acúmulo.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5.1.8.1 Absenteísmo

QUADRO 46: INDICADORES GERENCIAIS- ABSENTEÍSMO

Campi	Faltas Injustificadas				Faltas Justificadas (atestado médico)				Total (faltas injustificadas + justificadas)			
	Quantitativo de Servidores		Nº de dias		Quantitativo de Servidores		Nº de dias		Total de Servidores		Total de dias	
	TAE	Docente	TAE	Docente	TAE	Docente	TAE	Docente	TAE	Docente	TAE	Docente
Abaetetuba	0	0	0	0	1	5	15	780	1	5	15	780
Altamira	0	0	0	0	7	5	304	643	7	5	304	643
Belém	1	0	9	5	46	53	1587	2370	47	53	1596	2375
Bragança	0	0	0	0	11	11	72	586	11	11	72	586
Breves	0	0	0	0	1	1	50	5	1	1	50	5
Castanhal	0	1	0	21	26	9	773	799	26	10	773	820
Conceição do Araguaia	1	0	21	0	14	10	376	555	15	10	397	555
Industrial Marabá	0	1	0	10	8	3	95	334	8	4	95	344
Itaituba	1	1	2	22	6	4	99	409	7	5	101	431
Reitoria	0	0	0	0	37	1	922	1	37	1	922	1
Rural Marabá	0	0	0	0	3	3	72	87	3	3	72	87
Santarém	0	0	0	0	8	6	213	440	8	6	213	440
Tucuruí	0	1	0	27	2	4	13	365	2	5	13	392
Total	3	4	32	80	170	115	4591	7374	173	119	4623	7454

Fonte: DGP/IFPA

5.1.8.2 Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No sistema SIAPE-SAUDE não foi detectado nenhum registro para doenças ocupacionais. Relatamos também que não houve nenhum registro de acidente de trabalho no exercício de 2013.

5.1.8.3 Rotatividade (turnover)

A rotatividade de pessoal, também conhecida por turnover, está relacionada com a entrada e saída de servidores do IFPA, sendo que no exercício de 2013 essa rotatividade de pessoal teve uma diferença de 13 servidores, sendo 31 ingressos e 44 egressos do quadro efetivo, enquanto que em relação aos servidores temporários, apresentou diferença de 15 servidores, não havendo nenhum ingresso e 15 egressos.

5.1.8.4 Educação Continuada

No ano de 2013 foi estabelecido Acordo de Cooperação Técnica com o CAPACIT/UFPA, valor R\$ 494.587,50, tendo como público-alvo os servidores docentes e técnicos administrativos, assim como Acordo de Cooperação Técnica com o CENTRESAF no valor R\$ R\$ 56.361,88 para área técnica, visando atender a capacitação no âmbito institucional.

5.1.8.5 Disciplina

Não há na Unidade Jurisdicionada mecanismos necessários para mensurar a disciplina, sendo mensurada somente por meio de avaliação de desempenho dos servidores, a Diretoria de Gestão de Pessoas estará desenvolvendo durante o ano mecanismos para mensurar tal indicador.

5.1.8.6 Aposentadoria versus reposição do quadro.

Aposentadoria versus reposição do quadro: Há uma preocupação com a reposição do quadro de pessoal que ingressam na inatividade, contudo nem sempre as vagas decorrentes destas aposentadorias são aproveitadas para composição do quadro da Instituição na mesma área do servidor inativo, uma vez que em muitos casos não há concurso vigente ou se tratam de cargos em extinção. Assim, aproveitam-se de imediato os candidatos em cadastro de reserva, as áreas onde houve lacunas em decorrências das aposentadorias são atendidas em novos concursos públicos de acordo com a demanda.

5.1.9 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 47: CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA													
UG/Gestão: 158135/26416						CNPJ: 10.763.998/0001-30							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	029/2009	02.650.883/0001-23	23/09/2009					04			P
2010	V	O	05/2010	02.650.883/0001-23	03/05/2010					08			P
2011	V	O	09/2011	02.650.883/0001-23	02/05/2011					04			P
2011	L	O	05/2011	05.753.028/0001-13	21/02/2011					12			P
2010	V	O	06/2011	02.650.883/0001-23	03/05/2010					08			P
2013	V	O	01/2013	008657610001-06	01/02/2013					08			P
2013	L	O	02/2013	07.174.641/0001-01	15/01/2013					10			P
2013	V	E	014/2013	02.650.883/0001-23	16/09/2013	15/03/14				08			E
2013	L	O	3º T.A ao C nº 002/2010	63.807.812/0001-63	01/01/2013	31/03/13	27	27					E
2013	L	O	4º T.A.ao C. nº 002/2010	63.807.812/0001-63	01/04/2013	30/06/13	27	27					E
2013	L	O	05/2013	23.434.608/0001-20	31/07/2013	30/07/14	17	17					A
2013	V	O	2º T.A ao C Nº 001/2012	02.650.833/0001-23	01/01/14	31/12/14	17	17					P
Observações: Os contratos 029/2009 e 05/2010 prestam serviços no terreno da reitoria, o contrato nº 009/2011 presta serviços no prédio de funcionamento do Projeto Central Ciência, sito à Travessa Timbó, 2752 o contrato nº 06/2010 presta serviços nas instalações do prédio do IFPA Campus Conceição do Araguaia e o contrato nº 014/2013 presta serviços no prédio do IFPA Campus Óbidos.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Trabalhadores por nível de escolaridade: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: PROAD/Coordenação de Contratos e Convênios/IFPA

5.1.10 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 48: Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA													
UG/Gestão: 158135/26416							CNPJ: 10.763.998/0001-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrat o	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	7	O	011/2010	07.876.984/0001-18	01/09/2010					-			P
2011	7	O	015/2011	33.530.486/0001-29	01/09/2011					-			P
2013	5	O	06/2013	06.028.733/0001-10	02/05/2013	01/05/14				15			A
2013	4	O	06/2013	06.028.733/0001-10	02/05/2013	01/05/14				1			A
2013	12	O	06/2013	06.028.733/0001-10	02/05/2013	01/05/14				5			A
2013	3	O	08/2013	08.872.215/0001-04	10/07/2013	09/07/14				-			A
2013	8	O	010/2013	04.615.616/0001-28	08/08/2013	07/08/14				-			A
2013	8	O	011/2013	34.685.586/0001-97	16/09/2013	15/09/14				-			A
2013	8	O	012/2013	04.891.115/0001-74	16/09/2013	15/09/14				-			A
2013	8	O	013/2013	09.037.279/0001-52	16/09/2013	15/09/14				-			A
2013	7	O	015/2013	02.558.157/0001-62	22/11/2013	21/11/14				-			A
2011	8	O	020/2011	47.866.934/0001-74	01/10/2011					-			P
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: PROAD/Coordenação de Contratos e Convênios/IFPA

5.1.11 Análise Crítica dos itens

Os contratos de prestação de serviços de mão de obra; Serviços de Limpeza, Vigilância e Apoio Administrativo a Administração está conseguindo conduzi-los de forma satisfatória, as vezes surgem problemas no atraso do pagamento dos empregados, o IFPA através da Coordenação de Contratos e Convênios aciona a empresa dando prazo para regularização das pendências na forma de controlar para o bom funcionamento desses serviços.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

6.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade

QUADRO 49: FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE.

CAMPUS - ABAETETUBA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	Utilitário	Ford Fiesta	Transp.carga leve	2010/2011	4.446	02
02	Caminhonete	Ford Ranger	Transp.carga leve	2011/2012	7.399	01
03	Caminhonete	Ford Ranger	Transp.carga leve	2010/2011	16.705	02
04	Micro-ônibus	Agrale Comil	Transporte coletivo	2012/2012	10.392	01
05	Micro-ônibus	Marcopolo Volare	Transporte coletivo	2009/2010	13.387	03
06	Ônibus	M.Benz	Transporte coletivo	2010/2010	4.479	03
Média Geral					9.468	2 anos
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					R\$ 45.225,74	
CAMPUS - ALTAMIRA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
07	Utilitário	Ford Fiesta	Transp.carga leve	2012/2013	8.953	01
08	Caminhonete	Ford Ranger	Transp.carga leve	2011/2012	15.950	01
09	caminhonete	Toyota Hilux 4x4 CD	Transp.carga leve	1995/1995	1.693	18
10	caminhonete	Toyota Hilux 4x4 ED	Transp.carga leve	2009/2009	925	04
11	Micro-ônibus	Marcopolo Volare	Transporte coletivo	2009/2009	3.967	04
12	02 Ônibus	Comil	Transporte coletivo	2011/2012	0	01
13	Motocicleta	Titan CG 150 c	Transporte de pessoal	2005/2005	2.036	08
Média Geral					4.190	4,5
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					30.438,83	
CAMPUS - BELÉM						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
14	JVG-2262	WV/ Ônibus Comil	Transporte coletivo	2005	3.682	09
15	NSJ-9861	Ônibus Mercedes Benz	Transporte coletivo	2009	11.258	05
16	JVU-9973	Micro ônibus /Volare W 8	Transporte coletivo	2008	474	06
17	JUT-4402	WV/ Micro ônibus Comil Bello	Transporte coletivo	2004	739	10
18	NSW-4174	Fiat/ Micro ônibus Ducatto	Transporte coletivo	2011	14.240	03
19	JVY-4992	Camioneta / Ford Ranger	Transporte de pessoal	2007	2.833	07
20	JVY-4912	Camioneta / Ford Ranger	Transporte de pessoal	2007	Parada	07
21	NSS-7018	Camioneta / Ford Ranger	Transporte de pessoal	2010	9.089	04
22	NSS-6998	Camioneta / Ford Ranger	Transporte de pessoal	2010	9.530	04
23	JUD-6683	WV/Santana	Transporte de pessoal	2002	1.460	12
24	MTC-3899	Ford/Ecosport	Transporte de	2010	6.576	04

			pessoal			
25	MTC-3859	Ford/Ecosport	Transporte de pessoal	2010	10.335	04
26	JVG-2262	Ônibus Comil R	Transporte coletivo	2005	NT	NT
27	NSJ-9861	Ônibus Mercedes Benz	Sem Uso	2009	NT	NT
28	NSW-4174	Micro ônibus Ducatto	Sem Uso	2011	NT	NT
29	JUT-4402	Micro ônibus Comil Bello	Transporte coletivo	2004	4.236	09
30	JVY-4992	Camioneta / Ford Ranger	Transp.carga leve	2007	3.323	06
31	JVY-4912	Camioneta / Ford Ranger	Transp.carga leve	2007	2.500	06
32	NSS-7018	Camioneta / Ford Ranger	Transp.carga leve	NT	NT	NT
33	NSS-6998	Camioneta / Ford Ranger	Transp.carga leve	2010	NT	NT
34	JUD-6683	WV/Santana	Transporte de pessoal	NT	NT	NT
35	MTC-3899	Ford/Ecosport	Transporte de pessoal	NT	NT	NT
36	MTC-3859	Ford/Ecosport	Transporte de pessoal	NT	NT	NT
37	JTD-3404	Mercedes Benz	Sem Uso	1979	Parado	35
38	JUT-7264	Kia/Besta	Sem Uso	2001	Parado	13
39	JTI-4070	WV/Parati CL	Sem Uso	1994	Parado	20
40	JTP-2507	WV/Parati CL	Sem Uso	1996	Parado	18
Média Geral					5.733,93	9,58
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					R\$ 65.472,59	
CAMPUS – BREVES						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
41	Caminhonete	WV/AMAROCK	Transporte de pessoal	2013	2.250	01
Média Geral					2.250	01
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					0,00	
CAMPUS – CASTANHAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
42	Passeio	Fiat Uno 1.0	Transporte de pessoal	2006	14.351	08
43	Passeio	Santana 2.0	Transporte de pessoal	1996	1250	18
44	Passeio	Palio weekend	Transporte de pessoal	2010	9.065	04
45	Caminhonete	Hilux, 2.8 cab. dupla	Transp.carga leve	2009	65.128	05
46	Caminhonete	Hilux 2.8 cab. dupla	Transp.carga leve	2009	44.212	05
47	Caminhonete	L-200 cab. dupla	Transp.carga leve	2006	14.267	08
48	Caminhonete	Toyota cab. dupla	Transp.carga leve	1992	303	22
49	Jeep Utilitário	Jeep bandeirante Toyota	Transporte de pessoal	1997	4.208	17
50	Ônibus	Mercedez Bens	Transporte coletivo	1995	6.504	19
51	Micro-ônibus	Volare W9	Transporte coletivo	2006	26.826	08
52	Ônibus Escolar	Volare	Transporte coletivo	2012	14.011	02
53	Motocicleta	Hunter 125 cc gasolina	Transporte de pessoal	2005	758	09

Média Geral					16.740	10,42
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					161.159,70	
CAMPUS - MARABÁ INDUSTRIAL						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (anos)
54	MICRO-ONIBUS	MARCOPOLO	Transporte coletivo	2009/2010	5288	05
55	CAMINHONETE	MARCOPOLO	Transporte coletivo	2009/2009	11571	04
56	CAMINHONETE	NISSAN FRONTIER XE	Transporte de pessoal	2012/2013	20325	03
57	CAMINHONETE	Toyota Hilux 4x4 CD	Transporte de pessoal	2009/2009	11571	04
58	CAMINHONETE	NISSAN FRONTIER	Transporte de pessoal	2012/2013	13257	04
Média Geral					12.400	04
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					R\$ 48.680,20	
REITORIA						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
59	NSR-9026	Ford Ranger XL 13P	Transp.carga leve	2010/2011	16.345	03
60	NOS-2208	Hilux CD 4X4	Transp.carga leve	2009/2009	14.132	04
61	NST-4849	Ford Ranger 13 D	Transp.carga leve	2010/2010	7.974	03
62	NSM-8982	Micro Ônibus V9 ON	Transporte coletivo	2009/2010	7.262	04
63	NSJ-1438	Micro Ônibus V9 ON	Transporte coletivo	2009/2010	4.431	04
64	NSI-9743	Ônibus Mercedes 0500R	Transporte coletivo	2010/2010	23.655	03
65	JTQ-8970	Kombi	Transp.carga leve	1994/1995	1.974	19
Média Geral					10.825	5,71
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					R\$ 146.252,48	
CAMPUS – SANTARÉM						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
01	01	FORD/FIESTA SEDAM 1.6 FLEX	ADMINISTRAÇÃO	2012/2013	4.891 KM	1 ANO
02	01	TOYOTA HILUX CD 4X4	DIRETORIA DE ENSINO	2009/2009	10.428 KM	5 ANOS
03	01	MARCOPOLO/VOLARE W9 ON	DIRETORIA DE ENSINO	2009/2010	9.548 KM	3 ANOS
04	01	FIAT/DUCATO MBUS RONTAH	DIRETORIA DE ENSINO	2010/2011	6.946 KM	2 ANOS
Média Geral					7.953,25	2,75
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.						
CAMPUS - TUCURUÍ						
nº	Veículos	Marca/Modelo	Utilização	Ano dos Veículos	Km rodado p/Ano	Idade média (Anos)
66	OTR 6682	VOLVO/CAPIONE	Transporte de pessoal	2012	11.809	01
67	NSM 9122	MARCOLPOLO/VOLARE W9	Transporte coletivo	2009	18.678	05
68	JTS 0356	IMP/LAND LOVER	Transp.carga leve	1997	9.873	17
69	NST 4203	WV/VOYAGE	Transporte de pessoal	2010	33.204	04
Média Geral					18.391	6,75
Total de Gastos c/ combustível, Manutenção, Revisão Periódica e Doc. Obrigatória.					R\$ 86.497,34	

INFORMAÇÕES GERAIS FROTA DE VEÍCULOS DO IFPA	
Média anual de Km rodado	10.282
Média de Idade da frota de veículos (em anos)	7
Custo total associado à manutenção da frota	R\$ 583.726,88

Fonte: PROAD/CAMPUS-IFPA

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, detém apenas frota de Veículos Próprios para uso em transporte institucional. A gestão da frota de veículos do IFPA é gerenciada por servidores dos Câmpus e Reitoria, designados por ato administrativo do Gabinete e/ou Diretoria, visando coordenar o Setor de Transportes subordinado à Coordenação de Infraestrutura e à Diretoria de Administração e Planejamento. Compete a esta Coordenação organizar, planejar e executar as atividades de controle, tais como, realizar manutenções periódicas e eventuais dos veículos oficiais, assim como normatizar, orientar, acompanhar e fiscalizar o uso dos veículos oficiais de propriedade do IFPA, observando a legislação e regulamentos internos da Instituição.

A Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota baseia-se:

- I - Instrução Normativa SEDAP nº 205, de 08 de abril de 1988, que racionaliza como minimização de custos o uso de material (veículos, combustível, e outros itens empregados ou passíveis de emprego ao presente objeto, nas organizações públicas federais);
- II - Lei nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
- III - Decreto Federal 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o uso de veículos oficiais próprios ou contratados;
- IV - Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código Brasileiro de Trânsito;
- V - Instrução Normativa dos Câmpus e da Reitoria;
- VI - IN/SLTU/MPOG nº 3/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UNIDADE;

É de conhecimento nacional que o sistema de transportes no Brasil tem sua malha viária baseada no transporte rodoviário e tem um sistema limitado de transporte fluvial, ferroviário e aéreo. No estado do Pará não poderia ser diferente pela sua extensão geográfica e a localização dos Câmpus serem de um extremo a outro do estado.

Na atual conjuntura de expansão em que o Instituto Federal do Pará se encontra, é imprescindível que o mesmo possua uma frota de veículos para realizar transportes de pessoas e mercadorias para que ações-fim possam ser prestadas com eficiência, assim não comprometendo a efetividade das políticas públicas de implantação e conservação dos Câmpus.

A frota de veículos desta Instituição tem sua importância destacada:

- No transporte de alunos para o ensino técnico no que se refere às visitas técnicas inter e intra-municipais e até interestaduais;
- No deslocamento do corpo administrativo no exercício de sua função;

- Na condução de docentes e discentes em suas atividades de pesquisa e extensão;
- No traslado interno do patrimônio institucional;
- Na entrega de documentos institucional a outros estabelecimentos.
- No apoio à logística de programas governamentais como PARFOR, PROCAMPO, PRONATEC, entre outros.

Assim, o impacto da frota institucional é de grande relevância para alcance do objetivo principal desta instituição, sem o qual impossibilitaria o processo de gestão administrativa, ensino, pesquisa e extensão deste estabelecimento de ensino.

- c) **Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UNIDADE, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UNIDADE (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:**

QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	
IFPA	20- VEICULOS DE TRANSPORTE CARGA LEVE; 21- VEICULOS DE TRANSPORTE COLETIVO; 22- VEICULOS DE TRANSPORTE DE PESSOAL 06- VEICULOS EM USO

- d) **Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra.**

A média anual de quilômetros rodados é de 10.282 Km/ano

- e) **Idade média da frota, por grupo de veículos.**

Idade média da frota é de 7 (sete) anos

- f) **Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).**

Os custos associados à manutenção da frota informada foram de **R\$ 583.726,88** (Quinhentos e oitenta e três mil, setecentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos), que abrange gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, entre outros.

- g) **Plano de substituição da frota.**

Esta decisão é tomada baseando econômica e a condição técnica operacional dos veículos, além do alinhamento à da Instituição,

- h) **Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.**

- Existem critérios técnicos para essa tomada de decisão, considerando a viabilidade econômica, condição técnica operacional dos veículos, além, do alinhamento à política financeira da organização.

- Levantamentos preliminares de Atas de Registro de Preços foram feitos para avaliar a viabilidade da contratação de empresa para prestar serviços de locação de veículos com e sem motorista. Percebe-se infelizmente que na Região Norte do Brasil poucas licitantes se interessam em prestar este tipo de serviço, ou se prestam apresentam duas dificuldades: o atendimento somente em Belém ou não ofertam alguns tipos de veículos necessários ao andamento das atividades pedagógicas e administrativas. Por isso, no curto prazo, os Câmpus e Reitoria priorizam as aquisições de veículos.

i) Estrutura de controles de que a UNIDADE dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- Cada Unidade Gestora tem a sua autonomia de gestão de veículo norteadas pela Legislação vigente mencionada do item “a” através de coordenações ou departamento, controlando a saída e entrada de veículos, a quilometragem rodada, manutenção e guarda dos veículos, entre outras atividades para um bom funcionamento das atividades meio e fim da Instituição.
- As saídas dos veículos oficiais das dependências do IFPA se dão mediante apresentação da ficha de **Autorização de Saída de Veículos** na portaria dos Campi e Reitoria, devidamente preenchida pelo Coordenador do Setor de Transporte ou por uma autoridade competente do Órgão, **Controle de Veículo por Placa**, onde são registradas as saídas dos veículos. Utilizamos o **Mapa de Desempenho de Veículos – Anexo II** de acordo com a IN nº 3, de 15 de maio de 2008. O controle de abastecimento dos veículos oficiais do IFPA vem sendo realizado por meio de contratos, cada campus tem o seu contrato de prestação de serviço de fornecimento de combustível e manutenção de veículos onde fica registrada a matrícula do motorista que abasteceu, a data, a cidade (local), a quilometragem, o valor, litros abastecidos e a média de km/litros.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 50: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF PARÁ	18	13
	Abaetetuba	1	1
	Ananindeua	1	0
	Altamira	1	1
	Belém	2	2
	Bragança	1	1
	Breves	1	1
	Cametá	1	0
	Castanhal	1	1
	Conceição do Araguaia	1	1

	Itaituba	1	1
	Marabá	2	2
	Óbidos	1	0
	Paragominas	1	0
	Parauapebas	1	0
	Santarém	1	1
	Tucuruí	1	1
	Subtotal Brasil	18	13
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	PAÍS "n"	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	18	13

Fonte: DA/PROAD/IFPA

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO 51: DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158162	043500021.500-5	-	-	2.472.134,24	-	-	-	-
158135	-	-	-	-	-	-	-	-
158306	042700649500-9	-	-	13.837.430,98	-	-	-	-
158307	-	-	-	-	-	-	-	-
158308	044700187500-2	-	-	27.698.757,65	-	-	-	-
158481	-	-	-	-	-	-	-	-
158506	043300010500-9	-	-	8.230.396,73	-	-	-	-
158507	-	-	-	-	-	-	-	-
158508	-	-	-	-	-	-	-	-
158512	-	-	-	-	-	-	-	-
158509	-	-	-	-	-	-	-	-
158518	-	-	-	-	-	-	-	-
158567	-	-	-	-	-	-	-	-
Total								

Fonte: DA/PROAD

Análise Crítica

O Órgão possui atualmente 18 (dezoito) bens imóveis, localizados nos municípios onde existem as suas Unidades de Ensino e Administração. Sendo que no município de Marabá existem duas unidades: Campus Rural Marabá e Campus Industrial Marabá e no município de Belém está localizada a Reitoria e o Campus Belém; nos demais é uma unidade por localidade, que são Abaetetuba, Ananindeua, Altamira, Bragança Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém e Tucuruí.

Salientamos que os Imóveis referentes aos Campi de Ananindeua, Cametá, Óbidos, Paragominas e Parauapebas não constam no Quadro 52 pelo fato de ainda não possuírem código de Unidade Gestora. E das demais, as quais constantes do quadro 2, apenas quatro possuem o registro de bens imóveis, realizado pela Secretaria de Patrimônio Imóvel da União (SPU).

O IFPA enfrenta grande dificuldade na efetivação destas ações, por uma série de questões externas e culturais ao Estado, envolvendo a regularidade de imóveis de modo geral, e que

contribuem para a situação vista no quadro 2, como é o caso citamos a Reitoria, cujo processo para emissão de alvará de obra e habite-se tramitam na Secretaria de Urbanismo da Prefeitura de Belém, desde abril de 2013.

Ratificamos a informação constante no Relatório de Gestão 2012, momento em que informamos que a Coordenação de Gestão de Materiais (CGM), setor responsável na época, formalizou, em 13 de julho de 2011, um processo administrativo para cada Unidade, informando a lista dos documentos necessários para registro dos imóveis na SPU/PA. Naquele momento foi detectado que a maioria da documentação necessária estava pendente, inclusive Alvará e Habite-se das construções em andamento, assim como, das concluídas, mas pendentes destes documentos. Deste então, a área patrimonial tem empenhado esforços a fim de avançar com relação ao registro dos bens pendentes desta ação, todavia, devido à dependência de órgãos externos, e também por dificuldades internas, não conseguimos avançar. Desta forma, no exercício 2013 registramos apenas uma unidade na SPU/PA, a saber, o Campus Breves.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 53: GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE

QUESITOS A SEREM AVALIADOS	
1. EM RELAÇÃO À ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE TI, A ALTA ADMINISTRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
x	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	

	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
x	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(1) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(1) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
x	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UNIDADE disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
x	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

7.1.1 Análise Crítica

A Diretoria de Tecnologia da Informação é responsável pelo acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas à Tecnologia da Informação e deve cumprir suas metas e realização de suas ações baseadas nos objetivos e metas traçadas para a instituição.

O aumento do nível de maturidade da governança de TI na Administração Pública Federal (APF), em especial do IFPA, depende da ação conjunta de todos os envolvidos nesse processo.

As mudanças ocorridas até então, com a publicação da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04/2010, por exemplo, auxiliou a instituição no aprimoramento de seus controle internos e houve um comprometimento conjunto para cumprimento das orientações determinadas. O processo de contratação de TI tem se fortalecido devido às ações que foram propostas e realizadas conforme o definido. Entretanto, ainda temos muito que avançar na construção da maturidade de todos os processos que compõem a governança de TI no IFPA.

Cabe a cada um se empenhar por fazer a sua parte, erigindo um pilar, que será agregado a outros nesta construção, o que tornará a TI cada vez mais estratégica e os processos de governança de TI mais maduros, favorecendo assim as ações do IFPA como um todo.

No ano de 2013, diversas atividades foram realizadas. Contudo, em razão do quantitativo inadequado de pessoal em todo o IFPA, o foco se deu principalmente em atividades operacionais. Até mesmo os responsáveis pelo gerenciamento das atividades de TI estiveram envolvidos em atividades operacionais o que interrompeu e atrasou trabalhos focados em planejamentos.

Estamos enfrentando também a perda de profissionais qualificados para outras instituições públicas, em razão dos baixos salários de profissionais de TI estabelecidos para Analistas e Técnicos, prejudicando ainda mais a continuidade do negócio da instituição.

Fato importante a se destacar foi a criação através da Portaria nº 797/2012-GAB de 27 de agosto de 2012, do Comitê Gestor de TI do IFPA, onde os principais representantes do IFPA compõem o Comitê, possibilitando ajustar o uso das tecnologias de TI aos objetivos estratégicos da instituição.

Diversas empresas prestaram serviços ao IFPA visando respaldar os projetos definidos pela instituição. Em sua maioria, os trabalhos foram feitos através de contratações e não parcerias. Como parcerias podemos citar:

• **Rede Nacional de Pesquisas (RNP) e Companhia de Processamento de Dados do Pará - PRODEPA:** através de acordo firmado nos níveis superiores da rede educacional, a RNP e o PRODEPA forneceram, no ultimo ano, conexão de Internet para os seguintes Campus de nossa Instituição:

QUADRO 54: LINK DE INTERNET FORNECIDO PELA RNP E PRODEPA (NAVEGAPARÁ)

CAMPUS	LINK DE INTERNET
Reitoria	1 Gbps
Belém	1 Gbps
Abaetetuba	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps
Santarém	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps
Itaituba	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps
Altamira	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps
Tucuruí	RNP: 4 mbps
	Navegapará: 4 Mbps
Castanhal	RNP: 4 mbps
Conceição do Araguaia	RNP: 4 mbps

	2 Mbps
Marabá Industrial	Navegapará: 4 Mbps
Bragança	Navegapará: 4 Mbps
Marabá Rural	Navegapará: 4 Mbps
Ananindeua	Navegapará: 4 Mbps
Vigia de Nazaré	Navegapará: 4 Mbps

Fonte: DTI/IFPA

QUADRO 55: ESCOLA SUPERIOR DE REDES (ESR): ATRAVÉS DO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO (PAC) DE 2013 FIRMADO COM O FÓRUM DOS GESTORES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FORTI, O IFPA CAPACITOU 09 (NOVE) DE SEUS GESTORES, ANALISTAS E TÉCNICOS DE TI CONFORME QUADRO EXIBIDO ABAIXO:

NOME DO SERVIDOR	NOME DO CURSO	PERIODO	LOCAL DO CURSO	CAMPUS	STATUS
Andrei Wilson de Sousa Almeida	Segurança de Redes e Sistemas	08/04/2013 a 12/04/2013	Brasília (DF)	REITORIA	CONCLUÍDO
Francisco Everton Oliveira de Andrade	Segurança de Redes e Sistemas	08/04/2013 a 12/04/2013	Brasília (DF)	REITORIA	CONCLUÍDO
Osvaldo Abraão Lima Figueira	Segurança de Redes e Sistemas	08/04/2013 a 12/04/2013	Brasília (DF)	REITORIA	CONCLUÍDO
Ricardo José Cabeça de Souza	Administração de Sistemas Linux	22/04/2013 a 26/04/2013	Porto Alegre (RS)	REITORIA	CONCLUÍDO
Anderson de Souza Almeida	Gerenciamento de Serviços de TI	06 a 08/05/2013	Rio de Janeiro (RJ)	REITORIA	CONCLUÍDO
Francisco Everton Oliveira de Andrade	Introdução à Voz sobre IP e Asterisk	13 a 17/05/2013	Porto Alegre (RS)	REITORIA	NÃO REALIZADO
Anderson de Souza Almeida	Segurança de Redes e Sistemas	08 a 12/07/2013	Brasília (DF)	REITORIA	CONCLUÍDO
Francisco Everton Oliveira de Andrade	Segurança de Redes e Sistemas	08 a 12/07/2013	Brasília (DF)	REITORIA	CANCELADO
José Freitas da Silva Filho	Administração de Sistemas Linux	16 a 20/09/2013	Brasília (DF)	REITORIA	CONCLUÍDO
Raimundo Clarindo de Melo Machado	Administração de Sistemas Linux	16 a 20/09/2013	Brasília (DF)	REITORIA	CONCLUÍDO
Leonan Costa de Oliveira	Administração de Sistemas Linux: Serviços para Internet	14 a 18/10/2013	Brasília (DF)	REITORIA	CONCLUÍDO
Josivaldo Lisboa de Oliveira	Administração de Sistemas Linux: Serviços para Internet	14 a 18/10/2013	Brasília (DF)	REITORIA	CONCLUÍDO
Anderson de Souza Almeida	Planejamento e Contratação de Serviços de TI	02 a 06/12/2013	Salvador (BA)	REITORIA	CONCLUÍDO
Paulo Henrique Gonçalves Bezerra	Planejamento e Contratação de Serviços de TI	02 a 06/12/2013	Salvador (BA)	REITORIA	CANCELADO

Fonte: DTI/IFPA

• **Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN):** A área de TI da UFRN está, através contatos telefônicos e Disponibilização/Compartilhamento de Software apoiando na implantação do novo sistema de gestão denominado **Sistema Integrado de Gestão (SIG)** em seus diversos módulos (SIGP, SIPAC, SIGAA, etc.);

Precisamos alocar pessoal em áreas consideradas críticas, como a área de gestão, para elaboração e aprovação de documentos considerados essenciais para a administração da TI, como por exemplo o Plano estratégico de TI e o Plano Diretor de TI da instituição.

Existe a necessidade de alocação de um profissional por tempo integral para gerenciar todas as aquisições de Bens e Serviços de TI e uma equipe de suporte operacional para atendimento das demandas cada vez maiores aos Campus do IFPA.

Em relação à infraestrutura de Internet, para 2013, a RNP estará licitando links para as seguintes unidades: Marabá Rural (4 Mbps), Marabá Industrial (4 Mbps), Bragança (4 Mbps) e Breves (4 Mbps).

Será necessário também a contratação dos links das unidades em construção: Cametá, Paragominas, Parauapebas e Óbidos.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO 56: GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UNIDADE tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	Continua sendo apenas através da observância nos Editais de Licitação, Em atendimento à Lei 12.349/2010 .				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
	Papel reciclado				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		

Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X			
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.		X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X		

Considerações Gerais:

A gestão ambiental e as licitações sustentáveis no IFPA vêm sendo implantadas com muitas dificuldades, principalmente, em relação à integração das Unidades Gestoras do IFPA, resultando no cumprimento parcial da legislação sobre o tema, haja vista que envolve mudança de paradigmas.

Diante do cenário, e levando em consideração a questão cultural de uma grande parte da comunidade deste Instituto Federal, torna-se desestimulante iniciar qualquer tipo de atividade que envolva a sustentabilidade, podendo ser observado pela retração dos trabalhos da Comissão de Gestão Ambiental do IFPA e pela Comissão de Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável, que conta também pela sua composição formada por servidores com funções diversas que ainda acreditam em mudanças.

No entanto, os trabalhos têm sido retomados, inclusive, pela adesão da instituição ao Projeto Esplanada Sustentável do Governo Federal. De um modo geral, podemos afirmar que a Instituição vem atendendo, mesmo que parcialmente, as exigências legais para aquisição de bens e serviços.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UNIDADE.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UNIDADE, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UNIDADE.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UNIDADE, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UNIDADE.

Fonte: PROAD/IFPA

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO 57: CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Esplanada Sustentável			2013	Não alcançou a meta, devido ampliação, de campus e equipamentos		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel						
Água	-	-	-	403.469,14	313.162,25	253.786,62
Energia Elétrica	-	-	-	3.104..644,29	2.773.970,90	2.084.731,39
			Total	3.508.113,43	3.087.133,15	2.338.518,01

Fonte: DFIN/SIAFI

8.2.1 Análise Crítica

Demonstramos o valor referente ao consumo de energia elétrica e água do IFPA nos anos de 2011, 2012 e 2013, pelos valores totais pagos. Não foi possível verificar o quantitativo número na unidade de consumo.

O montante pago referente à energia elétrica teve um acréscimo de 11,92 % em relação aos valores pagos em 2012. Isso se deveu em virtude do aumento da utilização de laboratórios que demandam a utilização de equipamentos elétricos do IFPA, além do aumento na tarifa de energia. Já com relação à água e Esgoto houve acréscimo de 28,83% em relação a 2012, em grande parte pelo aumento do consumo nos campus do IFPA.

Não informamos o quantitativo de papel consumido e respectivo valor, em virtude da aquisição separada por cada câmpus e a obtenção de dados gerenciais do órgão em virtude da natureza da despesa referente a papel ser a mesma para materiais de expediente, e não foi possível mensurar através dos relatórios gerenciais, outro ponto que justifica essa ausência de informações é que o Instituto possui sistema de informática adquiridos desde 2010 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mas até o encerramento do exercício não houve a implantação do mesmo na área administrativa, o que possibilitaria o fornecimento de informações gerenciais.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO 58: CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	11555/2013-0	8688/2013-1ª Câmara	9.4.1 9.4.2	DE	

			9.4.3 9.4.4 9.4.5		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
Determinação para regularização da situação relativa ao ato de aposentadoria do servidor Jerônimo C. Sodré: 9.4. determinar ao CEFET/PA que, no prazo de 15 (quinze) dias: 9.4.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado; 9.4.2. encaminhe ao TCU comprovante sobre a data em que o interessado cujo ato foi considerado ilegal tomou conhecimento do contido no item anterior; 9.4.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas no presente processo, a ser submetido à apreciação do TCU; 9.4.4. recalcule o valor dos proventos de acordo com a sistemática prevista nos arts. 1º e 15 da Lei nº 10.887/2004 (pela média das remunerações, com reajuste na mesma data e índice dos benefícios do regime geral de previdência social), corrigindo o percentual do ATS e excluindo a parcela concedida a título de plano econômico, salvo, neste último caso, se a decisão judicial garantir a manutenção do pagamento da vantagem em causa nos seus moldes atuais, hipótese em que a respectiva sentença deverá ser enviadas à Corte de Contas, também no prazo de 15 (quinze) dias; 9.4.5. comunique ao TCU as medidas adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					103711
Síntese da Providência Adotada					
Segundo a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP/IFPA) foi procedida à notificação do servidor Jerônimo C. Sodré por meio de Ofício, informando-o do teor do Acórdão Nº 8688/2013 - 1ª Câmara, encaminhando-lhe cópia para fins de ciência. O pagamento decorrente do ato considerado ilegal foi cessado; e emitido, na mesma data, um novo ato livre de irregularidades para apreciação do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Situação regularizada.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há registro de fatores que possam ter prejudicado o atendimento.					

Fonte: DGP/IFPA

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 59: SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	14676/2005-4	7698/2010-1ª Câmara	9.5.5	DE	Ofício TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
9.5.5 Regularize a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAFI, nos termos da IN SEDAP 205/88.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (PROAD)					103709
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A PROAD/IFPA informa que está elaborando o planejamento das ações para realização do inventário geral do IFPA. A PROAD atribui dificuldades, entre as quais: dificuldade de obter informações acerca do inventário de cada uma Unidade Gestora que compõe o IFPA; considerando ainda que no universo de 12 unidades descentralizadas, apenas duas encaminharam à Reitoria informações consistentes no exercício 2013; que buscou apoio junto ao Reitor no sentido de determinar aos dirigentes a realização do inventário e do controle patrimonial na forma proposta pela PROAD. O assunto foi exposto, debatido e definido pelos dirigentes em reunião do Colégio de Dirigentes do IFPA, realizada em 11/03/2014, que designarão uma subcomissão no próprio Campus que realizará o inventário que será encaminhado à Reitoria para consolidar no Inventário Geral do IFPA. A PROAD informa, ainda, que todas as aquisições realizadas pelo IFPA, através da Reitoria e distribuídas aos Campus, continuam sendo movimentadas via SIAFI, através do Relatório Mensal de Bens (RMB), conforme informado no Relatório de Gestão 2012. A PROAD informa, também, que as ações pertinentes ao inventário eventual objetivando sanar essas questões estão sendo tratado através do processo administrativo nº 23051.003878.2014-19, o qual está tramitando na DGP para apreciação das atividades de capacitação que será oferecida a todos os membros das subcomissões e comissão central e/ou servidores que atuam na área de controle e gestão patrimonial, previsto para ocorrer na primeira quinzena de abril de 2014.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Em que pese a informação das providências que a Pró-Reitoria afirma estar adotando, permanece a falta de regularização da divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo do SIAFI, pois a Instituição não realiza há anos o Inventário Anual e nem atualiza os valores dos bens imóveis.					
Deliberações do TCU					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	8110/2004-1	10067/2011-1ª Câmara	9.3.3	DE	OF. Nº 1822/2011-TCU-SECEX
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
O TCU alerta esta Entidade quanto ao cometimento da seguinte impropriedade: 9.3.3. acumulação irregular de cargos públicos por servidores da instituição, sendo que permanece sem comprovação nos autos a regularização da situação de Antoinette Frances Brito, Clovis Machado de Souza Filho, Evaldo Julio Ferreira Soares, Hercilio Prado de Castro, Izilda Lucia de Camargo Panhussatt, Osvaldo Magalhães da Silva, Raimundo Expedito Vasconcelos e Walber Wolgrand Menezes Marques (subitem 9.2.2.1).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					103711
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A Diretora de Gestão de Pessoas alega que não foi localizado o processo na Reitoria e solicita novo prazo para atendimento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O fato de não ter sido localizado o processo cujo objeto se refere à acumulação irregular de cargos públicos de que trata o Acórdão 10067/2011-1ª Câmara, prejudicou a execução da ação a ser adotada pela DGP. Porém, novas diligências devem ser realizadas para localizar o processo e adotar as devidas providências de atendimento.					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	19547/2008-4	9901/2011-2ª Câmara	9.5	DE	Ofício TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
9.5. determinar à CEFET/PA que adote as medidas necessárias ao ressarcimento ao erário, constituindo a competente tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da lei 8.443/1992, caso reste comprovado dano ao erário na conclusão dos seguintes processos de sindicância: nºs 23051.001910/2005-00, 23051.000021/2006-35, 23051.001331/2005-59, 23051.002651/2005-44, 23051.002652/2005-25, 23051.002650/2005-63, 23051.000022/2006-16, 23051.000019/2006-10, 23051.000023/2006-05, 23051.000020/2006-54, 23051.000025/2006-69, 23051.0000563/2005-08 e 23051.000024/2006-88, cujos resultados deverão ser apresentados nas próximas contas da entidade.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					103711

Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A AUDIN expediu o Memorando nº 097/2011-AUDIN à Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, solicitando informar/comprovar, mediante Ata da Comissão, Julgamento e ato punitivo, se for o caso, o resultado dos trabalhos das referidas comissões.					
Outras ações foram adotadas comprovadamente pela AUDIN junto à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e à Comissão Disciplinar, visando à regularização; sem resultado até o presente momento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	9085/2012-2	4778/2013-2ª Câmara	9.6.1 9.6.2 9.6.3 9.6.4	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
O TCU considerou ilegais os atos de concessão de pensão dos instituidores Deolindalvo Correa Guimarães e Fernando Luiz Avellar, em razão de seus respectivos benefícios de pensão não estarem sendo calculados levando em consideração a parcela redutora de 30% e estarem sendo pagos com paridade, em desconformidade com o explicitado no art. 40, § 7º, da CF/88, com a redação dada pela EC 41/2003;					
e determinar ao Instituto Federal de Educação Tecnológica do Pará que:					
9.6.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
9.6.2 comunique aos interessados mencionados no subitem 9.4 supra acerca da presente deliberação do Tribunal, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;					
9.6.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento da presente decisão;					
9.6.4. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, e submeta-os à apreciação do Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade do ato original, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas					103711
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Deliberações do TCU					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	7751/2013-3	5860/2013-1ª Câmara	9.1 9.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
O TCU considerou legal a pensão civil instituída por Jose Maria Tavares de Souza (CPF 008.347.422-68), em favor de Delma Cristolina Gonçalves de Souza (CPF 691.984.112-68), viúva, e autorizar o registro do ato correspondente, número de controle 10457208-05-2008-000017-3, sem prejuízo de determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas cabíveis com vistas à regularização do pagamento indevido constatado na ficha financeira da interessada; 9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (Súmula 106 do TCU).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP					103711
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A DGP/IFPA informa que verificou junto ao sistema SIAPE e que até a presente data não foram cadastrados no SISAC os atos de alteração de aposentadoria, nem alterada a fundamentação legal da aposentadoria no SIAPE. Contudo, a DGP se compromete atender a determinação do TCU e tão logo seja cumprido informará à Corte de Contas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	11062/2011-8	6918/2013 - 2ª Câmara	1.7	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA					100917
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará que, conforme o estabelecido no art. 2º, §1º, da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, cadastre no - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac) os atos de alteração de aposentadoria de Antonio dos Santos Seabra, José Arabutan de Sousa Oliveira, Pedro de Oliveira Guedes e Walter Barros Peres, tendo em vista a aplicação da regra inserta na Emenda Constitucional nº 70/2012 às respectivas concessões e altere a fundamentação legal da aposentadoria dos referidos servidores no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP					103711
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A DGP/IFPA informa que verificou junto ao sistema SIAPE e que até a presente data não foram cadastrados no SISAC os atos de alteração de aposentadoria, nem alterada a fundamentação legal da aposentadoria no SIAPE. Contudo, a DGP se compromete atender a determinação do TCU e tão logo seja cumprido informará à Corte de Contas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Fonte: PROAD/DGP/IFPA

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO 60: RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108750	1.1.2.1 1.1.2.2	OFÍCIO Nº 25198/2011/ CGU-Regional/PA/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Descrição da Recomendação			
1.1.2.1 Que sejam implantadas as rotinas para avaliação da compatibilidade de recursos de TI com as reais necessidades do IFPA.			
1.1.2.2 Que seja criado um setor responsável pela implementação de política de segurança da informação no IFPA.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)			119135
Síntese da Providência Adotada			
1.1.2.1 Todas as solicitações para aquisições de equipamento de TI encaminhadas à Procuradoria estão sendo analisadas pela DTI, onde é realizada uma análise da necessidade da solicitação, para o setor Acadêmico ou Administrativo do Campus.			
1.1.2.2 Foi criado o Comitê Gestor de Segurança da Informação, através da Portaria nº529-GAB de 30 de abril de 2013, com objetivo de estabelecer as diretrizes referentes à Segurança da Informação no IFPA.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aquisições em quantidade e qualidade satisfatórias, evitando eventual desperdício.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há registro da existência de fatores que pudessem prejudicar a adoção da providência.			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

02	201305875	2.2.1.1	OFÍCIO Nº 34.666/2013/ Regional/PA/CGU-PR	CGU-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917	
Descrição da Recomendação				
2.2.1.1 Que a Auditoria Interna faça comunicações à alta gerência sobre os riscos decorrentes da não implementação das recomendações encaminhadas pela auditoria interna.				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG	
Auditoria Interna (AUDIN)			103712	
Síntese da Providência Adotada				
A partir desta recomendação os Memorandos de entrega dos Relatórios destinados ao Diretor-Geral de cada Campus auditado e ao Reitor, registram que as recomendações constantes do Relatório da AUDIN devem ser atendidas pelos responsáveis das correspondentes áreas e atividades; e alerta que eventuais descumprimentos comprometem a eficiência da gestão e sujeita à responsabilidade o agente que, de forma omissiva ou comissiva, lhe der causa.				
Síntese dos Resultados Obtidos				
Além do atendimento às orientações da CGU, a Administração Superior tem valorizado os trabalhos da AUDIN na medida em que exige dos gestores o devido atendimento.				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
Não há registro da existência de fatores que pudessem comprometer a implementação da ação.				
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
03	201203356	6.1.3.1 6.2.2.2 6.2.2.3	OFÍCIO Nº 28505/2012/CGU-Regional/PA/CGU-PR	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917	
Descrição da Recomendação				
6.1.3.1 Abster-se de autorizar dispensa de licitação sem o prévio parecer jurídico. Aprimorar os controles internos licitatórios do Instituto com vistas a garantir o fiel cumprimento da legislação, quanto à formalização devida do processo, em especial, quanto ao prévio parecer jurídico, nas contratações que utilizem dispensa em caráter emergencial. 6.2.2.2 Abster-se de autorizar a aquisição de materiais/serviços/obras sem a motivação que lhe deu causa. Aprimorar os controles internos administrativos e licitatórios do Instituto com vistas a instruir adequadamente os processos licitatórios, em especial, quanto à necessidade/motivação da aquisição do objeto, conforme determina o Princípio da Motivação estabelecido no art. 2º, da Lei 9.784, de 29.01.1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal e os termos do art. 2º do Decreto 2.271/1997.				

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
6.1.3.1 Diretoria-Geral do Campus Altamira			36081
6.2.2.2 Diretoria-Geral do Campus Altamira			36081
6.2.2.2 Diretoria-Geral do Campus Bragança			95990
6.2.2.3 Diretoria-Geral do Campus Bragança			95990
Síntese da Providência Adotada			
6.1.3.1 O Diretor-Geral de Altamira informou que não há mais execução de processos sem parecer jurídico. 6.2.2.2 Está sendo observada com regularidade a elaboração dos editais e dos termos de referência nas licitações, e também a capacitação da comissão de Licitação do Campus Altamira. 6.2.2.2 O Diretor-Geral de Bragança informou que foram criadas rotinas administrativas, em acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal; e que promove reunião mensal com os técnicos administrativos e docentes no tocante aos ritos administrativos a serem adotados, em especial a motivação para a aquisição de bens e serviços, de modo a atender a recomendação do órgão de controle. 6.2.2.3 Houve deliberação do Diretor-Geral do Campus Bragança no sentido de instrução quanto ao Programa/Ação de governo a ser utilizado com compatibilidade do objeto/finalidade para realização da despesa, e há reunião periódica com a divisão de contabilidade e finanças para esclarecimentos e tomada de decisão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior segurança jurídica; aderência às normas sobre aquisição; aquisição de produtos de melhor qualidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve nenhum fator que dificultasse a implementação da providência.			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Nota de Auditoria nº 201305875/001	01	Ofício CGU/PA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Descrição da Recomendação			
1. Apresentar o rol de responsáveis conforme determina a IN TCU nº 63/2010, no que couber.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (PROAD)			103709
Síntese da Providência Adotada			
1. As providências foram adotadas pelo IFPA e comunicadas à CGU através do Ofício nº 254/2013/GAB/REITORIA/IFPA, de 13/06/2013. Relatório de Gestão revisado e atualizado está disponível no portal do IFPA, link Auditoria Interna.			

Síntese dos Resultados Obtidos			
Regularização da falha, em decorrência da medida corretiva adotada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há registro de qualquer fator que dificultasse a adoção da providência.			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Nota de Auditoria nº 201305875/002	01	Ofício CGU/PA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Descrição da Recomendação			
Apresentar as informações referentes à titulação dos docentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)			103711
Síntese da Providência Adotada			
Atualização do Cadastro de Titulação dos Docentes do IFPA, partindo das informações contidas nos assentamentos funcionais a fim de verificar se há divergência entre o assentamento funcional e as informações cadastradas no SIAPE/SIAPENET. Constam atualmente no quadro efetivo de docentes do IFPA 96 doutores, 450 mestres, 524 especialistas e 169 graduados. A DGP/IFPA informou que desde janeiro de 2013 o SIAPE FOLHA está vinculado ao SIAPE CADASTRO, o que efetivamente vincula a titulação do docente à sua correspondente Retribuição por Titulação na Folha de Pagamento, não havendo desde então conflitos entre cadastro e pagamento, o que não descarta a possibilidade de haver conflitos entre as informações contidas no assentamento funcional do docente e os registros funcionais do mesmo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há registro de qualquer fator que dificultasse a adoção das providências recomendadas.			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

06	Nota de Auditoria nº 201305875/003	01	Ofício CGU/PA
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Descrição da Recomendação			
Apresentar o rol de responsáveis conforme determina a IN TCU nº 63/2010, no que couber.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração (PROAD)			103709
Síntese da Providência Adotada			
A correção foi efetivada, face à expedição pelo Reitor da Ordem de Serviço nº 04/2013-GAB, de 10/06/2013. A Pró-Reitoria de Administração informou que através do Ofício nº 254/2013/GAB/REITORIA/IFPA, de 12/06/2013, encaminhado à CGU/PA, foram efetivadas pelo IFPA as regularizações das seguintes inconsistências do Rol de Responsáveis constante do Relatório de Gestão de 2012: ausência de indicação de 2(dois) Pró-Reitores; dois Pró-Reitores com gestões concomitantes; e ausência de informação sobre o período de gestão dos membros do Conselho Superior.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Regularização da situação apontada como falha pela CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não há registro da qualquer fator que dificultasse a adoção das providências recomendadas.			

Fonte: PROAD/DGP/AUDIN/DTI/ C. ALTAMIRA/ C. BRAGANÇA

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 61: SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201108750	4.1.1.1 4.2.1.1 4.2.1.2	OFÍCIO Nº 25198/2011/ CGU-Regional/PA/CGU-PR

		5.1.1.1 5.1.1.2 5.1.1.3 5.1.1.4 5.1.1.5 5.1.1.6 6.1.1.1 7.1.2.3 7.1.2.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Descrição da Recomendação			
4.1.1.1 Regularizar a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAFI, nos termos da Instrução Normativa SEDAP 205/1988. 4.2.1.1 Implantar rotinas para a efetuação de registros e controle quanto ao uso e conservação dos Bens Imóveis do IFPA. 4.2.1.2 Providenciar a atualização e/ou registro dos imóveis do IFPA no SPIUnet. 5.1.1.1 Notificar os servidores cedidos sem portaria de prorrogação da cessão, para retorno imediato ao IFPA; Levantar o débito relativo ao ressarcimento de cada servidor e providenciar a cobrança dos valores devidos, estipulando prazo limite para pagamento. Caso o pagamento não seja efetivado, providenciar a inclusão do Órgão Cessionário no CADIN. 5.1.1.2 Publicar Portaria de localização dos servidores que recebem adicional de insalubridade, de modo a regularizar a situação. 5.1.1.3 Atender ao que dispõe a IN TCU n 65, de 20/04/2011, providenciando junto a todos os ocupantes de cargos ou funções de confiança a disponibilização das autorizações de acesso às declarações via sistema da Receita Federal, encaminhando anualmente ao TCU no prazo estipulado pelo referido normativo a relação atualizada das referidas autorizações. 5.1.1.4 Formalizar adequadamente os processos de concessão de abono permanência, especialmente quanto a fazer constar os despachos de concessão e as certidões de tempo de serviço. Aprimorar os controles internos na área de Recursos Humanos. 5.1.1.5 Registrar, tempestivamente, os atos de admissão e concessão de aposentadoria no sistema SISACNET/TCU. Regularizar a situação dos atos de admissão, concessão de aposentadoria e pensão ainda não registrados no SISAC. 5.1.1.6 Que a entidade proceda a atualização cadastral dos pensionistas (matrículas SIAPE n.ºs. 3690920 e 147885). 6.1.1.1 Fazer o levantamento dos contratos vigentes e registrar no SIASG aqueles ainda não cadastrados. Aprimorar os controles da área de contratos. 7.1.2.3 Cumprir as exigências legais e os julgados do TCU, na contratação de Fundação de Apoio, especialmente as determinações do Decreto nº 7.423/2010, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. 7.1.2.4 Abster-se de dispensar licitação com base no Inciso IV do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, quando não estiver caracterizada a ocorrência de situação emergencial.			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
4.1.1.1 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)			103709
4.2.1.1 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)			103709
4.2.1.2 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)			103709
5.1.1.1 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)			103711
5.1.1.2 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)			103711
5.1.1.3 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)			103711
5.1.1.4 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)			103711
5.1.1.5 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)			103711
5.1.1.6 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)			103711
6.1.1.1 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)			103709
7.1.2.3 Reitoria/Gabinete			103705

7.1.2.4 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)			103709
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203356	1.1.3.1 1.1.3.2 3.1.1.1 3.1.1.2 4.2.1.1 5.1.1.1 5.2.1.1 5.2.1.2 6.1.2.1 6.1.2.2 6.1.3.1 6.1.3.2 6.1.3.3 6.2.2.1 6.2.2.2 6.2.2.3 7.1.2.1	OFÍCIO Nº 28505/2012/CGU-Regional/PA/CGU – PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA			100917
Descrição da Recomendação			
1.1.3.1 Elaborar o Plano Estratégico de TI com vistas a permitir que a aplicação de recursos da Entidade em Tecnologia esteja em consonância com os objetivos da organização. 1.1.3.2 Elaborar uma Política de Segurança da Informação que contenha as diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação. 3.1.1.1 Recomenda-se ao IFPA desenvolver uma estrutura de Controle Interno administrativo capaz de: a) Permitir a inserção correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIUnet; b) Capacitar pessoal designado formalmente para a correta inserção de dados no SPIUnet; c) Manter canal de discussão com a SPU/MPOG com o intuito de superar óbices na inserção e atualização dos dados dos bens especiais no SPIUnet; e d) Manter rigoroso controle documental dos imóveis não registrados no SPIUnet ou não pertencentes à União, no que respeita a contratos de cessão de uso, comodatos, usucapião, arrendamento, etc. Recomenda-se ao IFPA que: a) Elabore o inventário de bens imóveis no final do exercício; b) Formalize o processo de trabalho relativo à gestão dos imóveis, divulgando entre o pessoal responsável; c) Adote rotinas para verificação do vencimento da data de validade de avaliação dos imóveis; d) Desenvolva rotinas com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que se encontram os imóveis sob sua responsabilidade, de forma a identificar possíveis problemas e propor soluções; e) Desenvolva rotina de vistoria dos imóveis, de modo a garantir que só sejam ocupados por pessoas autorizadas, de acordo com as finalidades e condições estabelecidas; f) Mantenha estrutura de pessoal suficiente para bem gerir os bens imóveis sob sua responsabilidade e g) Disponibilize estrutura tecnológica adequada e eficiente para gerir os imóveis sob sua responsabilidade. 3.1.1.2 Providenciar a avaliação dos imóveis da União sob responsabilidade da UJ.			

Registrar no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis da União - SPIU os imóveis da União sob responsabilidade do IFPA informados no Relatório de Gestão que ainda estão sem registro no referido sistema.

Implantar rotinas de programação e de procedimentos relativos à manutenção e conservação das instalações.

Implantar rotinas de vistoria dos imóveis, com o objetivo de diagnosticar periodicamente a situação em que os mesmos se encontram.

4.2.1.1 Recomendações dispostas de acordo com o código das ocorrências discriminadas na tabela constante na página 49 do referido Relatório de Auditoria da CGU: 30. Informar o valor da remuneração no cadastro do servidor cedido; 31. Desvincular a ação de inclusão de informações na folha de pagamento pelo próprio servidor beneficiário do pagamento, com vistas à devida segregação de funções; 35. Corrigir os códigos e pagamentos das pensões, providenciar os necessários ajustes financeiros e o ressarcimento.

5.1.1.1 Atender tempestivamente as solicitações do Controle Interno do Poder Executivo Federal.

5.2.1.1 Fazer o levantamento dos contratos vigentes e registrar no SIASG aqueles ainda não cadastrados, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

5.2.1.2 Fazer o levantamento dos contratos vigentes e atualizar seus valores no SIASG.

6.1.2.1 e 6.1.2.2 Recomendamos ao Diretor do Campus Belém que aprimore seus controles internos, de modo a rejeitar prestações de contas de suprimentos de fundos cujos comprovantes de aplicação dos recursos via CPGF não demonstrem adequadamente os gastos realizados.

6.1.3.2 Aprimorar os controles internos administrativos e licitatórios do Instituto com vistas a garantir o fiel cumprimento da legislação, somente utilizando dispensa com fundamento no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93 – situação de emergência, estando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

Instruir adequadamente os processos de Dispensa de Licitação com fundamento no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93 – situação de emergência, com documentos caracterizadores dos **atos ocasionadores da urgência**, bem como **as consequências prejudiciais** para o caso de não se realizar a contratação – art. 26, I da LLCA.

Atentar ao disposto nos arts. 2º, 24, inciso IV, e 26, parágrafo único, inciso I, todos da Lei nº 8.666/1993, bem como ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Atentar para somente realizar contratação tida como emergencial, por dispensa de licitação, em situações onde esteja presente o elemento da **imprevisibilidade** dos acontecimentos futuros, conforme Acórdãos TCU nºs 260/2002, 348/2003, 690/2005 e 771/2005, todos da Segunda Câmara e o nº 343/2008-Plenário.

Abster-se de autorizar dispensa de licitação com fundamento no inciso IV, do art. 24, da Lei 8.666/93, sem estarem presentes os elementos caracterizadores da situação de emergência.

6.1.3.3 Fazer cessar a utilização de mão-de-obra terceirizada em cargos inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários da Entidade, a nível nacional, face descumprimento do que preceitua o art. 37, inciso II da Constituição Federal, assim como o Acórdão 37/1995 - Segunda Câmara, item 2.1, e parágrafo 2º do art. 1º do Decreto nº 2.271/1997.

Abster-se de autorizar contratações indevidamente motivadas pela inclusão de atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do IFPA, em afronta aos dispositivos legais citados anteriormente na recomendação 1.

6.2.2.1 Abster-se de autorizar inexigibilidade de licitação com enquadramento no art. 25 da Lei 8.666/93, com instrução inadequada do processo, de modo a possibilitar verificar se a quantidade/qualidade do objeto contratado são coerentes com a real necessidade do Instituto, assim como a pertinência da inexigibilidade de licitação.

6.2.2.2 Abster-se de autorizar a aquisição de materiais/serviços/obras sem a motivação que lhe deu causa.

Aprimorar os controles internos administrativos e licitatórios do Instituto com vistas a instruir adequadamente os processos licitatórios, em especial, quanto à necessidade/motivação da aquisição do objeto, conforme determina o Princípio da Motivação estabelecido no art. 2º, da Lei 9.784, de 29.01.1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal e os termos do art. 2º do Decreto 2.271/1997.

6.2.2.3 Abster-se de autorizar contratações indevidamente motivadas pela falta de compatibilidade da compra realizada com o objetivo/finalidade do Programa/Ação de Governo utilizado para a realização da despesa.

7.1.2.1 Abster-se de autorizar dispensa de licitação com base no inciso II, do art. 24, da Lei 8.666/93, sem observar o limite máximo fixado de R\$ 8.000,00, para a contratação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
1.1.3.1 Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	119135
1.1.3.2 Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)	119135
3.1.1.1 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)	103709
3.1.1.2 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)	103709
4.2.1.1 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711

5.1.1.1 Reitoria/Gabinete		103705	
5.1.1.1 Diretoria-Geral do Campus Belém		436	
5.1.1.1 Diretoria-Geral do Campus Castanhal		1178	
5.2.1.1 Diretoria-Geral do Campus Santarém		103729	
5.2.1.1 Diretoria-Geral do Campus Belém		436	
5.2.1.1 Diretoria-Geral do Campus Tucuruí		36233	
5.2.1.2 Diretoria-Geral do Campus Belém		436	
6.1.2.1 Diretoria-Geral do Campus Belém		436	
6.1.2.2 Diretoria-Geral do Campus Belém		436	
6.1.3.2 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)		103709	
6.1.3.2 Diretoria-Geral do Campus Abaetetuba		95989	
6.1.3.2 Diretoria-Geral do Campus Rural Marabá		105201	
6.1.3.3 Diretoria-Geral do Campus Rural Marabá		105201	
6.1.3.3 Diretoria-Geral do Campus Belém		436	
6.2.2.1 Diretoria-Geral do Campus Belém		436	
6.2.2.2 Diretoria-Geral do Campus Belém		436	
6.2.2.2 Diretoria-Geral do Campus Castanhal		1178	
6.2.2.2 Diretoria-Geral do Campus Tucuruí		36233	
6.2.2.2 Diretoria-Geral do Campus Rural Marabá		105201	
6.2.2.2 Diretoria-Geral do Campus Breves		119213	
6.2.2.3 Diretoria Geral do Campus Belém		436	
7.1.2.1 Reitoria/Gabinete		103705	
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201305875	2.1.1.1 2.2.1.2 2.2.2.2 2.2.2.4 3.1.1.1 3.1.2.1 3.2.1.1	OFÍCIO Nº 34.666/2013/ CGU-Regional/PA/CGU – PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA		100917	
Descrição da Recomendação			
2.1.1.1 Que atenda tempestivamente as determinações do TCU Que sejam implementados controles administrativos que monitorem as ações para atender às determinações do TCU. 2.2.1.2 Criação de normativos definindo procedimentos de produção, organização e guarda de papéis de trabalho. Que seja adequada a força de trabalho da Auditoria Interna. 2.2.2.2 Considerando que não foi feita junto aos servidores a exigência de entrega das declarações de bens e rendas, conforme estabelecido no artigo 13 da Lei nº 8.429/92, nem mesmo a de autorização para acesso à declaração entregue à Receita Federal, nos termos da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298 de 6 de Setembro de 2007, de forma tempestiva, cabe a orientação de exigir a autorização de acesso à declaração entregue à Receita Federal ou a entrega da declaração de bens e rendas.			

2.2.2.4 Que sejam adotadas providências para o registro tempestivo dos processos no sistema CGU-PAD.
Que sejam estabelecidos normativos internos que regulem a sistemática de registros dos processos no Sistema CGU-PAD.

3.1.1.1 Que seja determinado o retorno imediato dos servidores que se encontrem em situação de afastamento irregular.

3.1.2.1 Que sejam obedecidos os prazos estabelecidos pelo TCU para digitação dos atos de pessoal no sistema SISAC.

3.2.1.1 Corrigir as inconsistências identificadas, adotando as providências pertinentes quanto a ajustes nos cadastros, levantamento de valores a recolher e reposição ao erário, quando pertinentes.

Estabelecer procedimentos para verificação da consistência dos registros nos sistemas corporativos.

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
2.1.1.1 Reitoria/Gabinete	103705
2.1.1.1 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711
2.2.1.2 Auditoria Interna (AUDIN)	103712
2.2.2.2 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711
2.2.2.4 Reitoria/Gabinete	103705
3.1.1.1 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711
3.1.2.1 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711
3.2.1.1 Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711

Justificativa para o seu não Cumprimento

Em relação ao item 2.2.1.2, a Auditoria Interna informa que, a despeito de intensos trabalhos que realiza com estrutura de recursos humanos insuficiente, atenderá a recomendação até o dia 31/10/2014.

Quanto aos recursos humanos da AUDIN, serão admitidos brevemente 2(dois) auditores aprovados em recente concurso realizado pelo IFPA, com possibilidade de nomeação de mais auditores ainda este ano de 2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

--

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Nota de Auditoria nº 201305875/001	01	Ofício CGU/PA

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA	100917

Descrição da Recomendação

2. Apresentar as informações referentes à entrega e processamento das declarações de bens e renda.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)	103711

Justificativa para o seu não Cumprimento

--

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fonte: AUDIN/GABINETE/PROAD/DTI/DGP/C. Belém/C. Castanhal/C. Santarém/C. Tucuruí/C. Abaetetuba/C. Marabá Rural/C. Breves.

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho Superior, conforme prevê o § 3º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, conta com uma Coordenação e equipe técnica. No prédio da Reitoria, em Belém, está localizada a Coordenação e mais dois servidores, sendo um Auditor Interno e um Assistente em Administração; no Campus Castanhal a Auditoria Interna conta com um Auditor Interno e um Economista. Não há outros servidores da Auditoria Interna ou a serviço desta lotados nas demais Unidades do IFPA.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

Durante o exercício de 2013 a Auditoria Interna realizou 10(dez) auditorias que resultaram na produção de 257 (duzentas e cinquenta e sete) recomendações.

Os trabalhos mais relevantes realizados pela Auditoria Interna do IFPA se concentraram nas áreas de Gestão de Pessoas, Gestão do Patrimônio, Gestão de Suprimento de Bens e Serviços e Gestão Operacional, sendo principais constatações as abaixo destacadas:

QUADRO 62 – TRABALHOS MAIS RELEVANTES EM 2013

ÁREA/ASSUNTO	CONSTATAÇÃO	RELATÓRIO
Controles da Gestão Avaliação dos Controles Internos Administrativos	Ausência e insuficiência dos controles internos administrativos em nível de Unidade Gestora, com risco ao acompanhamento da gestão e do alcance dos objetivos estabelecidos.	05, 06, 09/2013-AUDIN
Gestão de Pessoas Consistência dos Registros	Servidores omissos quanto à obrigatoriedade de apresentar Declaração de Bens e Valores ou de Autorizar Acesso à Declaração.	09/2013-AUDIN
Gestão de Pessoas Comissões de Processos Disciplinares	Processos disciplinares instaurados em 2012 anulados devido à designação de servidor não estável para compor a Comissão disciplinar, infringindo a Lei nº 8.112.	09/2013-AUDIN
Gestão de Pessoas Gratificação por Encargo de Curso e Concurso	Pagamentos a servidores com lotação no setor responsável por promover processos seletivos, com inobservância da legislação e da jurisprudência.	10/2013-AUDIN
Gestão Patrimonial Bens Móveis e Imóveis	Ausência continuada do Inventário Anual de Bens Móveis/Imóveis de 7(sete) Unidades Gestoras componentes do IFPA; risco de perdas, extravios, devido à insuficiência de controle.	01, 02, 03, 04, 05, 08 e 10/2013-AUDIN
Gestão Patrimonial Utilização de Bens Móveis, Imóveis e Equipamentos	Inexistência de condições de acessibilidade aos espaços de uso comum, impossibilitando ou dificultando a locomoção de portadores de necessidades especiais.	06 e 07/2013-AUDIN
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços Obras e Serviços de Engenharia	Obras paralisadas e abandonadas comprometendo a finalidade da Instituição, pois muitos alunos deixam de ser atendidos ou têm o atendimento retardado por falta de estrutura física adequada e	01 e 06/2013-AUDIN:

	tempestiva.	
Gestão Operacional Controles do Processo Educativo	Insuficiência de laboratórios; fragilidade dos controles do cumprimento da carga horária docente; e falta de registro dos conteúdos ministrados aos alunos.	06, 07, 10/2013- AUDIN

Fonte: AUDIN

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

Os recursos humanos da Auditoria Interna não são suficientes para assegurar controlar, com nível de precisão, as implementações das suas próprias recomendações, associada ao fator do distanciamento geográfico entre a Reitoria os Campus; mesmo contando com a utilização das modernas ferramentas da comunicação. Há determinadas recomendações cuja comprovação do atendimento requer a verificação presencial.

Desse modo, a cotejamento entre as Recomendações e Implementações, na tabela abaixo, tem por base o atendimento pelos dirigentes destas Unidades, consignadas no Plano de Providências Interno (PPI), disponibilizado à Auditoria Interna, bem como o acompanhamento por parte da AUDIN.

A Auditoria Interna-AUDIN, no exercício de 2013, expediu 257(duzentos e cinquenta e sete) Recomendações, constantes dos 10 (dez) Relatórios de Auditorias realizadas nos Campus e na Reitoria, conforme abaixo:

QUADRO 63 – RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS E IMPLEMENTADAS EM 2013.

RELATÓRIO/UG/CAMPUS	RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS EM 2013	IMPLEMENTADAS EM 2013
Relatório nº 01/Belém	49	33
Relatório nº2/Itaituba	14	08
Relatório nº3/Conceição do Araguaia	29	15
Relatório nº4/Reitoria	18	08
Relatório nº5/Abaetetuba	17	11
Relatório nº6/Rural Marabá	16	10
Relatório nº7/Industrial Marabá	20	08
Relatório nº8/Bragança	38	20
Relatório nº9/Reitoria	07	02
Relatório nº10/Castanhal	49	15

Fonte: AUDIN/IFPA

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

Em relação às rotinas de acompanhamento e de implementação das Recomendações, a Auditoria Interna necessita e depende de melhor estrutura de recursos humanos para poder exercê-las com tempestividade, qualidade e resultados satisfatórios. O fator que limita a ação de monitoramento das recomendações, certamente, é a distância geográfica entre a Reitoria onde está situada Auditoria Interna e os Campus; fato que tende a diminuir face à admissão de novos

auditores para lotação em parte dos Campus, cujo Concurso foi recentemente concluído.

A Auditoria Interna, ao entregar o Relatório de Auditoria ao gestor da Unidade, anexa a esse Relatório o formulário “Plano de Providências Interno”, solicitando que o dirigente registre as medidas que serão adotadas e o(s) prazo(s) para atendimento, com restituição do formulário assinado à Auditoria Interna, no prazo determinado. O monitoramento da implementação é realizado de modo presencial por ocasião da próxima auditoria na Unidade Gestora, ou à distância, quando possível. Outro mecanismo adotado pela AUDIN é a audiência dos Diretores-Gerais por ocasião das reuniões desses no Colégio de Dirigentes realizadas na Reitoria onde está situada a Auditoria Interna.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

O monitoramento dos resultados dos trabalhos se dá através do Plano de Providências Interno do IFPA onde a Auditoria Interna encaminha juntamente com o Relatório de Auditoria o formulário contendo as recomendações que deverão ser atendidas pela Unidade Gestora e a confirmação da implementação através próxima visita à mencionada Unidade.

O IFPA ainda não dispõe de Sistema informatizado de Monitoramento dos Resultados dos trabalhos da AUDIN.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações.

Conforme informado na letra “d” acima, os Relatórios de Auditoria contendo as constatações, recomendações e opinião sobre implementação das últimas recomendações, são entregues ao Presidente do Conselho Superior, órgão máximo de deliberação colegiado do Instituto Federal do Pará.

Além dos Relatórios de Auditoria, no início de cada exercício a Auditoria Interna elabora e apresenta à Controladoria-Geral da União e ao Presidente do Conselho Superior, o Relatório Anual de Atividades, contendo os dados relevantes dos trabalhos realizados no exercício anterior e os seus resultados na gestão, conforme previsto nas Instruções Normativas nº 07/2006 e nº 01/2007, da Controladoria-Geral da União.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Conforme informado na letra “f” acima, os Relatórios de Auditoria contendo as constatações, recomendações e opinião sobre implementação das últimas recomendações, são entregues ao Presidente do Conselho Superior, com referência aos riscos por eventual omissão ou resistência no cumprimento das recomendações.

9.4 Declaração de Bens e Rendias Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 64: Número de servidores que entregaram ou não a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a Declaração de Bens e Rendias		Porcentagem
Números de servidores que entregaram a DBR	840	66,04%
Números de servidores que NÃO entregaram a DBR	432	33,96%
TOTAL de servidores	1272	100,00%

Fonte: DGP/IFPA

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Como última ação da DGP em atendimento as solicitações da AUDIN no sentido de regularização da situação de entrega das Declarações de Bens e Valores ou Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual, está DGP, informa que enviou em **13/01/2014** novo comunicado a todos os Coordenadores de RH lotados nos Campus deste IFPA para que notificassem todos os servidores faltosos em seus respectivos Campus de origem para regularização de suas pendências **até 17/01/2014**. Essas ações foram comunicadas a Audin e **em 23/01/2014** como resultado dessas ações nova planilha atualizada, com novo quantitativo foi enviada para o e-mail da AUDIN. Então os números atuais são: **840** servidores entregaram os documentos solicitados, correspondendo ao percentual **66,04%** do total apurado, já o número de servidores que não entregaram suas Declarações ou Autorizações é de **432** servidores, correspondendo a **33,96%** do total apurado. Ressaltamos que desses **432** faltosos, **281 são oriundos do Campus Belém**. Campus esse que até o momento não procurou comunicar quais ações vem tomando no sentido de regularizar tais pendências junto a esta DGP.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

As medidas adotadas em caso de dano ao erário envolvem notificações aos responsáveis pelo ato, com a respectiva emissão da GRU para o ressarcimento do dano. Não havendo resposta à notificação e respectivo cumprimento do ressarcimento, inicia-se o Processo de Tomadas de Contas Especiais (TCE), quando se trata de valores acima de R\$ 75.000,00. Atualmente o IFPA possui 92 processos com a eminência de Tomada de Contas Especiais, pois estão sendo apurados os devidos responsáveis, construção das matrizes de responsabilidades, notificações, para abertura da TCE.

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO 65: MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Maria de Lourdes de Vasconcelos Feio**, CPF nº 059.842.892-53, **(Assistente em Administração)**, exercido na **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/Reitoria** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belém, 27 de março de 2014.

Maria de Lourdes de Vasconcelos Feio

059.842.892-53

Assistente em Administração/IFPA

Fonte: PROAD/IFPA

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 10.1 **Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.**
- 10.2 **Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.**
- 10.3 **Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade**

O IFPA possui canais de relacionamento com a comunidade do entorno de suas unidades. O principal deles é o serviço de Ouvidoria Geral que, em funcionamento desde 2012 com vinculação programática na Reitoria, recebe e demanda as manifestações da sociedade aos setores citados. Neste caso todos os campi podem ser chamadas a responder às inquietações, sugestão, elogios,..., visto que são encaminhadas às unidades administrativas responsáveis, cobrando soluções e buscando respondendo tempestivamente aos proponentes, dada a natureza do trabalho da Ouvidoria em que é marcada como instrumento de avaliação do funcionamento de serviços

prestados pelo Instituto, mediando demandas propostas pelos usuários, sugerindo medidas que possam melhorar o desempenho institucional.

No tocante aos demais tipos de relacionamento com a sociedade desenvolvidos de modo local pela as unidades administrativas apenas as Pró-Reitorias de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) e de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPG) e os Campi Breves, Santarém e Tucuruí pronunciaram-se especificamente a respeito do assunto, segundo os relatórios de gestão setoriais, conforme descrito a seguir:

- I. Na PRODIN, em razão de suas áreas de atuação interna inerentes às ações de pesquisa, diagnóstico e planejamento institucional, o relacionamento com a sociedade ocorreu basicamente como parte estratégica institucional marcada pelo fomento à audiências públicas que, em 2013, concentrou-se atenção aos municípios em que serão implantados os novos campi (Óbidos, Parauapebas), além dos já existentes durante a capacitação dos gestores – e fase de - elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Campi (PDCs). Como resultado destas ações, destacou-se o atendimento de setores produtivos, governamentais locais e comunidade circunscrita;
- II. Na PROPPG, o atendimento as demandas da sociedade é realizado através de todos os setores daquela pró-reitoria, tendo como canais de atendimento ao cidadão: telefones, e-mail institucional e o site da PROPPG, embora a Pró-reitoria não possui informações estatísticas sobre o atendimento às demandas, não possui mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários e, em 2013, a unidade não tenha realizado pesquisas de opinião com cidadãos;
- III. O Campus Breves devido ao seu quadro reduzido de funcionários e ausência de espaço próprio, ainda não possui serviço de ouvidoria implantado, porém desde a sua chegada no município de Breves, vem firmando inúmeras parcerias no municio, principalmente, para um melhor desenvolvimento de sua atividade fim, que é a educação profissional e tecnológica e também, na organização de eventos dos seus cursos e nos serviços prestados ao município e a sociedade Brevense e Marajoara;
- IV. O Campus Santarém apresentou formas próprias de relacionamento com a sociedade por meio do site: www.santarem.ifpa.edu.br , na opção "fale conosco", de atendimento no próprio Campus, que, ainda não tenham apresentado dados estatísticos sistematizados desses acessos, em média, recebem 5 emails por dia através do site, que é hoje o mecanismo mais utilizado pelo usuários para fins de esclarecimentos e informações. Além do atendimento da Ouvidoria, através do email: ouvidoria@ifpa.edu.br ou atendimento pessoal através do endereço: agendamento.ouvidora@ifpa.edu.br, o campus, em 2013, iniciou, através da CPA, pesquisa de satisfação de clientes internos, sendo este o único mecanismo que o Campus possui no momento, para medir o índice de satisfação, sendo que no final do ano letivo de 2013 a CPA aplicou os questionários para todo o corpo discente do Campus, para medir a opinião dos alunos em relação a vários aspectos, inclusive quanto à atuação do Campus. Esses resultados estão ainda sendo tabulados, para posterior elaboração do relatório;
- V. O Campus Tucuruí, em 2014, comprometeu-se em envidar empenho para criar mecanismos de medida da satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes de sua atuação, relacionando-os aos objetivos estratégicos dos Macroprocessos Finalísticos e de Macroprocessos de Apoio da Instituição.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

- a) Se a UNIDADE está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

No IFPA o registro da depreciação, amortização e exaustão ainda não foi realizado, desde o ano de 2012 até o exercício de 2013.

- b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima.

No IFPA encontra-se em fase de implantação do Programa Integrado de Patrimônio e Administração de Contratos, programa adquirido em cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que proporcionará a realização do cumprimento do normativo.

O IFPA iniciou o processo de consolidação do Inventário Geral, que ainda está em fase inicial de remanejamento contábil dos bens adquiridos com a criação dos Institutos, que foram comprados pelo Campus Belém e Reitoria, para que ao final da implantação do SIPAC, seja possível a realização das normas aplicadas ao Setor Público.

- c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo.

Não realizada

- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão.

Não realizada

- e) As taxas utilizadas para os cálculos.

Não realizada

- f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Não realizada

- g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UNIDADE no exercício.

Não realizada

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração com Ressalva

QUADRO 66: DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UNIDADE)			Código da UG
<u>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA</u>			158135
			158306
			158307
			158308
			158481
			158506
			158507
			158508
			158509
			158512
			158518
			158567
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC 1º 1.133/08, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO quanto a:			
a) Conta 199130000 – Diversos Responsáveis em Apuração: Essa conta possui o valor de R\$ 17.932,04 referente ao câmpus Castanhal com valor de R\$ 1.241,00 e campus Belém no valor de R\$ 16.691,04. Esses valores dizem respeito à multa e juros sobre pagamento efetuados em atraso, divergência na prestação de contas de suprimento de fundos e falta de devolução de valores não utilizados, desde o exercício de 2009, ano em que deixou de existir o CEFET e as Escolas Agrotécnicas para o surgimento do IFPA, e que até o momento ainda não foram apuradas as responsabilidades e/ou efetuadas as baixas nas contas.			
b) Conformidade de Registro de Gestão – No exercício de 2013, a maioria dos Câmpus não realizou a conformidade de registro de gestão em tempo hábil no SIAFI. Embora semanalmente a Coordenação Central de Contabilidade enviar e-mails aos conformistas de gestão (Diretores Gerais dos Câmpus e/ou pessoa formalmente designada para a função, com cópia aos Contadores), solicitando que efetuem a referida conformidade nas datas elencadas no email, de acordo com mensagem automática do SIAFI uma vez por semana, onde relaciona as UJ que estão pendentes de realização de registro.			
c) Conformidade Contábil - No exercício de 2013 a conformidade contábil do IFPA como Órgão foi registrado “COM RESTRIÇÃO” em virtude das regularizações dos documentos contábeis não serem efetuados em tempo hábil ou serem regularizados de maneira diferente da orientada pela Coordenação Central de Contabilidade por parte dos Câmpus.			
d) Depreciação – Não foi feito o registro em sistema para o cálculo da depreciação, amortização e exaustão, conforme o que estabelece a Portaria STN nº 833/2011, o MCASP, as NBCASP e Manual SIAFI macrofunção 02.03.30, em virtude do sistema (SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos), adquirido pelo IFPA através de Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN para lançamento e geração de relatórios de depreciação, amortização e exaustão dos bens do IFPA, ainda estar em fase de implantação já que são vários módulos em um mesmo sistema.			
e) Balanco Patrimonial – Esse demonstrativo não retrata a realidade do IFPA no que diz respeito ao ativo permanente, pois no ano de 2010 e 2011 foram criados novos câmpus do IFPA, e os bens móveis adquiridos pela reitoria para os mesmos, foram transferidos fisicamente, mas não contabilmente no SIAFI. Com isso, nos RMB - Relatórios Mensais de Bens dos câmpus novos consta somente os bens adquiridos/contabilizados, nos exercícios financeiros.			
f) SPIUNET x SIAFI - Encontra-se registrado no SPU somente 03 imóveis, os demais ainda estão pendentes de registros devido ao processo demorado do SPU e também a documentação incompleta dos prédios onde funcionam os câmpus Secretaria de Patrimônio da União (SPU).			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Belém – Pará	Data	28/03/2013
Contador Responsável	RAQUEL SERRAO RODRIGUES	CRC nº	015850/O-1

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Entre as informações de destaque apontadas pelas unidades administrativas do IFPA, pode-se elencar as declaradas pela PROAD, PROPPG, PROEXT e Campus Breves a seguir:

Pró-Reitoria de Administração - PROAD

Uma ferramenta que nos auxiliou na busca para executar tarefas no âmbito da Reitoria, foi o Plano de Providências, elaborado pela Assessoria Executiva, em atendimento à solicitação do Magnífico Reitor, que em reunião com os Pró-Reitores e Diretores Sistêmicos do IFPA, foi distribuído com o objetivo de monitorar a execução de ações planejadas para o ano de 2013, visando subsidiar a gestão como um todo.

O Plano consiste em uma simples planilha contendo a descrição sucinta de cada ação; estabelecimento de prazos com data para início e fim para execução; prioridades, numa escala de 1 a 3; setores envolvidos; observações pertinentes; e status. Com início em março/2013, e retroalimentação.

As Ações planejadas da Pró-Reitoria de Administração, algumas dependem prioritariamente, da implantação de módulos do Sistema Integrado de Gestão (Orçamento, Contratos, Compras, Almoxarifado, Patrimônio, Transporte/Veículos, Licitação, Infraestrutura, Protocolo). Alguns já estão em fase de implantação. Diante dos fatos, passamos a elaborar Regulamentações de Rotinas e Procedimentos de Trabalho, em diversas áreas da administração, constantes no Plano, conforme apresentamos no quadro a seguir. Outras regulamentações estão em fase de elaboração, com previsão até junho/2014 para apreciação no Conselho Superior e aprovação por Resoluções.

QUADRO 67: REGULAMENTAÇÕES DE ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE TRABALHO

AÇÃO/PROCESSO	PRODUTOS/SERVIÇO	BENEFICIÁRIOS
Regulamentação que disciplina os procedimentos para concessão de diárias e passagens, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará.	Instrução Normativa nº 01/2013-PROAD, aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP), através da Resolução nº 221/2013, de 26/11/2013.	Servidores do IFPA
Orientações para os procedimentos de controle patrimonial, no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará.	Manual de Patrimônio (Bens Móveis), aprovada pelo Conselho Superior (CONSUP), através da Resolução nº 220/2013, de 26/11/2013.	IFPA
Instituição do Sistema Integrado do Planejamento Orçamentário e de Custos das Unidades Orçamentárias e Gestoras do IFPA, por meio da adoção da Subação Orçamentária, do Plano Interno e Unidade Gestora Responsável.	Resolução nº 219/2013-CONSUP, de 26/11/2013.	Unidades Gestoras do IFPA
Regulamentação do Uso de Veículos Oficiais no âmbito do IFPA.	Instrução Normativa nº 02/2013-PROAD, aprovada pela Resolução nº 291/2013-CONSUP, de 23/12/2013.	Agente Público, enquanto motorista, requisitante e/ou usuário dos veículos oficiais do IFPA.
	• Pregão nº 02/2013: Apoio Administrativos; • Pregão nº 03/2013: Aquisição de Etiquetas Eletromagnéticas; • Pregão nº 04/2013: Aquisição de Passagens e	• Unidades Gestoras do IFPA; • Programas de Governo.

Implementação no IFPA, da Metodologia de Planejamento de Aquisições de Bens e Serviços, por meio de Compras Compartilhadas.	Fretamentos; • Pregão nº 08/2013: Materiais para Eventos; • Pregão nº 09/2013: Manutenção de Elevadores; • Pregão nº 12/2013: Manutenção de Ar-condicionado e Bebedouros; • Pregão nº 13/2013: Uniformes, jalecos e pastas PRONATEC; • Pregão nº 14/2013: Aquisição de cadeiras p/carretas-laboratórios; • Pregão nº 15/2013: Aquisição de placas patrimoniais; • Pregão nº 17/2013: Aquisição de material de consumo comum PRONATEC; • Pregão nº 19/2013: Aquisição de material de consumo Informática PRONATEC; • Pregão nº 29/2013: Aquisição de Equipamentos e material de consumo Informática, Áudio e Foto para EAD; • Pregão nº 31/2013: Aquisição de Equipamentos de Informática em geral.	
---	--	--

Fonte: PROAD/IFPA

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG:

Dentre as ações relacionadas com a Pesquisa pode-se destacar a aprovação do Programa Institucional de Pesquisa, o lançamento do respectivo Edital e o aumento do número de bolsas institucionais para estudantes. Para o alcance das metas na área de pesquisa a principal mudança foi a modificação do local do V SICTI de Abaetetuba para Belém.

Na área de pós-graduação pode-se destacar a aprovação do Programa Institucional de Qualificação, o lançamento do respectivo edital, aprovação da resolução de afastamento do servidor para realizar curso de pós-graduação stricto sensu, o início das atividades do curso de mestrado do campus Castanhal e a submissão da proposta do mestrado em Ciências e Engenharia de Materiais para a CAPES.

Dentre as ações do macroprocesso finalístico de Inovação pode-se destacar o início das atividades de curso de especialização, o depósito da 1ª patente do IFPA compartilhada e a participação na Feira Estadual de Ciência e Tecnologia. A principal restrição para o alcance das metas de inovação foi a falta de recursos humanos e cultura de inovação.

Com relação ao planejamento e a execução orçamentária, a PROPPG possuía disponível R\$ 666.546,00 e executou R\$ 325.222,39. As justificativas para a não execução de todo o recursos disponíveis foram:

- Dos R\$ 300.000,00 disponíveis para o Programa de Pesquisa (PROP) foram aprovados no Edital R\$ 134.282,00. O total aprovado foi repassado para os campi, porém os mesmos não executaram financeiramente as propostas;
- Captação de recursos para o V SICTI (R\$ 11.000,00 da CAPES e R\$ 15.612,00 da FAPESPA);
- Edital de auxílio à publicação não teve demanda.

Nos Quadros 4 e 5 pode-se observar a programação e a execução orçamentária da PROPPG.

QUADRO 68: PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PROPPG

PROPPG							
AÇÃO	GABINETE	SICTI	Programa de Pesquisa	Editais de Eventos	Editais de Publicação	PIQ/IFPA	TOTAL
33.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	217.286,00	49.260,00	120.000,00	80.000,00	20.000,00	0,00	486.546,00
33.90.14.00 - Diária Pessoal Civil	25.649,60	14.160,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	64.809,60
33.90.33.00 - Passagens e Desp. c/Locomoção	52.500,00	15.100,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	107.600,00
33.90.30.00 - Material de Consumo	7.000,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00
33.90.36.00 - Outros Serv. Terceiros -PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros -PJ	24.636,40	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.636,40
33.90.18.00 - Auxílio Financ. Estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.00.00 - Outras Desp. Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.91.47.00 - Obrigações de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.20.00 - Auxílio Pesquisador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.93.00 - indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
33.91.39.00 - Outros Serv. Terc. Intra Orçam.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de inscrição em eventos científicos	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Taxa de submissão e/ou publicação em periódicos científicos	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Bolsas do PIQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Qualificação de Servidor (Termo de Cooperação com as IES - PROPPG: R\$ 61.690,00 - DGP: R\$ 45.810,00)	107.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.500,00
34.000.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00		180.000,00
34.490.51.00 - Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.490.52.00 - Equip. e Mat. Permanente	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
ACERVO BIBLIOGRÁFICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL (R\$ 1,00)	217.286,00	49.260,00	300.000,00	80.000,00	20.000,00	0,00	666.546,00

Fonte: PROPPG/IFPA

QUADRO 69: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PROPPG

PROPPG							
AÇÃO	GABINETE	SICTI	Programa de Pesquisa	Editais de Eventos	Editais de Publicação	PIQ/IFPA	TOTAL
33.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	200.856,92	4.463,60	0,00	54.501,87	0,00	63.200,00	325.222,39
33.90.14.00 - Diária Pessoal Civil	20.140,61	0,00	0,00	22.061,87	0,00	0,00	42.202,48
33.90.33.00 - Passagens e Desp. c/Locomoção	38.216,31	0,00	0,00	25.112,00	0,00	0,00	63.328,31
33.90.30.00 - Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.36.00 - Outros Serv. Terceiros -PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.39.00 - Outros Serv. Terceiros -PJ	0,00	4.463,60	0,00	0,00	0,00	0,00	4.463,60
33.90.18.00 - Auxílio Financ. Estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.00.00 - Outras Desp. Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

33.91.47.00 - Obrigações de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.20.00 - Auxílio Pesquisador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.90.93.00 - indenizações e restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.91.39.00 - Outros Serv. Terc. Intra Orçam.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de inscrição em eventos científicos	0,00	0,00	0,00	7.328,00	0,00	0,00	7.328,00
Taxa de submissão e/ou publicação em periódicos científicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolsas do PIQ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.200,00	63.200,00
Qualificação de Servidor (Termo de Cooperação - Numa: R\$ 105.000,00 - Computação: R\$ 37.500,00)	142.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.500,00
34.000.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.490.51.00 - Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.490.52.00 - Equip. e Mat. Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ACERVO BIBLIOGRÁFICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL (R\$ 1,00)	200.856,92	4.463,60	0,00	54.501,87	0,00	0,00	325.222,39

Fonte: PROPPG/IFPA

Nos Quadros 70, 71, 72 pode-se observar as descrições das ações da PROPPG, os resultados e as observações pertinentes. As ações estão separadas por macroprocessos finalísticos (Pesquisa, Pós-graduação e Inovação).

QUADRO 70: AÇÕES, RESULTADOS E OBSERVAÇÕES PERTINENTES DA PESQUISA

PESQUISA		
Ação / Descrição	Observações Pertinentes	STATUS
1. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC CNPq	Proposta aprovada (05 bolsas).	Concluído
2. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC-Af CNPq	Proposta aprovada (02 bolsas).	Concluído
3. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBITI CNPq	Proposta aprovada (10 bolsas).	Concluído
4. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC FAPESPA	Proposta aprovada (20 bolsa).	Concluído
5. Submissão de proposta para aquisição de quotas de bolsas PIBIC-EM CNPq	O prazo das bolsas foi prorrogado para jul/2014 e a submissão será realizada em 2014	Não iniciado
6. Edital para concessão de bolsas do PIBIC-EM CNPq	Edital lançado e 20 bolsas implementadas	Em andamento
7. Edital para concessão de bolsas do PIBIC CNPq	Edital lançado e 05 bolsas implementadas	Em andamento
8. Edital para concessão de bolsas do PIBITI CNPq	Edital lançado e 10 bolsas implementadas	Em andamento
9. Edital para concessão de bolsas do PIBIC-Af CNPq	Edital lançado e 02 bolsas implementadas	Em andamento
10. Edital para concessão de bolsas do PIBIC FAPESPA	Edital lançado. 20 bolsas implementadas.	Em andamento
11. Programa Jovens Talentos da CAPES	Seleção realizada. Foram implementadas 16 bolsas.	Em andamento
12. Programa de Pesquisa Institucional - Edital para apoio dos projetos de pesquisa	Programa aprovado no CONSUP e edital lançado. Oito (08) propostas aprovadas. Valor disponibilizado: R\$ 300.000,00 Valor Aprovado: R\$ 134.282,75; Valor Executado: R\$0,00.	Em andamento

13. Enviar proposta para o Edital do CT-INFRA	Proposta reprovada.	Concluído
14. Encaminhar proposta de Castanhal para o Edital do Pró-Equipamentos da CAPES	Projeto aprovado no valor de R\$ 180.000,00.	Concluído
15. Edital de auxílio à publicação de periódicos.	Edital lançado, porém não foram encaminhadas propostas. Valor disponibilizado: R\$ 20.000,00; Valor Aprovado: R\$0,00; Valor Executado: R\$0,00.	Concluído
16. Edital para apoio aos servidores na participação em eventos científicos	Edital encerrado com 19 propostas aprovadas. Valor disponibilizado: R\$ 80.000,00; Valor Aprovado: R\$ 54.826,33; Valor Executado: R\$ 54.826,33.	Concluído
17. Realizar o V SICTI no Campus Belém	Evento realizado com êxito. 111 trabalhos apresentados. 257 inscritos. Recursos captados: R\$ 11.000,00 da CAPES e R\$ 15.612,00 da FAPESPA. Recursos gastos pela PROPPG: R\$ 4.463,00.	Concluído
18. Implantação do SIGAA: Cadastro dos projetos de pesquisa, Grupos de pesquisa, pesquisadores, bolsistas, Editais	Parte dos grupos de pesquisa já estão cadastrados, os projetos do PIBIC estão cadastrados e iniciaremos e através dos próximos Editais daremos andamento ao cadastramento de pesquisadores e projetos	Em andamento

Fonte: PROPPG/IFPA

QUADRO 71: AÇÕES, RESULTADOS E OBSERVAÇÕES PERTINENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO		
Ação / Descrição	Observações Pertinentes	STATUS
1. Levantamento de demandas e prioridades para a formação dos servidores (formulários e base de dados)	Alguns campi não forneceram as informações. Falta fazer um relatório e divulgar na página PROPPG	Em andamento
2. Identificação dos grupos que tenham potencial para Coordenar programas de PG (formulários e base de dados)	Engenharia de materiais e Educação do campus Belém	Concluído
3. Levantamento e cadastramento dos cursos existentes de PG	Levantamento realizado. Relatório publicado na internet. Falta também cadastrar no sistema.	Concluído
4. Manter e ampliar até 2013 os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (Minter/Dinter) com universidades públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA	-	-
4.1. Mestrado em Gestão Pública	NAEA/UFPA não pode ofertar turma extra de mestrado em gestão pública	Não iniciado
4.2. Ofertar mestrado de Castanhal em outros campi	Reunião realizada no dia 26/11. A PROPPG irá realizar um levantamento de demanda	Em andamento
4.3. MINTER com a UFRRJ	Negociação com a Educação no Campo da UFRRJ em andamento. 1º turma para Marabá.	Em andamento
4.4. Enviar proposta de MINTER e Dinter para a CAPES	O Edital da CAPES para MINTER e DINTER foi paralisado em 2013	Não iniciado
4.5. Minter do PPGEDAM em Santarém	Proposta de Santarém (NUMA) retornou para a PROPPG e está sendo avaliada.	Em andamento
4.6. Convênios com a UFPA	Os convênios com a UFPA foram mantidos, porém não foram realizadas novas parcerias (PRODERNA e Educação). As propostas não atendem aos critérios da PROPPG. Valor investido pela PROPPG nos convênios com a UFPA: R\$ 130.000,00.	Em andamento
5. Aprovação do PIQ IFPA	Programa aprovado no CONSUP Resolução nº 03/2013	Concluído
6. Edital do Plano de Institucional de Qualificação - PIQ-IFPA	Edital com 06 propostas aprovadas (5 DO; 1 ME). Valor investido: R\$ 25.800,00.	Concluído
7. Resolução sobre afastamentos dos servidores do IFPA para qualificação	Aprovado pelo CONSUP no dia 22/11/2013	Concluído
8. Estabelecer convênios de cooperação técnico-científico internacional para a qualificação do corpo dos servidores	Foram realizadas reuniões com Instituições do Canadá. Ainda não foi fechado nenhum convênio.	Em andamento
9. Colaborar na submissão de propostas de programas de pós-graduação em nível stricto sensu	-	-

9.1. Colaborar na submissão da proposta do Mestrado em Ciências e Engenharia de Materiais (Acadêmico)	A proposta do mestrado em Ciências e Engenharia de Materiais foi aprovada pelo CONSUP e a equipe do curso encaminhou a proposta para a CAPES. A proposta foi recusada, porém o IFPA encaminhou um pedido de reconsideração.	Concluído
9.2. Colaborar na submissão da proposta do Mestrado em Tecnologias Educacionais para as Relações Etnicorraciais (Profissional)	A proposta do mestrado foi aprovada pelo CONSUP e será encaminhada em 2014 para a CAPES	Em andamento
10. Contribuir em parceria com a PROEN e a PROEXT para a aprovação, até 08/2013, de uma resolução que norteie as atividades docentes no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, além daquelas atividades relacionadas com interesses da instituição	A PROPPG apreciou a resolução de carga horária e fez as suas considerações	Concluído

Fonte: PROPPG/IFPA

QUADRO 72: AÇÕES, RESULTADOS E OBSERVAÇÕES PERTINENTES DA INOVAÇÃO

INOVAÇÃO		
Ação / Descrição	Observações Pertinentes	STATUS
1. Aprovação da Política de Inovação	Resolução aprovada no CONSUP Nº 06/2013	Concluído
2. Estruturação do NIT	A sede do NIT será provisoriamente em Castanhal	Concluído
3. Portaria de criação do NIT	A solicitação foi encaminhada para a DPPI, porém voltou para reformulações.	Em andamento
4. Viagens para palestras sobre Propriedade Intelectual: 4 campi (1 Castanhal; 1 Belém; 2 em campi afastados, podendo ser Santarém e Itaituba)	O material de divulgação está pronto, porém as viagens estão ainda não foram realizadas	Em andamento
5. Servidor com formação em direito a ser lotado no NIT para atuação em Propriedade Intelectual	A equipe de Castanhal possui um servidor com formação na área de direito. Solicitaremos duas vagas para o NIT no próximo concurso.	Concluído
6. Curso de especialização em inovação. Buscar, no Paraná, os equipamentos de ensino a distância	Os equipamentos não foram enviados por pendências com IFPR	Não iniciado
7. Depósito de patentes	Depósito da patente da Profa. Sabina Cardoso. Bionanocompósitos poli(álcool vinílico)-poliuretano/hidroxiapatita para enxerto ósseo.	Concluído
8. Participação do IFPA na Feira estadual de C, T e I.	O IFPA participou com êxito através do stand e das palestras	Concluído
9. Coordenação do curso de especialização em gestão da inovação (Namor)	O curso já teve dois módulos. Pendências com a FAPESPA foram resolvidas.	Em andamento

Fonte: PROPPG/IFPA

Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT

■ Execução dos Programas:

A execução dos Programas MULHERES MIL, PROEXTENSÃO e PRONATEC. será apresentada conforme quadros a seguir. Além desses Programas, temos ainda a execução do PROEXT MEC, que são projetos aprovados no Edital 2013, sendo executados 7 projetos, que são apresentados nos quadros abaixo.

- O Programa **Mulheres Mil** pactuado com 1.800 vagas, sendo 800 vagas a serem ofertadas com recursos da LOA 2013 e 1.000 vagas sendo ofertadas via PRONATEC. As vagas totais foram distribuídas da seguinte forma: foi pactuado com 1.800 vagas, distribuídas conforme a seguir:

QUADRO 73: AÇÕES, RESULTADOS E OBSERVAÇÕES PERTINENTES DA INOVAÇÃO

Nome do Campus	Total de vagas	Município da Oferta
IFPA - CAMPUS ABAETETUBA	152	ABAETETUBA
IFPA - CAMPUS ITAITUBA	155	ITAITUBA
IFPA - CAMPUS BREVES	117	BREVES
IFPA - CAMPUS TUCURUI	100	TUCURUI
IFPA- CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	107	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
IFPA - CAMPUS SANTARÉM	200	SANTARÉM
IFPA - CAMPUS RURAL MARABÁ	124	RUIRAL MARABÁ
IFPA - CAMPUS INDUSTRIAL MARABÁ	100	INDUSTRIAL MARABÁ
IFPA - CAMPUS CASTANHAL	100	CASTANHAL
IFPA - CAMPUS BRAGANÇA	100	BRAGANÇA
IFPA - CAMPUS BELÉM	545	BELÉM

Fonte: PROEXT/IFPA

Em relação à execução via LOA 2013, temos a informar o que segue.

Foram recebidos R\$ 800.000,00, com Meta de execução em 8 unidades, sendo 100 mulheres por Campus. Os recursos foram descentralizados aos seguintes *Campi*: Abaetetuba, Belém, Breves, Conceição do Araguaia, Itaituba, Rural Marabá, Tucuruí e Santarém.

Fatores Relevantes:

- O Campus Belém assumiu a meta de execução que era destinada ao Campus Altamira, haja vista os problemas de estrutura física daquele Campus;
- Em 2013 a SETEC determinou a migração do Programa Mulheres Mil para o PRONATEC, sendo que as instituições deveriam optar entre 3 modos de operação do Programa. O IFPA optou pelo modo Híbrido, significando execução da Meta pelas duas fontes – LOA e PRONATEC/FNDE. Pela LOA seriam utilizados os recursos para pagamento da Bolsa/Aluno (Assistência Estudante), Material Permanente e Consumo, e pelo PRONATEC seriam pagos os professores. A definição de inserção do Mulheres Mil no PRONATEC só foi autorizada pelo MEC a partir de Agosto/2013, o que resultou na demora em articular a execução através de duas fontes distintas, com metodologias específicas de execução. Como consequência, a descentralização dos recursos da LOA só foi autorizada aos *Campi* depois da definição do MEC, reduzindo o tempo e dificultando os procedimentos para utilização de todo o recurso destinado ao Programa por rubrica e por Campus. Vales ressaltar que a devolução dos recursos não comprometeu a execução na maioria dos *Campi*, haja vista a migração para o PRONATEC;
- As dificuldades informadas pelos *Campi* foram:
 - Tempo exíguo para realizar procedimentos licitatórios;
 - Metodologia requer tempo considerável para a formação de turmas, bem como necessidade de processo seletivo para formação da equipe pelo PRONATEC, demandando muito tempo para estruturação de cada curso, comprometendo o processo de logística dos mesmos, resultando em devolução de recursos;
- Foram atendidas 629 mulheres com recursos da LOA em 2013, não sendo cumpridas as Metas de Breves (70%) e Marabá Rural (100%). Os valores empenhados correspondem às Bolsas/Aluno.

Foram ofertados os seguintes cursos por Campus:

QUADRO 74: EXECUÇÃO POR CAMPUS

Campus	Curso	Quant. Alunas/ Turma	Quant. Turmas	Valor empenhado
TUCURUI	Pedreiro de Acabamento	33	3	R\$ 60.000,00
	Beneficiamento de Pescado	22		
	Montador e Reparador de Computador	25		
BELÉM	Massagista	25	4	R\$ 60.000,00
		25		
		25		
		24		
SANTARÉM	Operador de Computador	25	4	R\$ 60.000,00
ITAITUBA	Auxiliar de Cozinha	33	3	R\$ 60.000,00
	Auxiliar de Cozinha	33		
	Artesão de Pintura em Tecido	34		
BREVES	Atendente de Lanchonete	30	1	
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Viveiricultor	25	4	R\$ 60.000,00
	Viveiricultor			
	Viveiricultor			
	Operador em Beneficiamento de frutas e hortaliças			
ABAETETUBA	Costureira Industrial do Vestuário	25	4	R\$ 60.000,00
	Costureira Industrial do Vestuário			
	Horticultor orgânico			
	Viveiricultor			
RURAL MARABÁ	Não conseguiu executar a ação e os recursos foram devolvidos integralmente.			

Fonte: PROEXT/IFPA

QUADRO 75: PROJETOS APROVADOS NO EDITAL 01/2013 – PROEXTENSÃO

CAMPUS	QTD	Projeto	PARTICIPANTES	ALUNOS	PROF.	PRODUTO
Abaetetuba	2	Biblioteca Itinerante	DEBORA DE MIRANDA NEGRÃO bolsista MARLEI DA SILVA DOS ANJOS bolsista MARLENE CARDOSO DE ARAÚJO bolsista NILZETE DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA Coord.	3	1	CURSO DE LEITURA Palestras
		Farmácia Viva: Produção, Oblação E Manipulação De Plantas Medicinais Para O Hospital Nossa Senhora Da Conceição Município De Abaetetuba Pará - Integração Do Processo Ensino Aprendizagem E A Extensão.	ALESSANDRA SIMONE S. DE OLIVEIRA FLOR Coord. ROQUE FLOR DOS SANTOS JÚNIOR Coord. Adjunto RIVANILDO CORREIA QUARESMA Bolsista LILIA DE LIMA CARVALHO Bolsista LEANDRO MARTINS GONÇALVES Bolsista SANDREA PAULA DE OLIVEIRA RODRIGUES Bolsista KAMILLA PALHETA DE LIMA Bolsista ELLEN KELLY RODRIGUES SARGES Voluntária JOSÉ MARCELO BARROS E BARROS Voluntário DIEGO CAVALCANTE voluntário	8	1	PRODUTO (PLANTAS MEDICINAIS PARA DOAÇÃO)
Bragança	1	Projeto Leite Bom: Melhorando A Qualidade De Vida Do Produtor Familiar De Leite	CLAUDINA RITA DE SOUZA PIRES Coordenadora CLARICE DA SILVA SOUSA bolsista TAMISE LOENA ASSUNÇÃO DE MELObolsista DÁGILA MELO RODRIGUES voluntária	3	1	Curso
Belém	2	Comunidade Antenada	FANNY SANTOS DE MIRANDA Coordenadora MARCOS VINICIUS CORREA DE SOUZA bolsista DIEGO FERNANDES FREITAS AGUIAR bolsista	2	1	Curso
		Tecnologias Educacionais Para Aplicação Da Lei Nº 10.639/2003 Na Educação Básica	HELENA DO SOCORRO CAMPOS DA ROCHA Coord. DAYANA MAYUMI MURAKAMI KAWAKAMI bolsista ROSANA ITAPARICA DE CARVALHO bolsista ANA PAULA PALHETA SANTANA equipe LAURA HELENA BARROS DA SILVA equipe	2	3	Palestra Oficina Artigo
Castanhal	3	Quintais Agroecológicos Do Plantio Ao Beneficiamento	RICARDO ALGUSTO MARTINS CORDEIRO Coord. PAULO CESAR RAMOS DE OLIVEIRA bolsista PABLO PAULO SOUZA NERI bolsista a ALINE ARIANE DA COSTA FREITAS bolsista FRANCISCO CARLOS ALMEIDA DE SOUZA voluntário ERNESTO DA SILVA PIRES voluntário LARNEY ROSA AS LUZ voluntário	14	1	Palestras oficinas Elaboração de Cartilha

CAMPUS	QTD	Projeto	PARTICIPANTES	ALUNOS	PROF.	PRODUTO
			AURENICE RIBEIRO DA SILVA voluntário PRISCILA SANTOS DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA voluntário ALEXANDRE DA SILVA SOARES voluntário CAROLINE MARTINS REBOUÇAS voluntário BRUNA PEREIRA LUIZA CIARIRI voluntário RENAN DA SILVA BEZERRA voluntário LEHI RODRIGUES DE OLIVEIRA voluntário RÔMULO DE OLIVEIRA SOUZA voluntário			
		Projeto Poraquê Uso De Energia Solar No Campo	WILSON ROGERIO SOARES E SILVA Coord. RAFAEL DE NAZARÉ S. MENEZES bolsista RAIMUNDO FÁBIO DE LIRA PEREIRA bolsista JOÃO TAVARES NASCIMENTO Equipe REGIARA CROELHAS MODESTO Equipe LETÍCIA PESSOA bolsista NIRILENE ROSA voluntário JÉSSICA SAMPAIO voluntário	5	1	Palestra Curso
		Frutas Com Mel: Diversificação Da Produção E Fortalecimento Da Geração De Renda Familiar Camponesa No Nordeste Paraense	ROMIER DA PAIXÃO SOUSA Coordenador FRANCIARA SANTOS SILVA bolsista RENAN DA SILVA CUNHA bolsista MARCEL NÓVOA COSTA bolsista ANDRIA KELLY DA SILVA ALBUQUERQUE bolsista ALFREDO LOPES DA SILVA bolsista JOÃO TAVARES NASCIMENTO Equipe LOUISE FERREIRA ROSAL Equipe ROBERTA DE FÁTIMA COELHO Equipe CÍCERO PAULO FERREIRA Equipe ROSANA CARDOSO RODRIGUES Equipe ADEBARO ALVES REIS Equipe	5	1	Curso Artigo
Conceição Do Araguaia	2	Queimadas Urbanas: Juntos Podemos Apagar Esse Problema!	JACQUELINE BAILAO DA SILVA LOPES Coord. RAYANE PACHECO COSTA bolsista LÚCIA DIVINA DE SOUZA PEREIRA PRADO bolsista CASSYO LIMA SANTOS bolsista IANE BRITO TAVARES Equipe	3	3	Palestra Artigo (não publicado) Peças teatrais

CAMPUS	QTD	Projeto	PARTICIPANTES	ALUNOS	PROF.	PRODUTO
			FABIANA BASSANI equipe			
		Introdução Da Cadeia Produtiva Do Bambu Como Estratégia De Resgate Da Dignidade Trabalhista Nas Áreas De Extração De Argila Em Conceição Do Araguaia – Pa	MARIA ELISA FERREIRA DE QUEIROZ Coord. JESSICA LANE OLIVEIRA COELHO bolsista RODRIGO NUNES DA ROCHA bolsista AMANDA COSTA SALES bolsista JACQUELINE BAILAO DA SILVA LOPES equipe IANE BRITO TAVARES equipe FABIANA BASSANI equipe	3	4	Curso Palestra Worrkshop
Itaituba	1	Formação De Agentes Multiplicadores Em Educação Sanitarista Urbana No Município De Itaituba/ Pa.	FRED AURELIO FERREIRA MARQUES Coord. ALICE SAURIA GASPAR NUNES bolsista GLEISIANE MANSO DA SILVA bolsista LUCA KAIQUE MOTA NOBRE bolsista MARIA DA VERA CRUZ ALMEIDA PINTO equipe	3	1	Palestra Oficina
Santarém	1	Letramento Digital Para Melhor Idade	LUCIVÂNIA PEREIRA DE CARVALHO Coordenadora EDVÂNIA LOPES DA SILVA bolsista VALDSON NUNES DA SILVA bolsista	2	1	Artigo Curso
		Rompendo Barreiras: Uma Relação Amigável Entre As Tics E Os Deficientes Visuais	RONALDO MEIRELES MARTINS coordenador ALEX SANTOS DE OLIVEIRA bolsista TAILON DA SILVA GALVÃO bolsista ANTÔNIO PAULO FERREIRA DE ALMEIDA bolsista ANA CAROLINA LEAL FOLHA DE CASTRO equipe	3	1	Curso Encontro Manuais
Tucuruí	2	Cultivo De Piraptinga(Piractus Brachypomus)Em Tanques -Rede Em Tucuruí	LUCIANO DOMINGUES QUEIROZ Coord. JEFERSON DA SILVA MARTINS bolsista LENILDO ARAÚJO DA SILVA bolsista IVANOR DE SOUZA MIRANDA bolsista Maria Josieth Gonçalves Baia voluntária Antoniete marques de Souza voluntária Irler Jorge Gomes Silva voluntária José Arimilton Carvalho de Andrade Equipe Paulo Marcelo de oliveira LIns Equipe	6	3	Palestra Curso

Fonte: PROEXT/IFPA

- O Programa PRONATEC-Bolsa Formação foi pactuado em 2013 com 11. 621 vagas, sendo 221 cursos ofertados, divididos em 379 turmas, em 35 Municípios. A execução estende-se ao primeiro semestre de 2014.
 - Foram efetivadas 8.472 matrículas, sendo executados 117 cursos até Dezembro de 2013, distribuídos em 114 cursos da Modalidade FIC e 3 Cursos Técnicos.

Foram concluídos até Dezembro/2013 84 Turmas.

Veja Quadros abaixo.

QUADRO 76: CURSOS PUBLICADOS EM 2013

UNIDADE DE OFERTA	CURSO	TURMA	VAGAS
BELÉM (2250)	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	N1/2013	25
	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	N2/2013	25
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	M1/2013	25
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	M2/2013	25
	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	M3/2013	25
	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	M1/2013	25
	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	M2/2013	25
	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	M1/2013	25
	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	M2/2013	25
	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	M1/2013	25
	AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE	N1/2013	25
	AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE	N2/2013	25
	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	M2/2013	25
	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	N1/2013	25
	ATENDENTE DE NUTRIÇÃO	N2/2013	25
	ATENDENTE DE NUTRIÇÃO	N1/2013	25
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	M1/2013	25
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	N1/2013	25
	AUXILIAR DE GARÇOM (CUMIM)	M1/2013	25
	AUXILIAR DE GARÇOM (CUMIM)	M2/2013	25
	BALCONISTA DE FARMÁCIA	T2/2013	25
	BALCONISTA DE FARMÁCIA	M1/2013	25
	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	M2/2013	25
	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	M1/2013	25
	CALDEIREIRO	T1/2013	30
	CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M1/2013	25
	CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M1/2013	25
	CONTADOR DE HISTÓRIAS	M2/2013	25
	CONTADOR DE HISTÓRIAS	N1/2013	25
	CUIDADOR DE IDOSO	M1/2013	30
	CUIDADOR INFANTIL	M2/2013	30
	DESENHISTA DE PRODUTOS GRÁFICOS WEB	M1/2013	25
	DESENHISTA DE PRODUTOS GRÁFICOS WEB	M2/2013	25
	DESENHISTA MECÂNICO	T2/2013	30
	EDITOR DE PROJETO VISUAL GRÁFICO	T1/2013	25
	EDITOR DE PROJETO VISUAL GRÁFICO	M1/2013	25
	ENCANADOR INSTALADOR PREDIAL	M2/2013	25
	ENCANADOR INSTALADOR PREDIAL	N2/2013	25
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	N3/2013	25
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	M1/2013	25
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	M1/2013	25
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	M2/2013	25
	INSTALADOR DE REDE DE TV A CABO E VIA SATÉLITE	N1/2013	25
	INSTALADOR DE REDE DE TV A CABO E VIA SATÉLITE	N2/2013	25
	INSTALADOR DE REDE DE TV A CABO E VIA SATÉLITE	N3/2013	25
	INSTALADOR E REPARADOR DE EQUIPAMENTOS	N1/2013	25

	DE TRANSMISSÃO EM TELEFONIA		
	INSTALADOR E REPARADOR DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO EM TELEFONIA	N2/2013	25
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDE DE TV A CABO	N4/2013	25
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDE DE TV A CABO	N5/2013	25
	INTRODUÇÃO À INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS ? PORTUGUÊS)	M1/2013	25
	INTRODUÇÃO À INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS ? PORTUGUÊS)	M2/2013	25
	MASSAGISTA	N1/2013	30
	MECÂNICO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS	N1/2013	30
	MONITOR DO USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	M1/2013	25
	MONITOR DO USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	N1/2013	25
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	M1/2013	25
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	T1/2013	25
	OPERADOR DE CÂMERA	M1/2013	25
	OPERADOR DE CÂMERA	M2/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	M1/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	M2/2013	25
	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	M1/2013	25
	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	M2/2013	25
	OPERADOR DE PRODUÇÃO EM UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS	N1/2013	25
	OPERADOR DE PRODUÇÃO EM UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS	N2/2013	25
	OPERADOR EM LINHA DE MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS	N1/2013	30
	PEDREIRO DE ALVENARIA	M1/2013	25
	PEDREIRO DE ALVENARIA	M2/2013	25
	PREPARADOR DE PESCADO	M1/2013	25
	PREPARADOR DE PESCADO	M2/2013	25
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	M1/2013	25
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	M2/2013	25
	PROGRAMADOR WEB	M1/2013	25
	PROGRAMADOR WEB	M2/2013	25
	PROGRAMADOR WEB	M3/2013	25
	RECEPCIONISTA DE EVENTOS	M1/2013	25
	RECEPCIONISTA DE EVENTOS	M2/2013	25
	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M1/2013	25
	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M2/2013	25
	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M3/2013	25
	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M4/2013	25
	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M5/2013	25
	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M6/2013	25
	REGENTE DE BANDA	M1/2013	30
	REGENTE DE BANDA	M2/2013	25
	REGENTE DE BANDA	M3/2013	25
	VENDEDOR	N1/2013	30
	VENDEDOR	N2/2013	30
BENEVIDES (450)	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	M1/2013	30
	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	M1/2013	30
	AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE	M1/2013	30
	ALMOXARIFE	M1/2013	30
	ATENDENTE DE NUTRIÇÃO	M1/2013	30
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	M1/2013	30
	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	M1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	M1/2013	30
	MONITOR DE RECREAÇÃO	M1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	M1/2013	30
	ORGANIZADOR DE EVENTOS	M1/2013	30
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	M1/2013	30
	PROGRAMADOR WEB	M1/2013	30

	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M1/2013	30
	REGENTE DE BANDA	M1/2013	30
CASTANHAL (460)	CRIADOR DE PEIXES EM VIVEIROS ESCAVADOS	M1/2013	30
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	N1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	N2/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	M2/2013	30
	MESTRE DE OBRAS	N1/2013	30
	OPERADOR DE COMPUTADOR	M2/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	N3/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	N4/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	N5/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	T1/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	T2/2013	25
	PADEIRO CONFEITEIRO	N1/2013	30
	PADEIRO CONFEITEIRO	T3/2013	30
	PEDREIRO DE ALVENARIA	M3/2013	40
	PISCICULTOR	T2/2013	30
	PRODUTOR DE DERIVADOS DO LEITE	M1/2013	30
TERRA ALTA(120)	AGRICULTOR FAMILIAR	M1/2013	30
	APICULTOR	M1/2013	30
	AVICULTOR	M1/2013	30
	PISCICULTOR	M1/2013	30
AGROVILA CASTELO BRANCO (40)	HORTICULTOR ORGÂNICO	M1/2013	40
ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA (40)	VIVEIRICULTOR	M1/2013	40
CURUÇÁ (120)	AGRICULTOR FAMILIAR	M1/2013	30
	APICULTOR	M1/2013	30
	HORTICULTOR ORGÂNICO	M1/2013	30
	PISCICULTOR	M1/2013	30
IGARAPÉ AÇÚ (80)	AGRICULTOR AGROFLORESTAL	M1/2013	40
	AGRICULTOR FAMILIAR	M1/2013	40
SALINAS DOM BOSCO (280)	AGRICULTOR FAMILIAR	M1/2013	40
	FRUTICULTOR	M1/2013	40
	PISCICULTOR	M1/2013	40
	PREPARADOR DE PESCADO	M1/2013	40
	PRODUTOR DE MANDIOCA	M1/2013	40
	CRIADOR DE PEIXES EM TANQUE REDE	M1/2013	40
	CRIADOR DE PEIXES EM VIVEIROS ESCAVADOS	M1/2013	40
MARACANÃ (30)	OPERADOR DE COMPUTADOR	T1/2013	30
TOMÉ-AÇU (120)	AGRICULTOR AGROFLORESTAL	M1/2013	40
	FRUTICULTOR	M1/2013	40
	HORTICULTOR ORGÂNICO	M1/2013	40
VIGIA (110)	AQUICULTOR	M1/2013	40
	PISCICULTOR	M1/2013	40
	PRODUTOR DE MANDIOCA	M1/2013	30
IRITUÍ (240)	AGRICULTOR FAMILIAR	M1/2013	40
	AVICULTOR	M1/2013	40
	CRIADOR DE PEIXES EM VIVEIROS ESCAVADOS	M1/2013	40
	FRUTICULTOR	M1/2013	40
	OPERADOR DE SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO	M1/2013	40
	PRODUTOR DE MANDIOCA	M1/2013	40
ABAETETUBA (510)	AGRICULTOR FAMILIAR	M1/2013	30
	AGRICULTOR FAMILIAR	M2/2013	30
	AGRICULTOR FAMILIAR	M3/2013	30
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	M1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	M1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	M2/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	N2/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	N3/2013	30

	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	T1/2013	30
	MESTRE DE OBRAS	M1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	M2/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	M3/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	N1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	N2/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	T1/2013	30
	ORGANIZADOR DE EVENTOS	N1/2013	30
	PISCICULTOR	M1/2013	30
ABAETETUBA (MULHERES MIL- LOA) (150)	COSTUREIRO		50
	COSTUREIRO		50
	AVICULTOR		25
	HORTICULTOR		25
IGARAPÉ-MIRI (180)	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	T1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	M1/2013	30
	MESTRE DE OBRAS	M1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	M1/2013	30
	ORGANIZADOR DE EVENTOS	T1/2013	30
	TORNEIRO MECÂNICO	M1/2013	30
MOJU (210)	AGRICULTOR FAMILIAR	M1/2013	30
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	M1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	M1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	M1/2013	30
	PISCICULTOR	M1/2013	30
	TORNEIRO MECÂNICO	M1/2013	30
	OPERADOR DE COMPUTADOR	T1/2013	30
ACARÁ (110)	AGRICULTOR FAMILIAR	T2/2013	30
	AGRICULTOR ORGÂNICO	T1/2013	25
	AUXILIAR TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	T1/2013	30
	PRODUTOR DE MANDIOCA	T1/2013	25
BARCARENA (60)	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	T1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	T1/2013	30
BRAGANÇA (875)	AGRICULTOR FAMILIAR	N1/2013	40
	AQUICULTOR	N1/2013	40
	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	N1/2013	40
	AUXILIAR TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	M1/2013	20
	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	N1/2013	40
	CARPINTEIRO DE OBRAS	N1/2013	40
	CONDUTOR AMBIENTAL LOCAL	N1/2013	40
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	N1/2013	40
	MARISQUEIRO	N1/2013	40
	MESTRE DE OBRAS	N1/2013	40
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	N1/2013	40
	OPERADOR DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO	N1/2013	40
	OPERADOR DE COMPUTADOR	N1/2013	80
	ORGANIZADOR DE EVENTOS	N1/2013	60
	PESCADOR ARTESANAL DE AMBIENTE MARINHO	N1/2013	40
	PISCICULTOR	N1/2013	40
	PREPARADOR DE PESCADO	N1/2013	40
	PRODUTOR DE PRODUTOS APÍCOLAS	N1/2013	40
BRAGANÇA (MULHERES MIL) (100)	PROGRAMADOR WEB	N1/2013	75
	RECEPCIONISTA DE EVENTOS	N1/2013	40
	ARTESÃO DE CERÂMICA		20
	AUXILIAR EM AGROPECUÁRIA		20
	OPERADOR DE COMPUTADOR		20
AUGUSTO CORREA (155)	ORGANIZADOR DE EVENTOS		20
	VIVEIRISTA DE PLANTAS E FLORES		20
	OPERADOR DE COMPUTADOR	N1/2013	35
	PESCADOR ARTESANAL DE AMBIENTE MARINHO	T1/2013	40
	PREPARADOR DE PESCADO	N1/2013	40

	RECEPCIONISTA	T1/2013	40
TAMATATEUA (20)	VIVEIRISTA DE PLANTAS E FLORES	M1/2013	20
ASS. DE MULHERES ARTESÃS (20)	ARTESÃO DE CERÂMICA	M1/2013	20
BREVES (239)	ATENDENTE DE LANCHONETE	M1/2013	35
	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	M1/2013	24
	DESENHISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	M2/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	M2/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	M1/2013	35
	OPERADOR DE COMPUTADOR	M2/2013	30
	ORGANIZADOR DE EVENTOS	M1/2013	30
	PREPARADOR DE PESCADO	M1/2013	30
BREVES (MULHERES MIL) (55)	COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO		55
BREVES (MULHERES MIL-LOA) (90)	ATENDENTE DE LANCHONETE		30
	GARÇOM		30
	PINTOR DE IMÓVEIS		30
CURRALINHO (150)	MESTRE DE OBRAS	M1/2013	40
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	M1/2013	30
	PISCICULTOR	M1/2013	40
	RECEPCIONISTA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	M1/2013	40
GURUPÁ (40)	CRIADOR DE PEIXES EM VIVEIROS ESCAVADOS	M2/2013	40
PORTEL (70)	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	M1/2013	35
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	M1/2013	35
CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (480)	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	M1/2013	30
	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	N2/2013	30
	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	N1/2013	30
	AGENTE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	T1/2013	30
	AGENTE DE LIMPEZA URBANA	N1/2013	30
	AGRICULTOR FAMILIAR	N1/2013	30
	AUXILIAR DE OPERAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS	N1/2013	30
	AUXILIAR DE TESOUREARIA	N1/2013	30
	AVICULTOR	T1/2013	30
	BOMBEIRO CIVIL	M1/2013	30
	BOVINOCULTOR DE LEITE	M1/2013	30
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	N1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	M1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	N1/2013	30
	RECEPCIONISTA DE EVENTOS	T1/2013	30
	VENDEDOR	N1/2013	30
CAMPUS C. DO ARAGUAIA (MULHERES MIL- LOA) (98)	VIVEIRICULTOR		25
	VIVEIRICULTOR		25
	VIVEIRICULTOR		25
	OPERADOR EM BENEFICIAMENTO DE FRUTAS E HORTALIÇAS		23
REDENÇÃO (60)	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	N1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	N1/2013	30
XINGUARA (60)	VENDEDOR	N1/2013	30
	AGRICULTOR FAMILIAR	N1/2013	30
ITAITUBA (525)	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	T1/2013	25
	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	N1/2013	25
	ARMADOR DE FERRAGEM	N1/2013	25
	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	N3/2013	35
	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	N4/2013	30
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	T1/2013	25
	COSTUREIRO	N1/2013	35
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	N1/2013	25

	HORTICULTOR ORGÂNICO	T1/2013	25
	MESTRE DE OBRAS	N1/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	M1/2013	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	M2/2013	25
	PINTOR DE IMÓVEIS	N1/2013	25
	PRODUTOR DE EMBUTIDOS E DEFUMADOS	T1/2013	25
	PROGRAMADOR WEB	T1/2013	25
	REPRESENTANTE COMERCIAL	T1/2013	25
	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	N1/2013	25
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	N1/2013	25
	TÉCNICO EM SANEAMENTO	N1/2013	25
	VENDEDOR	T1/2013	25
ITAITUBA (MULHERES MIL) (100)	COSTUREIRO		35
	COSTUREIRO		35
	COSTUREIRO		30
ITAITUBA (MULHERES MIL- LOA) (100)	AUXILIAR DE COZINHA		33
	AUXILIAR DE COZINHA		33
	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO		34
MARABÁ INDUSTRIAL (240)	AJUDANTE DE OBRAS	T1/2013	30
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	T1/2013	30
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	T1/2013	30
	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	T1/2013	30
	DESENHISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	T1/2013	30
	ELETRICISTA INDUSTRIAL	T2/2013	30
	ELETRICISTA INDUSTRIAL	T3/2013	30
	OPERADOR DE COMPUTADOR	T1/2013	30
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARCO IRIS DA JUSTIÇA (25)	COSTUREIRO	N1/2013	25
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DA FOLHA (25)	MANICURE E PEDICURE	N1/2013	25
CIDADE NOVA (25)	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	T1/2013	25
NOVA MARABÁ (25)	COPEIRO	T1/2013	25
RONDON DO PARÁ (380)	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	T1/2013	30
	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	N1/2013	30
	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	N1/2013	30
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	N1/2013	30
	ELETRICISTA DE LINHAS ELÉTRICAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO	N1/2013	30
	ELETRICISTA DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	N1/2013	30
	ENCANADOR INSTALADOR PREDIAL	N1/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	N1/2013	30
	MECÂNICO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS	N1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	N1/2013	30
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	N1/2013	30
	PROGRAMADOR WEB	N1/2013	30
	TORNEIRO MECÂNICO	M1/2013	20
MARABÁ RURAL (245)	ACONSELHADOR EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA	T1/2012	25
	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	N1/2013	20
	AGRICULTOR AGROFLORESTAL	T1/2012	25
	ARTESÃO DE BIOJOIAS	T1/2013	20
	AVICULTOR	T1/2013	30
	BOVINOCULTOR DE LEITE	M1/2012	25
	FRUTICULTOR	T1/2013	30
	HORTICULTOR DE LEGUMES ORGÂNICOS	M1/2012	25
	OPERADOR DE COMPUTADOR	T1/2013	20
	VIVEIRICULTOR	M2/2012	25
MARABÁ RURAL (MULHERES MIL- LOA) (100)	ARTESÃO DE BIOJOIAS		30
	ARTESÃO DE BIOJOIAS		35
	ARTESÃO DE BIOJOIAS		35
SANTARÉM (650)	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	N1/2013	30
	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	N1/2013	40
	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	N1/2013	26
	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	N2/2013	27
	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO	T3/2013	27

	CONDUTOR CULTURAL LOCAL	M1/2013	30
	ENCANADOR INSTALADOR PREDIAL	T1/2013	30
	GARÇOM	T1/2013	30
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	N1/2013	30
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	T1/2013	30
	MONITOR DE RECREAÇÃO	T1/2013	40
	OPERADOR DE COMPUTADOR	T1/2013	30
	OPERADOR DE COMPUTADOR	N1/2013	20
	ORGANIZADOR DE EVENTOS	N1/2013	40
	PEDREIRO DE REVESTIMENTOS EM ARGAMASSA	N1/2013	30
	PISCICULTOR	T1/2013	30
	PRODUTOR DE EMBUTIDOS E DEFUMADOS	M1/2013	30
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	M1/2013	30
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	N1/2013	30
	RECEPCIONISTA DE EVENTOS	N1/2013	40
SANTARÉM (MULHERES MIL) (100)	VENDEDOR	N1/2013	30
	OPERADOR DE COMPUTADOR		25
	OPERADOR DE COMPUTADOR		25
	OPERADOR DE COMPUTADOR		25
BELTERRA (60)	CONDUTOR CULTURAL LOCAL	M1/2013	30
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	M1/2013	30
ÓBIDOS (180)	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	T1/2013	30
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	M1/2013	30
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	T2/2013	30
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	T1/2013	30
	VENDEDOR	T1/2013	30
	VIVEIRICULTOR	M2/2013	30
TUCURUÍ (300)	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	T1/2013	30
	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVISTA	N1/2013	30
	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	M1/2013	30
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	T1/2013	30
	CERIMONIALISTA E MESTRE DE CERIMÔNIAS	N1/2013	30
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	N1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	N1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	N2/2013	30
	OPERADOR DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO	T1/2013	30
TUCURUÍ (MULHERES MIL-LOA) (100)	ORGANIZADOR DE EVENTOS	N1/2013	30
	APLICADOR DE REVESTIMENTO CERÂMICO		35
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES		30
BREU BRANCO (120)	OPERADOR DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO		35
	CERIMONIALISTA E MESTRE DE CERIMÔNIAS	N1/2013	30
	MESTRE DE OBRAS	N1/2013	30
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	N1/2013	30
NOVO REPARTIMENTO (90)	OPERADOR DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO	N1/2013	30
	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	M1/2013	30
	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	M1/2013	30
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	M1/2013	30

Fonte: PROEXT/IFPA

QUADRO 77: CURSOS E TURMAS FINALIZADOS EM 2013 (122 TURMAS) POR CAMPUS/UNIDADES

CAMPUS/	CURSOS FINALIZADOS	TURMAS
SANTARÉM	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	1
	AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS	2
	CONDUTOR CULTURAL LOCAL	1
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	5
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES	1
	MONITOR DE RECREAÇÃO	1
	OPERADOR DE COMPUTADOR	1
	ORGANIZADOR DE EVENTOS	1

	PEDREIRO E REVESTIMENTO DE ARGAMASSA	1
	PRODUTOR DE EMBUTIDOS E DERIVADOS	1
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	2
	PSCICULTOR	1
	RECEPCIONISTA EM EVENTOS	1
	VENDEDOR	1
TUCURUÍ	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	1
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	2
	ORGANIZADOR DE EVENTOS	1
	CERIMONIALISTA E MESTRE DE CERIMÔNIAS	1
	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	1
	ELETRICISTA INSTALADOR PREDIAL DE BAIXA TENSÃO	1
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1
BREU BRANCO	OPERADOR E BENEFICIAMENTO DE PESCADO	1
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	1
	CERIMONIALISTA E MESTRE DE CERIMÔNIAS	1
	OPERADOR E BENEFICIAMENTO DE PESCADO	1
NOVO REPARTIMENTO	MESTRE DE OBRAS	1
	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	1
	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	1
ITAITUBA	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1
	HORTICULTOR ORGÂNICO	1
	PROGRAMADOR WEB	1
	PRODUTOR DE EMBUTIDOS E DEFUMADOS	1
	REPRESENTANTE COMERCIAL	1
	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	1
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1
ABAETETUBA	VENDEDOR	1
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	2
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	1
	AGRICULTOR FAMILIAR	2
IGARAPÉ MIRIM	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	2
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	1
	ORGANIZADOR DE EVENTOS	1
	TORNEIRO MECÂNICO	1
ACARÁ	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO	1
	AGRICULTOR ORGÂNICO	1
	PRODUTOR DE MANDIOCA	1
MOJU	AGRICULTOR FAMILIAR	1
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO	1
	PISCICULTOR	1
CONCEIÇÃO	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADORES	1
	VENDEDOR;	1
XINGUARÁ	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO AMBIENTAL;	1
	VENDEDOR	1
RONDON		
	AGENTE DE PROJETOS SOCIAIS	1
	AUXILIAR DE CONTABILIDADE	1
	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	1
	MONTADOR E REPARADOR DE COMPUTADOR	1
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDES DE COMPUTADORES	1
	PROGRAMADOR WEB	1
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	1
	ADMINISTRADOR DE BANCO DE DADOS	1
	TORNEIRO MECÂNICO	1
	MECÂNICO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS	1
	ELETRICISTA DE LINHAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO	1
	ELETRICISTA DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERG	1
INDUSTRIAL	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	1

	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1
	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	2
	ELETRICISTA INDUSTRIAL	2
	OPERADOR DE COMPUTADOR	1
	DESENHISTA DA CONSTRUÇÃO CIVIL	1
	AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	2
BELÉM	MONITOR DO USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	2
	OPERADOR DE PRODUÇÃO EM UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS	2
	CUIDADOR DE IDOSO	1
	INGLÊS APLICADO A SERVIÇOS TURÍSTICOS	4
	AGENTE DE INSPEÇÃO DE QUALIDADE	2
	VENDEDOR	2
	CAMAREIRA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM	2
	AUX, GARÇOM	2
	PROGRAMADOR WEB	2
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDE DE TV A CABO E VIA SATÉLITE	3
	INSTALADOR E REPARADOR DE REDE DE TV A CABO	1
	DESENHISTA DE PRODUTOS GRÁFICOS WEB	2
	INSTALADOR E REPARADOR DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO EM TELEFONIA	2
	PROGRAMADOR DE SISTEMAS	2
	CADISTA PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL	2
	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	4
	RECEPCIONISTA DE EVENTOS	2
	TOTAL DE TURMAS	122

QUADRO 78: CURSOS PUBLICADOS EM 2013_FIC

CURSOS FIC
1. Aconselhador em dependência química
2. Administrador de banco de dados
3. Agente comunitário de saúde
4. Agente de combate às endemias
5. Agente de desenvolvimento cooperativista
6. Agente de desenvolvimento socioambiental
7. Agente de gestão de resíduos sólidos
8. Agente de informações turísticas
9. Agente de inspeção de qualidade
10. Agente de limpeza urbana
11. Agente de projetos sociais
12. Agricultor agroflorestal
13. Agricultor familiar
14. Agricultor orgânico
15. Ajudante de obras
16. Almoхарife
17. Apicultor
18. Aplicador de revestimento cerâmico
19. Aquicultor
20. Armador de ferragem
21. Artesão de bijoias
22. Artesão de cerâmica

23. Artesão de pintura em tecido
24. Atendente de lanchonete
25. Atendente de nutrição
26. Auxiliar administrativo
27. Auxiliar de biblioteca
28. Auxiliar de contabilidade
29. Auxiliar de cozinha
30. Auxiliar de fiscalização ambiental
31. Auxiliar de garçom (cumim)
32. Auxiliar de operação de estação de tratamento de águas
33. Auxiliar de recursos humanos
34. Auxiliar de tesouraria
35. Auxiliar em agropecuária
36. Auxiliar técnico em agropecuária
37. Avicultor
38. Balconista de farmácia
39. Bombeiro civil
40. Bovinocultor de leite
41. Cadista para a construção civil
42. Caldeireiro
43. Camareira em meios de hospedagem
44. Carpinteiro de obras
45. Cerimonialista e mestre de cerimônias
46. Condutor ambiental local
47. Condutor cultural local
48. Contador de histórias
49. Copeiro
50. Costureiro
51. Costureiro industrial do vestuário
52. Criador de peixes em tanque rede
53. Criador de peixes em viveiros escavados
54. Cuidador de idoso
55. Cuidador infantil
56. Desenhista da construção civil
57. Desenhista de produtos gráficos web
58. Desenhista mecânico
59. Editor de projeto visual gráfico
60. Eletricista de linhas elétricas de alta e baixa tensão
61. Eletricista de rede de distribuição de energia elétrica
62. Eletricista industrial
63. Eletricista instalador predial de baixa tensão
64. Encanador instalador predial
65. Fruticultor
66. Garçom
67. Horticultor
68. Horticultor de legumes orgânicos

69. Horticultor orgânico
70. Inglês aplicado a serviços turísticos
71. Instalador de rede de tv a cabo e via satélite
72. Instalador e reparador de equipamentos de transmissão em telefonia
73. Instalador e reparador de rede de tv a cabo
74. Instalador e reparador de redes de computadores
75. Introdução à interpretação em língua brasileira de sinais (libras ? Português)
76. Manicure e pedicure
77. Marisqueiro
78. Massagista
79. Mecânico de máquinas industriais
80. Mestre de obras
81. Monitor de recreação
82. Monitor do uso e conservação dos recursos hídricos
83. Montador e reparador de computadores
84. Operador de beneficiamento de pescado
85. Operador de câmera
86. Operador de computador
87. Operador de editoração eletrônica
88. Operador de produção em unidade de tratamento de resíduos
89. Operador de sistemas de irrigação
90. Operador em beneficiamento de frutas e hortaliças
91. Operador em linha de montagem de equipamentos eletroeletrônicos
92. Organizador de eventos
93. Padeiro confeitoiro
94. Pedreiro de alvenaria
95. Pedreiro de revestimentos em argamassa
96. Pescador artesanal de ambiente marinho
97. Pintor de imóveis
98. Piscicultor
99. Preparador de pescado
100. Produtor de derivados do leite
101. Produtor de embutidos e defumados
102. Produtor de mandioca
103. Produtor de produtos apícolas
104. Programador de sistemas
105. Programador web
106. Recepcionista
107. Recepcionista de eventos
108. Recepcionista em meios de hospedagem
109. Regente de banda
110. Representante comercial
111. Torneiro mecânico
112. Vendedor

113.Viveiricultor
114.Viveirista de plantas e flores
CURSOS TÉCNICOS
1. Técnico em informática
2. Técnico em saneamento
3. Técnico em edificações

Fonte: PROEXT/IFPA

■ PROEXT MEC 2013

Foram recebidos na LOA 2013 R\$1.049.500,00 com Meta de execução de 7 projetos, sendo 6 no Campus Castanhal e 1 no Campus Conceição do Araguaia, a saber:

QUADRO 79: Projetos /Campus

PROJETO/CAMPUS	Coordenador
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do IFPA - Campus Conceição do Araguaia / Conceição do Araguaia	José M ^a Cardoso Sacramento
Programa de extensão para o fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura em APLs da região metropolitana de Belém e Nordeste Paraense / Castanhal	Lian Valente Brandão
Transferência de tecnologia por meio de capacitação, assistência técnica e extensão rural para a produção de base ecológica sustentável na Região Nordeste Paraense / Castanhal	Maria Grings Batista
Formação continuada de educadores e educadoras em educação do campo das escolas de comunidades tradicionais da Região Nordeste Paraense / Castanhal	Cícero Paulo Ferreira
Fortalecimento da cadeia produtiva da atividade de quelonicultura no Estado do Pará através da prática integrada do ensino, pesquisa e extensão / Castanhal	Tiago Pereira Brito
Icubadora tecnológica de desenvolvimento e inovação de cooperativas e empreendimentos solidários / Castanhal	Adebaro Alves dos Reis
Programa de extensão tecnológica em aquicultura do IFPA - Campus Castanhal / Campus Castanhal	Marcelo Ferreira Torres

Fatores Relevantes:

- Todos os 7 projetos foram executados e estão com relatórios finalizados e inseridos no Sistema SigProj do MEC, conforme previsto no Edital de seleção dos mesmos. São eles:

Campus Castanhal

- Formação continuada de educadores e educadoras em educação do campo das escolas de comunidades tradicionais da região nordeste paraense.**coordenador:** Cícero Paulo Ferreira.
- Transferência de tecnologia por meio de capacitação, assistência técnica e extensão rural para a produção de base ecológica sustentável na região nordeste paraense.**coordenador:** Maria Grings Batista

3. Programa de extensão tecnológica em aquicultura do instituto federal do pará - campus de castanhal.coordenador: Marcelo Ferreira Torres
4. Programa de extensão para o fortalecimento da cadeia produtiva da piscicultura em apl's da região metropolitana de belém e nordeste paraense.coordenador: Lian Valente Brandão
5. Incubadora tecnológica de desenvolvimento e inovação de cooperativas e empreendimentos solidários – incubitec.coordenador: Adebaro Alves dos Reis
6. Fortalecimento da cadeia produtiva da atividade de quelonicultura no estado do pará através da prática integrada do ensino, pesquisa e extensão.coordenador: Tiago Pereira Brito

Campus Conceição do Araguaia

1. Incubadora Tecnológica do IFPA de Conceição do Araguaia. COORDENADOR: José Maria Cardoso Sacramento
- b. Conforme informação dos Coordenadores desses Projetos, os Objetivos e Metas propostos nos mesmos foram alcançados, havendo algumas com execução parcial haja vista a problemática vivenciada com os recursos destinados à Diárias e Passagens, que são fundamentais na execução dessas ações de extensão. Os recursos não puderam ser utilizados nos projetos em sua totalidade por serem inseridos no Orçamento Institucional, o qual é regido por um teto anual para todo o Instituto nessa rubrica, limitando o montante destinado a cada Campus do IFPA. No caso do Campus Castanhal, a somatória dos recursos do PROEXT MEC nessa Rubrica foi maior que todo o montante do Teto destinado ao Campus, o que culminou na definição de um pequeno percentual apenas para cada projeto, comprometendo assim a execução das Metas dos projetos que eram baseadas nos deslocamentos para outras localidades. O mesmo ocorreu em Conceição do Araguaia, em escala proporcional;
- c. Outro fator relatado pelos coordenadores diz respeito aos setores administrativo-financeiros dos Campi, que segundo eles não tiveram condições de realizar os procedimentos licitatórios em tempo hábil, por motivos que variam desde a falta de tempo; quantitativo de pessoal e conhecimento dos procedimentos, resultando também em devolução dos recursos.

De forma geral, os resultados alcançados e apontados pelas Coordenações foram:

Projetos em Castanhal:

1. Houve melhoria da infra-estrutura, com a Instalação do laboratório de Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento Rural e Gestão de empreendimentos agroalimentares, com aquisição de equipamentos;
2. Houve Integração acadêmica: articulação com o ensino e a pesquisa, aonde os educandos (as) foram estimulados a produzir conhecimento sobre a educação do campo, para integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relativos às atividades técnicas do trabalho e de produção regional. Através do ensino, pesquisa e extensão. Propondo soluções inovadoras para os problemas verificados na prática educativa, através de projetos pedagógicos de apoio. Tendo como base para este processo, a integração do ensino, pesquisa e extensão como principio educativo com implantação de vinte três projetos de pesquisa e extensão nos seguintes municípios: SÃO FRANCISCO DO PARÁ (Comunidade Canaã), SÃO MIGUEL DO GUAMÁ (Comunidade Santa Rita do Barreira), IPIXUNA (Comunidade Canaã), CASTANHAL (Comunidades João Batista II e Bacuri), CONCÓRDIA DO PARÁ (Comunidades Ipanema, São Sebastião e Arapiranga), GARRAFÃO DO NORTE (Comunidade Castanhalzinho), IGARAPÉ MIRI (Comunidade Rio das Flores), MOJU (Comunidades Calmaria II e Território Quilombola) e

ACARÁ (Comunidades Vila Timboteua, Vila Colatina e Assentamento Benedito Alves Bandeira);

3. Houve Integração entre as áreas do conhecimento com as ações do programa planejadas sob os aspectos da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade a partir da integração das seguintes áreas de conhecimento: Ciências Agrárias; Recursos Pesqueiros e Aquicultura; Ciências Humanas; Ciências Naturais e matemática; Linguagens articuladas com as teorias Educação no Campo, envolvendo o planejamento participativo das atividades com participação dos professores, técnicos e discentes dessas diversas áreas do conhecimento e bolsistas do curso de graduação em Agronomia, Tecnólogo em Aquicultura e Licenciatura em Educação do campo, com ações de ensino pesquisa e extensão articuladas a partir dos eixos temáticos e os Círculos Epistemológicos que são os componentes curriculares estruturantes da ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. Os Círculos Epistemológicos foram ancorados na concepção de Círculo Epistemológico e Pedagógico, inspirado nos princípios de Paulo Freire, que entre outros elementos de sua obra, constituiu os Círculos de Cultura como base de sua ação educativa e proposta metodológica. O Círculo Epistemológico, compreendendo-o como uma metodologia de intervenção na relação pedagógica, em instrumento de pesquisa ou de investigação científica;
4. Foram geradas as seguintes **publicações técnico-científicas**

4.1. Três (3) CAPÍTULOS DE LIVRO INTERNACIONAL

1 - TÍTULO: A TRAJETÓRIA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ CAMPUS CASTANHAL: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL AMAZÔNICO. AUTORES: CÍCERO PAULO FERREIRA E ROMIER DA PAIXÃO SOUZA

2 - TÍTULO: O COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA PEQUENA PRODUÇÃO RURAL FAMILIAR NA VÁRZEA DO MUNICÍPIO DE IGUARAPÉ MIRI (PA)

AUTORES: ADEBARO ALVES DOS REIS E ORIANA TRINDADE DE ALMEIDA

3 - TÍTULO: A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO IFPA - CAMPUS CASTANHAL

AUTORES: FRANCISCO EDINALDO FEITOSA ARAÚJO E FERNANDO SARMENTO FAVACHO

4.2. Vinte e um (21) RESUMOS EXPANDIDOS:

1 - TÍTULO: EDUCAÇÃO AGROFLORESTAL: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO IFPA – CASTANHAL

AUTORES: Cleoson Moura dos REIS (1); Hueliton Pereira AZEVEDO (2); Priscila de Sousa Pereira ROLLO (3) Renan da Silva CUNHA (4); Romier da Paixão SOUSA (5)

2 - TÍTULO: SAF COM O COQUEIRO: ALTERNATIVA PARA A RECUPERAÇÃO DE ÁREA ALTERADA NO IFPA-CAMPUS CASTANHAL

AUTORES: Amanda Rayana da Silva SANTOS (1); Thatiane Nepomuceno ALVES (2); Rosana Cardoso RODRIGUES (3)

3 - TÍTULO: PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NO IFPA CAMPUS CASTANHAL

AUTORES: Priscila de Souza Pereira ROLLO (1); Ednara da Costa Sampaio ALVINO (2); Damiana Pina MONTÃO (3); Cleoson Moura do REIS (4); Fernando Sarmento FAVACHO (5)

4 - TÍTULO: CONFLITOS E IDENTIDADE DE REMANESCENTE DE QUILOMBO NA

VILA DO CRAVO EM CONCÓRDIA DO PARÁ. AUTORES: (1) Alex COSTA; (2) Eny TAVARES; (3) Elisiane M. SOARES; (4) Aldrin M. S. BENJAMIN

5 - TÍTULO: FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES(AS) EM EDUCAÇÃO DO CAMPO AUTORES: Brenda R. G. FERREIRA¹; Janaína de S. SOUZA²; Leandra R. P. da SILVA³; Cícero, P. FERREIRA⁴; Roberta de F. COELHO⁵

6 - TÍTULO: A TERRITORIALIDADE DA MULHER RURAL E QUILOMBOLA NO NORDESTE PARAENSE AUTORES: Ângelo CARVALHO⁽¹⁾; Nayane AGUIAR ⁽²⁾; Rosilene SILVA ⁽³⁾

7 - TÍTULO: PRODUÇÃO ORGÂNICA DE HORTALIÇAS AUTORES: Layse Carolina Pereira MENDES ⁽¹⁾; Ernesto da Silva PIRES ⁽²⁾; Cícero Paulo FERREIRA ⁽³⁾; Sávio dos Santos OLIVEIRA ⁽⁴⁾; Antonio Elson Cunha CAVALCANTE ⁽⁵⁾

8 - TÍTULO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO TOMÉ-AÇÚ (APRAFAMTA) AUTORES: Wagner Luiz N. do Nascimento ⁽¹⁾; Miriam L. Rodrigues ⁽²⁾; Luane R. Vieira ⁽³⁾; Acenet A. da Silva ⁽⁴⁾; Adebaro A. dos Reis ⁽⁵⁾

9 - TÍTULO: IMERSÃO NO MEIO RURAL: DIALOGANDO COM OUTROS PROCESSOS FORMATIVOS. AUTORES: Hueliton Pereira AZEVEDO ⁽¹⁾; Cleoson Moura dos REIS ⁽²⁾; Franciara Santos SILVA ⁽³⁾; Marcell NÓVOA COSTA ⁽⁴⁾; Renan da Silva CUNHA ⁽⁵⁾; Romier da Paixão SOUSA ⁽⁶⁾

10 - TÍTULO: SAF'S: UMA ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA COMUNIDADE SANTA LUZIA, TOMÉ AÇÚ PA. AUTORES: Luane Ribeiro VIEIRA ⁽¹⁾; Wagner Luis Nascimento do NASCIMENTO ⁽²⁾; Miriam Lima RODRIGUES ⁽³⁾; Tânia de Sousa LEITE ⁽⁴⁾; Adebaro Alves dos REIS ⁽⁵⁾

11 - TÍTULO: CARACTERIZAÇÃO DE UMA UNIDADE FAMILIAR RURAL NA COMUNIDADE SANTA LUZIA, TOMÉ-AÇU, PARÁ. AUTORES: Acenet ANDRADE ⁽¹⁾; Luane RIBEIRO ⁽²⁾; Miriam Lima RODRIGUES ⁽³⁾; Grings MARIA ⁽⁴⁾; Roberta COELHO ⁽⁵⁾.

12 - TÍTULO: DRP NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA DOS PRODUTORES (AS) RURAIS DE SALINAS - PA AUTORES: Alciene Oliveira FELIZARDO ⁽¹⁾; Alcione Antonia Nascimento de LIMA ⁽²⁾; Zaqueu Rodrigues da POÇA ⁽³⁾; Fabrício Nilo Lima da SILVA ⁽⁴⁾; Adebaro Alves dos REIS ⁽⁵⁾

13 - TÍTULO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DOS FRUTICULTORES DE ABAETETUBA AUTORES: Mayane de Souza BARBOSA ⁽¹⁾; Fabricio Nilo Lima da SILVA ⁽²⁾; Alciene Oliveira FELIZARDO ⁽¹⁾; Luciano Ramos MEDEIROS ⁽²⁾; Adebaro Alves dos REIS ⁽³⁾

14 - TÍTULO: DIÁLOGOS E APRENDIZAGENS: PRONERA E EDUCAÇÃO DO CAMPO AUTOR: Ângelo CARVALHO

15 - TÍTULO: FAZENDO CIÊNCIA COM AS PESSOAS: REFLEXÕES A PARTIR DAS UNIDADES PEDAGÓGICAS DE EXPERIMENTAÇÃO DE APICULTURA EM ABAETETUBA-PA. AUTOR: Marcell NÓVOA COSTA ⁽¹⁾; Hueliton Pereira AZEVEDO ⁽²⁾; Tatiane Calandrino da MATA ⁽³⁾; Romier da Paixão SOUSA ⁽⁴⁾; Arnaldo Pantoja da COSTA ⁽⁵⁾

16 - TÍTULO: SISTEMAS DE PRODUÇÃO E A ABORDAGEM SISTÊMICA: ESTUDO DE UM ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA EM ANAPU – PARÁ. AUTOR: Franciara SILVA ⁽¹⁾, Rodrigo GOMES ⁽²⁾, Romier SOUSA ⁽³⁾

17 - TÍTULO: ABORDAGEM SISTÊMICA E SUSTENTABILIDADE EM UM ASSENTAMENTO DE SANTABÁRBARA/PA. AUTOR: Rodrigo Carvalho GOMES, ⁽²⁾ Franciara Santos SILVA ⁽³⁾, Anna Priscila CARVALHO ⁽⁴⁾, Romier da Paixão SOUSA ⁽⁵⁾

18 - TÍTULO: ESTUDO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS NA COMUNIDADE DE AREIA BRANCA – SANTA IZABEL DO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL.

Autores: Lendra Rose Palheta da SILVA(1); Beatriz Regina da Silva SANTOS(2); Jose Ricardo Ximendes dos REIS(3); Everton Hudson C. dos SANTOS(4); Marzane Pinto de SOUZA(5); Félix Lélis da SILVA(6)

19 - TÍTULO: DINÂMICA DO ARRANJO PRODUTIVO DE HORTALIÇAS NA COMUNIDADE DE AREIA BRANCA – SANTA IZABEL DO PARÁ. AUTOR: Beatriz Regina da Silva SANTOS(2); Leandra Rose Palheta da SILVA(3); José Ricardo Ximendes dos REIS(4); Everton Hudson Castro dos SANTOS(5); Marzane Pinto de SOUZA(6); Félix Lélis da SILVA(7)

20 - TÍTULO: PROCESSAMENTO DE FILÉ DE TAMBQUI, COMO PROPOSTA DE INSERÇÃO NA MERENDA DAS ESCOLAS DE CASTANHAL. AUTOR: Suzane M. FONSECA 1; Janaína de. S. SOUZA 2 ; Arlan de L. PAZ 3; Suezilde da C. A.RIBEIRO4; Félix L. da SILVA5

21 - TÍTULO: GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE IPÊ- AMARELO (*Tabebuia serratifolia* (Vahl) Nicholson) EM DIFERENTES SUBSTRATOS SOB AS MESMAS CONDIÇÕES DE TEMPERATURA E LUMINOSIDADE. AUTOR: Carla da Silva MATOS (1); Nayane Jaqueline Costa MAIA (2); Rozenir Marques dos SANTOS (3); Samires Fernandes PIEDADE (4); Félix Lélis da SILVA(5)

4.3.Vinte e Três (23) Projetos estão em andamento e deverão ser publicados em formato de artigo, em um livro que relatará a experiência da Especialização em Educação do Campo, com os seguintes títulos:

- 1- BOM PRAZER de ler para o BOM FUTURO DO POACÊ, Comunidades do Território Quilombola do município de Moju-PA. Autores: Maria Dayane Silva e Silva, Patricia de Brito Tavares
- 2- A Importancia da Ludicidade para os Pais e Educandos(as) Comunidade Monte Sinai-Calmaria II. Autores: Delma da Cruz Amaral; Celia Maria Braga Rodrigues; Leide Leia Pinheiro Ferreira
- 3- Ensinando com a Horta. Autores: Flávia Cristine Palheta Perdigão; Gisele Almeida Da Silva
- 4- Fruticultura: Um Novo Significado para a alimentação Escolar das Comunidades Arapiranga, Nossa Sra. do Perpétuo Socorro e Santo Antônio. Autores: Flávia Roberta e Joelma Lúcia e Rosicleide
- 5- Gestão: Vozes que expressam a importância da C.F.R 'Pe. Sergio Tometto para território Quilombola de janbuaçu- Moju/PA. Autores: Raimunda Gomes de Moraes; Waldirene dos Santos Castro
- 6- Resgate Histórico da Comunidade De Moju Miri. Autores: Andrea Cardoso E Cardoso
- 7- A Origem da Comunidade Quilombola Santa Rita de Barreira. Autor:Francisco Sales dos Santos
- 8- Apicultura; como uma fonte de renda familiar na comunidade Quilombola de Castanhalzinho. Autores: Alessandro Rocha; Maria Derenice
- 9- Hortaliças na Escola do Campo. Autores: Cristiane Duarte; Fátima Tocantins; Vanessa Mayara Tocantins.
- 10- Minhocário Uma Proposta Pedagógica. Autores: Paula Francinetti Santiago Primo; Marinaldo Pantoja Ferreira Ângela
- 11-Esporte e Lazer na Escola do Campo. Autores: Lins e Alaíde
- 12- A Educação do Campo através implantação de uma horta Escolar do Programa Mais Educação Autores: Alexandre
- 13- Organização Social dos Agricultores da Comunidade São Sebastião. Autora :Ecilene
- 14- Implantação da Produção de Hortaliças Folhosas Produzidas na Escola da Comunidade de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro como Principio Educativo no Município do Acará. Autora: Norma Costa de Santana

- 15- Horta Comunitária: Uma Possibilidade Pedagógica na Construção de Uma Alimentação Mais Saudável. Autores: Eliete Feio Oliveira; Reniério Braga Do Carmo
- 16- Sistema Produtivo Sustentável na Comunidade Jacundaí no Território Quilombola, no Município de Moju, Mandala: Agricultura Familiar. Autores: Assis Martins e Jaciel
- 17- Vinculo teoria e pratica no ensino fundamental: Instalação de uma horta mandala didática e artística na Escola municipal Roberto Remigi, Assentamento João Batista II, Castanhal, Pará. Autores: Lana Fraga e José Antônio Damasceno.
- 18- Educação do amposcola Itinerante e Educação Informal. Autores: Dulcirene Santos; Sebastião de oliveira Lopes. Mauro Andrade
- 19- O resgate das Raízes Culturais na Comunidade Água Preta. Autores: Ana Selma Cruz Amaral, Dayane da Cruz Amaral e Edite Amaral da Silva
- 20- Educação Alimentar a partir da Integração da ARQUINEC, Escola e Comunidade: Horta Escolar. Autores: Ana Paula Silva da Trindade, Daniele Marques Rodrigues e Iris Welen Machado De Holanda.
- 21- A Inclusão do peixe no cardapio alimentar, numa perspectiva de contribui no enriquecimento alimentar dos alunos e também na qualidade de vida dos pescadores locais. Autores: Dinalva dos Santos e Veronico Abreu
- 22- Extrativismo de Barro das olarias na Comunidade de Rio das Flores no Município de Igarapé Miri. Autores: Andréa do Socorro Faria Oliva e Alcinete do Socorro Silva Pantoja
- 23- Extrativismo de Barro das olarias na Comunidade de Rio das Flores no Município de Igarapé Miri. Autores: Elza Maria dos Santos Brito Rossângela Ferreira Farias
5. Houve capacitação da equipe técnica, professores e bolsistas, envolvida nos projetos, nos seguintes eventos:
- Seminário sobre Formação dos formadores em Educação do Campo e Educação Multiseriada;
 - Formação dos bolsistas e professores formadores a para o planejamento e execução das atividades para o período de formação no tempo acadêmico e visitas nas comunidades para os seguintes eixos: Educação do Campo e Agricultura Familiar, Trabalho e Sistemas de Produção no Campo, Organização, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Educação do Campo, Agroecologia e Sustentabilidade na Amazônia;
 - Seminário sobre Sistematização de Experiência e Produção de Artigo Científico;
 - Seminário Internacional Desenvolvimento Rural e Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária;
 - Semana de Integração em Ciência, Arte e Tecnologia (SICAT- 2013) e I Feira de Saberes e Sabores da Amazônia.

Projeto em Conceição do Araguaia:

1. Metas atingidas:

- 1.1. Desenvolveu o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários através de transferência de tecnologia por meio de atividades de formação, capacitação, assessoria e acompanhamento técnico, no âmbito da organização social, gestão, produção e comercialização;
- 1.2. Capacitou em economia solidária, tecnologias sociais e áreas afins os membros dos EES para o desenvolvimento e a inovação tecnológica de produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis nos EES;
- 1.3. Produziu e disseminou materiais pedagógicos e informativos sobre economia solidária e áreas afins;

- 1.4. Promoveu a articulação de políticas públicas de fomento à economia solidária e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional por meio da incubação de empreendimentos econômicos solidários;
- 1.5. Criou um ambiente favorável ao desenvolvimento da prática acadêmica e profissional por meio da integração da extensão com o ensino e a pesquisa;
2. Resultados alcançados:
 - 2.1. O projeto permitiu a aproximação de professores e estudantes da área de turismo, ciências agrárias, Ciências sociais e Ciências agrárias assim como a integração de estudantes dos dois cursos superiores do Campus (Agronomia e Gestão Ambiental), através dos projetos executados pelo programa. Além disso, permitiu com que as experiências dos estudantes passassem ser um elemento que provoca a problematização de conteúdos de diversas disciplinas, integrando assim a experiência com o ensino. Para os professores, os resultados serviram de referências para suas aulas. Também, em todas as etapas do programa, buscou-se momentos a articulação de ações disciplinares que visassem atingir suas metas. Dessa forma, a interdisciplinaridade foi observada nas ações que integraram principalmente conhecimentos das áreas ambientais, com conhecimentos da área econômica, agrária, agrícola e social, o que muitos aspectos resultou novas reflexões, novos conhecimentos e novas práticas por parte da equipe do projeto;
 - 2.2. Apesar de este ter sido o primeiro ano do programa, foi possível desenvolver ações de diagnósticos entre diferentes grupos de agricultores familiares, apoiar cooperativa de agricultores familiares, movimento de mulheres e capacitar estudante e agricultores. Isso tudo, em longo prazo, pode contribuir com a promoção do desenvolvimento social e econômico numa perspectiva solidária.

CAMPUS BREVES

Destaca a sua atuação na oferta de cursos , conforme descrito nos quadros a baixo:

QUADRO 80– INDICADOR POR MODALIDADE DE OFERTA: RELAÇÃO NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS / VAGAS OFERTADAS

Observações: ✓ OBJETIVO: Identificar a relação candidato/vaga. ✓ Fórmula de Cálculo: Número de candidatos inscritos por vagas = $\frac{\text{Número de Inscrições}}{\text{Vagas ofertadas}}$													
Programa	Tipo	2010			2011			2012			2013		
		INSC	V	I	INSC	V	I	INSC	V	I	INSC	V	I
PRONATEC	FIC				262	210	1,24	184	105	1,75	950	475	2,0
MULHERES MIL	FIC				300	100	3				31	30	1,0
DESENVOLVIMENTO DA EPT	TÉCNICO SUBSEQUENTE				1012	472	2,1				543	210	2,59
QUALIDADE NA ESCOLA-PARFOR	LICENCIATURA	300	47	6,38	930	240	3,87						

Fonte: SCA, SISTEC, Secretaria Acadêmica/ Campus Breves/IFPA Legenda: INSC- Número de Inscritos; V- número de vagas; I- Índice.

QUADRO 81– RELAÇÃO DO NÚMERO DE INGRESSANTE / ALUNOS MATRICULADOS

Observações:

✓ **OBJETIVO:** Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos.

✓ **DEFINIÇÕES:**

a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas).

b) Ingressos: número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Fórmula de Cálculo:

Relação de Ingressos por Alunos = $\frac{\text{Número de ingressantes}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$

Programa	Tipo	2010			2011			2012			2013		
		ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I
PRONATEC	FIC				213	213	100	105	105	100	464	464	100,0
MULHERES MIL	FIC				98	98	100				31	29	100,0
DESENVOLVIMENTO DA EPT	TÉCNICO SUBSEQUENTE				502	503	99,8	0	334	0,0	201	511	39,33
QUALIDADE NA ESCOLA-PARFOR	LICENCIATURA	47	47	100	240	282	85,11	0	246	0,0			

Fonte: SCA, SISTEC, Secretaria Acadêmico/ Campus Breves/IFPA Legenda: ING: nº de ingressantes; M: nº de alunos matriculados; I: índice.

QUADRO 82– INDICADOR POR MODALIDADE DE OFERTA: RELAÇÃO DE NÚMERO DE CONCLUINTES / ALUNOS MATRICULADOS

Observações:

OBJETIVO: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de aluno

Fórmula de Cálculo:

Relação de Concluintes/Aluno= $\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$

Programa	Tipo	2010			2011			2012			2013		
		C	M	I	C	M	I	C	M	I	C	M	I
PRONATEC	FIC				0	213	0,0	192	105	182,8	73	464	15,73
MULHERES MIL	FIC				0	98	0,0				0	29	0
DESENVOLVIMENTO DA EPT	TÉCNICO SUBSEQUENTE				0	503	0,0	102	334	30,5	81	511	15,85
QUALIDADE NA ESCOLA-PARFOR	LICENCIATURA	0	47	0,0	0	282	0,0	0	246	0,0	0	0	0

Fonte: SCA, SISTEC, Secretaria Acadêmico/ Campus Breves/IFPA

Legenda: C- Concluintes; MAT- Matriculados; I- Índice.

QUADRO 83 – INDICADORPOR MODALIDADE DE OFERTA: ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA

Observações:

OBJETIVO: Quantificar a eficiência da Instituição.

Fórmula:

Índice de Eficiência Acadêmica = $\frac{\sum \text{Números de concluintes}}{\sum \text{Números de Ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$

Programa	Tipo	2010			2011			2012			2013		
		C	ING	I	C	ING	I	C	ING	I	C	ING	I
PRONATEC	FIC				192	213	90,14	0	0	0,0	0	0	0
MULHERES MIL	FIC				0	98	0,0	0	0	0,0	0	0	0
DESENVOLVIMENTO DA EPT	TÉCNICO SUBSEQUENTE				102	502	20,3	104	208	50,0	81	121	66,94
QUALIDADE NA ESCOLA-PARFOR	LICENCIATURA	0	47	0,0	0	240	0,0	0	0	0,0	0	0	0

Fonte: SCA, SISTEC, Secretaria Acadêmico/ Campus Breves/IFPA

Legenda: C: nº de concluintes; ING: nº de ingressos por período; I: índice

QUADRO 84- INDICADORPOR MODALIDADE DE OFERTA: ÍNDICE DE RETENÇÃO DE FLUXO ESCOLAR

Observações:

✓ OBJETIVO: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

Fórmula:

Índice= $\frac{\text{Nº de alunos retidos (reprovação+trancamento)}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$

Alunos matriculados

Programa	Tipo	2010			2011			2012			2013		
		R	M	I	R	M	I	R	M	I	R	M	I
PRONATEC	FIC				12	213	5,63	0	105	0,00	100	464	21,55
MULHERES MIL	FIC				0	98	0,0				0	29	0
DESENVOLVIMENTO DA EPT	TÉCNICO SUBSEQUENTE				202	503	40,16	24	334	7,19	145	511	28,38
QUALIDADE NA ESCOLA-PARFOR	LICENCIATURA	2	47	4,26	36	282	12,77	2	246	0,81			

Fonte: SCA, SISTEC, Secretaria Acadêmico/ Campus Breves/IFPA

Legenda: R - Nº de alunos Retidos; M - Nº de alunos Matriculados; I- Índice.

QUADRO 85- INDICADORPOR MODALIDADE DE OFERTA: RELAÇÃO ALUNOS MATRICULADOS / DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

Observações:

✓ OBJETIVO: Quantificar o Número de Alunos por Docente em Tempo Integral.

Fórmula:

Relação Alunos / Docentes em Tempo Integral = $\frac{\text{Número de alunos matriculados}}{\text{Número de Docentes em tempo integral}}$

Programa	Tipo	2010			2011			2012			2013		
		M	DTI	RAD	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD
PRONATEC	FIC				213	25	8,52	105	8	13,1			
MULHERES MIL	FIC				98	8	12,25						
DESENVOLVIMENTO DA EPT	TÉCNICO SUBSEQUENTE				503	30	16,77	334	19	17,58			
QUALIDADE NA ESCOLA-PARFOR	LICENCIATURA	47	6	7,83	282	84,5	3,34	246	38,5	6,39			

Fonte: SCA, SISTEC, Secretaria Acadêmico/ Campus Breves/IFPA

Legenda: M - Número de Alunos Matriculados;DTI - Número de Docente em tempo integral; RAD - Relação de Aluno por Docente em Tempo Integral.

**PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013– CONTEÚDO
ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE
UNIDADES AFINS.**

13. PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

13.1 Indicadores de Gestão das IFET nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

a) Acórdão 2.267/2005 SETEC-TCU, formado pelos Indicadores: Acadêmico, Administrativo, Socioeconômico e Gestão de Pessoa.

INDICADORES INSTITUCIONAIS – Acadêmicos

QUADRO 86 - INDICADOR: RELAÇÃO NÚMERO DE CANDIDATOS INSCRITOS / VAGAS OFERTADAS - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações: ✓ OBJETIVO: Identificar a relação candidato/vaga. ✓ DEFINIÇÕES: a) Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos; b) Vagas ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso. c) Em caso de resultado fracionado, deve-se considerar duas ordens decimais.										Fórmula de Cálculo: Número de candidatos inscritos por vagas = Número de Inscrições Vagas ofertadas					
CAMPUS/IFPA	2009			2010			2011			2012			2013		
	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I	INSC	VAGAS	I
Abaetetuba	955	100	9,55	546	140	3,90	1648	480	3,43	2350	290	8,10	221	227	0,97
Altamira	974	270	3,61	1339	550	2,43	1240	710	1,75	1681	280	6,00	197	30	6,57
Belém	0	0		0	0		0	0		0	0		115	100	1,15
Bragança	0	0		1100	440	2,50	564	200	2,82	1313	40	32,83	0	0	0,00
Breves	0	0		0	0		1361	572	2,38	0	0		543	210	2,59
Castanhal	0	0		2845	887	3,21	2898	795	3,65	6952	470	14,79	7637	680	11,23
Conceição do Araguaia	0	0		146	40	3,65	100	100	1,00	1230	560	2,20	2781	211	13,18
Itaituba	0	0		0	0		770	940	0,82	133	120	1,11	125	125	1,00
Marabá Industrial	0	0		0	0		0	0		0	0		0	0	0,00
Marabá Rural	0	0		0	0		121	121	1,00	0	40		28	30	0,93
Santarém	0	0		47	90	0,52	67	80	0,84	323	400	0,81	100	100	1,00
Tucuruí	597	100	5,97	2049	806	2,54	5600	520	10,77	6079	354	17,17	5046	280	18,02
Geral IFPA	2526	470	5,37	8072	2953	2,73	14369	4518	3,18	20061	2554	7,85	16793	1993	8,43

Fonte: SISTEC

Legenda: INSC- Número de Inscritos; I- Índice.

Análise Crítica

Os dados, ora apresentados, foram extraídos do sistema SISTEC pela SETEC/MEC. O número de vagas ofertadas demonstradas no quadro acima se refere a todas as modalidades de ensino ofertadas no IFPA, exceto as vagas referentes aos cursos FIC fomentados pelo programa Bolsa Formação - PRONATEC. Os indicadores poderiam ser desagregados por área, curso ou modalidade de ensino, o que permitiria o acompanhamento das metas previstas na Lei 11.892/2008 e no PDI do IFPA, que prevê o crescimento da oferta de vagas ao longo dos anos em 50% para o ensino técnico de nível médio e 20% para os cursos de Licenciaturas. Entretanto esses indicadores apontam para adoção de ações que possibilitem o atingimento das metas previstas na Lei 11.892/2008.

Analisando-se o quadro acima no o biênio 2012-2013, observa-se que a procura pelos cursos ofertados no IFPA decresceu 16,29%, já que em 2012 o número de inscrito foi de 20.061 contra 16.793, em 2013. Da mesma forma, teve-se um decréscimo de cerca de 21,96% no número de vagas. Podemos destacar um aspecto importante para esse decréscimo que foi a redução de oferta de vagas em 2013 no Campus Belém que não ofertou vagas em cursos técnicos subsequente no primeiro período do ano, e o campus participa com cerca de 60% da demanda de inscritos nos processo seletivos do instituto.

Percebe-se no quadro que há uma evolução do indicador de 2013 comparado aos anos anteriores. Entretanto, o indicador de 8,43 não reflete precisamente esta evolução, por conta de falta de informações de alguns câmpus na data limite do registro dos dados a serem considerados na construção do indicador no sistema SISTEC. Quando tomamos especificamente o processo seletivo SISU 2013, o quantitativo de inscrito foi de 60.615 e o quantitativo de vagas foi de 800, logo, aplicando-se a fórmula do indicador, tem-se a taxa de 75,76 inscritos por vagas, dados estes não inseridos no sistema SISTEC, como nos campus Bragança e Industrial Marabá.

Atribui-se essa divergência de informações a erro de registro por parte dos câmpus do IFPA no sistema SISTEC, isto é, os quantitativos de inscritos nos processos seletivos realizados pelos câmpus não foram devidamente registrados no referido sistema. A gestão do IFPA tem feito esforços constantes para a atualização do SISTEC a fim de se ter indicadores fidedignos à realidade do IFPA. Nesse sentido e considerando a necessidade de indicadores precisos para tomada de decisão, foram encaminhadas orientações a todos os câmpus sobre os procedimentos de atualização do SISTEC, com ações específicas de monitoramento da alimentação do referido sistema. Espera-se com isso minimizar fragilidades dessa natureza e que no próximo relatório de gestão os dados possam refletir a realidade do IFPA.

QUADRO 87 - INDICADOR: RELAÇÃO DE NÚMERO DE INGRESSOS / ALUNOS MATRICULADOS - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações: ✓ OBJETIVO: Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos. ✓ DEFINIÇÕES: c) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). d) Ingressos: número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.										Fórmula de Cálculo: Relação de Ingressos por Alunos = $\frac{\text{Número de ingressantes} \times 100}{\text{Alunos matriculados}}$					
CAMPUS/IFPA	2009			2010			2011			2012			2013		
	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I	ING	M	I
Abaetetuba	0	2		1523	1525	99,9	503	2028	24,8	297	2205	13,5	221	1712	12,91
Altamira	157	157	100,0	532	689	77,2	681	1361	50,0	273	1313	20,8	30	779	3,85
Belém	3937	6894	57,1	3213	10107	31,8	1740	11847	14,7	42	11458	0,4	99	9938	1,00
Bragança	0	0		487	487	100,0	144	631	22,8	0	631		26	461	5,64
Breves	0	0		0	0		645	645	100,0	3	648	0,5	201	511	39,33
Castanhal	352	364	96,7	964	1315	73,3	729	1947	37,4	463	1899	24,4	666	2095	31,79
Conceição do Araguaia	2	49	4,1	731	780	93,7	366	1146	31,9	639	1785	35,8	267	1261	21,17
Itaituba	0	0		263	263	100,0	845	1108	76,3	133	1241	10,7	106	939	11,29
Marabá Industrial	0	277		491	768	63,9	0	768		0	768		0	629	0,00
Marabá Rural	85	85	100,0	132	217	60,8	351	568	61,8	54	622	8,7	11	431	2,55
Santarém	1	1	100,0	906	907	99,9	67	974	6,9	399	1373	29,1	100	1181	8,47
Tucuruí	291	528	55,1	724	1252	57,8	536	1760	30,5	405	1923	21,1	316	1583	19,96
Geral IFPA	4825	8357	57,7	9966	1831	54,4	6607	24783	26,7	2708	25866	10,5	2043	21520	9,49

Fonte: SISTEC

Legenda: ING: número de ingressantes; M: número de alunos matriculados; I: índice

Análise Crítica

Os dados, ora apresentados, foram extraídos do sistema SISTEC. Para análise da relação do número de ingressantes pelo número de alunos matriculados é preciso considerar que os números apresentados no quadro acima não estão de acordo com o que efetivamente o IFPA apresenta em seus registros acadêmicos. As inconsistências comparadas entre os dois sistemas devem-se, especialmente, a falta de alimentação dos dados no SISTEC, em especial pelos Câmpus Belém e Bragança, e da inexistência da oferta de novas vagas em processo seletivo no ano de 2013, pelos Câmpus, Marabá Industrial e Rural de Marabá.

Desse modo, a quase inexistência do registro de ingressantes em 2013 nos campi Belém e Bragança deve-se à falta de alimentação dos dados no prazo estipulado pelo sistema SISTEC, cujas ocorrências e movimentações de alunos devem ser registradas mensalmente. O registro atualizado do número de ingressantes, em 2013, nesses campi, no sistema de registro acadêmico do IFPA, foi de 1.614 alunos, em Belém, e 394 alunos, em Bragança.

Tem-se registrado no sistema de registro acadêmicos do IFPA, em 2013, 3.612 alunos ingressantes. Observa-se que o número de ingressantes é quase o dobro dos registrados no sistema SISTEC, no ano de 2013, o que caracteriza o não lançamento neste sistema por parte de alguns campi, em especial pelo Campus Belém que somente alimentou 99 ingressantes de um total de 1.614 alunos.

Com a fragilidade na alimentação, o indicador de 2013 apresenta uma ligeira queda em comparação ao ano anterior, declinando de 10,5, em 2012, para 9,49, em 2013, redução de um ponto percentual. Redução esta que reflete se no número de ingressantes na instituição em 2013 em função de decisões tomadas pela gestão para ajuste e atualizações nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados; para reordenação e reorganização dos espaços de infraestrutura, como no Campus Altamira, o que refletiu diretamente na oferta de vagas de alguns cursos e em alguns campus, como nos Campi Rural de Marabá e Industrial de Marabá.

Em relação ao atendimento do que preceitua o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e considerando o indicador, objeto dessa análise, destaca-se o atendimento parcial da meta estabelecida que visa direcionar, no mínimo, 50% das vagas e matrículas para o ensino técnico de nível médio, preferencialmente, integrado. Em 2013, 3.612 alunos ingressantes somente 635 ingressaram em cursos integrados ao ensino médio, conforme sistema de registro acadêmico do IFPA, o que representa 17,58% dos ingressantes, o que aponta para novas tomadas de decisão para cumprimento dos planos institucionais.

QUADRO 88 - INDICADOR: RELAÇÃO DE NÚMERO DE CONCLUINTES / ALUNOS MATRICULADOS - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:										Fórmula de Cálculo:					
✓ OBJETIVO: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos. ✓ DEFINIÇÕES: a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. b) Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.										Relação de Concluintes/Aluno = $\frac{\text{Número de concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$					
CAMPUS/IFPA	2009			2010			2011			2012			2013		
	C	M	I	C	M	I	C	M	I	C	M	I	C	M	I
Abaetetuba	0	2		0	1525		112	2028	5,5	854	2205	38,7	436	1712	30,20
Altamira	0	157		0	689		268	1361	19,7	344	1313	26,2	81	779	15,92
Belém	0	6894		0	10107		414	11847	3,5	2061	11458	18,0	0	9938	0,00
Bragança	0	0		0	487		0	631		120	631	19,0	0	461	0,00
Breves				0	0		0	645		104	648	16,0	81	511	15,85
Castanhal	0	364		30	1315	2,3	362	1947	18,6	208	1899	11,0	422	2095	20,81
Conceição do Araguaia	0	49		0	780		0	1146		403	1785	22,6	0	1261	2,22
Itaituba				0	263		0	1108		58	1241	4,7	0	939	0,00
Marabá Industrial	0	277		0	768		0	768		154	768	20,1	0	629	0,00
Marabá Rural	0	85		0	217		0	568		41	622	6,6	44	431	30,16
Santarém	0	1		0	907		0	974		136	1373	9,9	72	1181	8,30
Tucuruí	0	528		0	1252		154	1760	8,8	276	1923	14,4	119	1583	11,94
Geral IFPA	0	8357		30	18310	0,2	1310	24783	5,3	4759	25866	18,4	1255	21520	7,45

Fonte: SISTEC

Legenda: C- Concluintes; MAT- Matriculados; I- Índice.

Análise Crítica

Os dados apresentados no quadro acima forma foram extraídos do sistema SISTEC e enviados pela SETEC/MEC. Observa-se que em 2009 não há índice para a relação de alunos concluintes por matriculados. No ano de 2010 este índice era de 0,2, e sobe para 5,3 no ano seguinte. Em 2012 o índice chegou a 18,4, representando um crescimento de mais de vertiginoso, que não se manteve em 2013, cuja taxa ficou em 7,45. É importante frisar que o índice de 2012 é fruto de esforços demandados pela Gestão para alimentação e atualização do sistema SISTEC, o que refletiu em um crescimento vertiginoso em comparação ao exercício 2011, mas que decaiu em 2013, demonstrando as intervenções promovidas pela Gestão na alimentação do sistema.

Nesse sentido, a Gestão realizou em 2012 e início de 2013 várias ações em todos os câmpus para atualização dos dados nos sistemas SISTEC, como: a) realização de capacitação para dois servidores por câmpus responsáveis pela alimentação do sistema; b) inclusão do assunto em pautas de reuniões sistemáticas com os dirigentes (Colégio de Dirigentes – CODIR); c) acompanhamento e assessoria às ações realizadas nos câmpus pela equipe multisetorial das Pró-Reitorias de Ensino e de Desenvolvimento Institucional/Pesquisadora Institucional.

Com essas ações deflagradas percebeu-se que houve um aumento significativo do índice de alunos concluídos por matriculados no ano de 2012, elevando a taxa para 18,4, permitindo-se visualizar um resultado mais próximo da realidade no IFPA. Entretanto, a queda na taxa em 2013, demonstra que a alimentação do sistema pelos campi foi fragilizada novamente.

As fragilidades encontradas na alimentação do sistema SISTEC e do sistema de registro acadêmico do IFPA dificultou a construção de uma análise mais aprofundada, o que, de certa forma, alerta a Gestão para novas tomadas de decisão que priorizasse uma atuação mais sistêmica de atualização de dados.

Na analisar os dados da relação do número de alunos matriculados com concluintes, percebe-se que há um número reduzido de concluintes nos ciclos finalizados em 2013, porém, em consulta ao sistema SISTEC observou-se que muitos alunos que permanecem em curso dentro de seus ciclos, já deixaram frequentar seus cursos, o que faz eleva o número de matriculados e a redução da taxa de concluintes. A atualização de status desses alunos no sistema SISTEC para outro correspondente permitiria a leitura do indicador com mais precisão, visto que a evasão por parte dos alunos, em muitos casos, é fator que independe das ações institucionais.

Da mesma forma, o sistema de registro acadêmico interno também necessita de ajustes técnicos de atualizações periódicas. A Gestão vem ampliando as suas ações na implantação do sistema integrado SIG. A PROEN juntamente com a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTIC, vem trabalhando na implantação do módulo de registro acadêmico do sistema SIGAA, com expectativa de entrar em funcionamento em 2014.

É importante, também, destacar que outras variáveis podem interferir na quantificação de alunos concluintes. Entretanto, é imprescindível que a Gestão adote ações que visem fortalecer políticas de permanência dos estudantes, principalmente os alunos dos cursos noturnos que exercem atividades profissionais durante o dia, e os provindos de famílias de baixa renda per capita. É Por meio de ações de assistência estudantil que se torna possível a manutenção em níveis elevados das taxa do indicador, com o desafio de incentivar a permanência do aluno durante todo o curso até a sua conclusão.

QUADRO 89 - INDICADOR: ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ACADÊMICA - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:

✓ **OBJETIVO:** Quantificar a eficiência da Instituição.

✓ **DEFINIÇÕES: (SISTEC)**

a) Concluídos e Integralizados Fase Escolar: todos os alunos com status CONCLUÍDO ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR que tiveram sua alteração para um destes status entre 26/01/2012 e 25/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que mudaram para os status de CONCLUÍDOS ou INTEGRALIZADO EM FASE ESCOLAR dentro do período de interesse do indicador.

b) Matriculados Finalizados 2013: todos os alunos que possuem status diferente de EM CURSO e que tiveram sua última alteração de status depois de 25/01/2013 e que foram matriculados no SISTEC antes de 01/01/2013. Essa fórmula nos leva aos alunos que de algum modo foram finalizados em 2013 (com ou sem sucesso), porém, que estiveram matriculados durante o exercício de 2012.

Fórmula:

$$\text{Índice de Eficiência Acadêmica} = \frac{\sum \text{Números de concluídos e integralizados fase escolar}}{\sum \text{Números de Matriculados finalizados}} \times 100$$

CAMPUS/IFPA	2009			2010			2011			2012			2013		
	CI	MF	I	CI	MF	I	CI	MF	I	CI	MF	I	CI	MF	I
Abaetetuba	0	0		0	0		112	120	93,3	854	1166	73,2	517	664	77,86
Altamira	0	0		0	9		268	321	83,5	344	557	61,8	124	324	38,27
Belém	0	0		0	0		414	431	96,1	2061	3851	53,5	0	0	0,00
Bragança	0	0		0	0		0	0		120	163	73,6	0	2	0,00
Breves	0	0		0	0		0	0		104	208	50,0	81	121	66,94
Castanhal	0	13		30	97	30,9	362	511	70,8	208	416	50,0	436	657	66,36
Conceição do Araguaia	0	0		0	0		0	0		403	679	59,4	28	186	15,05
Itaituba	0	0		0	0		0	0		58	436	13,3	0	125	0,00
Marabá Industrial	0	0		0	0		0	0		154	344	44,8	0	1	0,00
Marabá Rural	0	0		0	0		0	0		41	54	75,9	130	131	99,24
Santarém	0	0		0	0		0	0		136	299	45,5	98	234	41,88
Tucuruí	0	0		0	28		154	246	62,6	276	754	36,6	189	435	43,45
Geral IFPA	0	13		30	134	22,4	1310	1629	80,4	4759	8927	53,3	1603	2880	55,66

Fonte: SISTEC

Legenda: CI: número de concluídos e Integralizados fase escolar; MF: número de matriculados finalizados; I: índice

Análise Crítica

Os dados de 2009 a 2012 foram extraídos do sistema SISTEC e fornecidos pela SETEC/MEC. Percebe-se um crescimento vertiginoso no quantitativo de matrículas finalizadas no biênio 2011/12, passando em 1.629 para 8.927, e uma redução brusca no biênio 2012/13. Enquanto em 2012 houve um aumento de 548% de matrículas finalizadas em relação a 2011, em 2013 foram finalizadas apenas 2.880 matrículas, menos de 1/3 do quantitativo de matrículas finalizadas no ano anterior. Em contra partida, o indicador demonstra um leve aumento no índice de 2013 em comparação a 2012, passando de 53,3% para 55,66%.

O comparativo entre fontes de dados distintas indica que será necessário rever o fluxo de alimentação dos dados no sistema SISTEC, uma vez que dados de exercícios anteriores foram alimentados e atualizados em 2013, bem como dados de 2013 ainda estão sendo alimentados em 2014, o que coloca em situação de fragilidade a análise da eficiência acadêmica do IFPA. Faz-se necessário desenvolver ações austeras junto aos gestores dos câmpus a fim de ser dada a devida importância à alimentação do sistema SISTEC e de atualizações do sistema de registro acadêmico interno; estabelecer no Plano de Trabalho Anual, ações periódicas e sistematizadas de alimentação dos referidos sistemas, bem como prever cursos de capacitação aos gestores acadêmicos para o gerenciamento das informações, assim como outras medidas necessárias para redução dessa problemática.

O ajustamento do calendário acadêmico institucional dentro do ano civil deve ser uma meta a ser perseguida, pois em função de greve dos servidores alguns campi ainda estão com seus calendários desajustados, como, por exemplo, o Campus Belém, que responde por boa parte das informações institucional, e que neste indicador aparece com índice zero.

Entretanto, a fragilidade na alimentação do sistema SISTEC não é expansiva a todos os campi do IFPA. Observa-se no quadro indicadores mais precisos nos Campi Abaetetuba (77,86), Breves (66,94), Castanhal (66,36) e Rural de Marabá (99,24).

O expansionismo da Rede Federal de Educação por meio de um processo célere, a fim de atender a demanda nacional e regional de formação e qualificação de profissionais técnicos, tem influenciado na abertura de novas unidades (campus). Em algumas a pressão da sociedade civil organizada, tem levado alguns campi a iniciarem suas atividades sem a conclusão da infraestrutura necessária a bom funcionamento dos cursos. Este é o caso do Câmpus de Breves que apesar de já estar funcionando encontra-se em instalações provisórias, e a conclusão das obras do campi estão atrasadas.

Neste sentido, alguns câmpus refletem problemas que esbarram no desenvolvimento dos cursos pela dificuldade de infraestrutura. Outra dificuldade enfrentada foi a de conciliar o andamento dos cursos com momentos de greve, ocorrida em toda Rede Federal de Ensino nos últimos anos, em especial a de 2012, interferindo assim na eficiência da instituição, apesar das ações implementadas pela gestão no sentido de neutralizar tais interferências, como reprogramação do calendário acadêmico, reposição de aulas, etc.

QUADRO 90 - INDICADOR: ÍNDICE DE RETENÇÃO DE FLUXO ESCOLAR - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações:									Fórmula:						
✓ OBJETIVO: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos. ✓ DEFINIÇÕES: a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. b) Retenção Escolar refere-se à sub-divisão: reprovação e trancamento.									Índice = $\frac{\text{Nº de alunos retidos (reprovação+trancamento)}}{\text{Número total de alunos matriculados}} \times 100$						
CAMPUS/IFPA	2009			2010			2011			2012			2013		
	R	M	I	R	M	I	R	M	I	R	M	I	R	M	I
Abaetetuba	0	2		0	1525		195	2028	9,6	929	2205	42,1	554	1712	32,36
Altamira	0	157		0	689		343	1361	25,2	741	1313	56,4	575	779	73,81
Belém	0	6894		1509	10107	14,9	3007	11847	25,4	8654	11458	75,5	6912	9938	69,55
Bragança	0	0		0	487		104	631	16,5	336	631	53,2	309	461	67,03
Breves	0	0		0	0		0	645		601	648	92,7	145	511	28,38
Castanhal	0	364		2	1315	0,2	433	1947	22,2	723	1899	38,1	870	2095	41,53
Conceição do Araguaia	0	49		13	780	1,7	13	1146	1,1	593	1785	33,2	110	1261	8,72
Itaituba	0	0		0	263		55	1108	5,0	250	1241	20,1	345	939	36,74
Marabá Industrial	0	277		44	768	5,7	44	768	5,7	737	768	96,0	423	629	67,25
Marabá Rural	0	85		13	217	6,0	48	568	8,5	266	622	42,8	293	431	67,98
Santarém	0	1		0	907		18	974	1,8	387	1373	28,2	487	1181	41,24
Tucuruí	0	528		34	1252	2,7	262	1760	14,9	744	1923	38,7	746	1583	47,13
Geral IFPA	0	8357		1615	18310	8,8	4522	24783	18,2	14961	25866	57,8	11769	21520	54,69

Fonte: SISTEC

Legenda: R - Número de alunos Retidos; M - Número de alunos Matriculados; I- Índice.

Análise Crítica

Os dados do indicador foram extraídos do sistema SISTEC e fornecidos pela SETEC/MEC. O indicador permite identificar que o índice de retenção de fluxo escolar, que até então, vinha em crescimento contínuo a partir de 2010, teve um ligeiro recuo em 2013, passando de 57,8% em 2012 para os atuais 54,69%. Esta situação deve-se ao fato de que nos anos de 2011 e 2012 ocorreram-se greves de servidores, provando um atraso na finalização dos períodos letivos, e consequentemente, dos ciclos de matrículas abertos no sistema SISTEC, nesses anos, o que impossibilitou a inserção/atualização dos dados no sistema dentro do prazo devido, já que fechamento do sistema não coincidiu com a finalização das turmas no semestre, segundo o calendário acadêmico ajustado.

Nesta análise há de se destacar o Campus Belém, cujo indicador é 67,93%, o que representa uma relação de cada 3 alunos dois ficam retidos. Entretanto, há de se esclarecer que o indicador de retenção diz respeito a alunos que não concluíram ou integralizaram seus cursos dentro do prazo previsto, mas que ainda encontram-se estudando. Nesse cenário a grave é a principal causa do elevado índice de retenção, porém, outros fatores também contribuem, com a necessidade de ingressar no mercado de trabalho antes do término do curso.

Destacamos também, o Campus Altamira que apresenta o maior indicador de 73,81% entre os campi do IFPA. O campus passa por momento de transformação em seu quadro de pessoa, reestruturação física e lógica, bem como em seu papel social junto a sociedade local, além de intervenções pontuais, como a dominialidade da propriedade. Situações estas que estão sendo tratadas pela Gestão como prioridade.

Identifica-se, também, que em função de greve de servidores o calendário acadêmico institucional é ajustado, porém não se consegue ajustar as informações referentes aos ciclos de matrículas no sistema SISTEC, o faz com que o aluno fique retido mesmo o período letivo institucional não ter encerrado.

Associado a isso, encontra-se uma alimentação inadequada do sistema SISTEC, visto que alguns campi não fazem seus registros no prazo devido, permanecendo com o aluno em curso no sistema por tempo superior à sua integralização, ou mesmo, não informando sua evasão.

Diante desta situação, o IFPA, por meio das Pró-Reitorias de Desenvolvimento Institucional e de Ensino, vem trabalhando no sentido de amenizar ou mesmo solucionar as fragilidades existentes entre os dois sistemas de controle o mais breve possível. Para tanto, tem-se trabalhado para resolver pendências relacionadas aos cursos ofertados por este IFPA, promovendo-se cursos de capacitação e orientações a servidores dos campi e, consequentemente e ao mesmo tempo, sanar as fragilidades na alimentação dos dados no sistema SISTEC.

Outra ação planejada pela Gestão, em especial da Pró-Reitoria de Ensino, para fazer declinar o índice deste indicador, é o desenvolvimento da regulação dos cursos técnicos. A construção, consolidação e aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, com vista à expedição dos atos internos autorizativos dos mesmos, possibilitará a inserção de dados no sistema SISTEC imediatamente após a aprovação dos cursos.

QUADRO 91 - INDICADOR: RELAÇÃO ALUNOS MATRICULADOS / DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU

Observações: ✓ OBJETIVO: Quantificar o Número de Alunos por Docente em Tempo Integral. ✓ DEFINIÇÕES: a) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. b) O Docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).										Fórmula: Relação Alunos / Docentes em Tempo Integral = <u>Número de alunos matriculados</u> Número de Docentes em tempo integral					
CAMPUS/IFPA	2009			2010			2011			2012			2013		
	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD	M	DTI	RAD
Abaetetuba	2			1525			2028			2205			1712	52	32,92
Altamira	157			689			1361			1313			779	20	38,95
Belém	6894			10107			11847			11458			9938	294,5	33,75
Bragança	0			487			631			631			461	53	8,70
Breves	0			0			645			648			511	15	34,07
Castanhal	364			1315			1947			1899			2095	75,5	27,75
Conceição do Araguaia	49			780			1146			1785			1261	32	39,41
Itaituba	0			263			1108			1241			939	26	36,12
Marabá Industrial	277			768			768			768			629	23	27,35
Marabá Rural	85			217			568			622			431	27	15,96
Santarém	1			907			974			1373			1181	36	32,81
Tucuruí	528			1252			1760			1923			1583	54,5	29,05
Geral IFPA	8357			18310			24783			25866	718	36,02	21520	708,5	30,37

Fonte: SISTEC/SIAPE

Legenda: M – Número de Alunos Matriculados; DTI – Número de Docente em tempo integral; RAD – Relação de Aluno por Docente em Tempo Integral.

Análise Crítica

INDICADORES INSTITUCIONAIS: Administrativos

QUADRO 92 - INDICADOR: GASTOS CORRENTES POR ALUNO - ACÓRDÃO 2.267/2005-TCU

Observações: ✓ OBJETIVO: Quantificar os Gastos por Aluno, por Região e para o País. ✓ DEFINIÇÕES: a) Consideraram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, Inativos e pensionistas. b) O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. c) Total de Gastos = total de gastos – Investimentos – Precatórios – Inativos / Pensionistas.										Fórmula: Gastos correntes por Aluno = $\frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$					
CAMPUS/IFPA	2009			2010			2011			2012			2013		
	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M	Total de Gastos	M	GC/M
Reitoria	-	-	-	12.492.550,38	-	-	13.138.929,66	-	-	107.741.838,47	-	-	128.280.567,26	-	-
Abaetetuba		2	-	107.022,52	1525	70,18	1.137.437,88	2028	560,87	1.391.153,04	2205	630,91	1.985.195,89	1712	1159,58
Altamira		157	-	179.382,67	689	260,35	910.896,69	1361	669,28	1.254.851,10	1313	955,71	731.597,55	779	939,15
Belém	92.972.918,31	6894	13.586,06	4.063.883,68	10107	402,09	7.558.076,87	11847	637,97	9.730.254,14	11458	849,21	12.367.630,39	9938	1244,48
Bragança		-	-	8.474,80	487	17,40	1.422.173,64	631	2253,84	1.624.962,77	631	2575,22	1.719.696,33	461	3730,36
Breves		-	-	-	-	-	-	645	0,00	0,00	648	0,00	426.880,34	511	835,38
Castanhal	11.898.935,48	364	32.689,38	1.963.492,45	1315	1493,15	3.768.175,29	1947	1935,38	5.191.566,42	1899	2733,84	5.356.711,23	2095	2556,90
Conceição do Araguaia		49		114.149,02	780	146,34	1.512.359,14	1146	1319,69	1.665.861,79	1785	933,26	2.144.985,30	1261	1701,02
Itaituba		-		0,00	263	-	1.048.291,89	1108	946,11	1.712.054,95	1241	1379,58	1.390.981,30	939	1481,34
Marabá Industrial		277		269.914,06	768	351,45	683.293,69	768	889,71	993.498,01	768	1293,62	1.130.570,73	629	1797,41
Marabá Rural	332.042,61	85	3.906,38	138.987,87	217	640,50	1.677.176,66	568	2952,78	2.574.054,03	622	4138,35	1.791.676,87	431	4157,02
Santarém		1		156.759,62	907	172,83	2.212.183,42	974	2271,24	2.039.199,55	1373	1485,21	1.742.129,89	1181	1475,13
Tucuruí		528		332.638,29	1252	265,69	1.104.563,09	1760	627,59	1.794.938,76	1923	933,41	1.588.624,02	1583	1003,55
Geral IFPA	105.203.896,40	7173	14.666,65	19.827.255,36	18310	1082,86	36.173.557,92	24783	1459,61	137.714.233,03	25866	5.324,14	160.657.247,10	21520	7465,49

Fonte: SIAF/SISTEC-PROAD/PROEN/IFPA

Legenda: M: Número de alunos Matriculados; CG/M: Gastos Correntes por Aluno Matriculado.

Análise Crítica

Os dados de 2013 de gastos correntes por alunos matriculados referentes aos Campus: Abaetetuba, Altamira, Belém, Breves, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Santarém e Tucuruí, em comparação a 2012 mostra um crescimento de 40,22%.

O crescimento deste gasto justifica-se, pelo pleno funcionamento dos 12 Campi e a Reitoria, além dos cinco campi em obras (Ananindeua, Cametá, Paraupabas, Paragominas e Óbidos) e ainda de 01 Campi Avançado (Vigia de Nazaré), em virtude do crescimento da demanda e o fato de ofertar melhores condições aos estudantes, ocasionou o crescimento da despesa no âmbito do IFPA.

Merece destaque principalmente os gastos com: Assistência estudantil (Bolsas de estudo), Locação de Mão de Obra (Vigilância, Limpeza e Conservação, Apoio Administrativos, Cozinheiras, Nutricionistas), Serviço de Pessoa Jurídica (Energia Elétrica, Água e Esgoto). Outro destaque deste crescimento é o gastos com pessoal.

Os dados referentes a alunos matriculados de 2009 a 2013 foram extraídos do sistema SISTEC e os dados orçamentário do sistema SIAFI, sendo que somente foi possível detalhar por Campus a parti de 2010.

O indicador institucional tratado no Quadro acima, no que se refere a dados administrativos, envolve os gastos correntes por alunos, com base no Acórdão 2.267/2005 do TCU.

Este indicador refere-se aos gastos que a instituição teve nos anos de 2008 a 2013, e tem como referência de cálculo o número de alunos matriculados na instituição em cada ano, o que possibilita a Gestão fazer uma análise de como esta sendo aplicado o recurso orçamentário da instituição em relação ao quantitativo de alunos matriculados, inclusive por campus.

Dentre este índice podemos destacar:

Em primeiro lugar ficou o campus Bragança com crescimento superior 1.155,14 de gasto com alunos em relação a 2012.

Abaetetuba vem apresentando um crescimento superior a 1.081 de gasto com alunos em relação a 2012.

Em segundo lugar ficou o campus Abaetetuba vem apresentando um crescimento superior a 1.081 de gasto com alunos em relação a 2012.

Em terceiro lugar ficou o campus Breves com crescimento de R\$ 835,38 de gastos com alunos em relação a 2012.

Este indicador ao longo dos anos vem crescendo, demonstrando que o IFPA esta cada vez necessitando de recurso para manter a Instituição e poder oferecer cada vez mais um ensino de qualidade.

QUADRO 93 - INDICADOR: PERCENTUAL DE GASTOS COM PESSOAL - ACÓRDÃO 2.267/2005-TCU

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais.
- ✓ **DEFINIÇÕES:**
 - a) **GASTO COM PESSOAL:** Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios.
 - b) **GASTOS TOTAIS:** Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Fórmula:

Percentual de gastos com pessoal =

$$\frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos Totais do IFPA}} \times 100$$

Ano/Gastos	Gastos c/ Pessoal	Gastos Totais do IFPA	%
2009	76.112.329,04	147.234.990,07	51,70
2010	97.662.430,83	128.678.318,71	75,90
2011	112.708.745,20	190.512.823,30	59,16
2012	127.566.455,57	220.470.186,24	57,86
2013	143.319.519,02	191.297.752,26	74,92

Fonte: PROAD/IFPA

Análise Crítica

QUADRO 94 - INDICADOR: PERCENTUAL DE GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS (EXCETO BENEFÍCIOS) - ACÓRDÃO 2.267/2005-TCU

Observações:										Fórmula:					
✓ OBJETIVO: Quantificar o percentual de gasto com Outros Custeios em relação aos gastos totais.															
✓ DEFINIÇÕES: a) GASTOS COM OUTROS CUSTEIOS: gastos totais de OCC menos (-) (benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras) Onde: O Total de gastos com outros custeios = Total de gastos com outras despesas correntes – (Assistência pré-escolar + auxílio transporte + auxílio alimentação); b) GASTOS TOTAIS: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.															
CAMPUS /IFPA	2009			2010			2011			2012			2013		
	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos c/ outros Custeios	Gastos Totais do IFPA	%
Reitoria				12.492.550,38	113.119.535,51	11,04	14.138.887,66	130.021.473,02	10,87	6.022.526,94	144.615.661,91	4,16	4.892.929,30	157.400.771,74	8,74
Abaetetuba				107.022,52	2.086.081,94	5,13	1.137.437,88	1.192.883,06	95,35	1.391.153,04	1.437.400,39	96,78	1.985.195,89	1.985.195,89	100
Altamira				179.382,67	316.048,67	56,76	910.896,69	1.090.866,95	83,50	1.254.851,10	2.019.253,76	62,14	731.597,55	731.597,55	100
Belém	28.399.917,59	130.875.656,47	21,70	4.063.883,68	5.963.934,53	68,14	7.558.076,87	10.595.532,82	71,33	9.730.254,14	14.450.011,53	67,34	12.367.630,39	12.422.124,82	99,56
Bragança				8.474,80	14.248,40	59,48	1.422.173,64	2.454.395,00	57,94	1.624.962,77	1.981.894,35	81,99	1.719.696,33	1.761.278,77	97,64
Breves				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	426.880,34	530.399,34	80,48
Castanhal	3.480.566,01	16.027.290,99	21,72	1.963.492,45	2.273.274,73	86,37	3.768.175,29	4.362.051,56	86,39	5.187.633,30	5.921.751,02	87,67	5.356.711,23	5.656.017,27	94,71
C. Araguaia				114.149,02	114.149,02	100,00	1.512.401,14	1.847.348,23	81,87	1.665.861,79	1.905.750,51	87,41	2.144.985,30	2.183.131,86	98,25
Itaituba				0,00	0,00	0,00	1.048.291,89	1.503.928,23	69,70	1.712.054,95	1.854.012,03	92,34	1.390.981,30	1.442.648,51	96,42
Marabá Industrial				269.914,06	669.157,57	40,34	683.293,69	868.060,95	78,71	993.498,01	1.893.662,56	52,46	1.130.570,73	1.567.613,34	72,12
Marabá Rural	332.042,61	332.042,61	100,00	138.987,87	3.365.152,43	4,13	1.677.176,66	3.340.150,40	50,21	2.574.054,03	2.728.000,98	94,36	1.791.676,87	2.081.949,78	86,06
Santarém				156.759,62	216.998,12	72,24	1.212.183,42	1.283.033,58	94,48	2.039.199,55	2.267.552,07	89,93	1.742.129,89	1.933.158,87	90,12
Tucuruí				332.638,29	539.737,79	61,63	1.104.563,09	1.444.677,95	76,46	1.794.938,76	1.848.046,24	97,13	1.588.624,02	1.601.864,52	99,17
Geral	32.212.526,21	147.234.990,07	21,87	19.827.255,36	128.678.318,71	15,41	36.173.557,92	160.004.401,75	22,61	35.990.988,38	182.922.997,35	19,67	46.141.082,90	191.297.752,26	24,12

Fonte: PROAD/IFPA

Análise Crítica

Os dados de 2013 de gastos com outros custeios referentes aos Campi: Abaetetuba, Altamira, Belém, Breves, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba Marabá Industrial, Marabá Rural, Santarém e Tucuruí, em comparação a 2012 mostra um crescimento de 22,62%.

O crescimento deste gasto justifica-se, pelo pleno funcionamento dos 12 Campi e a Reitoria, além dos cinco campi em obras (Ananindeua, Cametá, Paraupabas, Paragominas e Óbidos) e ainda de 01 Campus Avançado (Vigia de Nazaré), em virtude do crescimento da demanda e o fato de ofertar melhores condições aos estudantes, ocasionou o crescimento da despesa no âmbito do IFPA.

Merece destaque principalmente os gastos com: Assistência estudantil (Bolsas de estudo), Locação de Mão de Obra (Vigilância, Limpeza e Conservação, Apoio Administrativos, Cozinheiras, Nutricionistas), Serviço de Pessoa Jurídica (Energia Elétrica, Água e Esgoto) etc.

Os dados referentes a alunos matriculados de 2009 a 2013 foram extraídos do sistema SISTEC e os dados orçamentário do sistema SIAFI, sendo que somente foi possível detalhar por Campus a parti de 2010.

O indicador institucional tratado no Quadro acima, no que se refere a dados administrativos, envolve os gastos com outros custeios, com base no Acórdão 2.267/2005 do TCU.

Este indicador refere-se aos gastos que a instituição teve nos anos de 2008 a 2013, e tem como referência de cálculo o total de gasto com outros custeios vezes 100 dividido pelos gastos totais, o que possibilita a Gestão fazer uma análise de como esta sendo aplicado o recurso orçamentário de custeio em relação ao orçamento geral, inclusive por campus.

Dentre este índice podemos destacar:

Em primeiro lugar ficou o campus Abaetetuba com 100%. Isso significa que na execução da despesa o mesmo não executou despesas com pessoal e com investimento, sendo o gasto exclusivamente com custeio.

Em segundo lugar ficou o campus Altamira com 100%. Isso significa que na execução da despesa o mesmo não executou despesas com pessoal e com investimento, sendo o gasto exclusivamente com custeio.

Em terceiro lugar ficou o campus Belém com 99,65, Isso significa que na execução da despesa o mesmo não executou despesas com pessoal, mas executou um percentual insignificante de investimento, sendo a predominância quase na totalidade de custeio.

Podemos perceber que este indicador reflete o crescimento desde o ano de 2009, refletindo assim que o IFPA, esta se desenvolvendo cada vez mais, trazendo com isso a necessidade de novos recursos, para manter a instituição.

QUADRO 95 - INDICADOR: PERCENTUAL DE GASTOS COM INVESTIMENTOS - ACÓRDÃO 2.267/2005-TCU

Observações: ✓ OBJETIVO: Quantificar o percentual dos gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais. a) INVESTIMENTOS: Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de Caráter comercial ou financeiro. b) INVERSÕES FINANCEIRAS: Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. c) GASTOS TOTAIS: Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.										Fórmula: Percentual de Gastos com Investimentos= $\frac{\text{Total de Gastos com Despesas de Investimento e Inversões Financeira} \times 100}{\text{Gastos Totais}}$					
CAMPUS/IFPA	2009			2010			2011			2012			2013		
	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%	Total de Gastos com Investimentos	Gastos Totais do IFPA	%
Reitoria				3.010.645,01	113.119.535,51	2,66	3.184.841,16	130.021.473,02	2,45	3.453.684,78	144.615.661,91	2,39	316.849,66	157.400.771,74	0,20
Abaetetuba				1.979.059,42	2.086.081,94	94,87	55.445,18	1.192.883,06	4,65	46.247,35	1.437.400,39	3,22	0	1.985.195,89	0
Altamira				136.666,00	316.048,67	43,24	179.970,26	1.090.866,95	16,50	764.402,66	2.019.253,76	37,86	0	731.597,55	0
Belém	37.902.738,16	130.875.656,47	28,96	1.900.050,85	5.963.934,53	31,86	3.037.455,95	10.595.532,82	28,67	4.719.757,39	14.450.011,53	32,66	54.494,43	12.422.124,82	0,44
Bragança				5.773,60	14.248,40	40,52	1.032.221,36	2.454.395,00	42,06	356.931,58	1.981.894,35	18,01	41.582,44	1.761.278,77	2,36
Breves				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103.519,00	530.399,34	19,52
Castanhal	927.725,06	16.027.290,99	5,79	309.782,28	2.273.274,73	13,63	593.876,27	4.362.051,56	13,61	730.184,60	5.921.751,02	12,33	299.306,04	5.656.017,27	5,29
C.Araguaia				0,00	114.149,02	0,00	334.989,09	1.847.348,23	18,13	239.888,72	1.905.750,51	12,59	38.146,56	2.183.131,86	1,75
Itaituba				0,00	0,00	0,00	455.636,34	1.503.928,23	30,30	141.957,08	1.854.012,03	7,66	51.667,21	1.442.648,51	3,58
Marabá Industrial	0	332.042,61	0	353.152,80	669.157,57	52,78	184.767,26	868.060,95	21,29	900.164,55	1.893.662,56	47,54	437.042,61	1.567.613,34	27,88
Marabá Rural	-			3.226.164,56	3.365.152,43	95,87	1.662.973,74	3.340.150,40	49,79	153.946,95	2.728.000,98	5,64	290.272,91	2.081.949,78	13,94
Santarém				60.238,50	216.998,12	27,76	70.850,16	1.283.033,58	5,52	228.352,52	2.267.552,07	10,07	191.028,98	1.933.158,87	9,88
Tucuruí				207.099,50	539.737,79	38,37	340.114,86	1.444.677,95	23,54	53.107,48	1.848.046,24	2,87	13.240,50	1.601.864,52	0,82
Geral/ IFPA	38.830.463,22	147.234.990,07	26,37	11.188.632,52	8,70	2,45	11.133.141,63	160.004.401,75	6,96	11.788.625,66	182.922.997,35	6,44	1.837.150,34	191.297.752,26	0,96

Fonte:PROAD/IFPA

Análise Crítica

Os dados de 2013 de gastos com investimentos referentes aos Campi: Abaetetuba, Altamira, Belém, Breves, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba Marabá Industrial, Marabá Rural, Santarém e Tucuruí, em comparação a 2012 mostra um decréscimo, pois em 2012 o índice foi de 6,44% e em 2013 foi de 570,83%.

O decréscimo deste gasto justifica-se, pela dificuldade em executar os recursos de investimento no âmbito do IFPA, principalmente com relação a obras e aquisição de equipamentos.

Os processos licitatórios na grande maioria foram realizados, próximo ao encerramento do exercício, o que ocasionou a entrega de poucos equipamentos neste exercício, sendo que a grande maioria será entregue em 2014, assim como a execução de obras, sendo que poucas iniciaram em 2013, ficando a grande maioria delas para 2014.

Os dados referentes ao orçamentário foram retirados do sistema SIAFI, sendo que somente foi possível detalhar por Campus a partir de 2010.

O indicador institucional tratado no Quadro acima, no que se refere a dados administrativos, envolve os gastos com investimentos, com base no Acórdão 2.267/2005 do TCU.

Este indicador refere-se aos gastos que a instituição teve nos anos de 2008 a 2013, e tem como referência de cálculo o total de gasto com investimento vezes 100 dividido pelos gastos totais, o que possibilita a Gestão fazer uma análise de como esta sendo aplicado o recurso orçamentário de investimento em relação ao orçamento geral, inclusive por campus.

Dentre este índice podemos destacar:

Em primeiro lugar ficou o campus Marabá Industrial com 27,88%. Isso significa que a grande maioria dos equipamentos adquiridos foi entregue dentro do exercício de 2013, sendo que este tipo de despesa tem grande relevância na execução orçamentária do campus.

Em segundo lugar ficou o campus Breves com 19,52%. Isso significa que a grande maioria dos equipamentos adquiridos foi entregue dentro do exercício de 2013, sendo que este tipo de despesa tem grande relevância na execução orçamentária do campus.

Em terceiro lugar ficou o campus Marabá Rural com 13,94%. Isso significa que a grande maioria dos equipamentos adquiridos foi entregue dentro do exercício de 2013, destacando se ainda o início de quase todas as obras realizadas em 2013, sendo que este tipo de despesa tem grande relevância na execução orçamentária do campus.

Podemos perceber que este indicador reflete o crescimento desde o ano de 2009 até 2012, regredindo apenas em 2013. Refletindo assim que o IFPA, esta se desenvolvendo cada vez mais, trazendo com isso a necessidade de novos investimentos, para manter a instituição, com ressalva para o exercício de 2013 que pela regressão evidenciou a dificuldade principalmente na realização de obras.

INDICADORES INSTITUCIONAIS: Gestão de Pessoas

QUADRO 96 - INDICADOR: ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU – 2008/2009/2010

Observações:

- ✓ **OBJETIVO:** Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente (Efetivo e Substitutos).
- ✓ **DEFINIÇÕES:** A titulação do Corpo Docente é dividida em 5 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.
- Onde:**
G= qtd de docentes Graduados; A= qtd de docentes Aperfeiçoados; E= qtd de docentes Especialistas;
M= qtd de docentes Mestres; D= qtd de docentes Doutores. Com os respectivos pesos: G= 1, A=2, E=3, M=4, D=5.

Fórmula:

$$\text{Índice de titulação do corpo docente} = \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{G + A + E + M + D}$$

CAMPUS	2009						2010						2011					
	Peso					Índice	Peso					Índice	Peso					Índice
	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
	G	A	E	M	D		G	A	E	M	D		G	A	E	M	D	
Abaetetuba	8	0	7	14	1	3	7	0	13	23	1	3,25	5	1	16	24	1	3,32
Altamira	10	0	2	6	0	2,22	18	10	10	7	2	2,25	16	0	13	9	0	2,39
Belém	98	7	111	109	20	2,84	75	7	139	139	33	3,12	43	6	99	161	31	3,38
Bragança	1	0	7	14	1	3,61	5	0	11	23	1	3,37	8	0	15	21	1	3,15
Breves	0	0	0	0	0	0	7	0	1	1	0	1,55	8	0	6	1	0	2
Castanhal	22	0	18	7	7	2,57	6	0	11	9	1	2,96	22	0	26	27	14	3,12
Conceição do Araguaia	10	0	7	4	0	2,23	14	0	13	5	2	2,44	8	0	16	9	2	2,91
Itaituba	0	0	0	1	0	4	9	0	7	3	2	2,47	7	0	10	5	3	2,88
Marabá Industrial	7	0	7	3	0	2,35	12	0	10	3	0	2,16	15	0	9	3	0	2
Marabá Rural	0	0	0	0	0	0	19	0	1	0	0	1,10	14	0	8	7	1	2,36
Santarém	9	0	9	8	0	2,61	13	0	11	9	0	2,48	9	0	17	11	1	2,87
Tucuruí	15	1	12	12	0	2,52	24	1	15	14	0	2,35	25	1	13	15	1	2,38
Geral IFPA	180	8	180	178	29	2,77	209	18	242	236	42	2,84	180	8	248	293	55	3,04

Fonte: DGP/IFPA. Legenda: **Titulação do corpo docente** = G: nº de Graduados, A: nº de Aperfeiçoados, E: nº de Especialistas, M: nº de Mestres, D: nº de Doutores. **I** – Índice.

QUADRO 97 - INDICADOR: ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE - ACORDÃO 2.267/2005 SETEC-TCU – 2011/2012

Observações: ✓ OBJETIVO: Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente (Efetivo e Substitutos). ✓ DEFINIÇÕES: A titulação do Corpo Docente é dividida em 5 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor. Onde: G= qtd de docentes Graduados; A= qtd de docentes Aperfeiçoados; E= qtd de docentes Especialistas; M= qtd de docentes Mestres; D= qtd de docentes Doutores. Com os respectivos pesos: G= 1, A=2, E=3, M=4, D=5.							Fórmula: $\text{Índice de titulação do corpo docente} = \frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{G + A + E + M + D}$					
CAMPUS	2012						2013					
	Peso					Índice	Peso					Índice
	1	2	3	4	5		1	2	3	4	5	
	G	A	E	M	D		G	A	E	M	D	
Abaetetuba	5	0	21	24	4	3,40	5	0	22	23	3	3,35
Altamira	8	0	12	7	0	2,66	6	0	10	4	0	2,6
Belém	33	4	84	168	41	3,54	33	5	80	153	41	3,52
Bragança	9	0	23	21	1	3,09	10	0	23	19	1	3,01
Breves	8	0	8	1	0	2,11	8	0	7	1	0	2,06
Castanhal	14	1	23	32	15	3,38	6	1	21	33	15	3,65
Conceição do Araguaia	5	0	17	12	2	3,16	4	0	17	9	2	3,15
Itaituba	8	0	9	6	3	2,84	8	0	9	6	3	2,84
Marabá Industrial	9	0	11	5	0	2,48	9	0	9	5	0	2,43
Marabá Rural	8	0	8	10	1	2,85	7	0	9	10	1	2,92
Santarém	8	0	19	10	1	2,89	8	0	19	9	1	2,86
Tucuruí	18	1	16	18	2	2,72	17	1	17	17	2	2,74
Geral IFPA	133	6	251	314	70	3,23	121	7	243	289	69	3,24

Fonte: DGP/IFPA

Legenda: **Titulação do corpo docente** - G: nº de Graduados, A: nº de Aperfeiçoados, E: nº de Especialistas, M: nº de Mestres, D: nº de Doutores. **I** – Índice.

INDICADORES INSTITUCIONAIS: Socioeconômico

QUADRO 98 – INDICADOR: NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM RENDA PER CAPITA FAMILIAR - ACÓRDÃO 2.267/2005

Objetivo: Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.					Não há formula	
CAMPUS	Faixa de Renda Per Capita Familiar	2009	2010	2011	2012	2013
Abaetetuba	0 < RPF <= 0,5 SM	333	415	646	617	356
	0,5 < RPF <= 1 SM	395	494	549	518	1138
	1 < RPF <= 1,5 SM	171	222	285	250	126
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	24	57	58	28	23
	2,5 < RPF <= 3 SM	23	47	44	25	15
	RPF > 3 SM	12	28	29	24	20
Altamira	0 < RPF <= 0,5 SM	78	205	268	218	116
	0,5 < RPF <= 1 SM	76	187	283	183	121
	1 < RPF <= 1,5 SM	49	116	145	118	72
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	32	50	52	72	48
	2,5 < RPF <= 3 SM	15	36	38	57	39
	RPF > 3 SM	13	25	23	36	31
Belém	0 < RPF <= 0,5 SM	3147	3087	3083	3450	705
	0,5 < RPF <= 1 SM	2146	2274	1910	1308	2265
	1 < RPF <= 1,5 SM	1699	1515	1305	922	662
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	957	797	637	464	287
	2,5 < RPF <= 3 SM	726	547	404	271	188
	RPF > 3 SM	390	264	212	174	99
Bragança	0 < RPF <= 0,5 SM	118	230	759	715	287
	0,5 < RPF <= 1 SM	61	283	272	250	693
	1 < RPF <= 1,5 SM	47	106	169	136	125
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	15	34	44	26	27
	2,5 < RPF <= 3 SM	08	17	24	21	18
	RPF > 3 SM	07	16	16	13	6
Breves	0 < RPF <= 0,5 SM		17	341	259	166
	0,5 < RPF <= 1 SM		22	238	181	202
	1 < RPF <= 1,5 SM		03	149	102	98
	1,5 < RPF <= 2,5 SM		02	26	19	23
	2,5 < RPF <= 3 SM		03	27	17	21
	RPF > 3 SM		00	21	12	5
Castanhal	0 < RPF <= 0,5 SM	77	328	451	451	121
	0,5 < RPF <= 1 SM	11	91	96	99	639
	1 < RPF <= 1,5 SM	17	73	55	49	67
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	17	47	18	18	15
	2,5 < RPF <= 3 SM	14	30	12	14	10
	RPF > 3 SM	02	07	07	06	4
Conceição do Araguaia	0 < RPF <= 0,5 SM	213	275	446	424	271
	0,5 < RPF <= 1 SM	90	276	302	278	384
	1 < RPF <= 1,5 SM	63	168	229	200	200
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	21	83	101	70	65
	2,5 < RPF <= 3 SM	30	59	78	51	52
	RPF > 3 SM	12	14	15	08	7
Itaituba	0 < RPF <= 0,5 SM		123	762	692	135
	0,5 < RPF <= 1 SM		92	130	61	330
	1 < RPF <= 1,5 SM		54	79	35	62

	1,5 < RPF <= 2,5 SM		25	37	16	31
	2,5 < RPF <= 3 SM		25	27	06	11
	RPF > 3 SM		11	19	09	3
Marabá Industrial	0 < RPF <= 0,5 SM	53	117	298	120	30
	0,5 < RPF <= 1 SM	64	139	164	62	61
	1 < RPF <= 1,5 SM	66	144	152	51	37
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	42	68	61	31	20
	2,5 < RPF <= 3 SM	16	41	49	11	10
	RPF > 3 SM	13	29	28	07	3
Marabá Rural	0 < RPF <= 0,5 SM	24	52	263	276	39
	0,5 < RPF <= 1 SM	31	31	79	75	140
	1 < RPF <= 1,5 SM	26	24	53	48	18
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	04	52	51	50	41
	2,5 < RPF <= 3 SM	02	09	24	24	16
	RPF > 3 SM	0	0	11	10	6
Santarém	0 < RPF <= 0,5 SM		523	630	631	173
	0,5 < RPF <= 1 SM		320	241	274	384
	1 < RPF <= 1,5 SM		123	125	106	57
	1,5 < RPF <= 2,5 SM		56	58	33	19
	2,5 < RPF <= 3 SM		16	18	17	13
	RPF > 3 SM		14	19	09	5
Tucuruí	0 < RPF <= 0,5 SM	278	609	644	508	354
	0,5 < RPF <= 1 SM	167	282	323	340	776
	1 < RPF <= 1,5 SM	119	193	233	257	275
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	66	77	74	66	78
	2,5 < RPF <= 3 SM	36	42	45	36	41
	RPF > 3 SM	16	18	21	11	15
Geral IFPA	0 < RPF <= 0,5 SM	4321	5981	8591	8361	2753
	0,5 < RPF <= 1 SM	3039	4491	4637	3629	7133
	1 < RPF <= 1,5 SM	2257	2741	2979	2274	1799
	1,5 < RPF <= 2,5 SM	1178	1348	1222	893	677
	2,5 < RPF <= 3 SM	870	872	792	550	434
	RPF > 3 SM	465	1026	421	319	204

Fonte: Sistema de Controle Acadêmico – SCA/PROEN/IFPA, em 28/03/2014.

Legenda: RPF: Renda per capita familiar.

Análise Crítica

O quadro acima referente ao indicador de quantitativo de estudantes matriculados de acordo com a renda per capita familiar revela que de 2009 a 2013 o quantitativo de estudantes com a menor renda, isto é, menor ou igual a 0,5 salário mínimo, seguiu em constante elevação, quanto que o quantitativo daqueles com maior renda, os que recebem acima três salários mínimos, diminuiu consideravelmente, demonstrando que a instituição tem um papel importantíssimo no atendimento dos estudantes de famílias de baixa renda per capita.

A evolução crescente do quantitativo de estudantes de menor renda per capita indica que a instituição precisa adotar planos de ação para identificar o alunado em situação de vulnerabilidade econômica. A identificação desses alunos auxiliará a Gestão na formulação e direcionamento de ações que visem uma política de Assistência Estudantil com equidade.

Outro favor importe no estudo do indicador e a identificação do alunado que evade em relação aos motivos de sua evasão, relacionando o motivo “trabalho” com a renda familiar per

capita do estudante. Desta forma a doção de bolsas, como “Bolsa Permanência” podem fazer grande diferença e impulsionar a redução dos índices de evasão do instituto.

Nesse sentido, em 2013, a PROEN atendeu juntamente com os campi com recursos da Assistência Estudantil e Bolsa Permanência cerca de 5.658 atendimentos, sendo o auxílio transporte o de maior procura, com 1.370 benefícios concedidos. Neste contexto podemos ainda destacar o 880 atendimentos de auxílio alimentação, 608 auxílio permanência e 405 auxílio para inclusão digital.

Outra informação digna de nota feita com base na análise crítica deste indicador, refere-se ao fato de que apenas o sistema de registro acadêmico da instituição possui as informações acerca da situação socioeconômico do discente, em especial no que se refere à renda familiar per capita, elemento de grande valia para definir as ações de assistência ao educando. Sugere-se que essas informações também sejam contempladas no sistema SISTEC, até mesmo para que os dados sejam cruzados com outros sistemas e tenham mais consistência.

Por fim, considerando que mais de 50% do alunado do IFPA apresenta renda familiar per capita inferior a um salário mínimo, e que o elevado índice de retenção demonstrado no indicador, faz-se necessário a Gestão expandir suas ações na área de assistência ao educando, em especial nos campi que ainda não possuem ações voltadas para auxiliar o educando ao longo de sua vida acadêmica, com auxílio transporte, alimentação e outras, que possam minimizar os impactos da causados pela baixa renda familiar. Espera-se que tais ações repercuta consideravelmente na redução do índice de retenção escolar, e na elevação do índice de eficiência acadêmica.

14. CONCLUSÃO

Em 2013, o IFPA continuou empreendendo ações estratégicas com vistas, ao atingimento das metas previstas do PDI 2009-2013, principalmente no que concerne à ampliação da abrangência de atuação do IFPA no Estado do Pará, a consolidação das ações de ensino, pesquisa e extensão, o fortalecimento das políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA, o uso racional dos recursos disponíveis no IFPA e a excelência na gestão pública.

Nesse sentido, é importante destacar algumas realizações da gestão, como a continuidade do Plano de Expansão, por meio do avanço do processo de construção dos 5(cinco) novos campi, a saber: Ananindeua, Cametá, Óbidos, Paragominas e Parauapebas. Foram iniciados os processos de realização dos concursos públicos para o provimento de vagas de 106 vagas para Técnicos Administrativos e 56 para Docentes. Sendo os aprovados nomeados a partir de fevereiro de 2014.

Salienta-se a criação da Comissão Permanente de Elaboração do Relatório de Gestão, o início do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2014-2018, o qual demandou em 2013, a realização das oficinas nos 12 campi em funcionamento do IFPA, obtendo-se como principal resultado o levantamento diagnóstico inicial que subsidiou os trabalhos preliminares de elaboração do PDI 2014-2018. Destaca-se, ainda, as criações da Comissão de Ética e da Ouvidoria.

Quanto à Gestão de Infraestrutura, foram enveredados esforços no sentido de realizar a regularização de dominialidade de terrenos utilizados pelos Campi e Reitoria, de atualizar os registros das obras e reformas do IFPA no SIMEC, além da contínua elaboração de projetos de engenharia para atendimento às demandas de infraestrutura da Reitoria e dos campi em construção ou em reforma.

Para a implantação dos novos campi, foram feitos estudos e pesquisas institucionais, investigações bibliográficas e documentais para identificar e caracterizar os arranjos produtivos locais, na área de influência dos campi novos, bem como realizadas audiências públicas com vistas a diagnosticar tendências, preferências e opções que pudessem conduzir o IFPA na oferta de cursos regulares nesses campi novos.

Quanto ao macroprocesso finalístico do Ensino, foram realizadas ações no sentido de acompanhar a implantação dos Projetos Pedagógicos dos cursos superiores junto aos campi, participar e assessorar o processo de reconhecimento dos cursos superiores do IFPA, acompanhar as atividades do ensino ligadas à formação de professores nos projetos e programas PROCAMPO, UAB e PARFOR, acompanhar a regularização dos Censos da Educação Básica e Superior, regulação dos cursos regulares técnicos integrados, subsequentes e de formação inicial e continuada ofertados nos campi do IFPA, bem como a elaboração de minutas de regulamentos e normas de procedimentos voltados para as ações da área do ensino, com vistas à apreciação e aprovação pelo CONSUP;

A Pró-Reitoria de Ensino realizou, ainda, um processo de reestruturação organizacional, por meio da implantação das Coordenações de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas, a Coordenação de Educação no Campo, além da criação da Coordenação Geral de Educação a Distância, a qual capitaneou as discussões relacionadas à oferta de cursos nessa modalidade, bem como o iniciou o processo de institucionalização da EaD no IFPA.

O fomento à pesquisa, pós-graduação e à inovação foi uma grande preocupação durante o ano. Foram implementados editais para financiamento de projetos, disponibilizando 73 bolsas para alunos e servidores. No Programa de Pesquisa Institucional, que apóia o desenvolvimento dos projetos de pesquisa no âmbito do IFPA, foram executados, em 2013, mais de R\$ 134.000,00. Foram disponibilizados, por meio de Editais, recursos na ordem de R\$ 100.000,00 para o auxílio à publicação de periódicos e o apoio aos servidores na participação em eventos científicos.

Em relação à Pós-Graduação, sublinha-se a criação do Plano Institucional de Qualificação (PIQ-IFPA), a formulação e aprovação, no CONSUP, das propostas de pós-graduação *stricto sensu*, a ser encaminhado à CAPES em 2014, dos cursos de Mestrado em Ciências e Engenharia de Materiais (Acadêmico) e Mestrado em Tecnologias Educacionais para as Relações Etnicorraciais (Profissional). Além disso, foram mantidos e ampliados os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (Minter/Dinter) com universidades públicas (UFPA e UFRRJ) para a qualificação do corpo de servidores do IFPA.

No que concerne à Inovação, destaca-se a aprovação da Política de Inovação e a criação e Estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

As políticas de Extensão e Extensão Tecnológica do Instituto foram dirigidas de forma integrada com as pró-reitorias, diretorias de Campi e diretorias sistêmicas, promovendo, fomentando e articulando a execução de programas e ações, com destaque para a normatização, organização e execução do PRONATEC, o PROEXTENSÃO e o PROEXT MEC.

No PRONATEC, foram pactuadas, 11.621 vagas, sendo 221 cursos ofertados, divididos em 379 turmas e distribuídos em 35 Municípios. A execução estende-se ao primeiro semestre de 2014. Desse modo, considerando apenas o ano de 2013, foram efetivadas 8.472 matrículas, sendo executados 117 cursos até Dezembro de 2013.

Quanto ao PROEXTENSÃO, foram aprovados 14 projetos, envolvendo 62 alunos e 23 professores, distribuídos em 7 campi. Já no Programa PROEXT MEC, Foram recebidos na LOA 2013 R\$1.049.500,00, com a meta estabelecida de execução de 7 projetos, em dois campi do IFPA.

Considerando sua configuração multicâmpus, o Instituto criou uma rede de vídeo conferência, interligando os 12 campi em funcionamento. Ainda em relação à área de Tecnologia da Informação e Comunicação foram realizados processos de apoio nas áreas de Gestão e Governança de TI, principalmente relacionadas à implantação dos Módulos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do IFPA, manutenção da Infraestrutura computacional necessária para a Instituição, em especial ao funcionamento de toda a estrutura de Rede e Internet e o gerenciamento do processo de aquisição de bens e serviços de TI, permitindo gerenciar todas as aquisições de bens e serviços de TI de modo que as mesmas estejam alinhadas com as demandas da Instituição e dentro das normas exigidas pelos órgãos reguladores.

A gestão administrativa do IFPA pautou-se na promoção do desenvolvimento das atividades de gestão/administração do Instituto por meio da viabilização das condições materiais de funcionamento (estrutura física, equipamentos, materiais de consumo e serviços), no acompanhamento e execução dos recursos oriundos da LOA/Matriz CONIF, destinados à expansão e reestruturação e suporte técnico orçamentário e financeiro à construção dos 05(cinco) novos campi e modernização e reforma dos campi já em funcionamento. Outro ponto de destaque foi a descentralização e monitoramento da execução de recursos junto aos campi do IFPA, o que permitiu a execução mais de 95% do orçamento disponível.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos institucionais estão relacionadas ainda a incipiência do planejamento integrado e participativo, principalmente em razão do pouco tempo de experiência da execução de ações em rede, o imediatismo na implantação de programas do governo sem tempo hábil para um planejamento adequado, o reduzido número de servidores e, ainda, o processo de intervenção que o IFPA passa, visto que muitas ações saneadoras foram necessárias, o que acabou resultando no atraso de algumas ações e a redefinição de prioridades.

ANEXOS

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR SITUAÇÃO

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	
Período: 01/01/2013 a 30/12/2013	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Procedimentos em "Instauração/Instrução"	6
Total de Procedimentos em "Indiciamento/Citação"	3
Total de Procedimentos "Encaminhados para Julgamento"	0
Total de Procedimentos "Julgados"	2
Total de Procedimentos "Anulados Administrativamente"	0
Total de Procedimentos "Anulados Judicialmente"	0
Total de Procedimentos em "Revisão"	0
Total de Procedimentos em "Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Reconsideração/Recurso Hierárquico"	0
Total de Procedimentos em "Avocação/Requisição pela CGU"	0
Total de Procedimentos em "Decisão Revisão do Processo"	0
Total de Procedimentos	11



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 152/2014-CONSUP DE 31 DE MARÇO DE 2014.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ, nomeado através da Portaria nº 874-MEC-DOU DE 05/07/2012 e de acordo com a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art.1º- Art.1º- APROVAR, ad referendum, na forma do anexo, o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício 2013 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA;

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.


Elío de Almeida Cordêiro
Presidente do CONSUP